



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 008 - QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Cláudio - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldeir Moka - (PMDB-MS)(3,4)	
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 4. O Senador Waldeir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
 6. Em 29.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT (22,25)	Líder Jayme Campos - DEM (26)
.....	Vice-Líderes Aciel Gurgacz Antônio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella	Vice-Líderes Maria do Carmo Alves Cyro Miranda
Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,25)	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza (20) Waldeir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Vice-Líderes do PT Wellington Dias (24) Lindbergh Farias (28) Ana Rita (23) Aníbal Diniz (27)	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5) Flexa Ribeiro (8)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)
Vice-Líder do PP Ana Amélia (13)	Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Antônio Carlos Valadares	
	Vice-Líder do PSB Lídice da Mata	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1	
	Marcelo Crivella	
PR - 8 Líder Blairo Maggi - PR (19)	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Vice-Líder Clésio Andrade	Vice-Líderes João Vicente Cláudio Mozarildo Cavalcanti	
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (12)	Governo Líder Romero Jucá - PMDB	
Vice-Líder Sérgio Petecão	Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do Bloco do PTB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão 3.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 69/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), até o dia 3º de janeiro de 2012, conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDP.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder da PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 72, de 2012, comunicando que foi verificada inexatidão formal no texto dos autógrafos encaminhados ao Senado Federal referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012 (proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011).	02540
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro da participação de S. Ex ^a em audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a participação brasileira no VI Fórum Mundial das Águas.	02540
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Solicitação da transcrição do relato da Sr ^a Andréa Luswarghi, cidadã de São José dos Campos-SP, com informações a respeito da reintegração do Pinheirinho....	02542
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Pesar pelo falecimento, hoje, do filho do Presidente da Embratur, Sr. Flávio Dino, em hospital de Brasília.	02557
SENADOR MÁRIO COUTO – Lamento pela situação da Saúde no País.....	02559
SENADORA MARTA SUPLICY – Comentários sobre reportagem do jornal O Globo acerca da existência de meio milhão de mandados de prisão não cumpridos no País; e outros assuntos.....	02560
SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Considerações sobre o andamento da transposição das águas do Rio São Francisco.....	02561
SENADOR EDUARDO BRAGA – Referência às audiências públicas sobre a situação dos haitianos no Brasil.	02573
SENADOR PEDRO TAQUES – Reflexão sobre o debate do pacto federativo.	02575
SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Importância do restabelecimento do debate sobre segurança pública.....	02577
SENADOR LAURO ANTONIO – Pesar pelo falecimento do sergipano Camilo Calazans, ex-Presidente do Banco do Brasil; e outro assunto...	02578
SENADOR CASILDO MALDANER – Registro da posse, ontem, da primeira mulher como Presidente da Petrobrás, a Eng ^a Maria das Graças Silva Foster.....	02580
SENADOR VITAL DO RÉGO – Reflexão sobre a agricultura e a fome no mundo; e outros assuntos.	02582
SENADOR HUMBERTO COSTA – Registro da importância dos investimentos nas áreas da segurança pública e da saúde em Caruaru-PE; e outro assunto.	02583
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Preocupação com o curto prazo para apreciação das medidas provisórias recebidas da Câmara dos Deputados; e outros assuntos.	02585
1.2.3 – Leitura de requerimento	
Nº 42, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 12 a 17 de março próximo.	02586
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 Item único	
Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011). Apreciação adiada para a próxima sessão deliberativa.....	02587
1.3.2 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 30, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos do inciso II do art. 74, combinado com o art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária externa, composta por 5 (cinco) Senadores(as), com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações	

<i>com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios". Aprovado.</i>	02587	policiais militares do Estado da Bahia, destacando a necessidade de debate, no Congresso Nacional, sobre um novo sistema de segurança pública; e outro assunto.	02601
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		1.4.9 – Apreciação de matérias	
1.4.1 – Apreciação de matérias		Requerimento nº 43, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza. Aprovado.	02605
Requerimentos nºs 1.576, de 2011; e 2, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores. Aprovados.	02587	Requerimento nº 34, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana. Aprovado.	02605
Requerimentos nºs 1.575, de 2011; e 1, de 2012, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores. Aprovados.	02588	Requerimento nº 42, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado.	02606
Requerimento nº 27, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores. Aprovado.	02588	1.4.10 – Leitura de requerimentos	
1.4.2 – Discursos		Nº 44, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcelo Dino Fonseca.	02606
SENADOR PAULO DAVIM – Registro do lançamento, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito para estimular investimentos privados, municipais e estaduais em projetos visando o desenvolvimento de tecnologias para a produção de energia limpa; e outro assunto.	02588	Nº 45, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando a apresentação de condolências ao ex-Deputado Federal Flávio Dino.	02606
1.4.3 – Apreciação de matéria		Nº 46, de 2012, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008.	02606
Requerimento nº 7, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro. Aprovado , após leitura do Parecer nº 67, de 2012-CRE.	02590	Nº 47, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011.	02607
1.4.4 – Comunicação da Presidência		1.4.11 – Discursos (continuação)	
Informação de que a sessão do dia 16 do corrente será não deliberativa.	02592	SENADOR BENEDITO DE LIRA – Comentários sobre a precariedade da infraestrutura rodoviária do País.	02607
1.4.5 – Discursos (continuação)		SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Lamento pelos falecimentos, hoje, do filho do Presidente da Embratur, Sr. Flávio Dino, e da Sra. Ivonete Maia; e outro assunto.	02610
SENADOR JORGE VIANA – Satisfação pela aprovação, hoje, de requerimento que propõe a realização de sessão especial em comemoração aos 50 anos da criação do Estado do Acre; e outros assuntos.	02592	1.4.12 – Leitura de requerimento	
SENADOR PAULO BAUER – Comemoração pela aprovação, no Senado, de projeto de lei, de autoria de S. Exª, que prevê o pagamento em dobro do salário-família à segurada do Regime Geral de Previdência Social com filho em idade de zero a seis anos.....	02596	Nº 48, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivonete Maia.	02613
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Apoio ao debate da revisão do Pacto Federativo.....	02597	1.4.13 – Discursos (continuação)	
1.4.6 – Apreciação de matéria		SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da realização, hoje, da primeira reunião, em 2012, entre a Presidente Dilma Rousseff e os líderes partidários; e outro assunto.	02614
Requerimento nº 33, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião. Aprovado.	02600	SENADOR EDUARDO SUPLICY – Voto de pesar pelo falecimento, hoje, do Bispo de São José dos Pinhais, Dom Ladislau Biernaski.	02616
1.4.7 – Leitura de requerimento		1.4.14 – Leitura de requerimento	
Nº 43, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do bispo Dom Ladislau Biernaski.	02600	Nº 49, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do bispo Dom Ladislau Biernaski.	02617
1.4.8 – Discursos (continuação)		1.4.15 – Discursos (continuação)	
SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Considerações acerca do fim da greve dos		SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Registro da realização de reunião, hoje, com a comitiva do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) para discutir projeto de lei de autoria de S. Exª que cria a inspeção de edifícios com mais de 30 anos.	02617

1.4.16 – Comunicações

Da Bancada do PSB no Senado Federal, de indicação da Senadora Lídice da Mata como Líder do Partido no Senado. (**Ofício nº 8/2012**).....

Da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação do Senador Antonio Carlos Valadares como Vice-Líder do Partido no Senado. (**Ofício nº 9/2012**)

1.4.17 – Discursos (continuação)

SENADOR ANIBAL DINIZ – Críticas à postura de empresas aéreas que operam no Acre; e outro assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Comemoração pela aprovação, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010; e outros assuntos.....

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Preocupação acerca da situação da Companhia de Eletricidade do Amapá, defendendo que a população amapaense não seja penalizada em virtude de dívida da referida empresa.....

1.4.18 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a *Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.*

Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a *Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.*

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2012, de autoria do Senador Armando Monteiro, que define a contravenção de omissão de cautela na conservação de imóvel fechado.

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre os serviços de medicina legal.

1.4.19 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 3, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

1.4.20 – Comunicações

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Ofício nº 1/2012**).

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de eleição do Vice-Presidente da Sub-

comissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste (**Ofício nº 11/2012**).

1.4.21 – Pareceres

Nº 68, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010.

Nº 69, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010.....

Nºs 70 e 71, de 2012, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.....

Nºs 72 e 73, de 2012, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

1.4.22 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (**Ofício nº 3/2012-CE**)

Reautuação e republicação dos avulsos do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, do Senador Arthur Virgílio, por tratar-se de matéria sujeita a lei complementar. (**Ofício nº 12/2012-CAS**).....

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (**Ofício nº 8/2012-CAE**).....

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007. (**Ofício nº 7/2012-CAE**) ...

1.4.23 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Agradecimentos pela recente visita da Presidente Dilma Rousseff às obras da Ferrovia Transnordestina e apelo no sentido de que S. Exª determine todo o empenho para que a conclusão das obras seja uma meta do seu governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ – Conclamação aos pares no sentido de apoiarem a criação de comissão especial com o objetivo de debater um novo pacto federativo, conforme requerimento do Senador Pedro Taques e outros senadores.....

SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Destaque para a importância da alimentação para uma boa saúde.

1.4.24 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 15, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 14.2.2012.****3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO****3.1 – TERMOS DE REUNIÃO**

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 556, de 2011..... 02709

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 557, de 2011..... 02710

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 558, de 2012..... 02711

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 8^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de fevereiro de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência da Sr^a Marta Suplicy, do Sr. Waldemir Moka, da Sr^a Vanessa Grazziotin
e do Sr. Benedito de Lira*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 20 horas e 31 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARÉCIMENTO

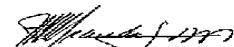
8^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 14/2/2012 07:33:03 até 14/2/2012 20:32:35

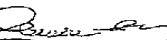
Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIVO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLEÓSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	
PT	MS	DELCIÓDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PTB	DF	GIV ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CABEDEBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KATIA ABREU	X	
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAZO	X	
PMDB	PR	ROBERTO RECÚIAO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 67 Senadores



(Sen. Cyro Miranda)



(Sen. Ana Amélia)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) –

Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Pois não, o senhor é o primeiro inscrito.

Senador Couto, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Não, Senador. Tem que registrar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Para

uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – V. Exª é o segundo inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) –

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB

– PE) – É para me inscrever, para que V. Exª me inscreva para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – V. Exª é o terceiro inscrito.

O primeiro orador inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg, que se encontra presente. Em seguida, nós temos o Senador Alvaro Dias e a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Antes de dar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, vou ler Ofício encaminhado à Mesa.

A Presidência recebeu o **Ofício n° 72, de 2012**, da Presidência da Câmara dos Deputados, comunicando ter sido verificada inexatidão formal nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012 (proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011), aprovado naquela Casa e encaminhado ao Senado Federal por meio do Ofício nº 46/2012, de 8 de fevereiro último.

A Presidência determina a juntada do Ofício no processado da matéria e a republicação dos avulsos respectivos.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 72/12/SGM-P

Brasília, 14 de fevereiro de 2012

Assunto: Comunica inexatidão formal no texto dos autógrafos.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência ter sido verificada inexatidão formal nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012 (Medida Provisória nº 546, de 2011, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências”, encaminhado à consideração dessa Casa por meio do of. nº 46/12/SGM-P, de 8 de fevereiro de 2012.

2. Trata-se da renumeração de parágrafo constante do art. 7º do Projeto de lei de Conversão, tendo em vista sua inclusão.

3. Portanto, **onde se lê:** § 2º O extrato de contrato de financiamento beneficiado com a subvenção econômica concedida pelo BNDES será publicado em sítio eletrônico da instituição, **leia-se:** § 1º-A O extrato de contrato de financiamento beneficiado com a subvenção econômica concedida pelo BNDES será publicado em sítio eletrônico da instituição.

Solicito substituição dos autógrafos enviados a essa Casa. – Deputado **Marco Maia**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Presidenta, Senadora Marta Suplicy, prezadas Senadoras e prezados Senadores, subo a tribuna na tarde hoje para registrar uma importante audiência pública realizada hoje, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, em que tivemos a oportunidade de discutir a participação brasileira no VI Fórum Mundial das Águas.

Tivemos a presença do Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu, tivemos a participação do Dr. Benedito Braga, Presidente do VI Fórum Mundial da Água, de representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente, além do Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, representando os Comitês de Bacias Hidrográficas, no caso, o Comitê da Bacia do Paranaíba e do Paranoá, além do Presidente da Adasa no Distrito Federal.

Mas é muito importante o papel que o Brasil vem desempenhando, o protagonismo que o Brasil vem desempenhando nas questões relativas ao meio ambiente. E é muito importante, neste momento, às vésperas da Rio+20, que o Brasil esteja presidindo este Fórum Mundial das Águas.

Teremos uma agenda extremamente importante em que ali o que se busca são soluções para os problemas da água em todo o mundo. Não apenas soluções do ponto de vista tecnológico, de como utilizar melhor a água, de como evitar o desperdício, de como garantir a qualidade da água, trocando experiências bem sucedidas no mundo todo, mas também promovendo uma interação profunda entre legisladores de vários países sobre como os países tratam, do ponto de vista das suas legislações nacionais, a questão da água, bem como as políticas públicas desenvolvidas pelos países relativas ao tema água.

No momento em que o Brasil se prepara para sediar a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável (a Rio+20), ter propostas muito claras, muito concretas e avançadas em relação à água é importante porque, sem dúvida, na construção dos novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável, a questão da água passa a ser algo absolutamente essencial.

Nós teremos neste Fórum Mundial da Água seis temas que serão debatidos: água e saneamento, com os prestadores de serviço e gestão das águas urbanas; água e adaptação às mudanças climáticas – e há uma preocupação mundial com a ampliação, com o aumento dos níveis de reservação de água em função das mudanças climáticas, como uma medida de segurança; a gestão integrada dos recursos hídricos, com o fortalecimento institucional, da legislação e dos instrumentos financeiros para essa gestão integrada dos recursos hídricos; água para alimentos; água para energia e a qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas.

Não há dúvida de que a água, junto com a questão dos alimentos e junto com a questão energética, está entre os temas mais importantes e estratégicos para o futuro da humanidade.

E o Brasil avançou, avançou nos últimos anos, especialmente após a aprovação da Lei nº 9.433, Lei Nacional de Recursos Hídricos, que modificou alguns parâmetros do tratamento dessa questão no âmbito das políticas públicas, primeiro, com a introdução da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento, o que é fundamental. Mas, como foi muito bem lembrado pelo Prof. Dr. Paulo Sérgio Salles, nós preci-

samos fazer uma integração maior entre as diversas outras legislações, especialmente da legislação de ocupação e uso do solo com a legislação de proteção dos recursos hídricos.

Temos que avançar também na nossa cultura administrativa, porque um país que, ao longo de toda sua trajetória, sempre teve como unidade territorial de planejamento o município não é de um dia para outro que adota uma cultura de utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Nesse sentido, é muito importante a implementação dos comitês de bacias hidrográficas em todo País, porque hoje esses comitês estão concentrados notadamente nas regiões Sudeste e Sul do País.

A legislação brasileira também introduziu a gestão compartilhada do uso das águas, com forte participação da sociedade civil por meio dos comitês de bacia hidrográfica, também garantindo o uso múltiplo das águas, dando prioridade à utilização para abastecimento humano e para dessedentação animal, mas garantindo também a utilização da água para agricultura, indústria, geração de energia, mobilidade e também para esporte e lazer.

Ficou claro que, além da participação do Brasil na construção de uma agenda internacional, especialmente nas contribuições que esse Fórum Mundial da Água poderá e deverá trazer para o enfrentamento dessa questão internacionalmente, por meio da Rio+20, quando os chefes de estado e chefes de governo se reunirão no Rio de Janeiro para assumir compromissos – e esperamos que assumam compromissos ousados em relação à questão do desenvolvimento sustentável –, certamente o Fórum Mundial da Água dará uma grande contribuição a esse debate.

Nós temos, também, de trazer e aproveitar as conclusões do Fórum Mundial da Água para a construção ou para o avanço de uma agenda nacional acerca do tema. No ponto específico de uma agenda nacional, quero lembrar três questões. A primeira diz respeito à Lei nº 9.433, que, depois de muitos anos de utilização e estando em vigor, precisa ser revista e atualizada. Precisamos identificar os seus gargalos para que ela possa ser aperfeiçoada e possa efetivamente cumprir os objetivos para o qual foi criada. Mas entendo também que devemos ter um grande debate sobre o pagamento de serviços ambientais, de como financiar o processo de recuperação de matas ciliares, previsto, aliás, no nosso Código Florestal.

E me parece que temos uma grande oportunidade pela frente, com o encerramento, ao final de 2014, início de 2015, de uma quantidade muito grande de

concessões do sistema elétrico brasileiro, concessões na área de geração, de transmissão e de distribuição de energia elétrica. Um volume muito grande de recursos que deverão ser repactuados, que poderemos e deveremos promover uma grande redução nas tarifas de energia elétrica no nosso País, mas deveremos aproveitar parte desses recursos para promover um grande programa de pagamento por serviços ambientais, permitindo a recuperação das matas ciliares e garantindo água para prover essas usinas hidrelétricas, ao longo do tempo, dessa matéria prima fundamental para a geração de energia elétrica.

Também, como subproduto desse debate, nós queremos iniciar, como previsto no Código Florestal aprovado no Senado, um debate sobre a Lei dos Biomas, especialmente a Lei do Cerrado brasileiro. O Cerrado, além de conter uma biodiversidade fantástica, uma biodiversidade extraordinária – neste momento, o Brasil assume também uma importância cada vez maior nesse debate, pelo fato de um brasileiro, um ex-secretário do meio ambiente, assumir, nos próximos dias, a Secretaria-Geral da Convenção sobre Biodiversidade –, também o cerrado é responsável pelo abastecimento de grande parte do Brasil, grande parte. Mais de 70% das águas das bacias do Paraná, do Tocantins e do São Francisco nascem no cerrado brasileiro, o que só aumenta a importância do cerrado como estratégico para o desenvolvimento nacional, para a garantia de abastecimento de água, especialmente no momento em que o Atlas da Agência Nacional de Águas alerta que grande parte dos Municípios brasileiros sofrerão problemas de abastecimento de água até 2015.

Portanto, fica esse registro.

Voltaremos a esse tema várias vezes ao longo deste ano, trazendo inclusive as conclusões do Fórum Mundial.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, resolvi voltar outra vez a São José dos Campos, nesse último domingo, para ali examinar em que condição estão os abrigados que foram forçados a sair daquele local denominado Pinheirinho. E pude acompanhar, inclusive, o trabalho de diversas pessoas voluntárias. São dezenas de voluntários que, preocupados com a situação daqueles moradores, resolveram, de

forma apartidária e independente, realizar trabalhos de solidariedade e, sobretudo, escutar aquela população. E é tão importante que o Governador Geraldo Alckmin, o Prefeito Eduardo Cury, a Presidenta Dilma Rousseff, todos os três níveis de governo saibam o que se está passando em decorrência daquela decisão, que avaliou ter sido precipitada, de realizar a reintegração e a demolição daquelas residências do Pinheirinho da forma como foi feita, ainda que tivéssemos solicitado, junto com Ivan Valente, Adriano Diogo e Carlos Giannazi, ao Juiz Beethoven Ferreira que desse pelo menos um prazo de 15 dias.

Eu aqui recebo um relato da Srª Andréa Luswarghi com informações muito relevantes a respeito do que ali está se passando nesses dias, desde 22 de janeiro, quando foi realizada a reintegração, com tamanha arbitrariedade e violência.

Caro Senador Suplicy,

Seguem as informações solicitadas sobre o que acontece aqui com os moradores do Pinheirinho. (...), entrevistei 2 pessoas que achei que ilustram de forma significativa nossas preocupações sobre a condução por parte da prefeitura do destino dessas pessoas que sofreram aquela barbárie e agora continuam sofrendo diversos tipos de violência diariamente, inclusive a psicológica, que, como comunicadora, desconfio que não acontece por acaso. Como o anúncio das usanças de abrigo que é feito com pouca antecedência e nunca discutido, apenas informado.

Senador, é importante dizer que nessa situação me posicionei como cidadã joseense, indignada com a forma como essa desapropriação foi conduzida. E muito importante: de forma totalmente apartidária, como todo o grupo de voluntários a que pertenço [e são dezenas], nenhum de nós está ligado ou apoia nenhum partido.

Estas informações são de relatos de moradores e de observações feitas por mim diretamente ao entrevistá-los:

1) Há preconceito das imobiliárias quando um morador do Pinheirinho chega procurando uma casa depois da imagem negativa que se criou a partir da cobertura da imprensa com a desapropriação violenta, mostrando essa população como baderneiros descontrolados que incendeiam carros, inclusive um carro da TV Vanguarda, e destroem o patrimônio público.

Por outro lado, a maioria dos moradores não pode apresentar as garantias exigidas, inviabilizando de saída a locação porque praticamente nenhum deles pode cumprir a exigência do fiador. Por outro lado, há relatos, como o da Srª Antônia Craveiro, que encontrou uma casa direto com o morador, mas era exigido o nome limpo, sem dívidas e uma comprovação de no mínimo 3 salários mínimos. Ela não podia atender nenhuma das exigências, caso similar à grande maioria dessa população. Portanto, consideramos uma falácia que a situação será resolvida com essa solução que prevê que o morador encontre a casa por ele mesmo. Isso está gerando desde a primeira semana situações de grande estresse e frustração. Os abrigados do Pinheirinho andam pelas ruas batendo nas casas e perguntando se existe alguma casa para locação. Como você pode ver no texto, de 7 de Fevereiro (...) publicado no meu mural do Facebook:

(...)

"Dona Marinilva informa que saiu do abrigo Dom Pedro às 13h40 (7/2/12) em uma perua da prefeitura com outros cinco ex-moradores e o motorista da perua para procurar casa pra alugar. Eles estão batendo de porta em porta perguntando se sabe de casa para alugar na Vila Nair. Até o momento conseguiu um número de telefone de alguém que pode saber de algo, para ligar depois das 18hs."

Além disso, há condições como a falta de informações e a incerteza de qual será o seu destino, a falta de atividades, o sol escaldante durante toda a semana que passou. As pessoas ficaram em uma condição difícil, já que a maioria não tem carro e precisa andar sob o sol batendo de porta em porta e amargando uma frustração grande no final da busca. Os que já tinham mais recursos e contatos já saíram dos abrigos. Alguns já alugaram com amigos que não fizeram exigências impossíveis, outros foram para a casa de parentes, o que não significa uma situação confortável, como relata a Srª Antônia Craveiro:

"Eu tenho um neto de 1 ano e meio que tem um problema de carne esponjosa no nariz que dificulta muito ele respirar e atingiu o ouvido. No dia 13/2 vou ao posto médico para marcar a cirurgia dele, enquanto isso não acontece, não posso dormir com ele no abrigo, é

barulhento e eu preciso vigiar a noite porque tem vezes que ele pára de respirar ou fica com o peito cheio. Na terça-feira passada (7/2), tive que correr com ele pro pronto socorro por causa disso. Ele também não pode beber leite integral, só leite de soja sem lactose, porque assim melhora bastante. Nessa situação, tive que pedir ajuda para a filha do meu marido, então fico no abrigo Dom Pedro durante o dia e, à noite, vamos dormir na casa dela. Mas a situação está difícil porque a casa é pequena e nós dormimos na cozinha, o Nicolas debaixo da mesa e eu do lado da geladeira. A dona da casa já está incomodada, ela não fala nada, mas demonstra, então estou me sentindo mal com a situação e quero sair o quanto antes, para não ter briga."

2) A forma como está sendo conduzida a entrega dos cheques não dá garantias aos moradores de que continuarão a receber o benefício pelos 6 meses anunciados, nos documentos assinados, cujo conteúdo relevante está transscrito com exatidão abaixo, não há NENHUMA citação do tempo do benefício.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Está encerrado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, solicito, então, que seja transscrito na íntegra tal relato e com as informações adicionais.

Também quero solicitar a transcrição do artigo de Janio de Freitas, "No chão de outrora" e "Adeus, Pinheirinho", a brilhante reportagem de Laura Capriglione e Marlene Bergamo, enviadas especiais da **Folha** a São José dos Campos, publicado no último domingo e que mostra muitos dos abusos que, infelizmente, ali têm sido cometidos, Srª Presidenta.

Solicito que haja atenção maior do Prefeito Eduardo Cury, do Governador Geraldo Alckmin e do próprio Governo Dilma Rousseff, solicitando, ao mesmo tempo, a garantia da integridade de pessoas como Andrea Luswarghi por estar relatando esses episódios.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

From: Eduardo Suplicy
To: Sen. Eduardo Suplicy; Secretaria do Gabinete Eduardo Suplicy;
Cc: eduardo@eduardosuplicy.com.br; Rosa Wasem
Sent: suplicy@sti.com.br
Sent: Tue 2/14/2012 11:55:21 GMT
Subject: ENC: trauma das crianças e preocupação das mães
Message Flag: Anonymous
Flag Status: Flagged

—Mensagem original—

De: Andrea Luswarghi [mailto:andrealu@terra.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012 21:16
Para: emsuplicy@uol.com.br

Assunto: trauma das crianças e preocupação das mães

>>

>> Esta é a citação ipsita litteris da Sra. Creia Reis, ex-moradora do Pinheirinho, que conversou comigo em 30/01/2012 no corredor da câmara municipal de São José dos Campos durante a audiência pública que levantou a violação dos direitos humanos ocorrida no último domingo 22 durante a desocupação do terreno invadido pelo MUST (Movimento Unificado dos Sem Teto).

>> Quando perguntei qual era a sua maior preocupação nesse momento, ela respondeu: "O preconceito, como as crianças vão para a escola agora? Eu estava pensando em não mandar meus filhos mais para a escola porque violência eles já sofreram o suficiente. As crianças do Pinheirinho sofrem preconceito e meu filho de 13 anos já teve o braço quebrado dentro da escola. Ele tem 13 anos mas é pequenininho, não desenvolveu muito. O sonho dele antes [de invasão] era ser policial, mas agora ele me disse que o sonho dele é ser bandido pra manter policial. Em casa ele dormia num colchão do meu lado, mas agora na quadra [abrigos] ele se afastou de mim. Minha menina de 10 anos me perguntou hoje cedo: Mãe, onde estão os direitos da criança? Eu nem soube o que responder para ela. Minha preocupação mesmo é o meu menino, porque a menina a gente consegue segurar mais, mas os meninos entram mais fácil no caminho errado".

From: Eduardo Suplicy
To: Sen. Eduardo Suplicy; Secretaria do Gabinete Eduardo Suplicy;
Cc: eduardo@eduardosuplicy.com.br; Rosa Wasem
Sent: suplicy@sti.com.br
Sent: Tue 2/14/2012 11:56:12 GMT
Subject: ENC: muitos ex-moradores perderam emprego
Message Flag: BT=1;II=01CCEAA4C5BD4D157FF71FF14D2A90A008CCD5BA4119001
AB58220;SBT=2;THA=1738660445;FIXUP=335.3425;Version=Version 14.1
(Build 339.0), Stage=H7
Flag Status: Flagged

De: Andrea Luswarghi [mailto:andrealu@terra.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012 21:05
Para: emsuplicy@uol.com.br
Assunto: muitos ex-moradores perderam emprego

De: Andrea Luswarghi <andrealu@terra.com.br>
Data: 11 de fevereiro de 2012 23:05:21 BRST
Para: eduardo.suplicy@senador.gov.br, suplicy@sti.com.br
Assunto: muitos perderam suas fontes de renda

"Alguns moradores, cerca de 1% da população daí do Pinheirinho, trabalhavam com reciclagem, hoje não têm fonte de renda porque seu espaço de trabalho foi demolido e depois incendiado com todos os materiais recolhidos dentro. Outros viviam de pequenos comércios dentro do bairro e também estão sem renda. Muitos trabalhavam com carteira assinada, mas por conta da forma violenta como foi feita a desocupação da área, muitos estão sendo demitidos por preconceito, que foi gerado pelo jeito como a mídia local apresentou os fatos para os joseenses, criminalizando essas pessoas.

Regina Celly Rodrigues, presidente da ASSIPH (Associação dos Inscritos no Programa Habitacional do município de São José dos Campos)

A própria Antônia tinha como fonte de renda um restaurante dentro da comunidade que vendia sanduíches, marmítas e refrigerante. (Veja a foto do que sobrou do restaurante dela.)

Não há dados dessas demissões, não há dados de nada... mas uma senhora se aproximou de mim no abrigo dizendo que era empregada doméstica e que qdo chegou no trabalho, 2 dias após a desocupação, foi demitida. Não entrevistei a senhora ou a patroa para confirmar isso, apenas ouvi o relato.

Rosa Wasem

De: Eduardo Suplicy [emsuplicy@uol.com.br]
Enviado em: terça-feira, 14 de fevereiro de 2012 09:51
Para: Sen. Eduardo Suplicy; Secretaria do Gabinete Eduardo Suplicy;
eduardo@eduardosuplicy.com.br; Rosa Wasem
Cc: suplicy@sti.com.br
Assunto: ENC:

De: Andrea Luswarghi [mailto:andrealu@terra.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012 21:43
Para: emsuplicy@uol.com.br
Assunto:

Caro Senador Suplicy,

Sequem as informações solicitadas sobre o que acontece aqui com os moradores do Pinheirinho.

Nesse relato abaixo, entrevistei 2 pessoas que achei que ilustram de forma significativa nossas preocupações sobre a condução por parte da prefeitura do destino dessas pessoas que sofreram aquela barbárie e agora continuam sofrendo diversos tipos de violência diariamente, inclusive a psicológica, que como comunicadora, desconfio que não acontece por acaso. Como o anúncio das usanças de abrigo que é feito com pouca antecedência e nunca discutido, apenas informado.

Senador, é importante dizer que nessa situação me posicionei como cidadã joseense indignada com a forma como essa desapropriação foi conduzida. E muito importante: de forma totalmente ~~partidária~~, como todo o grupo de voluntários a que pertenço, nenhum de nós está ligado ou apóia nenhum partido.

Estas informações são de relatos dos moradores e de observações feitas por mim diretamente ao entrevistá-los:

1) Há preconceito das imobiliárias quando um morador do Pinheiro chega procurando uma casa depois da imagem negativa que se criou a partir da cobertura da imprensa com a desapropriação violenta, mostrando essa população como baderneiros descontrolados que incendiários carros, inclusive um carro da TV Vanguarda, e destruíram patrimônio público. Por outro lado, a maioria dos moradores não podem apresentar as garantias exigidas, inviabilizando de saída a locação porque praticamente nenhum deles pode cumprir a exigência do fiador. Por outro lado, há relatos, como o da Sra. Antônia Craveiro, que encontrou uma casa direto com o morador, mas era exigido o nome limpo, sem dívidas e uma comprovação de no mínimo 3 salários mínimos. Ela não podia atender nenhuma das exigências, caso similar à grande maioria dessa população. Portanto, consideramos uma falácia que a situação será resolvida com essa solução que prevê que o morador encontre a casa por ele mesmo. Isso está gerando desde a primeira semana situações de grande estresse e frustração. Os abrigados do Pinheirinho andam pelas ruas batendo nas casas e perguntando se existe alguma casa para locação. Como vc pode ver no texto de 7 de Fevereiro às 15:48 publicado no meu mural do facebook:

Boletim PINHEIRINHO AGORA...

Dna. Marinilva informa que saiu do abrigo Dom Pedro às 13h40 (7/2/12) em uma perua da prefeitura com outros 5 ex-moradores e o motorista da perua para procurar casa pra alugar. Eles estão batendo de porta em porta perguntando se sabe de casa para

alugar na Vila Nair. Até o momento conseguiu um número de telefone de alguém que pode saber de algo, para ligar depois das 18hs.

Além disso, condições como a falta de informações e a incerteza de qual será o seu destino, a falta de atividades, o sol escaldante durante toda a semana que passou. As pessoas ficaram em uma condição difícil, já que a maioria não têm carro e precisa andar sob o sol batendo de porta em porta e amargando uma frustração grande no final da busca. Os que já tinham mais recursos e contatos já saíram dos abrigos. Alguns já alugaram com amigos que não fizeram exigências impossíveis, outros foram para a casa de parentes, o que não significa uma situação confortável, como relata a Sra. Antônia Craveiro:

"Eu tenho um neto de 1 ano e meio que tem uma problema de carne esponjosa no nariz que dificulta muito ele respirar e atingiu o ouvido. No dia 13/2 vou ao posto medico para marcar a cirurgia dele, enquanto isso não acontece não posso dormir com ele no abrigo, é barulhento e eu preciso vigiar a noite porque tem vezes que ele pára de respirar ou fica com o peito cheio. Na terça-feira passada (7/2), tive que correr com ele pro pronto socorro por causa disso. Ele também não pode beber leite integral, só leite de soja sem lactose, porque assim melhora bastante. Nessa situação, tive que pedir ajuda para a filha do meu marido, então fico no abrigo Dom pedro durante o dia e a noite vamos dormir na casa dela. Mas a situação está difícil porque a casa é pequena e nós dormimos na cozinha, o Nicolas debaixo da mesa e eu do lado da geladeira. A dona da casa já está incomodada, ela não fala nada, mas demonstra, então estou me sentindo mal com a situação e quero sair o quanto antes, para não ter briga."

2) A forma como está sendo conduzida a entrega dos cheques não dá garantias aos moradores de que continuarão a receber o benefício pelos 6 meses anunciados, nos documentos assinados, cujo conteúdo relevante está transcrito com exatidão abaixo, não há NENHUMA citação do tempo do benefício.

Publicado no meu mural do facebook em 7/2:
A Sra. Antonia conta a experiência dela no dia de ontem:

- Entrou numa fila por uma hora para pegar o cheque, o local não era aquele e foi encaminhada para Unidade de Proteção Social Básica - Morumbi. Av. Benedito Domingues de Oliveira, 467 - Morumbi - Antiga av. 6. Fone: 12.39336762
- Chegou lá e foi informada que quem já estava na lista do cheque liberado (seu caso) deveria ir ao DR (Departamento de Estrada e Rodagem - Estrada Velha Rio-São Paulo, na Dutra). Longe...
- Chegou no DR e a fila era pequena. Foi atendida em menos de 10 minutos. Entregou CPF e RG e esperou ser chamada para pegar o cheque.

Abaixo a descrição do cheque e documentos assinados:

Cheque da CAIXA de R\$1000,00 assinado pela prefeitura do mun. de SJC.

Assinou um TERMO DE COMPROMISSO que diz:

(...) "Reconheço que atendo aos requisitos previstos na Lei Mun. n 8598/12 (realização de cadastro no momento em que foi retirado da área denominada

"Pinheirinho". Está em abrigo municipal ou na residência de parentes ou terceiros no momento da concessão dos benefício, e ter renda familiar de até 3 salários mínimos), para receber tal quantia, comprometendo-me a utilizar os benefícios para fins de moradia e mudança, com a saída definitiva do abrigo, juntamente com a família e respectivos pertences.

Estou ciente que o não cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei Mun. 8598/12, dentre ele, o retorno a área invadida ou invasão de nova área, bem como seja dada solução habitacional definitiva por qualquer das esferas de governo ou pessoa, família ou grupo vir a conquistar autonomia financeira, implicará na suspensão dos benefícios.

(...)

Assinou 1 DECLARAÇÃO: "Declaramos para os devidos fins que o(a) Sr.(a) XXXX, portadora da identidade XXXX, e CPF XXXX, está recebendo o benefício do "Programa Aluguel Social, conforme Lei n 8.598/12, pago através da Secretaria de Desenvolvimento Social.

E mais 3 folhas de ORDEM DE PAGAMENTO, sendo que especificam:

- 400,00 Ref.: (escrito no doc que ela assinou) "A pagamento de auxilio moradia proveniente de recursos proprio do governo estadual. Conf. Lei municipal de n 8598/2012 - Pinheirinho solic. pelo memo 005/GC/SDS/ 2012." Ficha 1533. Dotação 50.10.3.3.90.48.08.244.0003.2.11.02.5000
- R\$100,00. "Ref. a pagamento de auxilio mudança proveniente de recursos proprio do governo municipal. Conf. Lei municipal n 8598/2012- Pinheirinho. Solic. pelo memo 017/GC/SDS/2012".

- R\$500,00. "Ref. a pagamento de auxilio mudança
proveciente de recursos proprio do governo
municipla. Conf. Lei municipal n 8598/2012 -
Pinheirinho - Solic. pelo memo 05/GC/SDS/2012".

3)O valor de R\$ 500,00 nao é suficiente para alugar
um imóvel na cidade, já que os preços foram
inflacionados com o fato que ocorreu no
Pinheirinho. Estão pedindo 700, 800,00 reais e mais
2 ou 3 meses de calção.

4) As famílias estão sendo obrigadas a se distanciar
da sua comunidade onde tinham um laço de
colaboração e solidariedade, porque a situação nos
abrigos é absolutamente insustentável e assim eles,
sem saída, vão por conta própria para bairros
distantes onde se sentem isolados e não contam com
ajuda, não conhecem ninguém. Além disso, há o
preconceito de parte dos cidadãos de SJC contra os
moradores do Pinheirinho nesses bairros para onde
vão e eles sentem medo de retaliação ou rechaço,
além da perda da identidade que aquela comunidade
construiu com um projeto conjunto de luta por
habitação.

"Encontrei uma moradora da comunidade e ela
tinha filhos na escola Edgar de Melo, no Campo do
Alemães, que fica em frente ao Pinheirinho. Ela se
distanciou e foi morar no Jardim Helena, do outro
lado da cidade. Chegando lá procurou escola para
os 3 filhos. Na escola alegam que não há vagas",
conta Antonia Craveiro.

5) Durante essa semana foram remanejadas as famílias que estavam no abrigo do CAIC para o Dom Pedro e o Morumbi. Hoje, 11/2, foi comunicado pela prefeitura para os abrigados no Dom Pedro, por volta do meio dia, que todas as famílias serão retiradas e levadas para o Poliesportivo do Morumbi. Ao receber as informações os moradores ficaram exaltados e decidiram que iriam resistir. Um deles ameaçou tocar fogo na quadra de fosse obrigado a sair. Os mais calmos explicam que ali, durante os 20 dias que estão juntos, já há regras de respeito e convivência estabelecidas. E que no Morumbi, que está bem mais cheio, eles se sentirão intrusos.

Uma situação muito desgastante é que as informações sobre as ações que serão realizadas, só chegam aos moradores poucas horas antes de acontecer, o que tem gerado revolta e um comportamento de resistência e enfrentamento dessa população que está sendo exposta a situações podem resultar em violência policial, o que reforça a imagem de baderneiros que eles já tem na cidade.

Relato da psiquiatra infantil Marília Toledo, que veio até o momento 4 vezes de São Paulo com 3 carros de doações e uma agenda para resgatar os animais que ficaram abandonados no terreno com os escombros das casas:

"Quando cheguei no terreno os animais abandonados estavam machucados, deitados do lado dos escombros das casas. Essa era uma imagem impressionante, na chuva, alguns mutilados. Muitos foram encontrados mortos embaixo dos escombros, outros recolhidos com

tiros de bala de borracha.

O pessoal do Clube dos ViraLatas foi quem recolheu diversos animais com ferimentos de bala, fraturas e até amputações.

No primeiro dia era um caos, voluntários de várias cidades foram lá para recolher os animais, mas a maioria era de São Paulo e SJCampos.

Um grupo de voluntários se organizou em São José para ir ao terreno todos os dias e alimentar os bichos. Mais de 600 animais foram recolhidos do terreno e estão em casas de voluntários e em um local alugado ali perto no valor de R\$ 1000,00 mensais que será dividido entre os voluntários.

Também temos os internados em situação grave em clínicas também pagas pelos voluntários.

Alguns cachorros não queriam sair do local e foi preciso sedá-los para finalizar o resgate desses animais.

A cena mais chocante foi mesmo ver os animais sentadinhos do lado dos escombros quando chegamos, eles ficavam bravos quando a gente se aproximava. Eles ainda estavam defendendo sua casa..."

É isso. Estou à disposição para esclarecer o que for necessário. Não dei uma lida final, mas as informações estão todas aí. Acho que escrevi demais....rs

Meu skype é: andrealus. É mais confortável fazer esclarecimento usando o skype do que por telefone, caso tenha disponível.

Abraços,

Andrea

Janio de Freitas

No chão de outrora

Quem faz aquele tipo de reintegração de posse do Pinheirinho não é de dar informações de seus atos

Obrigação do jornalismo raras vezes praticada pelos jornalistas, o retorno ao fato "encerrado" para verificar seus seguimentos (todos o têm, com menor ou maior interesse) fez com que Laura Capriglione e Marlene Bergamo recuperassem, pairando sobre os escombros do Pinheirinho, as muitas dívidas que as autoridades e nós outros temos com as 9.000 vítimas da brutalidade tsunâmica naquela falsa "recuperação de posse".

Os escombros das vidas vividas no Pinheirinho estão largados nos "abrigos" de quem, roubada sua moradia pela violência que se utiliza do nome da Justiça, espera pela prometida.

A anterior, cada família a fez com as próprias mãos. A próxima, se houver, será obra de uma empreiteira que aí colherá lucros extraídos de impostos pagos ao governo paulista. Inclusive pelos próprios desintegrados na reintegração do Pinheirinho. A engrenagem é diabólica.

E o que foi feito até agora do prometido? Não se sabe. Quem faz aquele tipo de reintegração de posse não é de dar informações de seus atos e compromissos públicos.

Nisso, porém, proporcionam uma oportunidade de quitarmos alguma coisa da nossa dívida: no papel de intermediários, dos cobradores chatos que ajudam a corroer, por muito pouquinho que seja, o esquecimento com que os grandes devedores querem acobertar os seus compromissos e as suas dívidas.

Há 22 dias, numerosos meios de comunicação exibiram a façanha policial de espancamento, a cassetete, de um homem sozinho, desarmado, mãos erguidas ao ver o grupo dos que andavam em direção oposta, paramentados como astronautas armados.

Geraldo Alckmin, acossado pela repercussão das imagens, prometeu investigação imediata do ocorrido. A investigar, mesmo, só havia a identidade do homem derrubado a porretadas e a dos facinorosos que o atacaram.

Mais de três semanas para fazê-lo -e nada. Diante disso, vale a pena questionar as investigações mais gerais? Aquelas que, no dizer de Geraldo Alckmin, começariam por um inquérito imediato sobre a ferocidade policial, e seus chefes, entre o ataque de surpresa às 6h da manhã e o último pedaço de casa ou de móvel a ser estrelalhado.

À falta do que dizer sobre a tal investigação, sobra o que dizer sobre a própria falta. Não se soube de providência alguma de Geraldo Alckmin, e também nada se soube da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, cuja secretária, Maria do Rosário, manifestou seu horror ao ocorrido e comprometeu-se publicamente com as providências adequadas às suas obrigações.

Nada, porém. E nada das demais secretarias da Presidência também prontas a aparecer com as críticas óbvias e as medidas respectivas.

Uma providência, a rigor, uma houve. Laura e Marlene saíram do território de destroços informadas de que, a partir de ontem, os ex-moradores estão proibidos de voltar aos seus restos para garimpar uma ou outra coisinha.

Quem sabe até um brinquedinho de plástico ou uma peça de roupa, entre aqueles pedaços de suas vidas que logo vão ajudar a preencher o solo da especulação imobiliária.

Adeus, Pinheirinho

No local que já abrigou 9.000 famílias, em São José dos Campos, restaram só ruínas e lembranças

**LAURA CAPRIGLIONE
MARLENE BERGAMO
ENVIADAS ESPECIAIS A S.J. DOS CAMPOS**

"Acabou o Pinheirinho, entendeu? Isso aqui é propriedade privada, entendeu?" O segurança dirige-se a três homens que saíam do terreno de 1,3 milhão de metros quadrados, que já foi um bairro pobre de São José dos Campos, com casas, bares, igrejas, jardins e ruas, hoje desfeito em escombros.

Revistados, os três levavam abacates, abundantes ali. "Isso é furto, entendeu?", discursa o segurança, mão direita sobre o cinto da calça, onde prendia o spray de pimenta. "Na próxima, levo vocês para o DP, entendeu?"

Acabou mesmo o Pinheirinho, onde chegaram a viver 9.000 famílias, expulsas de suas casas no dia 22 de janeiro, em uma ação de reintegração de posse. Na sexta-feira, homens instalavam mourões para cercar a área. "A partir de amanhã, ninguém entra aqui sem autorização", disse um dos seguranças.

RESGATE DOS BICHOS

Veriane Araújo, 26, veterinária, entrou pela última vez no Pinheirinho. Estava com cinco mulheres, que trabalhavam no resgate de animais deixados para trás.

"Dezoito dias depois daquela guerra, os gatos e cachorros estão esfomeados, assustados, desidratados, mas ainda esperam por seus donos, em cima dos escombros das casas em que viviam", afirma Veriane.

O grupo de voluntárias andou por todo o terreno e encontrou dezenas de animais mortos. "Os donos saíram corridos, muitos deixaram seus animais trancados em casa, para evitar que se perdessem. Quando as retroescavadeiras entraram, derrubando tudo, três dias depois, soterraram os bichos".

Um dos 150 animais resgatados foi um cãozinho recém-nascido, localizado enquanto tentava mamar na mãe morta. "Ele não resistiu", lamenta Veriane.

GARIMPO NO TERRENO

Soterrados também foram livros, roupas, bonecas, brinquedos, camas, documentos, discos, geladeiras, fotos, bordados. Anda-se pelo terreno tropeçando em lembranças.

Como as do menino Ricardo Rodrigues Susine Junior, que em 2011 era aluno da professora Geni, da 4ª série A. Num envelope plástico, Ricardo guardava o presente de aniversário que sua classe lhe deu ao completar 10 anos.

Era um caderno preenchido com desenhos de seus colegas e um poema da professora, "sua amiga para sempre". Estava jogado no chão.

Toda a contabilidade da Igreja Pentecostal de Jesus, com suas paredes coloridas, aparecia junto a discos em vinil de Angela Maria, Ray Charles e de obras do compositor russo M. Mussorgsky. A vitrola também estava lá - o braço, no entanto, se perdeu.

CORTINA DE CROCHÊ

No abrigo providenciado pela prefeitura no Centro Esportivo do Jardim Morumbi, a cearense Josefa Gonçalves Diniz, 75, borda uma flor no pano de prato. Segundo a amiga, deitada no colchão ao lado, a casa dela no Pinheirinho "era linda". "Tudo ali era caprichado. Tinha geladeira, máquina de lavar, jardim, pomar e horta."

Josefa perdeu tudo -as retroescavadeiras chegaram antes que ela juntasse dinheiro para contratar um caminhão de mudança (os fornecidos pela prefeitura atenderam a poucas famílias).

"Sonho todos os dias com as minhas coisinhas. A cortina de crochê, as toalhas bordadas, a máquina de costura, os dois cachorros, os três gatos, os patos, as galinhas. Cada detalhe eu vejo no meu sonho", diz, chorando.

PIQUENIQUE

"Está ótimo aqui", surpreende Tiago, 6. Desde o último dia 25, o garoto inquieto e que não para de chutar o pé da repórter enquanto dá entrevista, é um dos ex-moradores do Pinheirinho abrigado em um alojamento da prefeitura.

Na última quinta-feira à tarde, contavam-se 38 crianças no local. "Para elas, é tudo uma farra", diz a avó de Tiago, Maria Idalina Mendes, 48. "Tem de dormir no chão da quadra de bocha? Vira acampamento. A comida distribuída é sem gosto? Eles fazem piquenique com biscoitos que o pessoal traz."

E tem circo. Zaquiel, 2, Guilherme, 3, e Breno, 5, correm atrás de uma palhaça que, desde o dia da reintegração, passa os dias ali, como voluntária, divertindo as crianças.

Milena, 9, está em um grupo com outras quatro meninas, fazendo pinturas.

Parquinho já havia no Centro Esportivo. Os moradores improvisaram uma sala de brinquedos e até um Playstation apareceu, doado.

Veja como ficou o local

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy, a quem parabenizo pelo discurso solidário com a população do Pinheirinho.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Não se encontrando presente, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

Já vou aproveitar para pedir a presença aqui, como oradores inscritos, que vão falar depois do Senador Mário Couto, dos Senadores Valadares e Vital do Rêgo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, o que me traz à tribuna hoje é um pronunciamento a respeito de uma recente decisão tomada pela direção do Basa no sentido de alterar as regras de aplicação do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Entretanto, quero abrir um parêntese para fazer, de forma muito entristecida, Senadora Marta, um registro. Hoje, logo cedo, pela manhã, faleceu um menino de 13 anos de idade, filho do ex-Deputado Federal por meu Partido, PCdoB, Flávio Dino, que hoje preside a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), ligada ao Ministério que V. Exª já dirigiu, Senadora Marta.

Flávio Dino é um grande companheiro, um grande amigo, ex-juiz federal, ex-secretário do Conselho Nacional de Justiça, alguém que conseguiu conquistar muitos amigos durante apenas um mandato, Senador Jarbas.

O garoto ontem se sentiu mal ainda na escola, aqui em Brasília, foi para o Hospital Santa Lúcia e veio a falecer hoje pela manhã porque estava com uma crise de asma.

Estive pela manhã toda acompanhando o Presidente da Embratur, Flávio Dino, e há uma suspeita de que faltou socorro imediato e correto ao menino. Ninguém neste País morre de asma, muito menos um garoto sadio, jovem, com 13 anos de idade, internado numa importante unidade de saúde do Distrito Federal.

Quero aqui lembrar que foi exatamente esse mesmo hospital que negou atendimento a um servidor público federal lotado no Ministério do Planejamento há pouco mais de um mês. Negou a internação, negou o atendimento porque aquela pessoa que estava tendo ataque cardíaco não tinha um cheque para fazer o depósito. Foi exatamente nesse hospital.

O corpo está agora no IML, passando por uma necropsia, para que possamos todos, inclusive a família principalmente, pai e mãe, chegar a uma conclusão.

Então quero aqui fazer esse registro, ao mesmo tempo em que hipotecó a minha mais irrestrita solidariedade a uma mãe e a um pai que não suportam ver

um menino de 13 anos de idade partir, principalmente dessa forma que não se explica corretamente.

Senador.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora Vanessa, também quero hipotecar o apoio e a solidariedade neste momento difícil ao Flávio Dino, amigo de longa data. Flávio Dino foi juiz federal da mesma época em que exerci o cargo de Procurador da República, irmão do Nicolau Dino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Maranhenses da melhor qualidade, cidadãos de bem. Nestes momentos difíceis por que passa a família, fugindo à ordem das coisas, à natureza das coisas: um pai enterrar um filho. Que fique aqui um abraço. E eu me somo a V. Exª neste momento triste dessa família enlutada.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço, Senador Taques, e tenho certeza e convicção de que não há palavra capaz de superar a dor de um pai e de uma mãe neste momento. Entretanto, e talvez a revolta maior dos pais seja pela forma inexplicável como se foi a criança. Inexplicável! Uma traqueostomia poderia perfeitamente ter resolvido o problema. Inexplicável!

Mas, Srª Presidente...

Pois não, Senador Vital.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Eu não poderia, Senadora Vanessa, deixar de apresentar junto ao pronunciamento de V. Exª, como fez o Senador Pedro Taques agora há pouco, a nossa imensa solidariedade. Não há palavras para decifrar a dor de um pai quando perde o seu filho de forma inesperada, como aconteceu com o nosso querido companheiro Deputado Flávio Dino, hoje Presidente da Embratur. Eu soube por intermédio da minha filha, que estava absolutamente consternada. Ela disse: "Painho, acabou a aula". Porque ela havia estudado com o garoto na Cultura Inglesa e fazia parte, até o ano passado, do Maristinha. Isso fez com que eu imaginasse que podia ser ela e como eu estaria agora. E esse tamanho de dor, fiquei absolutamente fora do espaço. Esses últimos tempos têm sido difíceis, perdi um parente de 31 anos de idade de forma extremamente violenta na Paraíba, e, agora, o meu amigo Flávio Dino perde um filho. V. Exª disse, há pouco, que não há palavras para explicar o tamanho da dor de um pai, somente uma palavra amigo, um aperto de mão, um beijo na face e um Deus te proteja, te dê fé, para continuar seguindo os caminhos. Receba V. Exª, que representa tão bem o PCdoB nesta Casa, esta manifestação do meu Partido, o PMDB, mas muito mais deste Parlamentar que admira Flávio Dino porque foi seu companheiro de bancada, seu companheiro de Comissão de Constituição e

Justiça da Câmara dos Deputados, uma das melhores inteligências a serviço do Governo Dilma e, hoje, está vivendo talvez uma dor insuportável. Encaminhe para o nosso companheiro essas palavras no pronunciamento de V. Ex^a cheio de dor, cheio de saudade.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Vital e, sem dúvida nenhuma, essas suas palavras são dirigidas ao Flávio Dino e sua família,

Eu repito aqui, Senadora Lídice, a quem concederei um aparte, que talvez a dor maior seja o fato de não haver uma explicação para uma morte tão repentina. Uma criança, aparentemente sendo atendida e assistida em um hospital, Senador Vital, falece dessa forma.

Durante o período em que estive com Flávio Dino e sua esposa, percebi o desespero daquelas pessoas e repito aqui: não quero, e seria um equívoco de nossa parte, Senadora Marta, fazer qualquer tipo de prejulgamento ou determinar culpa a quem sabe não a tenha. Entretanto, volto a lembrar um fato, Senador Vital. Um funcionário importante do Ministério do Planejamento..., aliás, uma das pessoas conversava hoje com o Ministro Paulo Bernardo, a seu respeito, ele que era responsável pela expansão do sistema de plano de saúde dos servidores públicos federais – uma pessoa extremamente dedicada – sentiu-se mal em uma madrugada aqui em Brasília; ele próprio pegou seu carro, dirigiu, foi ao hospital Santa Lúcia que lhe negou atendimento porque ele não tinha um cheque para dar como caução. Um cheque! Esse fato está sendo investigado!

Então, são essas coisas... Não é porque é filho de um ex-Deputado, Presidente da Embratur, um servidor do Ministério do Planejamento, mas isso nos remete a fazer uma análise da atuação das unidades de saúde deste País. Quantas pessoas perdem a vida por razões fúteis ou por falta de atendimento ou por negligência de unidades de atendimento. Enfim, acho que esse fato, como disse Flávio Dino, que sua vida, daqui para diante, será descobrir as causas que levaram seu filho de forma tão precoce.

Concedo aparte a V. Ex^a, Senadora Lídice, com muito prazer.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Senadora Vanessa, quero também trazer a minha solidariedade e a do PSB ao companheiro e amigo Flávio Dino, um dos mais brilhantes Deputados que passaram pela Câmara dos Deputados, de rara inteligência e competência singular e um grande amigo à frente da Embratur. Conheci seu filho quando estavam em férias em Salvador. Realmente é algo com que todos nós ficamos perplexos. Quero me solidarizar... Estarei com ele, pessoalmente. Acho que é absolutamente

antinatural um pai e uma mãe perder um filho na idade desse menino

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lídice.

Senadora Marta, agradeço o tempo que V. Ex^a me concede. Não vou mais falar a respeito do pronunciamento que me trouxe à tribuna. Faria um breve registro, entretanto, um registro que é muito mais que um registro. Vou fazer questão de que o Senado acompanhe muito de perto este caso, através da Comissão de Seguridade, da Comissão de Assuntos Sociais, que trata de assuntos relativos à saúde também. Nós precisamos, não para resgatar uma vida que não tem mais como voltar, Senadora Marta, mas, quem sabe, para evitar que outras vidas se percam de forma tão precoce.

Se V. Ex^a permite, Senadora Marta, gostaria de conceder um aparte ao Senador Rollemberg, apenas para concluir.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Prezada Senadora Vanessa Grazziotin, tive oportunidade, na manhã de hoje, quando chegava para presidir a reunião da Comissão de Meio Ambiente, de receber de V. Ex^a essa notícia tristíssima do falecimento do filho do nosso querido amigo, ex-Deputado e agora Presidente da Embratur, Flávio Dino. Não sei, porque saí da presidência da Comissão agora há pouco, em que circunstâncias aconteceu a morte dessa criança, desse jovem, parece que foi por choque anafilático. Efetivamente, devem ser apuradas as reais circunstâncias e causas da morte dessa criança, mas o que me cabe neste momento é lamentar profundamente. Imagino o sofrimento dessa família, do pai, Flávio Dino, tão atencioso, tão carinhoso com essa criança que morava em Brasília. Portanto, fica aqui a minha solidariedade, o meu abraço fraterno ao presidente da Embratur, meu amigo, Flávio Dino, dizendo que estaremos juntos com V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, acompanhando muito de perto, com muito rigor, as condições em que isso aconteceu.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodrigo e a todos os parlamentares que me apartearam.

Concluo mandando aqui o meu mais profundo e sentido afeto, um abraço a toda a família.

Obrigada, Senadora Marta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Aqui deixo também a minha consternação e indignação pelo relatado. Fico satisfeita que V. Ex^a se proponha a acompanhar a investigação desse caso, porque é extremamente sério, hoje, um menino de treze anos morrer de asma.

Com a palavra o Senador Mário Couto, como segundo orador em comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Senador Jarbas, acabei de ouvir com sentimento a palavra da Senadora Vanessa.

Senador Jarbas, a saúde no Brasil é um caos, Senador, é um caos. Provavelmente, mataram o garoto, provavelmente mataram o garoto!

Senadora Vanessa, a saúde no Brasil está muito difícil, Senadora, muito. Os hospitais, creia, Senadora, 90% estão infectados. Quem entra num hospital pega infecção generalizada e morre, Senador Jarbas. Procure fazer um levantamento. Não sei se na sua cidade, no seu Estado isso acontece. No meu Estado, os grandes hospitais estão matando. Você entra com uma dor de garganta simples, como o garoto de que falaram agora, que entrou com uma crise asmática. Isso não tem cabimento, isso cria revolta. O Ministério da Saúde não toma providência nenhuma. A saúde no Brasil é um caos, brasileiros e brasileiras, nós estamos perdendo parentes dessa maneira, como esse pai deve estar sofrendo a perda desse menino que entrou com uma crise de asma e morreu aos 13 anos de idade. Isso vem à tona porque ele é conhecido de políticos; é político e veio à tona, veio até o Congresso Nacional, veio ao Senado Federal, mas é comum, é normal, é diário o que está acontecendo neste Brasil.

A saúde no Brasil está em crise. Nem era sobre isso que eu iria falar hoje. Eu falaria das privatizações. Eu escutava atentamente a oradora nesta tribuna e não pude deixar de falar. Tenho que deixar o assunto das privatizações para amanhã, pois não posso me calar diante de um fato como esse.

Paraenses, vocês sabem disto: há hospitais de grande porte em Belém. E, semana passada, dois ou três conhecidos entraram com pequenas crises que eu chamei de apendicite e acabaram falecendo ao contrair uma infecção generalizada em um grande hospital de Belém. E não é o primeiro caso. Há centenas de casos em que o paciente entra com uma simples doença e pega infecção generalizada no hospital, que é o que deve ter acontecido com esse jovem de treze anos de idade, Brasil!

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Temos que falar mais alto, Senadora, temos que gritar na tribuna, temos que chamar a atenção das autoridades. O Ministro da Saúde tem que fazer alguma coisa neste País. Não podemos mais nos calar, Senador Jarbas

Vasconcelos. Os brasileiros estão morrendo ao entrar nos grandes hospitais deste País.

É preciso fazer uma fiscalização severa nesses hospitais. Os seus donos ficam ricos, e as pessoas que lá entram com uma doença simples saem mortas porque pegaram infecção generalizada. Isso acontece na maioria dos hospitais brasileiros. A família paga um plano de saúde caro, e um menino entra num hospital como esse com asma e sai morto.

Brasil, Senadora, aí não tem cor partidária, aí não tem partido político. Nós temos que nos unir. Nós temos que nos unir! Esse caso não é o primeiro, Senadora. No meu Estado é comum. Vou repetir: no meu Estado é comum; nos grandes hospitais do meu Estado é comum.

Nesses últimos meses, pelo menos uns dez ou vinte conhecidos meus entraram com problemas simples em grandes hospitais da minha terra e saíram defuntos! Saíram mortos! Isso é geral no Brasil!

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro da Saúde, acorde! O Brasil está assim, Ministro!

Eu ia falar das privatizações, mas, ouvindo a Senadora, preferi alertar o Ministro e vou bater nessa tecla por muito tempo, por achar que, ainda, os hospitais públicos e privados vão ceifar muitas vidas, as dos que entram nos hospitais com uma simples doença e saem mortos.

Senadora, eu sinto a morte desse jovem...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone.) – ... de 13 anos, mas externo que muitos e muitos...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerre, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ...brasileiros já se foram pela irresponsabilidade do Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mário Couto.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Não se encontrando, eu vou pedir para a Senadora Vanessa assumir a Presidência, porque fiz uma permuta com o Senador Vital do Rêgo para fazer uso da palavra.

A Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy, que falará como oradora inscrita, por permuta com o Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezada Senadora Vanessa, prezados Senadores e Senadoras, quem nos assiste em casa, quem nos ouve pelo rádio, o assunto que me traz aqui hoje é muito espinhoso, muito triste, acredito, para todos nós. Trata-se de reportagem publicada no jornal *O Globo* no penúltimo domingo. O texto denuncia a existência de cerca de meio milhão de mandados de prisão não cumpridos no Brasil. São 500 mil mandados de prisão não cumpridos. Será que isso é verdade? O número é tão alto! Considerando que a população carcerária do País é de cerca de 514 mil pessoas, é como se para cada cidadão preso, houvesse um cidadão foragido, que também deveria estar na cadeia.

O não cumprimento de mandados de prisão é um problema extremamente grave, que ameaça a vida dos cidadãos brasileiros ao se deixarem à solta criminosos perigosos que apostam nessa impunidade.

O número apresentado por essa matéria do jornal *O Globo* é alarmante e deriva não só da falta de investimento e de capacidade das polícias, como do déficit de vagas prisionais. Afinal, a falta de vagas emperra todo o funcionamento do sistema criminal, criando desincentivos para que as polícias estabeleçam a captura como prioridade.

O segundo aspecto alarmante do número – meio milhão de mandados – é justamente tratar-se de mera estimativa. Não há dados, números definitivos. As poucas bases de dados estaduais não são integradas nacionalmente. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – agora, ninguém está mais questionando sua competência para tanto – deu início à implantação do Banco Nacional de Mandados de Prisão, previsto em lei aprovada por este Congresso em maio de 2011. Seu sucesso é fundamental para organizar o sistema e tornar possível um diagnóstico da situação de cada Estado brasileiro.

Aí, sim, vamos poder enfrentar a terceira questão que envolve o não cumprimento dos mandados de prisão no Brasil: a validade dos mandados, tanto do ponto de vista formal – considerando a data de sua expedição, prazos de prescrição e outras formalidades – quanto ao aspecto de mérito, se a prisão deveria ou não deveria ter sido decretada. De fato, com a implantação do Banco Nacional de Mandados de Prisão, ficará claro que, muitas vezes, a prisão não deveria ter sido decretada, que poderiam ter sido consideradas alter-

nativas às penas privativas de liberdade. Será possível também saber se determinado tipo de crime tem seus mandados menos cumpridos: será que mandados de prisão decorrentes de crimes de violência doméstica são negligenciados sistematicamente pelos policiais? Só a transparéncia de um banco de dados nacional nos revelará isso. Essa comparação com o cumprimento de outros mandados é importante para nós mulheres, haja vista o recente número de assassinatos.

Desde 2009, o CNJ tem promovido os chamados mutirões carcerários, em que são revisados processos criminais. Nesses mutirões, muitos erros são encontrados, até mesmo presos com penas já cumpridas. Da mesma forma, depois de implantado o Banco Nacional de Mandados de Prisão, creio que o CNJ terá de promover mutirões para a revisão dos mandados, especialmente tendo em vista as recentes alterações da legislação penal quanto às medidas cautelares.

Finalmente, com informações confiáveis e públicas para formar um diagnóstico preciso da situação, vamos dispor de meios para cobrar várias soluções, para dar um encaminhamento nisso. Vamos cobrar das autoridades policiais uma maior dedicação ao cumprimento dos mandados de prisão e vamos cobrar dos governos a construção de novas vagas em presídios e tudo o mais que o diagnóstico constatar. Assim, o Brasil vai deixar de ser o porto seguro daqueles que, já reconhecidos pela Justiça como perigosos, não são por ela alcançados e ficam livres para cometer crimes previsíveis e também evitáveis.

Também quero deixar aqui um comentário sobre o aumento da violência no País. Senadora Vanessa, assim como há cada vez mais assassinatos de mulheres – parece que isso não tem fim nem diminuição –, vemos também a violência contra os homossexuais.

Hoje, o episódio do Galeão está em todos os jornais. Vi na televisão a entrevista do rapaz que foi agredido e que diz: "Mas não foi um ato que eu poderia dizer que foi homofóbico". Às vezes, a pessoa não tem essa consciência. Parece-me que, realmente, o início do ato não foi homofóbico. Se eles não tivessem brigado com o taxista, que era clandestino – eles não quiseram entrar no carro clandestino e aí foram agredidos –, ele os teria levado normalmente como passageiros. Mas, na hora que eles disseram "não entramos neste táxi porque é clandestino", aí veio todo o xingamento, que não quero repetir aqui, porque foram coisas muito grosseiras e degradantes.

Então, vemos como é importante termos mais consciência, como é importante haver uma lei que criminalize a homofobia, porque essas situações estão cada vez mais sérias.

Quero também comentar uma matéria divulgada recentemente sobre meninos e jovens do Norte e do Nordeste que estão sendo aliciados para se tornarem transexuais. São rapazes homossexuais que são aliciados, nos quais são aplicadas injeções de tudo que é tipo para torná-los travestis. Isso é seriíssimo.

Sei que está marcada para amanhã uma reunião da Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, com autoridades, para que possamos inibir esse tipo de comportamento extremamente degradante e extremamente nocivo à sociedade brasileira, que nos deixa a todos muito envergonhados pelo fato de uma situação como essa acontecer em muitos lugares e sair em todos os jornais.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a por ter ficado, durante esses minutos, na Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa é que cumprimenta V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, pelas preocupações manifestadas em seu pronunciamento.

Senadora Marta, devolvo a direção dos trabalhos a V. Ex^a e já convidado para fazer uso da tribuna, para fazer seu pronunciamento, como inscrito no período de comunicação inadiável, o Senador Jarbas Vasconcelos.

A Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Senhora Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, meu objetivo em vir hoje a esta tribuna é para tratar de uma das obras mais importantes para o Nordeste brasileiro. Estou falando da Transposição das águas do Rio São Francisco, que, inclusive, foi a principal motivação da viagem que a Presidente Dilma Rousseff fez à Região na semana passada.

A propósito, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Presidente da República Dilma Rousseff está no Governo há 9 anos, 1 mês e quinze dias. Foi Ministra de Minas e Energia, ocupou a chefia da Casa Civil, onde foi apelidada de “Mãe do PAC”, depois candidata e, finalmente, Presidente da República.

Não faz dois anos que a Presidente foi ao Nordeste verificar as obras do rio São Francisco. Ela sabia de tudo, como candidata, ela viu os embargos e os percalços da obra, os problemas com as empreiteiras, o percentual ínfimo que é destinado pelo Governo Federal para o andamento das obras. Repito, ela sabia de tudo. Então, transforma, mais uma vez, o Nordeste

em palco das piores encenações, encenações que são costumeiras com relação ao Governo Federal.

Eu acompanho esse projeto desde o seu nascê-douro, pois era Governador do Estado de Pernambuco quando foi assinado, em 2005, o acordo para a sua realização, com o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Como se vê, estamos completando sete anos desde a efetivação do projeto.

A Presidente não pode, em uma visita ao Nordeste, surpreender-se, estranhar o mau andamento e o fraco desempenho da gigantesca obra da transposição do Rio São Francisco.

Em 1º de setembro de 2005, assinei dois documentos: O Termo de Compromisso para a Garantia da Operação Sustentável do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e o Termo de Compromisso Para Implementação de Projetos Complementares.

O primeiro texto foi subscrito também pelos governadores da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, e pelos Ministros Ciro Gomes, Dilma Rousseff, da Casa Civil, e Marina Silva, do Meio Ambiente. O segundo documento foi subscrito por mim e pelos Ministros Ciro e Dilma.

Todos tínhamos noção da complexidade dessa obra, mas é evidente que o Governo Lula e depois o Governo Dilma Rousseff não trataram o empreendimento com a devida atenção. Os erros foram se repetindo, o orçamento estourou e o prazo previsto para sua conclusão foi empurrado agora para o ano de 2014.

A verdade é que a Transposição é prioridade apenas no papel, pois a prática do Governo mostra o contrário. Em 2011 como destaquei a obra recebeu apenas 13% dos recursos destinados a ela no Orçamento Geral da União. Logo, não se entende que o Governo diga de público que é uma obra prioritária, se em 2011, depois das eleições de 2010, quando ganhou a eleição, destinou para essa grandiosa obra apenas 13% do seu orçamento.

Uma olhada no Sistema Integrado de Administração confirma que essa é uma prática recorrente desde o final do governo anterior e não ocorre apenas com a Transposição, é uma regra que vem atingindo quase todas as obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada, antes da chegada da Presidente da República ao Nordeste, o **Jornal do Commercio** do Recife iniciou a publicação de uma série de reportagens intitulada “Transposição – Novos obstáculos”. Com texto de Giovanni Sandes e fotografias de Priscilla Buhr, o material não só traz uma completa radiografia da importância da Transposição, como apresenta, de forma

jornal do commercio SEGUNDA-FEIRA

Transposição parada, cidades na expectativa

Onde a obra foi interrompida, o boom econômico deixou saudades. Governo promete retomada. Esse é o tema da 2ª reportagem da série. **• páginas 10 e 11**

Um vazio que só traz ansiedade

Textos Giovaniel Sandes
Fotos: Priscilla Bühr

Dois irmãos em uma moto no meio do Sertão perseguiam o carro do JC. A mãe deles pensou que a reportagem era parte de uma nova frente de obras da transposição do São Francisco. Os jovens aceleraram na estrada de terra. Queriam entregar um currículo. A série Transposição. Novos Obstáculos mostra hoje a ansiedade, a frustração e os impactos do projeto onde ela parou e onde nenhuma teve início. Além disso, alerta: a bonança da fase de construção tem prazo curto. Pessoas e governos já se preparam para a pós-obras.

O Nordeste vai esperar alguns anos só ver os 713 quilômetros de canais da transposição do Rio São Francisco virarem um esquife de fuga à terra seca, rasgando o Sertão. A execução da obra ainda está em 58%. Mas nas cidades localizadas no trapézio das bacias, a ansiedade é por uma recuperação mais imediata. Quando a obra parou em 2011, interrompem pequenos "booms econômicos" em cidades do interior, que viram os habitantes se envolverem e o comércio perder força, sem o movimento de militares de trabalhadores. Por isso os novos anúncios de retomada de uma nova frente de construção reazem muita expectativa nos sertanejos.

A transposição lida com proporções gigantescas e por isso precisa de um exército de operários. Para ficar em poucos exemplos, os canais ao todo vão retilinear o caminho 82 milhas de metros cúbicos de água (900 Maracanãs lotados de pessoas) e usar 12 milha de metros cúbicos de concreto, que dará para construir 750 prédios de 22 andares. - Salvador teria mais 555 edifícios, construídos em obras.

A demanda gigante por moradias, hospedagens, comidas e tanto de outras cidades cunhadas pelos trabalhadores que impulsiona forte em detrimento da economia. A obra já teve 9 mil empregados. Até passado, novos conselhos de improviso foram criados. Desses, apenas um voltou, um total de quatro frentes em atividade, até o mês passado.

Segundo os dados oficiais, o número de operários da transposição bate marca de 4.900. Segundo rumores, o JC apurou a cifra em canhões de obras, há cerca de 5 mil homens. Seja qual for o número, o custo é grande, exatamente onde há menorismo e onde a transposição parou. No leste 9, em Floresta, alegadamente ameaçados lotados hoje exibem suas portas e janelas "vazias", em grandes letreiros.

O Ministério da Integração Nacional informou que a recuperação é gradativa. Projeta 6 mil operários até julho, uma espera matinal. "Aqui era loco dizer que causa das obras. Passou quase um ano assim, nem viu gente. Daí começou a cair, até que em outubro fizemos pressionamento zero hospitalar. Tinha um dia, duas quartas-lugares de 30 que não temos", conta Juliano Oliveira, 23 anos, filho de um recepcionista-faz-tudo que naquela época já administrava o seu tipo de serviço e ajudava na administração da

Hotel Portal do Sertão, em Salgueiro. A cidade, no Sertão Central de Pernambuco, viveu simbólico da mudança econômica levada pelas obras federais. Ela ainda se encontra a transposição e a Ferrovia Transnordestina, que tem a base industrial no município. Mas o emprego em Salgueiro não é o mesmo. Com o avanço da estrada de ferro, as frentes de obras lentamente migram para áreas mais distantes. A transposição só parou no leste 2, há um ano, reduziu de 600 para 200 os operários da obra e desde dezembro espera o leste 8.

Por tudo isso, a preocupação no Portal do Sertão, conta Juliano, é pagar as prestações da troca de ar-condicionado de todos os quartos por modelos split. "O hotel sempre tem movimento nas férias. Salgueiro é estranhamente, caminho para muita gente que viaja para rever a família ou iniciar no capital. Então, em dezembro e janeiro suei muito. Mas quando quero passar essa época, é difícil."

A incerteza é grande principalmente para quem ainda sonha em ter sua primeira oportunidade de ganhar com a transposição. Entre Salgueiro e Terra Nova há 15 quilômetros da estrada asfaltada mais próxima, a ansiedade desse gente segue a reportagem na garupa de uma moto.

Esse é oito no início do texto, o carro do JC saiu das traseiras do ônibus do Rio Nordeste da transposição, uma turma de 70 quilômetros em estradas precárias. Ali, no meio da estrada, onde quase não há movimento, na pista de pedras e areia, a maioria de Rainhaúna, Pernambuco, Nísia, 38 km, desaparecida, metade o veleiro passando.

Segundo Rainhaúna, pela local isolada, ele acredita que era o pessoal da Mendes Júnior ou da Gerdau, que há quase seis meses reverberou ter iniciado as obras do leste 8, perta da casa da família. O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, em 26 de dezembro chamou a imprensa para "visitar as obras" daquele leste. Até dirigiu um dia 200 caminhões fora de estrada, gigantes com capacidade de até 100 toneladas, e pôs pra fumar. Até o mês passado, os imenses veículos não carregaram um saco de areia.

Rainhaúna seguiu a orientação da mãe.

Ajmedson, pegou um envelope e deu coroa ao Irmão Cleófilo Soárez. Ele 32 anos, vigia o cemitério que estava em casa, no momento. Subiram na moto e correram para alcançar a reportagem. Era a hora do emprego, para chegar a apenas um murelito.

O engenheiro desce e Rainhaúna, mesmo frustrado, topou conversar um pouco. Ele ficou desempregado às vésperas do Natal passado. Voltou do Ceará para a casa da pais em 28 de dezembro e não conseguiu mais trabalho. "Antes eu estava em Petrolina, como chef de turma, no reforma de casas. De lá fui para Petrolina, embalhei em um escritório imobiliário, mas só estava dando certo não. Então eu vim embora e comecei aqui".

Cleófilo também voltou para casa após perder o emprego. Ele trabalhou em Palmares, em um trecho da BR-316, e na volta para Salgueiro leva a sorte de conseguir o posto de vigia, o único trabalho no leste 8, em Salgueiro.

O resto de obras, para a construção de estações elevatórias em Salgueiro, Terra Nova e Catolé, foi licitado duas vezes. Na primeira, o Consórcio L3A e Eletro propôs lucrar os serviços por R\$ 97,6 milhões, mas desistiu antes de começar. Depois de uma "nova licitação", o leilão foi assumido pelo Irmão Júnior, da Gerdau, por quase o triplo do valor original, R\$ 275,9 milhões. E, apesar do anúncio de Bezerra Coelho feito em dezembro, com a 8 a leste 8 estiverem em obras em Salgueiro, ele só começou em 11 de janeiro, mas em outra frente, Catolé. A chegada da primeira equipe foi acompanhada, por coincidência, pela reportagem do JC.

Conclusão da obra já provoca preocupação

Ópico das obras da transposição já passou. O efeito multiplicador das empresas não será tão forte quanto antes, nem vai durar muito. Em municípios como Salgueiro, os governos planejam o cenário após a construção.

Salgueiro, só no litorânea, é cidade-polo do Sertão Central. Lá a prefeitura realiza o planejamento social, problemas que devem ficar para trás, após as obras. Unas das questões é que cresce a geração de adolescentes, algo que ocorre em locais de grande concentração de operários, como no entorno do Complexo Industrial Pernambucano de Suape, no Grande Recife.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não separa a informação por idade da mãe e aponta que, de 2007 a 2010, os nascimentos em Salgueiro foram estáveis, próximos de 1.050 pernas anuais, com alta de 9% em 2009, e depois uma volta à média.

Mas a prefeitura tem outras preocupações, como avaliar o uso de drogas.

"Há cinco anos, fizemos previsões de que esses problemas poderiam acontecer", diz a secretaria de Planejamento de Salgueiro, Ana Neide Barros. Como devem ficar morados no município ex-município da transposição e da Ferrovia Transnordestina, a cidade se preocupa-

pa também com uma proporção desfavorável: população maior e menos empregos.

A curto prazo, faltam opções. A corrida será mesmo pelos desdobramentos dos grandes projetos federais.

Um deles seria iniciado pela Transnordestina, uma possível parceria pública-privada (PPP) que viabilizaria um grande centro logístico na cidade, equidistante das capitais do Nordeste. Mas a transposição também é desobrigada. O projeto, no futuro, é usar a área que corre pelo leste 8, para criar perimetros irrigados no semiárido. "A transposição também é estruturadora. É só pensar em Petrolina", afirma o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), Márcio Stefanelli Petrópolis, no Vale do São Francisco, é o segundo maior produtor de uvas do Brasil e o segundo maior Prolífero Interno Bruto (PIB) do interior de Pernambuco.

Sefani comentou que o Estado direcionou incentivos fiscais para o interior, além de prestar distintos industriais em Arcoverde e Serra Talhada. Se todas as fábricas licenciadas em 2011 saírem mesmo do pacote, serão 5.632 empresas, número alto para o histórico do interior da região.

Desapropriação também gerou atraso no projeto

As desapropriações para a transposição geraram muitas litígios na Justiça, mas também grande mudança de vida para quem foi contemplado diretamente com moradia nova. A quantidade de ações na Justiça Federal chega a 1.279, incluindo processos de quem perdeu apos na metade da segunda na si. A transposição desapropriou ao todo 2.700 famílias que ocupavam terras para a construção de 215 km de extensão de canais.

As ações na Justiça fizeram um grande mal para a obra no início das obras da transposição, junto dos licenciamentos e das negociações por problemas nos projetos. Mas quem teve uma casa tocada por outra gestou o mal que veio.

"Em Uni de Ilheus, a gente tinha uma escola fechada. Não tinha portão de saída para fazer estudo. Aí para arrumar trabalho, tinha que sair para a rua. Hoje meu marido trabalha de pedreiro na reforma das casas daqui mesmo", relata Cleonilda.

O marido dela chegou a trabalhar no leste 3 da transposição, mas saiu do emprego há quase 2 anos. Uni é vizinha do enteiro de obras do consórcio Encalço, Converp, Arvel e Recôncavo, que com 47% de execução física e que até o mês passado tinha cerca de 200 operários.

Questionada sobre a quantidade de carros e reformas de casas em Uni, Cleonilda garante que todos são os mesmos vizinhos de zonas de risco, de Uni de Ilheus, como agora se chama o antigo perímetro. Muito daquela gente, explica, malha condições de comprar uma moça.

"Tudo bateu mal, mais fácil de arrumar trabalho", complementa a dona de casa.

Cidade cearense mantém ritmo e se beneficia

Apenas em uma cidade, Mauriti, no Ceará, a transposição manteve um grande número de operários, contados às várias cemeterias. As obras do lote 5, um trecho de 39 quilômetros de canal, empregam mil operários, o equivalente à soma de todas as outras empresas que a construção continuava, mas só até o mês passado.

Sentado ao sul do Ceará, José Milton da Costa há 2 anos é ajudante nas obras da transposição. Aos 49 anos, ele diz que sempre sonhou em trabalhar perto de sua casa, no Sítio do Babão do Mororó, em Mauriti, em uma atividade que não fosse ligada ao campo.

"Quando era mais moço, queria um trabalho melhor que agricultura. Aqui não tinha e fui para São Paulo, mas lá era difícil. Então voltei e o jeito foi trabalhar com terra de novo. Passei 16 anos plantando fumo para a Souza Cruz", relata o ex-agricultor. A chegada do consórcio das construtoras Eletro, Delta e Gertel animou José, que disputou e ganhou uma dívida de consumo.

Ele conta que sua busca não era por orgulho, para mostrar emprego "fichado", como muitos chamam a carteira assinada. O trabalho na Souza Cruz era formal. A questão era dar vida melhor à esposa e aos dois filhos. Na visão dele, isso só viria de um emprego que não é rural.

José Milton afirma sempre apreendido por não ter condição de dar um egrado aos meninos. Hoje só não comprou ainda uma moto, o novo meio de transporte popular no Sertão. Mas desde que virou operário já melhorou muito a casinha no Babão do Mororó. Comprou inúmeras novas e agora tudo mundo em sua casa corre bem, três vezes ao dia.

O lote 6, onde José Milton trabalha, ainda tem bastante serviço pela frente. Ainda falta revestir de concreto 24 quilômetros do canal, de 39 km. Contudo, o operário sabe que, uma hora, quando tudo estiver pronto, vai ter que deixar o atual emprego e também o salário, o dobro do que recebia no trabalho anterior.

José Milton, purinho, se diz tranquilo: já poderia ter saído antes, na dinâmica normal da obra. "Nessa de erra gente, sai gente, e cobra sempre fico com medo. Mas não pode não. Tem que esperar para ver."

Na comparação com todos os outros lotes, o de número 6 é visivelmente o mais movimentado,

um fluxo de pessoas maior do que a de todos os outros canteiros de obras ativos somados, nas contas da reportagem. De saída, a quantidade de caminhões e tratores circulando é bem maior, assim como a quantidade de gente no estacionamento de funcionários. Na maior parte da transposição, os canteiros de obras parecem mini-cidades-fantásticas, daquelas de velhos filmes de faroeste.

No lote 1, da Consórcio Companhia Águas do São Francisco, associação das empresas Caribca, S.A., Paulista Christiani Nielsen Engenharia e Serviços Civilian, nada de máquinas, muito menos de trabalhadores e moros. Naquele canteiro, base de um contrato que vale R\$ 279,3 milhões (o valor do aditivo ainda não foi divulgado), em vigia passa os dias guardando uma bomba de combustível (que há muito não abastece trator nenhum) e pequenos abrigos de madeira, onde, em um deles, ainda se lê uma placa de "não há vagas".

O Águas do São Francisco era responsável por outros dois lotes no Rio Norte da transposição, o 1, em Catuaba, e o 7, em São José de Piranhas (PB), trechos onde hoje só há vigias. O governo já anotou a renomeação do 1, até março, com um aditivo que elevou seu valor para R\$ 297,8 milhões. Mas o 7 terá o contrato original, de R\$ 170,4 milhões, rescindido, porque o governo não deu o aumento pedido pelo consórcio, acima do teto legal de 25%.

No lote 13, o céu não chega a ser curioso. Lá, mês passado havia só 12 funcionários: a segurança e o que restava do pessoal administrativo.

O Exército também tem suas bases de obras, em Floresce e em Cabrobó, para cuidar dos canais de aprimoramento, a medida efetiva da água do São Francisco nos Estados Leste e Norte.

Mas é na comparação com os lotes com empresas privadas que o lote 6 soma muito mais funcionários. O Ministério da Integração Nacional informa, em uma planilha de dados de dezembro, que o somatório geral de empregados seria de 3.600, mas não detalha por contrato.

Em janeiro, depois de ir em todos os lotes ativos, um a um, o levantamento da reportagem apontou um total de 2 mil empregos. Fora o lote 6, os totais são de 200 no lote 3, em Salgueiro, bem no lote 11, em Serrinha, e cerca de 650 no lote 14, entre São José das Piranhas e Cajazeiras, também na Paraíba.

A obra chegou e a água acabou

Textos: Giovanni Sandes
Fotos: Priscilla Bohr

No povoado de Montevidéu, em Salgueiro, a ironia é dramática. As obras da transposição chegaram e a água acabou. Fica difícil saber o motivo, afinal cada um dá uma opinião diferente. Solução, no entanto, ainda não há. Ali perto, ipsòs a divisa com o Ceará, a situação é insólita. A obra virou pista de enigma. Na terceira reportagem da série, correça as dissonâncias e ainda o mais polêmico trecho do projeto.

Montevidéu, nome da capital do Uruguai, é um povoado nordestino. Especificar mais que isso é difícil, até para os governos. No mapa, integra o município de Salgueiro, Pernambuco. Mas fica tão perto da divisa com o Ceará, da cidade de Penaforte, que se perde no empate-empate entre autoridades. Em 2009, chegou lá a obra da sumida transposição do Rio São Francisco. Montevidéu parecia ter sido premiada com a construção que simbolizava a esperança de água no Sertão nordestino. Foi o contrário. Por uma grande ironia e uma coincidência de problemas, a transposição chegou e a água acabou.

As versões são desencontradas e cada um aponta um motivo para ter faltado água em Montevidéu. O problema é que todos têm justificativa, mas só agora ninguém de fato apresentou uma solução. E assim, no meio de muitas desculpas, Montevidéu se perdeu entre Pernambuco e Ceará.

Aí passa o lote 4, contrato que o Ministério da Integração Nacional deu para construir com o consórcio Eneás, Convaç, Arvel e Record. São cinco segmentos de canal em 20 quilômetros de extensão, com túnel e até barragem. O lote, para dizer malo gessoado, apresenta o pior avanço nas obras, de só 13% de execução física.

O Aqueduto Oliveira era a única fonte original de água para 144 famílias de Montevidéu. Uma outra forma de abastecimento surgiu de um arranjo entre a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), a Prefeitura de Salgueiro e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).

Pela proximidade com Penaforte, fluiu

mais fácil levar ao povoado a água da Cagece, por uma rede de canos instalados em Montevidéu pela Compesa. O abastecimento era rationado, cerca normal no Sertão, onde cidadãos ficam 15 dias ou mais sem água, motivo que é justamente um dos grandes motivos da existência da transposição.

Do acorde ou da Cagece, as famílias estocavam o que podiam. Vêm a construção e, embora a razão não esteja muito clara por causa das diferentes versões apresentadas por moradores, Compesa, Cagece, prefeitura e governo federal, durante as obras, a água acabou.

Nas casas, os medidores nos canos não têm medição. "O relógio [MEDIODOR] está ali. Eu já levei foi torcida", ironiza a aposentada Maria Rosa da Silva, 64 anos. Ela não sabe por onde começar a reclamar. Faz falta por desabafar, mas a insatisfação é grande. Assim, a aposentada faz tudo na mesma temperatura, resmunga e fica com raiva. "Sem água não posso não. Não estou gostando. Estou aqui assim, sofocada. Esperar que chegue igual? Como é que não chega essa água na minha casa?"

No terreno dela, há duas casas, ambas da família, munidas hoje com água comprada a intermediários, que cobram caro. O marido de Maria Rosa passa o dia fora. Ele tem 66 anos e nunca se apaixonou. A água comprada a terceiros, a corrida, os remédios e aquela rara chacrinha, tudo sai dos R\$ 622 da aposentadoria de Maria Rosa.

"Está bem quando chega a água encanada. Sempre chega e eu botava num depósito, em uns baldes, para quando faltasse eu me prevenir. Agora não tem. Tem vazila, mas não tem água. Nunca dá nem para encher. Porque água vem cara, água vem pouco, todo dia a gente gasta. Como é que pode? Água tem que ser muita, né? Numa casa a pessoa gasta água", enfatiza.

O problema é identificar o que aconteceu. Os pedreiros moradores da região falam que as obras romperam o aqueduto. Maria Rosa diz que a transposição quebrou os canos. A comunidade alertou a prefeitura sobre o suposto risco de uma bomba de água. E o Ministério da Integração Nacional garante que o aqueduto romreu sólito e não foi rompido. A Cagece, processada, silencia.

Nessa confusão, a única que admite alguma responsabilidade nos problemas é a Cagece, que, em nota, informa ter impedido pelo estacionamento de manter o fornecimento para Montevidéu, território forte do Ceará. Mesmo assim, não apresenta alternativa. Estaria "estudando soluções jurídicas".

Maria Rosa fica enroscada no jogo do empurra e diz que, em uma dessas idas e vindas, pensou em usar violência. "Eu não estava gostando de jeito nenhum. Uma vez eu estava tão abusada que tirei vontade de cortar um caminholi lá em cima", fala, em tom risrido, referindo-se a alguma "autoridade" que não cla-

quis revelar. Quando a situação aperta mesmo, Maria Rosa e os vizinhos apelam até para o restinho de água enlatada no reservatório. "As vezes a gente vai apachar naquele aqueduto. Mas eu não gosto, a água está nojenta."

"A gente tinha um sistema de abastecimento, a partir de um aqueduto que existiu na região. Antes mesmo da transposição, consumímos um novo sistema que complementaria essa água que vinha do aqueduto, uma articulação com o Estado do Ceará", relata a secretária de Planejamento da Prefeitura de Salgueiro, Ana Neide de Barros.

Apesar da Cagece admitir por escrito que suspendeu o fornecimento para Montevidéu, a secretária afirma que o problema seria apenas da frequência com que a água chega da companhia cearense. "As casas continuam com o mesmo número de ligações [com a rede da Cagece]. Temos discussões com o Ceará para tentar fazer um abastecimento mais regular", afirma Ana Neide.

A coordenadora-geral de Programas Ambientais do Ministério da Integração Nacional, Elianehê Odísio, assegura que o Aqueduto Oliveira não foi rompido e que houve apenas a abertura de um vedaçâo, para dar segurança ao reservatório. O nível de água baixo seria em razão da estiagem. "Eu insisto, não rompemos o aqueduto", reforça. Ela adianta, porém, que no futuro o compimento será necessário por causa da transposição, uma intervenção com anuência da Prefeitura de Salgueiro dada por escrito em 5 de maio passado. A contrapartida será a construção de um outro reservatório, a 1,5 quilômetro dali.

Enquanto isso, o Aqueduto Oliveira, vacío, contrasta com alguns segmentos do lote 4 que acumularam água das últimas chuvas. Em 14 de outubro passado, um homem até morreu afogado em um dos trechos do canal. Seu corpo só foi encontrado por um mergulhador dos Bombeiros de Santa Terezinha, deslocado para as buscas.

Diane da completa ausência de sugestões para resolver o drama do povoado, na entrevista, Elianehê se propõe ao menos a começar a discussão. "Vou fazer o seguinte: vou estar em Salgueiro na semana que vem [NPSTA SEMANA] me comprometendo a provocar uma reunião com o prefeito [Marcos Lôbo de Sá] ou com a própria secretária Ana Neide para definirmos alternativas, estudarmos uma solução para aquela comunidade."

Maria Rosa, a aposentada, lembra das outras promessas de religação do abastecimento. "Nós vamos lembrar ai, vai voltar água para a senhora". Cadê essa água que não chega? só quando Deus mandar. Eu vou ficar aqui esperando por Deus. Diz que quem espera por Deus não cessa e eu echo que estou cansando, mas estou levando", comenta, indignada, e emenda uma risada nervosa, num misto de incredulidade e raiva.

economia

Projeto parado criou inusitada pista de cooper

A cidade de Penaforte, no Ceará, é a área urbana mais próxima do povoado de Montevidéu, no município pernambucano de Salgueiro. Penaforte e Montevidéu são separados só por uma linha imaginária, a divisa entre os Estados. Mas a Riofriense separa a fiação das tubulações da falta de água em Montevidéu daquela com a que virou a transposição em Penaforte.

No entanto, por volta das 17h, com o sol mais intenso e a brisa fresca, a população sai de casa. A maioria coloca as escadas nas ruas ou simplesmente conversa apoiada nos muros e portões. Mas alguns outros fazem o diferente. Põem a roupa de ginástica e saem para andar. Vêm daí a curiosidade. Aos poucos, pessoas e animais montam a pista de corrida e pista de caminhada que a natureza criou ao lado da estrada que liga Penaforte a Riofriense.

Ali continua o mesmo lote 4 que, praia da Minicidade, está parado desde maio de 2010. Aquela pedração do Rio Negro da transposição virou uma espécie de extensão da área urbana de Penaforte, de 320 para 300 do município. Naquele ponto, a estrada fica abaixo da nível da maré, na regiões da pista que continua o segmento da transposição é uma planície praticamente seca. Os atletas ficam dando voltas, caminhando e entrando, ao redor desse trecho de cana.

Trechos fazem a corrida. As seringas abertas pelo JC, descrevem desconfiar do que se encontra. Mirar, e caprichar em bom humor.

"Virou pista de cooper", dizia Maria Ferreira, 52 anos, servidora municipal. "Como a cidade não tem área adequada, ficou um espaço inutilizado para a gente caminhar", explica a também funcionária pública Solange Ferreira Alencar, 52 anos.

"Logo que param as obras, começamos a fazer caminhada", complementa a representante Lourdes Alencar, 55 anos, a irmã mais velha.

Eles ressaltaram que nunca se expuseram a riscos de acidentes. "Olha, a gente percebeu que aqui não seria um lugar adequado para caminhar se houvesse obra. É perigoso, porque tem muito trânsito e caminhão circulando. Mas desde então passou o Rio e circula bem como por aqui", comentou Alcina Pereira.

As três disseram que só a favor da transposição, desde que o meio ambiente não seja muito agredido. Elas também falam para que a obra seja feita o abastecimento de água em Penaforte e Riofriense volte normalmente. As obras no fornecimento de água voltaram a funcionar de Montevidéu, no município de Salgueiro, bem recentemente.

Dizem que o projeto sofreu muitos com a desaceleração da economia", afirma Lourdes.

O trecho é só que elas fizeram cooper é lote 4, o mesmo da polêmica do reservatório, uma obra que era tocada pelo consórcio Encepas, Convap, Arede e Record. Como o contrato será rescindido, porque as empresas queriam um reajuste sobre os R\$ 200 milhões originais em taxa superior a 25%, o cota legal, haverá outra licitação. Com isso, as obras só devem ser retomadas no ano que vem.

Até lá, só para sustar o horário.

As antigas e suspeitas pendências do lote 5

O maior problema desse pacote de obras da transposição é também o mais caro. Avaliado em R\$ 720 milhões, o lote 5 já foi licitado, há quatro anos. Mas o consórcio de empresas desistiu antes de assinar contrato. Agora, o lote é alvo de polêmicas no Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar de um grupo de empresas ter vencido a licitação original e de todas as obras serem iniciadas por consórcios, o Ministério da Integração Nacional proibiu empresas de fazerem parcerias para disputar a nova concorrência pelo lote 5. A suspeita é de direcionamento para grandes empresas.

O pacote de obras prevê a construção em Jati, no Ceará, de sete reservatórios, quatro seguidos, e de um túnel de 10 km e 100m de profundidade, tudo no Rio Norte da transposição.

Na primeira rodada de licitações da obra, em 2007 e 2008, o consórcio das construtoras Encepas, Convap, Arede e Record venceu quatro lotes, entre eles o 4, que passa por Montevidéu, em Salgueiro. Em 6 de fevereiro de 2009, depois do cumprimento de prazo, o TCU que não autorizou a obra, o então ministro da Integração, Geddel Vieira Lima, malnfizou a desistência, e encerrou a transposição.

Em conversa com elas, o problema da Encepas é que ela tem quatro lotes. Além, elas são uma das empresas que tem tende melhor desempenho na obra. Ela caiu para o ponto, mas não tinha nenhum problema, estamos com estudo averiguado. Que elas vai recorrer que ver imediatamente se será

ou não capacidade de tocar esse quinto lote. Não há nenhuma dificuldade. Elas não entrando, já existem os ajustados com a segunda (colocada no lote 4), não há problema nenhum", afirmou Geddel na ocasião.

Um relatório da Controladoria Geral da União (CGU), de 18 de junho de 2009, aponta que a desistência do consórcio veio depois do governo extinguir items da proposta, de R\$ 161,8 milhões. A segunda colocada também não assumiu a obra.

Um novo edital saiu em novembro passado, com o lote 5 agora estimado em R\$ 2,22 milhão, quatro vezes o valor da proposta vencedora da primeira licitação. Mas a nova disputa foi suspensa após a Constituição. Até que desse novo, no TCU, a constituição da participação de consórcios e empresas resultaria a concorrência.

Porém, o procedimento licitatório, 43 empresas fizeram download do edital pela internet, sendo que 23 adquiriram o edital e 20 dessas empresas, com condições de participação da concorrência, realizaram as visitas técnicas na obra do lote 4 São Francisco, o que demonstra excessiva busca da competitividade", informa nota do ministério. O TCU pediu o cancelamento entre a preibição à concorrência, mas o governo diz que suspendeu a concorrência por conta própria, a pedido da comissão de fiscalização do ministério.

Só por causa da parada na disputa, os trechos do Rio Norte, a chamada metade, arrastaram em três meses, para dezembro de 2014. A entrega do canal é mantida para 2015.

Eni Sertânia, a memória de uma tragédia

A transposição já tem polêmicas, drama e comédia, mas também tragédia. No lote 12 em Sertânia, reiniciar a frenesi de trabalho é recuperar na memória um grave acidente que ocorreu a quatro dias do Natal de 2010.

Era o terceiro dia útil dia de trabalho do ano, em 23 de dezembro. Os operários se preparam para ir embora e voltar só em janeiro. Era um recesso. Com medo de eventual investida de ladrões contra o almoxarifado do canteiro de obras, alguém levou a ideia de detonar o cerro que de 20 caixas de explosivos, cada uma com 205 dinamites, de uma única vez. A forte explosão danificou o armazém e deixou esacionados no canteiro. A alta quilometragem, dalli, no centro de Sertânia, o abalo foi sentido por moradores.

Foram quatro vítimas fatais. "Foi uma tragédia, realmente. Estavam todos indo para casa e as pessoas só voltaram a trabalhar em janeiro", comenta o representante em Salgueiro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav-PEQ), Luciano Azulino de Silva.

Para o sindicalista, a preocupação em dar fim à dinamite era correta, porque aquela época era o auge das explosões de caixas eletrônicos por quadrilhas. Mas o grande erro foi detonar as explosivas em uma quantidade tão grande.

Luciano afirma que, depois de tudo, o Consórcio Coesa, Galvao, Barbosa Mello e OAS fez o que precisava ser feito, pagou a assistência à família, que também recebeu o seguro e as indenizações.

Diante a tragédia, as obras no lote 12 não foram recomendadas. No mês passado, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, assinou a ordem de serviço para o consórcio reiniciar as obras, paradas desde o grave acidente. De acordo com o sindicato, entretanto, a retomada efetiva dos trabalhos só deve acontecer em março. Por enquanto, as contratações não começaram.

A única movimentação por lá aconteceu no final do ano passado, quando a fiscalização do projeto cumpriu pelo trecho 34 revisão de contratos e, em maio, com a placa com fissura, da fundação, uma grande "X" vermelha.

Um olho na obra e o outro na urna

Texto: Giovanni Sartori

Fotos: Bráulio Soárez

Ainda que visitar a obra de transposição, hoje e amanhã, a presidente Dilma Rousseff vem retomar seu compromisso com o projeto. As fissuras e trechos quebrados geraram também desgaste político para ela. No quarto dia desta série de reportagens, que vai até sábado, veja a dimensão eleitoral da água. Cenário varou: o ambicioso projeto político do governador Eduardo Campos, nos moldes do que a eletrificação rural representou para seu avô, o ex-governador Miguel Arraes, homem que se formou em mito no Sertão.

Depois de um problema em 2011, que tirou da transposição do São Francisco, hoje e amanhã, a presidente Dilma Rousseff confere de perto a situação da obra pela primeira vez, desde que assumiu o cargo. Mais a agenda em quatro trechos da obra, em Pernambuco e no Ceará, é bem mais que uma visita. Simboliza o compromisso pelo reinício e conclusão do projeto, uma mensagem necessária, assim como a obra impulsionaria a economia nas pequenas cidades por onde passa, a partir das novas fontes de crédito para os lucros, restaurantes e concreto. Perdeu muito quem perdeu emprego, leve prejuízo ou vila de perna arrestando. Não um inquestionável desastre político no projeto que é o mala-simbolismo legado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o antec-

tor e grande responsável pela vitória de Dilma nas urnas.

O governador Eduardo Campos, aliado de primeira hora de fato e Dilma, também tem muito com que se preocupar. Ele de quem não se pode separar o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, responsável pela execução do projeto.

A obra tem grande peso em todos os aspectos. Sua maior meta é dar segurança hídrica, acabar com os longos racionamentos de água, especialmente em áreas urbanas do interior, muito embora na Imaginária popular o projeto seja a redenção de todo o Sertão rural. A água também terá papel crucial na economia dentro e fora das áreas urbanas, porque ao futuro criará perspectivas inéditas a partir da transposição.

Mas o efeito da obra não está só em progresso. Ela gerou no auge 9 mil empregos, uma explosão de movimentação em municípios da economia rural. O vínculo entre economia econômica e política é direto, como sintetiza a famosa frase de James Carville, marqueteiro do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton na campanha eleitoral de 1992: "É a economia, estúpido". A tirada, hem-hum-mada e agressiva, mostra o peso crucial do bem-estar gerado por uma economia sólida e em expansão.

Assim, por tudo o que envolve, a transposição foi promessa de campanha dos três últimos presidentes do Brasil: Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

Mas na eleição passada a obra trouxe polêmica. A transposição era o grande bandeira do Nordeste no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007. O pacote de projetos virou plataforma política para Dilma, apelidada por Lula de "mãe do PAC". Em outubro de 2009, o governo criou até a "caravana da transposição", uma longa e conturbada série de palestras em cidades por onde a obra passa.

Dilma foi eleita em 2010, quando deveria estar pronto o primeiro ramal, o São Francisco, de acordo com o cronograma. O mês, o São Francisco, viria em 2012. Mas, sob o rítimo, a obra começou a empacar. Fazia serviço em 13 lutas de 14. Depois, um e parou. O avanço falhou da construção (o que é raro) e não passou.

Oficialmente, os problemas pertencem ao projeto básico malfeito, com informações insuficientes, a realidade e o papel têm bem diferente. Diante de curtos prazos, de empresas subcontratadas de até 22%, além do relo legal. Após extensas negociações, a obra subiu 36%, para R\$ 6,9 bilhões, e o cronograma foi para o fim de 2015.

Enquanto isso se desenrolava em gabinetes de Brasília, no Recôncavo milhares perderam o emprego, um efeito multiplicador de projetos e desejado. Segundo o governo, mês passado eram 1.900 operários. O JC visitou ontem os canais e encontrou outro número, 2 mil trabalhadores, além de registrar vários trechos das canais com rachaduras e placas de concreto quebradas.

"Quando se para tanto obra dessas, se perde um monte de serviços já feito. Não sei por que parou depois de Lula", reclama André Rodrigues da Silva, 22 anos. "Entre presidente, tal presidente, essa obra não continua. E assim vai chegando 2013, 2014, 2015. E a obra não termina nunca", repete, para enfatizar, Marcos Silva, 25 anos.

Os dois são ex-funcionários do Iene II, em Sertânia, que chegou a ter 3 mil trabalhadores. Em 2010, o consórcio DAS, Bahia, Bahia, Mello e Coesa demitiu o pessoal e parou. Marcos saiu em maio e André, em setembro. Mês passado a construção voltou e abriu vagas. Sempre que podem, Marcos e André vão para a frente do carro e encostam nas muretas, embocas da cumbra. São vários pequenos grupos, todo dia, com uma esperança aberta à ter perspectiva na vida.

"Trabalhei aqui até 2010, quando me botaram para fora. Fui para São Paulo e voltei, tudo sem emprego. Todo dia entro aqui, mas nunca me chamam. Volto para casa e passo o dia só bebendo, contendo e dormindo", conta Marcos. André, casado e pai de sua filha, apela para o "alugado", diária na roça. "Hoje, passo o dia debaixo do sol, amarelando todo de pluma", lamenta André.

A parada e a degradação da transposição foi para o foco do narrador nacional, há dois meses, um peso a mais sobre os ombros do ministro Fernando Bezerra Coelho, bombardado politicamente desde que foi acusado de privilegiar Pernambuco na liberação de verbas contra encheres, em Serramento de Estados massacrados pelas fortes chuvas do início do ano.

Não pense que a água será de graça

Textos: Giovanni Sandes
Fotos: Priscilla Buhr

A água da transposição será paga. E a conta mensal será rateada com quem não vai beber do projeto. Apesar de um estudo apontar que a tarifa pode ficar entre as mais altas do País, o governo avisa: o valor não é final e pode cair. Na quinta reportagem desta série, entenda como a obra, antes esperada para 2013, ainda tem questões cruciais indefinidas da futura gestão a pequenas usinas, que poderiam virar "elefantes brancos".

A água que vai correr pelos 713 quilômetros dos canais da transposição de São Francisco não será gratuita. Apesar de ser fundamental para evitar que 12 milhões de pessoas vivam em racionamento e para a economia futura da região, até ver os beneficiários o governo precisa fazer uma difícil conta. Muito embora toda a obra fosse esperada, originalmente, para este ano, uma estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feita a pedido do governo mostra que, em 2015, na véspera de entrega da transposição, a conta da água do projeto terá um dos preços mais altos do Brasil. O número não é definitivo. A FGV já recorreu à usina de Ibitinga a projeção, de 2005. Mas o governo deixou claro que o preço só será suportável através de subsídio cruzado. Em Pernambuco, por exemplo, uma área onde a água chega hoje mais barata terá impacto da conta mensal da transposição.

A primeira projeção da FGV mostrava que o preço do metro cúbico da água da transposição custaria R\$ 0,13 em 2010 e R\$ 0,15 em 2015. Apesar de ser bem mais alto que a média nacional de hoje, R\$ 0,04, os governos avisam que a comparação não é de direta.

Esse valor será repartido entre as empresas estaduais de água, que vão fixar o preço para o consumidor final. O presidente da Com-

panhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Roberto Tavares, diz que a tarifa terá subsídio cruzado, quando uma irá de mal menor para ajudar uma região com o custo menor ou mesmo prejudicar.

O Bispo de Flores, Dom Adriano Vassalo, questiona o futuro equilíbrio financeiro da transposição. Ele lembra do prazo dado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um dos canais, o Elba Leste, esperado para 2010 e que ficou para 2014.

Dom Adriano não sabe se confia no novo cronograma. "Isso é muito difícil de prever dizer. Eu estou crendo para que isso [a entrega no prazo novo] aconteça, mesmo com todas as dívidas a respeito da viabilidade econômica desse fato. Porque eles têm que elevar a água a 300 e tantos metros, com cinco estações de bombeamento", comenta Dom Adriano.

Apesar da pequena imprecisão das informações, o problema no custo é exatamente o criado pelo hiato, a relação entre a utilização de água e o gasto de energia. O Elba Leste terá seis estações de bombeamento para elevar a água a uma altura total de 300 metros, equivalente a mais do que a soma das duas torres da Moura Dubeux no Cais José Estelita, no Recife. Ou, em uma medida internacional, equivale a 80% da altura do famoso Empire State Building, o prédio americano escalado na ficção pelo gigante King Kong.

Instintivamente por isso, a engenharia da transposição envolve a construção das estações elevatórias e reservatórios de compensação, para, após atingir altura e volume suficientes, a água correr a maior parte do caminho por ação da gravidade. Com isso, as grandes bombas serão desligadas de três a quatro horas por dia para economizar energia.

Há ainda a manutenção física dos canais e a segurança, que será bem trabalhosa. Será necessário fiscalizar áreas muito afastadas e com difícil acesso, para evitar furto de água e garantir que pessoas e animais não caiam nos canais. Na viagem de 3.600 quilômetros a todos os 13 lados da transposição em empacotelas, a reportagem constatou a facilidade com que bois e cabritos hoje circulam pela obra, como no lote 1, próximo a Cabrobó. Um animal inútil num dos canais poderia contaminar a água que mais adiante chegará nas torneiras das casas.

Uma projeção da soma de todos esses cus-

tos, operação, manutenção e segurança, foi o que originou aquela conta inicial da FGV, números considerados ultrapassados pelo governo. "Vamos revisar, atualizar e detalhar esses números. Desde que aqueles números foram gerados, há 5, 6 anos, mudou o cenário econômico e político, de aquisição de bens e terras. Com certeza elas vai variar e até para baixo", afirma José Luiz de Souza, engenheiro e coordenador subatual do Conselho Gestor do Projeto São Francisco, no Ministério da Integração Nacional.

Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco, Almir Cirilo reforça que mesmo o resultado desse cálculo será o preço da chamada água bruta, antes de entrar nos sistemas estaduais de abastecimento e distribuição. Cirilo, doutor em engenharia civil, é também professor da Universidade Federal de Pernambuco. Na disputa pela vaga, apresentou a tese Águas e Desenvolvimento: Escudo do Ceará do Semiárido Brasileiro.

Almir conversa sobre a parte técnica e ambiental da transposição. Tanto no trabalho acadêmico, quanto na discussão, defende o projeto. "A água mais cara é aquela que o cidadão não tem", afirma Cirilo.

Mas a ideia de água a qualquer preço não é bem recebida, no Semiárido. A simples ideia de cobrança é vista como um impedimento da transposição. "Eles dizem que vai beneficiar o povo. Outros que não, que quem quiser ter acesso vai pagar essa conta", diz a professora Josefa Siqueira, 45 anos.

Ela vive na área rural de Serântia, às margens da PE-280, uma área que, a princípio, não terá água da transposição. Apesar de o tempo todo querer se manter em chão da mata, sem梯ear ou desfazer a obra, o seu edifício surge de forma inversa quando se importa com o projeto. Seu marido vende água de poço em carros-pipa e sua casa está sempre abastecida.

"Para quem vai se beneficiar eu acho que tem dificuldade [no futuro da transposição]. Você ter um pedacinho de terra, vender, como muitos venderam, e ainda mais usar a água sendo comprada... E o que os outros dizem, eu não vou ser beneficiada mesmo", afirma Josefa. Questionada sobre a política em torno da obra, Josefa é um pouco séria, de novo, buscando alguma isenção na discussão, sorrindo em cima do muro. "Quem não entende bota política no meio. O povo é que faz política".

Consórcio definirá política tarifária

Um consórcio entre estatais federais e estaduais será o responsável pelo funcionamento futuro da transposição. Até lá, contudo, há muita discussão pela frente. Primeiro será preciso criar o consórcio. Depois, a nova companhia, que terá regime privado, definirá preços, regras para uso da água na irrigação e no consumo humano, além de questões mais práticas: separação, operação e manutenção dos dois grandes canais da obra.

A proposta do consórcio é a segunda feira para criar um gerenciador da transposição. A primeira, no governo Bush, não vingou: uma estatal Federal, a Águas Integradas do Nordeste S.A. (Agens). Pelo nome mudado, ainda em debate entraram a Companhia Hídrica Elétrica do São Francisco (Chesf), pela experiência como operadora de reservatórios, a Companhia de Desenvolvimento das Vales do São Francisco e Paranaíba (Codernas), pela atuação em perímetros irrigados, e as companhias estatais de água, que já trabalham com o consumidor final. O consumo sólido só da transposição. Nos sistemas existentes, nada muda, com a responsabilidade das companhias de água e esgoto.

Um outro papel importante do consórcio é controlar corretamente a tomada da água, para evitar que a transposição preju-

dece a vazão do São Francisco, grande temor dos críticos do projeto.

Vários países têm suas transposições. A China, da antiguidade provou desastres ambientais. Hoje trabalha em uma imensa obra, de US\$ 100 bilhões, o triplô do risco da maior hidrelétrica do mundo, também chinesa, Três Gargantas. A transposição da China foi concebida em 1952 e as obras começaram em 2002. Seu maior canal terá mais de 21 mil quilômetros.

No Brasil, também, a Califórnia viu um grande efeito de grava devido a uma transposição. Suas efeitos colaterais: "A transposição do Rio Colorado trouxe grandes benefícios por um lado, mas seca o rio na foz. Então, a gestão, as regras, tudo isso estava construindo em cima das crizes e agravos dos outros", diz o secretário de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco, Almir Cirito.

Os EUA fizeram várias transposições, a primeira em 1932. O Colorado Big Thompson Project veio em 1937, com a crise da gerenciadora regional pública, que cobra pela água bruta, compra direitos da água, fecha contratos e encratulhos, além da parte operacional. Em 1947, 85% da água já era para irrigação. Sete anos depois, esse percentual havia para 58%, com o resto dividido entre consumo industrial e humano.

Mudanças no projeto afetam fator energético

A quantidade de pedidos de ministérios e Estados por novas mudanças na transposição do São Francisco provoca, o tempo todo, discretas alterações no projeto. Um exemplo é que, por causa de solicitações de novas usinas de água para o Ceará e o Pernambuco, o Ministério da Integração Nacional deve desistir da construção de duas pequenas centrais hidrelétricas no Rio Xique-Xique, de 40 megawatts (MW) e 20 MW, que gerariam energia para a própria transposição. As possíveis novas saídas de água reduziriam a vazão daqueles pontos em diante, deixando sem uso as usinas.

As pequenas hidrelétricas faziam parte da primeira versão do polêmico lote 5, para construção de sete reservatórios em Jati, no Ceará, com obras avaliadas em R\$ 220 milhões e edital de licitação atualmente suspenso, sob suspeita de irregularidades. A primeira proposta previa as duas hidrelétricas – Jati, com 40 MW, e Areia, de 20 MW, ambas no Ceará. Diante das novas discussões com os governos estaduais, as centrais não devem mais ser construídas.

"Por que a dúvida agora? Os Estados, o Ceará e o Pernambuco, estão pedindo uma nova entrada de água em seus territórios. Se tivessemos que dar a água antes dos pontos onde haveria uma dessas estruturas de energia, elas valeriam comprometidas. Pode ser um elefante branco. No mínimo, precisaria ser redimensionada", diz o coordenador substituto do Conselho Gestor do Projeto São Francisco, José Luiz de Souza. Por isso as usinas saíram do lote 5.

"Como o ministério ia licitar uma coisa se o volume de água que vai chegar por lá

vai mudar? Então, a gente tem primeiro que finalizar essa demanda dos Estados, ver se é exequível, e, se for exequível, a outra [a demanda por geração de energia] pode não existir", reforça José Luiz. Para o ministério, as usinas não seriam mais tão necessárias quanto na época da elaboração do projeto da transposição, em uma época próxima ao histórico racionalização energética de 2001.

Mas as constantes mudanças na transposição ocorrem em custos ainda menores. Uma série de outros pedidos aumentam, o tempo todo, quantitativas previstas inicialmente. Um exemplo é o número de Vales Produtivos Mútuos (VPMs), os reassentamentos com pequenos setores para quem precisa se deslocar para a obra passar. Eram 5 VPMs previstas inicialmente, agora são 13.

De uma forma geral, o governo previa no início R\$ 260 milhões em investimentos de compensação do impacto das obras. A cifra, hoje, já está em torno de R\$ 480 milhões. "Você vê que o projeto sempre está apresentando novas demandas", completa José Luiz.

A transposição, quando as obras começaram, em 2007, tinha o custo estimado em R\$ 4,5 bilhões. Seus dois canais serão entregues em 2010, o Rio Leste, e o Rio Norte este ano, 2012. No entanto, mudanças, filhas de projeto, renegociações e novas demandas já fizeram os prazos passarem para 2014 no Leste e 2015, no Norte. Ou seja, está tudo atrasado.

O Leia na página seguinte: no Rio São Francisco, a obra avança, mas a agilidade para a obra

O longo caminho para irrigar o interior

**Textos: Giovanni Sandes
Fotos: Paola Bühr**

Fazer a transposição produzir todos os seus efeitos sociais e económicos é bem mais que entregar os dois grandes canais, promessa renovada para 2015. O uso múltiplo da água, o que vai levar saúde, emprego e vida nova para o sertanejo, só poderá ser atingido através de complementos, como adutoras e perímetros irrigados. A previsão é de haver plena operação de tudo em até 20 anos do início das obras – ou seja, até 2027. A sério.

Transposição, Novos Obstáculos, em seu penúltimo dia, mostra um debate crucial que está só começando: a face econômica do projeto.

Para muitos além da política e da conclusão dos dois canais de transposição do Rio São Francisco, a plena operação do projeto será muito mais demorada do que se pensa, ao nível das discussões em parlamentos. O cronograma real da obra ficou esquecido entre demissões, atrasos e novas promessas. Atual permanece em documentos técnicos e segue o prazo médio das grandes transposições pelo mundo. Toda a grande malha de canais, adutoras e perimetros irrigados só deve ficar pronto a partir de 2030.

Ainda falta muito para completar a transposição. A devoção deve ser feita este ano, mas só tem 55% construídos. Ainda faltam 19% do Eixo Leste, canal de 267 quilômetros que saiu em 2010 e ficou para 2014. O Norte, de 426 km, deverá ser entregue este ano e só está pronto 2015. Ainda faltam 54%.

Coordenar a obra e seus desdobramentos é fundamental. Em Petrolina, o Projeto Pontal, com mais de 7 mil hectares, em sumidão 16 anos, R\$ 240 milhões e não finge nada, por não ter competências. Na transposição, as obras das grandes濡nificacões estão começando, mas o Ministério da Integração Nacional só iniciou, em dezembro, pela Paraíba, workshops sobre a parte econômica. O evento, focado na transposição, também passou pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará. Em Pernambuco, ainda será agendado.

A implementação de todo o conjunto será lenta, como prevê a página 51 do Relatório do Impacto Ambiental da transposição, de 2004: "A partir de dois anos depois da conclusão das obras, com a instalação da primeira parte dos canais e das bombas de água, poderão surgir os primeiros benefícios diretos do projeto. A previsão é que o projeto esteja em plena operação de 15 a 20 anos após o começo das obras." O problema é que a transposição começou por fatores em 2007 e 2008. E os primeiros benefícios previstos só virão daqui a dois anos. Nem numa bomba de água foi instalada até hoje.

A espera pela plena operação, com entrega de toda a rede de esgoto, tubulações e projeto agrícolas, não é o que desacalma o setor rural. Os atrasos e a demora na obra principal é que incomodam. O casal Antônio Belarmino e Vera Lúcia Silva, 65 e 54 anos, mora perto da lote 12, que teve a retomada antecipada no mês passado, pelo governo. Antônio e Vera gostam da casa nova, compensação porque a antiga foi destruída para o canal passar. Mas se queixam da demora. "Meu filho estava no serviço, no Recife. Fiquei apertando ele para vir para cá, morar com a gente e trabalhar na obra, mas ela não veio", conta. Ele já quer desembalar (IR EXIBO-
RAL de novo)", diz Severino.

"Tinha muitas férias no tempo de Lula. Mas meu pensamento mudou, com tudo parado ali", diz Raimundo Severino Ramos, 75 anos. Ele é dono de um bar que está funcionando em São José de Piranhas, no Piauí. Ali passa a noite 2, parado em 2011, credor que ainda por cima tem que ser reeleito, uma grande parada.

Sem cliente, Raimundo passa o dia na velha messe de sinuca, na conversa do barbeiro. Ele vive da apimentadura e mantém o bar pela fatura do que fizer, pois fatura pouco. E, por mais que pareça contraditório, ele diz reclamar da obra, mas acredita no santo São Francisco das do Beber ao Sertão. «Se lizesse os livros que eu li, acharias muito melhor».

Integração de rios alimenta a esperança

A transposição vai juntar a água do São Francisco com 12 de meus rios do Nordeste e até dar rata chuve na região para levar segurança hídrica à grande parte do Semiárido. Matar a sede e dar ao povo o mínimo de condições de higiene, no entanto, não é a única finalidade do projeto. Com todas as suas ramificações, o potencial de geração de empregos da transposição é enorme, uma estimativa de induzir a criação de 240 mil postos diretos e indiretos de trabalho.

Se apenas uma milésima parte do enorme número virá para a mudança será grande em lugares desacolhidos como Manari. A cidade será uma das beneficiadas pelo maior complemento da transportadora, a Adutora do Araguaia, em Parauanópolis, estimada entre R\$ 2 bihões e R\$ 2,5 biões. Na última radiografia do Brasil por micrônúcleos, cuja data é de 2000, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano classificou Manari como o pior índice de Desenvolvimento Humano (DHD) da País.

Não houve uma nova lista do IDH por metade. Em Manari, de qualquer forma, a situação permanece desesperadora. A cidade não tem água, nem emprego. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o município, de 18 mil habitantes, só tinha 642 pessoas ocupadas, em 2009. "Não tem emprego nenhum aqui mais. Tem dia sim e dia não", ressalta.

"Nem começo de sessão para comentar", diz Maria de Lourdes da Silva, 46 anos.

Desempregado, ele mora com dois filhos e o marido, João Pedro da Silva, 27 anos, com a Bola Família. Eles moram em um dos seis quartos de um tipo de cortiço em miniatura, uma casa adaptada. Sem ventilação ou cama de qualquer tipo, queijo no leito apesar de um encanamento velho, cadeira, roupas engalhadas e um pote de barro, para guardar a carne bovina. O abrigo se mistura ao falar da catarrina, sempre sujo.

"Falta água para banho, para limpeza da casa. A água só chega no quarto da ponta, perto de casa, e só caiu forte isso 20, 30 dias, e quebrou com a pressão quando a água veio", conta Maria. João Paulo mostra um ferimento na face, segundo ele uma agressão feita por um parente, em uma briga. A ferida esui inflamatória. "Sobrinhos nem para estribo", afirma ele. Maria pergunta de onde a reportagem veio. "Vocês são de onde? Recife? É terra de gente rica."

A classe pregada conta que já curte São Paulo transpôs. Se não entende bem o que é figura vai correr tanto chão do Rio até Manaus. Eu acredito que verá. Se é muito longe, deixa-me dizer-lhe que é impossível.

A água vai para 18 pela Adutora da Agreste, com número de 1.200 milímetros e 1.000 quilômetros de extensão. A licitação da primeira fase da obra deve ser lançada até o mês que vem.

Governo precisa retomar antigos projetos hídricos

O governo estadual e o federal não estão apenas elaborando novos complementares hídricos para a transposição efetivar seu pleno alcance social e econômico. O planejamento é também reformular antigas estruturas para ampliar o uso da água. Em Pernambuco, o esgotamento será combatido permitendo irrigação do Moxotó, completamente destruído pelo deserto.

A transposição no Estado tem como grandes complementares o Ramal do Agreste, de Seridóia a Areia Verde, e a Adutora do Agreste, enorme tubulação para distribuir a água dali a Gravatá, no Agreste. A adutora tem 1.100 quilômetros de tubos e será a segunda maior obra hídrica do Nordeste, após só da transposição. O ramal custará R\$ 600 milhões, obra federal que deve ser licitada até abril. A adutora, avaliada de R\$ 2 bilhões a R\$ 3,5 bilhões, já tem R\$ 1,2 bilhão garantidos pela União e será construída pelo Estado. Sua primeira etapa, de R\$ 900 milhões, terá licitação lançada este mês.

Além das obras para consumo humano, segundo o secretário de Recursos Hídricos e Energéticos, Almir Cirilo, na frente econômica

o governo estuda dois novos perimetres irrigados, além de recuperar o Moxotó, que em 1976 passou a irrigar 13 mil hectares de terras a partir do Açude Peço da Cruz e hoje mal alcança mil hectares. "O que vai demandar um pouco mais de energia para discutir é como vamos comprar água para irrigação, que será escalonada à medida que os projetos forem implementados e revistos. Um perimetro que já existe, no Peço da Cruz, vai ser totalmente reformulado, o governo tem plena consciência, em processo de irrigação, recuperar as estruturas", diz.

Outros Estados também estão só em projetos na frente agrícola. "A partir das obras complementares, o Rio Grande do Norte vai negociar alguns canais, garantindo também água para abastecimento na região central do Estado, com grande potencial agrícola, e também no sertão oeste", afirma Gilberto Sales, secretário potiguar de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. "Claro, sabemos que a água será para segurança hídrica. Mas não usamos nossas mananciais para agricultura hoje por causa da incerteza de ter ou não água no ano seguinte", conta Sales.

Obra traz o básico para o Semiárido

A necessidade de cisternas e poços na Sertão vai continuar, mesmo com a transposição. Sempre haverá áreas isoladas, de alcance difícil até mesmo os grandes projetos. Mas a transposição é uma obra estruturadora, porque vai proporcionar o básico: a oportunidade da senzala não despendente a vida inteira, apenas lutando por água para beber, um dia após o outro.

O Instituto Ilumina, organização não governamental do setor elétrico, com grande conhecimento sobre a água por causa da grande geração hidrelétrica no Brasil. Diretor do Ilumina, João Paulo Aguiar ressalta que a transposição não excluiá as cidades porque, no Semiárido, várias comunidades isoladas são privadas por gente errada em poucas dezenas. Não dá para levar água do São Francisco a todo lugar.

João Paulo diz que falta avançar nesse aspecto de revitalização do São Francisco. Ministério Público, prefeitura, Estados e governo federal não se comunicam bem no processo de recuperar o Rio da degredação humana, do despe-

jo de esgoto e do assoreamento, banhos de areia criados por causa da ação humana.

O Ministério da Integração Nacional fez um balanço e pediu a reformagem. Em nota, explica que as medidas são previstas numa contrapartida para as obras.

De 197 projetos de esgotamento sanitário, faltava entregar 143 - 58 ainda serão licitados. O gasto em saneamento alcançou R\$ 2,2 bilhões, sem contar recompração de matas, controle de erosão, água para a população difusa e aterros sanitários para o lixo sólido, em andamento.

A grande ironia da transposição é política. Iremos Aguiar: ela virou um projeto viável no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o PT, na oposição, era contra. Quando Luiz Inácio Lula da Silva virou presidente e tirou do papel o projeto, idealizado no Brasil Império, as ruas viraram as críticas.

João Paulo só vê graça nisso. Ele se diz preocupado com a condução das obras, o desperdício de dinheiro, e defende o potencial de avan-

ço social com o projeto, e exemplo do que ocorreu no Vale do Tennessee, Estados Unidos. A Autoridade do Vale do Tennessee (TVA, no sinal em inglês) tirou a região da miséria, a partir de obras de infraestrutura elétrica e hídrica.

O contexto era o New Deal, do presidente americano Franklin Roosevelt, uma saída para gerar empregos no grande colapso de 1929. Ele pediu e o Congresso criou, em 1933, uma estatal com poder de governo e flexível como empresa privada. A missão principal era combater a miséria, controlar inundações de rios, gerar energia, reflorestar e ainda controlar erosão.

O órgão fez tudo isso e mais, ao canalizar água de rios e tutelar a economia, com a alta produção de energia. Vieram a agricultura irrigada e até fábricas. Quase 30 anos depois, na década de 1960, o Vale do Tennessee dava um salto de desenvolvimento, um boom que mudou de vez a vida de 9 milhões de pessoas.

Nu sertão nordestino, a luz já chega. Só não tem água.

“A obra inicia um novo momento”

Texto: Giovanni Sardes
Foto: Priscilla Buhr

A série de reportagens Transposição, Novos Obstáculos, chega hoje a seu fim. O especial começou no último domingo, mas a produção há um mês, com rústica pesquisa, cruzamento de dados, 2.600 km de Sertão e insistência no MItério da Integração Nacional. Bem antes da presidente Dilma Rousseff realizar na quarta-feira passada sua primeira visita à transposição, desde que assumiu o cargo, em 17 de janeiro o JC pediu as primeiras informações ao ministério. As respostas vieram desencontradas e até sem sentido. Após muitas idas e vindas, o ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho, concedeu a entrevista no último dia 1º. Ele defende o projeto, cita nomes e justifica os atrasos. Depois de mostrar as diferentes faces da obra – é destaca sua importância para o Nordeste –, é com esta entrevista que o JC traz a última peça desta reportagem especial.

JORNAL DO COMÉRCIO – Qual a extensão das damas nos canais?
FERNANDO BEZERRA COELHO – Não ocorrem em damas às placas em mais de 900 metros de canal. Para você ter uma ideia, já temos de canal pronto, com placas, mais de 150 quilômetros. Canal aberto tem muito mais. Então, estamos falando de menos de 1% que é 0,5%. Esta é a primeira coisa, contextualizar os dados, uma possibilidade prevista em contrato. Se ocorrer, é responsabilidade da empreiteira reparar placas e entregar a obra de forma adequada. E porque os danos ocorrerem? Como há períodos de chuvas no Sertão, alguns trechos dos canais ficam obstruídos, e, como ainda não foram feitos arranjos das obras, a água consegue penetrar por elas, pelo canais. Isso dá infiltração nas placas e elas se deslocam. É algo que pode ocorrer, ocorreu e está em percentual abaixo do previsto.

JC – O que passado foi...

FBC – (Interrupção) A obra inicia um novo momento. O que foi em 2011? O anexo de reengenharia. Nós tivemos dificuldade de colocar a obra em campo porque os pedidos de reajuste, aditivos, itens novos, eram demandas frequentes de todos os consórcios. Isso mudou o quê? O que já colocamos algumas vezes. A obra foi licitada com projetos básicos e, ao iniciar a execução, a realidade em campo foi muito diferente da prevista no projeto. Isso também é esperado em obras de grandiosidade e complexidade, como a transposição. Estamos falando de mais de 700 quilômetros de canais. Então, [É] DIFÍCIL! JÁ, de antemão, desenha o solo onde vai operar, é distância média das jardins, para comentar, local para bairros-fura [ONDE FICAM OS RESÍDUOS DA OBRA], que depende de licença ambiental, preservar a vegetação nativa. Nenhum projeto básico poderia dar uma realidade concreta de que encontrar em campo.

JC – Por isso 2011 teve o pior avanço?
FBC – Eu diria que 2011 foi o ano de colocar a realidade encontrada em campo dentro dos contratos. E a gente só tinha dois caminhos. Ou aditava cada contrato no percentual que fosse necessário, e ai ultrapassaria o limite da legislação, de 25%, ou faria o que fizemos: ir até o limite da legislação e o que não couber no contrato a gente tem que identificar, chamarão de saldos remanescentes, para ser objeto de novas licitações. Então, 2011 foi um ano muito mais dedicado a discussões de complementos e aditivos e identificação dos saldos remanescentes, muitas vezes trabalhos internos, de gabinete, com engenheiros, advogados, para argumentar de um lado e outro.

JC – Ministro...

FBC – (Interrupção) Qual a nossa ambição? Eu queria falar. Vencemos essa etapa e inauguramos em outubro a remobilização da obra, pelo leito II. Agora estamos com todos remobilizados. Por isso, a presidente coniou a decisão de visitar as obras. O ano de 2011 também foi dedicado a concluir a licitação dos lotes não iniciados na administração passada, o S e o B. O B já está em obras. E estamos em processo de licitação do S, que a gente deve concluir em março.

JC – Mas o edital do B foi suspenso na polêmica sobre restrição da concessionária.

FBC – O que a gente quer é ensajar a competitividade. Poder dar um depoimento. Temos 19 empresas que fizeram visitas ao futuro local de obras do leito II. Então, já posso dizer que a competitividade está assegurada. Aguardaremos uma série de demandas não sei das licitantes, como também do TCU [TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO], com relação a pontos do edital. Tudo o que fizer para ampliar a competição, a gente tenderá a acatar. Acreditamos inclusive que temos melhorado mais e mais os edital. Já fizemos um avanço bom do S para o B, do ponto de vista de diretrizes e questionamentos. Vamos tomar uma decisão sobre o edital e publicar os eventuais ajustes que entendermos necessários.

JC – Como o senhor avalia o desgaste político no Sertão, com a parada das obras?

A tarifa vai ser garantível. Primeiro porque a energia, o grande custo na operação e manutenção da transposição, é gratuita, é inédito.

FBC – É importante que se diga que houve paralisação de algumas lotes. No pior momento, a obra empregou 3.900 pessoas. Até passado, pagamos mais de R\$ 600 milhões. Mesmo sem ritmo adequado e interrompendo algumas frentes de serviço, só fin. uma das maiores obras públicas em curso no País. Evidence, onde você tem uma frente de serviço, a comunidade se ressentiu. E a geração de receita da prefeitura que deixa de ser recobrida, é em prejuízo, é um salário que circula na região. A obra, no melhor momento, empregou 9 mil pessoas. Agora, pelo cronograma e o ritmo que daremos à obra, ela vai empregar 6,5 mil pessoas, pelos próximos 2 anos e meio. Isso irá trazer a economia local, traz dinamismo. Minha expectativa é que, com o ritmo adequado a partir do início de abril, a população vai estar de novo, ligadas, cheias de amor com a obra.

JC – Outras transposições pelo mundo demoram 15, 20 anos...

FBC – (Interrupção) Dependendo. Tem obras que se arrastaram mesmo no tempo. Outras foram feitas em prazos recordes.

JC – Mas o prazo ideal era viável?

FBC – Era. O problema é que quando parou a obra, ainda havia muitas indefinições.

Um exemplo são as exigências socioambientais. Naquele início, no encaminhamento, a obra foi meio questionada, um intenso debate político. O ministro Ciro Gomes teve papel decisivo para vencer o debate, turnar a obra compreendida. Então, a obra tinha mais sorte de questionamento. Os condicionamentos ambientais só agora estão sendo solvidos. A transposição vai levar água para a Adutora do Agreste [PERNAMBUCO], para a Vertente Litorânea [ARAIA/BA]. Tudo bem. Aí alguém lembrou: “Pois, essa água toda vai passar por um bocado de municípios e a gente não vai poder tirar para eventualmente orientar população difusa?” Foi uma das exigências. Agora os Escudos tem chegado. “Onde o canal passa, temos tantas vilas rurais, povoados.” Estavam correndo para fazer projetos executivos, levantamentos. No último, para se ter ideia, vamos gastar, só para atender população difusa por onde o canal passa, R\$ 180 milhões.

JC – Como será o uso múltiplo da água, para incluir a atividade econômica?

FBC – Depende da gestão da água de cada Estado. Quem invierte mais nessa questão fui o Ceará, que soube primeiramente com seus recursos hidráulicos criar o conceito de preparar para a chegada da água do São Francisco, investiu pesado em grandes barramentos e norixás das Águas, que pegou água de Cascavel e joga em Fortaleza. A água vai levar segurança hídrica para a Região Metropolitana de Fortaleza, o Complexo Industrial de Pecém, onde estão chegando pesados investimentos, e ao mesmo tempo poderá ampliar áreas irrigadas. Pernambuco vai cuidar do problema do Agreste, região de maior carência hídrica do Nordeste. A outra aposta futura, não agora, é o Canal do Entremares. É tirar a água na altura de Salgueiro para irrigar áreas em Sertão, Parahybana, Quixerá, Santa Cruz. Em Pernambuco, o interesse é consumo humano e irrigação.

JC – Como cobra uma tarifa alta?

FBC – A tarifa vai ser supridável. Primeiro porque a energia, o grande custo na operação e manutenção da transposição caiu muito. Vimos para a realidade. Inclusive encaminhamos à FGv novos estudos da tarifa e vamos apresentar ao comitê gestor, que reúne os Estados, possivelmente em março, para discutir já uma nova estrutura das tarifas. Os Estados beneficiados vão pagar pela água. Eles recebem e pagam. O governo federal não vai botar na tarifa [HETERO DO] investimento. Esse foi o acordo. E é uma coisa importante.

JC – E o custo operacional?

FBC – Vai estar na tarifa, para a canal ser mantido de forma adequada. Estamos finalizando a definição do ente operador, um consórcio privado de instituições públicas, liderado pelo Cetacef, com participação da Chesf e empresas estaduais. É um arranjo pioneiro. Numa mesma figura jurídica temos participação da União e Estados. Uma coisa é certa: a tarifa será supridável para o que as empresas estaduais já praticam, de subsídio cruzado.

JC – E quando a água chega na torneira?

FBC – Vai ser em tempo real. A transposição ficou pronta, a água já vai estar do outro lado. Queremos entregar o Rio Leite no final de 2014 e o Norte no final de 2015. Em Pernambuco, queremos soltar a licitação do Ramal do Agreste, que pega água na barragem de Barrão Branco e joga na barragem do P30 de Águas, no Rio Ipojuca, até o início de abril. Em queiro entregar a água na barragem de Ipojuca no final de 2014. Quando entregar, a Comissão vai estar concluindo a Adutora do Agreste. A água vai para Caruaru, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe, Arecoverde, Pesqueira, Belo Jardim. O elenco será imediato. A transposição é em tempo real.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jarbas Vasconcelos. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

Com S. Ex^a não se encontra no plenário neste momento, passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, em permuta com o Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeceria se o Senador Jarbas Vasconcelos puder solicitar cópia da reportagem referida para alguns Senadores. Eu gostaria de lê-la.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, usuários das redes sociais, senhoras e senhores, primeiro quero agradecer ao Senador Pedro Taques pela gentileza da permuta, tendo em vista que teremos, logo a seguir, uma audiência no Ministério da Justiça, mais precisamente com o Secretário Executivo, nosso ex-Ministro Luiz Paulo Barreto, sobre a questão dos haitianos no Estado do Amazonas, questão esta que nos traz mais uma vez a esta tribuna, desta feita para reconhecer a presteza com que nosso ex-Ministro Luiz Paulo Barreto agenda uma reunião com diversos ministérios para uma ação imediata em relação a esse caso humanitário. O Senador Suplicy participou ontem de nossa audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República, na qual ficou muito claro que há uma situação delicada na região.

Segundo informações da própria Polícia Federal, há aproximadamente quatrocentos haitianos no Município de Tabatinga, aquilo que a imprensa nacional está chamando de limbo, tendo em vista que eles chegaram pós-data 13 de janeiro, portanto, após a Resolução nº 97, que disciplinou os vistos humanitários com relação aos haitianos, que, neste momento, estão notificados para deixar nosso País sem nenhuma condição de fazê-lo de Tabatinga e, ao mesmo tempo, sem uma solução encaminhada.

Agora, o mais grave de tudo isso, Senador Eduardo Suplicy, é que, no decorrer do dia de hoje, eu mantive vários contatos com a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, com as Unidades de Saúde do Estado, porque estamos muito preocupados com a situação de saúde desses haitianos, que chegaram de forma fragilizada ao Brasil, de modo geral, ao Amazonas, ao Acre. Eles estão fazendo exames, alguns deles apresentando problemas graves de saúde, como hepatite C; problemas graves relativos aos índices de sífilis que eles possuem; problemas graves relativos à questão de serem portadores positivos do vírus da

AIDS. Portanto, eles precisam de atenção especial, precisam de tratamento especial.

E que esta reunião que acontecerá daqui a poucos minutos no Ministério da Justiça seja uma reunião secundada por uma visita de um grupo de trabalho composto de representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do próprio Ministério da Ação Social do Governo Federal, bem como do Ministério dos Direitos Humanos, para que possamos ter uma resposta ao nível da demanda humanitária social necessária para esta questão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ouço, com muita satisfação, o Senador Eduardo Suplicy e, logo em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Braga, cumprimento V. Ex^a por ter levantado o problema. Acho que o Ministro Luiz Paulo foi muito incisivo em logo marcar a reunião. Eu estava saindo para o Ministério da Justiça, a convite, quando ouvi suas palavras, e, então, aguardei um pouquinho, porque ele marcou às 15 horas. De maneira que acho muito importante e, certamente, aquilo que já se sucedeu no Acre, onde houve uma cooperação importante com o Governo Tião Viana, poderá servir de um possível caminho. Mas há sugestões de todos os Senadores, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Cristovam Buarque, e acredito que todos colaborarão para a boa resolução do problema que precisa ser humanitariamente resolvido. Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouço a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Da mesma forma, Senador Eduardo Braga, quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa do debate de ontem, que foi uma audiência pública, atendendo ao requerimento apresentado por V. Ex^a. Penso que foi uma audiência pública extremamente resolutiva, tanto que estamos indo, não apenas V. Ex^a e eu como também o Senador Eduardo Suplicy e possivelmente o Senador Cristovam. O teor de todas as intervenções mostrou que esse é um problema do Brasil, não é um problema do Governo do Estado do Amazonas, porque, afinal de contas, são pessoas vítimas de desastres naturais, da pobreza permanente do Haiti e que buscam socorro no Brasil, e precisam ser atendidos. O Governo do Estado tem mobilizado todas as suas forças para dar assistência – a sociedade civil do nosso Estado, gente muito generosa, entidades não governamentais, a Igreja Católica –, mas é necessário que o Governo Federal tome para si esse problema. Eles estão no Amazonas,

mas poderiam estar em São Paulo, poderiam estar em Rondônia ou em qualquer outro Estado. Então, tenho certeza de que essa reunião que participaremos logo mais será uma reunião muito importante e que, a partir de agora, nós veremos todos esses problemas graves que V. Ex^a levanta serem resolvidos. Cumprimento V. Ex^a, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a e gostaria apenas de deixar claro que nós estamos diante de duas situações distintas.

Nossa querida Presidenta, Senadora Marta Suplicy, já estão, na cidade de Manaus, com visto regularizado 4.127 haitianos, dados da Polícia Federal. Estes precisam desta ação humanitária na área de saúde, na área social, em que o Governo do Estado do Amazonas precisa do apoio do Governo Federal. Agora, existe outra situação: estão em Tabatinga 400 haitianos, mais precisamente 343 haitianos, segundo informações também da Polícia Federal, que não têm autorização para entrar no Brasil. Estão em Tabatinga, município a 1.500 km da cidade de Manaus, na fronteira com o Peru, na fronteira com a Colômbia, numa região extremamente isolada, e com problemas de saúde e problemas sociais. Eles precisam de uma decisão, porque estão notificados pela Polícia Federal para deixar o Brasil, eles não têm como deixar o Brasil. O Brasil precisa tomar uma decisão, porque eles estão em território brasileiro, e nós precisamos encontrar uma solução com o Ministério da Justiça, com o Governo brasileiro e, obviamente, com o conselho nacional de concessão imigratória.

Mas eu gostaria também, Sr^a Presidente, de registrar aqui o empenho, mais uma vez, do nosso Ministro Luiz Paulo Barreto e a forma célere com que marcou esta reunião no Governo. Quero aqui, portanto, reconhecer a presteza, a eficiência e a dedicação deste competente funcionário de carreira, que já chegou até a função de Ministro de Estado da Justiça.

Mas quero também, Sr^a Presidente, neste pouco tempo que me resta, deixar aqui, mais uma vez, um registro extremamente importante.

V. Ex^a já foi Prefeita de São Paulo e já me ouviu fazer aqui um pronunciamento sobre essa questão, Senador Pedro Taques, do abastecimento de água na cidade de Manaus. Vejam que Manaus não está no sertão do Nordeste, nem no deserto do Saara, Manaus está à beira do maior rio do mundo em volume de água e em extensão. E pasmem, senhores brasileiros que nos assistem neste momento: meio milhão de manauaras continuam, em pleno século XXI, sem direito a água tratada e encanada.

Enquanto não existia a capacidade de tratamento para atender com água tratada essa população, havia

sempre uma justificativa. Agora, o Governo do Estado do Amazonas, com financiamento da Caixa Econômica Federal, preparou, investiu mais de 360 milhões de reais, Senadora, para aprontar um novo sistema de abastecimento de água. Como a água fora privatizada, a poder concedente, que é a Prefeitura de Manaus, e a concessionária não reconhecem e não assinam com o Governo do Estado o termo de compromisso que foi registrado em cartório e que viabilizou todo o investimento do Governo do Estado. Formos ao Ministério Público, e o Ministério Público concedeu, Senador Pedro Taques, uma coletiva à imprensa dizendo que está atento, que está se movimentando, que está prestando as informações, que está formando um grupo de trabalho e que não será movido pelo calendário eleitoral.

Ora, eu espero que o Ministério Público não seja movido pelo calendário eleitoral, mas eu espero também que o Ministério Público não espere mais doze anos, porque Presidenta, há doze anos o sistema de água da cidade de Manaus foi privatizado. Faz seis anos que não cumprem as metas e submetas desse contrato de concessão. E por mais seis anos eles prorrogaram, estabeleceram uma nova anuência e também não foram cumpridas as metas e submetas.

Eu tenho fé, esperança e confiança de que o Ministério Público do Estado do Amazonas e o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas cumpram o direito de cidadania, o direito constitucional dos brasileiros manauaras e amazonenses de terem acesso à água tratada.

Não se trata mais de não ter a água tratada. Não se trata de não ter água. Nós vivemos na Amazônia e no Amazonas. Trata-se, agora, de ter uma decisão que imponha ao poder concedente aquilo que ele assinou e contratou com o Governo do Estado, para garantir água tratada ao povo mais humilde e empobrecido da zona norte e da zona leste de Manaus.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Braga. V. Ex^a, no seu pronunciamento tão contundente, fez-me lembrar a questão dos prefeitos no meu Estado. Não é idêntica a situação, mas me fez lembrar quando os presídios foram para o interior de São Paulo e muitos dos seguidores dos presos, suas famílias, também para lá foram. Os prefeitos não tinham verba a mais para tratar da saúde ou da educação daquelas famílias que acompanharam seus pais e mães, e foi seriíssima a consequência, pois se formaram enormes favelas, houve aumento da violência. No caso que V. Ex^a está relatando, também há uma preocupação humanitária, pois há pessoas que trazem consigo graves problemas de saúde.

Espero que, nessa audiência com o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Dr. Barreto, para

a qual V. Ex^a, o Senador Suplicy e outros estão indo agora, consigam dar um bom encaminhamento para essa questão. É seriíssima a questão de Tabatinga! Não adianta esperar, tem de se resolver! Concordo com V. Ex^a: é preciso resolver essa questão. Para lá ou para cá, tem de se resolver!

Foi muito bom esse alerta todo. Foi um pronunciamento muito contundente esse de V. Ex^a, alertando para um problema muito sério que o País está vivendo.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, que fez permuta com o Senador Eduardo Braga.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Taques, eu queria fazer um apelo ao senhor, como Líder do nosso partido. Nós sabemos que vai haver uma reunião agora, em que se vai discutir a pauta para este semestre. Eu queria pedir aos Líderes que priorizassem a questão dos **royalties** do petróleo, porque isso é importante demais para Minas Gerais, para o Estado do Pará.

Têm dois projetos tramitando, um do Senador Clésio Andrade e outro do Senador Flexa Ribeiro, e o Relator é o Senador Aécio Neves.

Então, o apelo que eu faria para os Líderes é priorizar esse projeto que é de importância relevante para Minas Gerais. Nós sabemos que o encurtamento da pauta deste ano devido às questões municipais... Vai haver, obviamente, um encurtamento grande e por isso eu queria fazer um apelo para esses Líderes.

Como foi importante a discussão dos **royalties** do petróleo, é importante demais para Minas e para todos os Estados produtores também a votação desse projeto o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Zeze, eu sou o Vice-Líder e como o Líder se encontra em viagem, eu devo representá-lo e ao PDT nessa reunião.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos debatendo de há muito o chamado Pacto Federativo. O que significa pacto? Significa acordo, significa tratado. O que significa federativo? Significa união, reunião. Pacto Federativo nada mais significa do que a união, a reunião, em um tratado, das pessoas jurídicas com capacidade política, União, Estados e Municípios e, mais particularmente no Brasil, a questão do Distrito Federal.

Nós temos sido aqui desta tribuna, Sr^a Presidente, um crítico ao Pacto Federativo existente na República Federativa do Brasil. Pensamos que ele deva sofrer um novo olhar. Nós devemos tratá-lo sob uma nova dimensão, sob um novo enfoque.

E, em razão disso, Sr^a Presidente, eu fiz um requerimento, Requerimento nº 25, a S. Ex^a o Presidente do Senado da República, para que fosse constituída uma comissão especial de estudiosos para repensar o Pacto Federativo. Dessa comissão, em sendo deferido esse requerimento, farão parte economistas, cientistas políticos, juristas, em sendo o caso, para debater essas relações entre essas pessoas jurídicas com capacidade política.

Alguns dizem que, no Brasil, quando você não quer fazer absolutamente nada, você cria uma comissão e depois marca uma reunião. Mas eu penso que, aqui no Senado, essas comissões que estão sendo criadas pela Presidência da Casa para debater através de um primeiro olhar de especialistas têm dado resultado, Sr^a Presidente.

Poderíamos citar a Comissão Especial de Juristas que está a tratar da legislação eleitoral, presidida pelo Ministro Dias Toffoli; poderíamos citar a Comissão Especial de Juristas que está a tratar de alterações no Código de Defesa do Consumidor, presidida pelo Ministro Herman Benjamin, do STJ; e também a Comissão Especial que está a pensar um novo Código Penal para a nossa realidade, presidida pelo Ministro Gilson Dipp.

A Federação é uma notável construção da teoria política norte-americana do século XVIII. A forma federativa de estado se mostra, ainda hoje, como a maneira mais adequada de conciliar a necessidade de unidade em nações dotadas de grande extensão territorial e grande contingente populacional com respeito às suas necessidades regionais, como é o caso do Brasil, como é o caso dos Estados Unidos. Isso porque tal configuração estatal permite o exercício de autonomia dos estados federados, conferindo-lhes autogoverno, auto-organização e autoadministração, sem lhes conceder soberania, portanto, concedendo-lhes autonomia. Assim, essas unidades parciais podem tratar dos seus assuntos locais.

Muito bem. A nossa Federação, como nós todos sabemos, foi uma cópia da Federação americana. É possível, Senador Zeze, nós copiarmos uma constituição de um outro Estado, como os Estados Unidos da América. Isso é possível. Agora, não é possível copiarmos a sociologia, não é possível copiarmos a história dos Estados Unidos da América. A Federação americana surge, como nós todos sabemos, de treze

estados independentes, enquanto a Federação brasileira surge de um Estado unitário que existia até 1889.

Qual é a consequência disso? A consequência disso são aquelas grandes discussões que se revelam em uma pergunta: por que, lá nos Estados Unidos, alguns estados membros têm pena de morte e outros estados não? Por que, nos Estados Unidos, a legislação estadual é muito mais forte do que a legislação nacional? Isso em razão dessa história, em razão da sociologia, da criação da Federação americana, que é diversa da Federação brasileira no seu nascêndouro. Portanto, é possível copiarmos a constituição, mas isso traz, para a República Federativa do Brasil, prejuízos nas relações entre as pessoas jurídicas com capacidade política.

A nossa Federação, no decorrer da história, como nós todos sabemos, passa por modificações. Quase ela se extinguiu, em 1937, com a unidade do Estado a partir dessa Constituição autoritária trazida à lume por Getúlio Vargas.

A Constituição de 88 busca descentralizar as autonomias estaduais – os Estados membros – e as autonomias municipais – os aqui no Brasil chamados Municípios.

No entanto, temos algumas questões que precisam ser mais bem debatidas nesse novo olhar, nessa nova dimensão, sob o que se denomina federação. E nós ousamos sugerir ao Presidente Sarney que essa comissão especial de juristas, economistas, cientistas políticos, possa debater o seguinte tema, Sr^a Presidente: federalismo fiscal, com vistas a evitar a guerra fiscal vertical e horizontal. Isso em várias áreas, inclusive na questão ambiental. Poderíamos aqui também debater, nesse grupo de estudos, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da aplicação de recursos federais no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nós vivemos, no Brasil, o chamado federalismo cooperativista. V. Ex^a, que já foi Prefeita de São Paulo, Senadora Marta Suplicy, sabe o que passam os prefeitos em razão da falta de recursos. Os Municípios possuem muitas atribuições e poucos recursos para fazer frente a essas atribuições. Daí os prefeitos do Brasil, a cada ano, mais de uma vez por ano, comparecem ao palácio do governador, ao Palácio do Planalto, solicitando recursos da União para os Municípios. É uma distorção da nossa Federação. Nessa comissão, poderíamos debater esta questão: repasse de recursos da União para os Estados e os Municípios no que se denomina de federação ou federalismo cooperativista.

Também nessa comissão poderia ser debatido o Projeto de Lei nº 289, dos Senadores Randolfe Rodrigues e Romero Jucá, que trata do FPE – Fundo de

Participação dos Estados. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a partir do dia 31 de dezembro de 2012, este ano, a lei que traça os critérios de distribuição do FPE será inconstitucional. Portanto, nós aqui no Senado, a chamada Casa da Federação, temos o dever fundamental de regrar esse federalismo fiscal na tratativa de novos critérios para a divisão do Fundo de Participação dos Estados. Também nessa comissão, poderá ser debatida a distribuição de recursos financeiros, **royalties**, Senador Zeze, oriundos das diversas riquezas naturais brasileiras e de suas reservas. É o caso dos Estados de Minas Gerais e do Pará no que tange à mineração. É o caso dos **royalties** de petróleo.

Esse grupo de estudiosos poderia debater a organização de sistemas de segurança pública no âmbito nacional, delimitando as tarefas e competências entre os entes federativos.

A União tem responsabilidade na segurança pública, mas o que nós acompanhamos sempre, todos os dias, é a União jogando a responsabilidade para os Estados membros e os Estados membros jogando a responsabilidade para a União Federal.

Tive a honra, Sr^a Presidente, de participar da comissão externa de acompanhamento da aplicação dos recursos federais no chamado PAC da segurança, e nós chegamos ali a informações estarrecedoras.

Por exemplo, o Programa Calha Norte tem ações de construções de embarcações, manutenção de aérodromos, implantação de infraestrutura. Dotação orçamentária: R\$484 milhões; execução: não chegou a R\$15 milhões – menos de 3% foram efetivamente executados.

Cito outro programa: aprimoramento da execução penal, com ações de construções de escolas penitenciárias e outros. Investimentos, a dotação: R\$125 milhões; atualmente a execução é de R\$28 milhões, 22%.

Cito outro exemplo muito importante. O Sistema Único de Segurança Pública tem ações como: integração da educação e valorização profissional, ações preventivas de segurança para a Copa do Mundo de 2014. Dotação: R\$620 milhões; execução: R\$48 milhões – menos de 7,7%.

E um último dado: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o chamado Pronasci, ações como concessão de bolsas formação, implantação de postos e outros. Dotação: R\$2 bilhões; execução: R\$600 milhões – menos de 30%.

Já concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Isso mostra que esse federalismo fiscal, federação cooperativista, entre a União, os Estados e os Municípios não vem cumprindo o seu papel.

Para minha honra, concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/ PP – RS) – Caro Senador Pedro Taques, é confortador ouvi-lo e, especialmente, saber que está em muito boas mãos a condução desse reexame institucional do chamado pacto federativo, sobre o qual esta Casa tem uma enorme responsabilidade. E V. Exª trata de uma questão que conhece bastante bem: a questão da segurança. Nós saímos de uma greve prolongada da Polícia Militar da Bahia. Ela não teve muito sucesso no Rio de Janeiro, mas isso não significa dizer que há tranquilidade no setor de segurança. Quando levantei esses problemas, verifiquei que, no chamado PAC da segurança, na verdade, os volumes gerais, incluindo o Pronasci e todos os outros demais nesse programa do Governo Federal, eram mais de R\$6 bilhões, dos quais nem 64% foram aplicados nesse programa. E o Bolsa Formação, Senador Pedro Taques, era R\$720,00, que era uma suplementação no fundo, embora o objetivo fosse ajudar no aperfeiçoamento profissional deste soldado, ele acabou sendo suprimido e voltou à estaca zero, um programa que poderia ser a saída. Não podem os Estados hoje bancar a PEC 300 por conta dessas dificuldades financeiras. Enquanto a União ficar com 60% da arrecadação, os Estados, com 23%, 25%, e os Municípios, com 15%, não é possível fechar essa conta. E é preciso, sim, um compartilhamento muito mais equilibrado em relação à distribuição de competências e com receita. Então, cumprimento V. Exª por abordar, com tanta propriedade e competência, este tema do federalismo e do pacto federativo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. No tocante à greve dos policiais da Bahia,...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – ... a Constituição expressa uma vedação de greve de policiais militares. Está expresso ali. Raciocínios outros são contrários à Constituição. Nós, inclusive, já debatemos isso. Na nossa opinião, a Constituição veda expressamente tal prática.

Srª Presidente, esperamos que o Presidente Sarney atenda a esse requerimento. Porque penso, salvo melhor juízo, que este tema seja um dos principais nesta Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero usar a palavra em nome da Liderança do Partido da República.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª já está inscrito, e já chegou a troca.

Com a palavra, o Senador Alfredo Nascimento, pela Liderança do seu Partido, o PR.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Brasil retoma hoje sua rotina de normalidade, e nosso povo já pode respirar mais aliviado. Sufocada a greve da Polícia Militar da Bahia e abortada a paralisação que levaria ao caos também o Rio de Janeiro, fica, para nós, homens públicos, o desafio de restabelecer o debate em torno da segurança pública e de articular soluções que garantam à população brasileira seu direito inalienável de ir e vir.

O saldo da greve baiana e da ameaça de paralisação do Rio de Janeiro é um só: a constatação de que não é mais possível adiar a discussão em torno da modernização e do fortalecimento de nossas polícias, tema que envolve um debate sincero em torno da carreira policial e tudo o que deve estar a ela associado, plano de carreira, capacitação, reciclagem e uma política salarial que traduza a importância desses profissionais para o bem estar da população e para a manutenção da ordem.

De nossos policiais é cobrado um verdadeiro sacerdócio, que arrisquem suas próprias vidas na defesa de cada um de nós, muitas vezes, sem o preparo nem o apoio necessários, mas pouco tem sido feito para dar a eles as condições favoráveis ao bom desempenho de suas tarefas. Veja o caso do meu Estado, Srª Presidenta. O Governo do Amazonas garante ter investido R\$250 milhões em segurança pública no ano passado, mas, como eu, toda a população tem se perguntado onde foi parar esse dinheiro. No ano de 2011, certamente, os índices de violência atingiram seu ápice no Amazonas, especialmente na cidade de Manaus. Não farei, aqui, o raciocínio simplista de quem considera que, em outros Estados, a situação é muito pior, mas não se pode contemporizar com a violência e com seus efeitos na vida das pessoas. Cabe a nós, homens públicos, apontar os problemas e buscar as soluções.

Um dos problemas da segurança pública do Estado do Amazonas é a má gestão. O Governo do Estado não tem conseguido implantar uma política efetiva, dispersando recursos públicos em ações que não surtem efeitos. É preciso avançar na modernização das ferramentas, especialmente as de inteligência policial. É preciso equipar as polícias e treinar e reciclar os nossos policiais, para que possam fazer melhor uso de novas técnicas. É preciso enfrentar os gargalos do sistema prisional, hoje sobrecarregado e sem condições de atender à demanda. Para que se tenha uma ideia, a população carcerária do Estado do Amazonas cresceu 24% em 2011. Estamos falando de quase 6,5 mil pessoas internadas em presídios sem a menor

condição de funcionamento, a maior parte na cidade de Manaus. A população carcerária de nossa Capital registra pouco mais de 4,2 mil pessoas. O Governo do Estado do Amazonas promete construir cinco novos presídios, mas, até agora, não conseguiu sequer definir a localização desses presídios.

Penso, Srª Presidenta, sem a menor dúvida, que também é preciso criar uma política de valorização do policial, investindo não apenas na sua capacitação, mas também em uma remuneração condizente com a importância e o risco inerentes ao exercício da função.

V. Exªs sabem o quanto ganha um policial militar no Amazonas? Dois mil e cento e vinte reais, alguns reais menos que os policiais baianos e alguns centavos – eu disse centavos – mais que os policiais do Rio de Janeiro. Reunidas dias atrás em Manaus, lideranças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros deixaram claro o descontentamento da corporação com o Governo do Estado, que não cumpriu as promessas de recuperação salarial feitas durante a campanha política.

É por situações como essas que não se pode demonizar o debate em torno da PEC nº 300. O piso salarial nacional tem de ser examinado de modo a buscar uma solução que valorize e faça justiça ao policial brasileiro, sem quebrar as finanças estaduais. Certamente, uma melhoria na gestão do setor ajudará a ampliar os recursos destinados à folha salarial dos policiais, esvaziando de vez um desconforto que pode custar muitas vidas.

O Estado do Amazonas teve um crescimento substancial no número de homicídios. Nós somos a vigésima sexta cidade mais violenta do mundo! Não é possível que continuemos de braços cruzados, vendo isso acontecer nos Estados. É preciso a participação efetiva do Governo Federal, mas também é preciso que os governos estaduais invistam verdadeiramente em segurança pública, para que se obtenham bons resultados e para que a população brasileira viva em segurança.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Gostaria de subscrever, Senador Alfredo, seu pronunciamento. Eu gostaria de subscrevê-lo mesmo! Esse assunto foi motivo de três ou quatro dias de debates desde que voltamos do recesso. O exemplo do Rio e, mais proximamente, o da Bahia não fizeram com que acabasse o problema, muito pelo contrário. Ontem, o Senador Agripino o chamou de “fogo de monturo”. Não sei se o senhor conhece isso no interior da Paraíba. Nós temos a necessidade de trazer esse debate ao Congresso Nacional e de discutir o Sistema Nacional de Segurança Pública. V. Exª está fazendo isso com o nosso apoio e com o apoio de todos aqueles que entendem que é necessário participar e dividir responsabilidades. Não

se pode jogar tudo para o Governo Federal nem para os Estados, mas é preciso chamar todos para uma grande negociação, para que se devolva dignidade salarial e condições de trabalho a esses profissionais.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Obrigado pelas suas observações, Senador.

Não é possível que se ignore a PEC nº 300. Pode não ser o ideal, mas é fundamental que se concedam bons salários para os policiais tanto do meu Amazonas quanto da sua Paraíba e de todo o País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alfredo Nascimento. Esse é, realmente, um problema sério. É aquele que não pode ficar para se solucionar daqui a pouco, tem de ser solucionado de um jeito ou de outro agora.

Com a palavra o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje, gostaria de iniciar a minha fala na tribuna desta Casa registrando o meu pesar pelo falecimento de um grande sergipano. Falo de Camilo Calazans, ex-presidente do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, considerado por muitos como o maior presidente do Banco do Brasil de todos os tempos. Quero aqui transmitir os meus sentimentos à sua família.

No Nordeste, a região do baixo São Francisco, localizada entre os Estados de Sergipe e Alagoas, é uma área de ocupação histórica muito antiga. João Ribeiro, autor de um livro sobre história do Brasil, refere-se ao rio São Francisco como o grande caminho da civilização brasileira, o que demonstra a importância desse rio desde os primórdios da colonização. O baixo do São Francisco foi um cenário importante durante a colonização holandesa no Nordeste. Foi durante o domínio batavo que Maurício de Nassau fundou o Forte de Maurício, onde surgiu a atual cidade de Penedo, em Alagoas. A região foi explorada e ocupada pelos agentes da Companhia das Índias Ocidentais. Durante a expulsão o baixo São Francisco foi o teatro da guerra.

É fato que o surgimento das cidades brasileiras na fase colonial aconteceu por motivação religiosa, comercial ou militar, e o povoamento da nossa região não foi diferente. Contudo, o baixo São Francisco, apesar de ter sido uma das áreas mais agredidas e degradadas pelo homem desde a descoberta do Brasil, restando pouco da fauna e flora nativas, é, por incrível que possa parecer, a região onde temos um dos mais belos trechos do rio e certamente o mais povoado, proporcionalmente. Tem uma diversidade de solos e clima notáveis, abrangendo desde a região semiárida, passando por trechos agrestinos, até a Zona da Mata,

chegando à foz com uma vegetação típica do litoral composta por restingas e manguezais.

E é justamente nessa diversidade que percebemos no turismo uma grande possibilidade de desenvolvimento para a região e para todo o contingente populacional que vive nos municípios do baixo São Francisco, tanto no lado sergipano, quanto no lado alagoano do rio.

Quando falo em turismo, falo em segmentos turísticos que se adequem ao que os municípios têm a oferecer, respeitando a culinária, o artesanato e a cultura das populações tradicionais.

Entretanto, para que isso seja possível, precisamos desenvolver, em parceria com as comunidades e com as esferas de governos, ações que possibilitem a criação de infraestrutura necessária para que os projetos sejam implantados e que tenham continuidade, gerando segurança de renda para as populações e de divisas para os municípios envolvidos,

Quando falo em ações e projetos turísticos para região do baixo São Francisco, é de fundamental importância que sejam consideradas as duas margens do rio; caso contrário, essas ações e projetos estariam, sem dúvida, fadados ao insucesso.

Certamente a construção de uma ponte sobre o Velho Chico, fazendo a ligação entre Sergipe e Alagoas, trará para os municípios do baixo São Francisco, nos dois Estados, uma grande possibilidade de desenvolvimento turístico, gerando empregos, renda, fixando as pessoas às suas terras e aumentando a autoestima de toda a região, que é riquíssima em belezas naturais e em história.

O espaço de que estamos falando é amplo. Só para se ter uma ideia, em Sergipe são 14 Municípios; em Alagoas, são nove. Daí a importância da somação de esforços entre os dois Estados.

Apenas para se ter uma pequena noção da diversidade do potencial turístico dessa região, vou citar alguns exemplos. O primeiro deles é Pacatuba, em Sergipe, que fica localizado entre a foz do São Francisco e a reserva de Santa Isabel, também conhecida como Pantanal Nordestino. Isso mesmo, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, pantanal! E não é verdade de pescador, não, possui uma área verde de 40 km² que reúne pântanos, manguezais, dunas, mar e mata atlântica, formando um belíssimo e harmonioso cenário de fauna e flora.

Já Santana do São Francisco, que até bem pouco tempo era conhecida como Carrapicho, é um importante polo de produção artesanal de cerâmica. Suas belas peças são exportadas para todo o Brasil e podem ser encontradas também mundo afora. E o delta sergipano do rio São Francisco é, portanto, quase

todo pertencente ao Município de Brejo Grande, com aproximadamente toda sua área formada por dunas e restingas, entremeadas por lagoas e apicuns.

Do lado alagoano, não podemos deixar de falar da histórica cidade de Penedo, que se ergue imponente sobre um rochedo às margens do rio São Francisco, um relicário vivo que conserva um patrimônio artístico e cultural de grande valor, tendo sido palco de acontecimentos importantes do Brasil colonial, como mencionei no início deste pronunciamento.

Portanto o que precisamos é fortalecer nossas ações em todos os segmentos do turismo em nosso País. Embora o número de turistas estrangeiros visitando o Brasil tenha batido recorde em 2011, ainda estamos muito atrás de países como França, Estados Unidos, Espanha e China, por exemplo.

E o que nos falta? Na nossa região, especificamente na região do baixo São Francisco, falta-nos infraestrutura básica para que possamos criar uma eficiente infraestrutura turística. Acredito que unidos seremos mais fortes, que a somação de esforços entre Sergipe e Alagoas será de fundamental importância para o desenvolvimento de toda essa região que compõe os dois Estados, que é riquíssima em belezas naturais, cultura, artesanato e história.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, tenho certeza de que a construção da ponte sobre o Velho Chico, ligando Sergipe com Alagoas, trará um enorme desenvolvimento para todos os municípios que compõem o baixo São Francisco.

E, aproveitando o momento, gostaria de convidar a todos os colegas Parlamentares para estarmos juntos em Aracaju no dia 19 de março, para mais uma reunião da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste – da qual tive o prazer e a honra de ser eleito Vice-Presidente.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lauro, concede-me um aparte?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de me somar ao seu pronunciamento, meu querido Senador Lauro Antonio, para falar da felicidade de tê-lo aqui, usando as prerrogativas que o povo de Sergipe ofereceu a V. Ex^a e ao Senador Eduardo Amorim. V. Ex^a o substitui à altura e na grandiosidade de seu mandato, e trata de um assunto que quem conhece o pequenino e grandioso Estado de Sergipe imagina ser fundamental às aspirações econômicas daquele povo. Não se pode imaginar Sergipe sem turismo, até porque suas belezas naturais – V. Ex^a citou duas, agora há pouco – impõem isso ao Brasil. V. Ex^a, falando, parecia um canto de convite a cada um de nós, para irmos ao Estado de Sergipe. Por isso, as atenções

do Senado estarão voltadas para esse encontro que vamos fazer, da Comissão de Desenvolvimento Regional. Tem sido assim em todas as capitais da Paraíba e, certamente, com a presença e o comando de V. Ex^a na Comissão e com a presença de todos os membros, nós vamos aprofundar esse debate sobre turismo rural, sobre turismo religioso, sobre turismo ecológico, sobre turismo de aventura, que é fundamental quando você tem a graça de ter o Velho Chico chegando até o seu território. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelo carinho, Senador Vital do Rêgo. O povo sergipano também agradece e está lá, de braços abertos, para receber todos daqui.

Para encerrar, iremos, nesse evento, debater, propor soluções e, tenho certeza de que, juntos, vamos encontrar soluções criativas, viáveis e eficientes para, através do turismo, desenvolvermos ainda mais a nossa região, valorizando todo o potencial do nosso povo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Lauro Antonio. Eu compartilho dos elogios que V. Ex^a acabou de receber, como ex-Ministro do Turismo.

Realmente, o desenvolvimento regional focado no turismo também é muito importante, principalmente porque traz um desenvolvimento econômico extraordinário ao País. Como já foi mencionado pelo Senador Vital, são pouquíssimos os países que têm o que nós temos para oferecer.

Então, compartilho desse sentimento dos dois Senadores. Que possamos avançar no turismo brasileiro, principalmente agora, com a Copa e as Olimpíadas.

Estava lembrando de uma pesquisa segundo a qual, em uma Copa, as pessoas fazem turismo a até três horas de locomoção da sede do evento a que ela está assistindo. Então, precisamos realmente ter prontos a três horas de locomoção, restaurantes, hotéis, pousadas, recuperação de atividades e com todas as belezas naturais que Sergipe tem, que realmente são extraordinárias.

Parabéns pelo pronunciamento.

Chamo, agora, à tribuna o Senador Crivella. (Pausa.)

Não se encontrando, Senador Casildo como orador inscrito. (Pausa.)

Ah, desculpe.

Era o Senador Vital. Foi erro meu. Houve tanta mudança, que...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Fora do microfone.) – V. Ex^a já o chamou. Eu queria privar do direito de ouvi-lo. Depois, falo eu.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe, Senador Vital do Rêgo.

Por gentileza do Senador Vital do Rêgo, o Senador Casildo Maldaner faz uso da palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Fico muito grato. Fico muito grato e sei que o Senador Vital do Rêgo, como relator dos **royalties** aqui no Senado, foi extraordinário. Mexeu com o Brasil.

Eu sempre o tive como médico, e aliás é médico na nossa querida Paraíba. Além disso, é advogado, do Direito, entende das questões. É polivalente, como agora deu uma demonstração no aparte que ofereceu ao eminente Senador Lauro, que vem aqui representar o Sergipe, enaltecendo-o, apesar do pouco tempo aqui. Demonstrou a grandiosidade das aptidões, dos privilégios, da cultura e, principalmente, do turismo nesta Casa. O Senador Lauro demonstra isso.

Quero me associar também, inclusive não só às palavras do Senador Vital do Rêgo, como também às da nossa Presidente, Senadora Marta Suplicy, em relação ao que disse aqui o Senador Lauro. Nossos cumprimentos.

Muito obrigado, mas uma vez, Senador Vital do Rêgo, para que eu possa fazer esta exposição que interessa, talvez, a todos nós.

Sr^a. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ontem, a Petrobras, maior empresa do País, viveu um momento único em seus 58 anos de história: a posse da sua primeira presidente mulher. A engenheira Maria das Graças Silva Foster, funcionária de carreira da companhia, a quem faço questão de cumprimentar, assume esta missão com grandes desafios pela frente.

Quinta maior empresa de energia do mundo, segundo **ranking** da PFC Energy, a Petrobras teve um lucro líquido de R\$33 bilhões em 2011. Este valor foi 5% inferior ao alcançado em 2010, apesar do crescimento do volume de vendas no mercado interno ter ficado 6% superior ao do ano anterior.

Isso se explica pelo incremento de despesas operacionais e de maiores custos com aquisição de petróleo e importação de derivados. Justamente neste ponto encontra-se um dos grandes nós a serem desatados pela nova presidente.

A produção nacional de petróleo, em 2011, superou a marca de dois milhões de barris de petróleo por dia. Inegavelmente, são números expressivos. Mas a expectativa é de que aumentem consideravelmente com o pleno funcionamento da operação nos Campos do Pré-Sal.

Hoje, a produção do pré-sal está em pouco mais de 100 mil barris/dia. Em 2017, apenas com os polos de extração na bacia de Santos, a produção crescerá para 1 milhão de barris por dia. Repito: somente na Bacia de Santos!

No entanto, nossa capacidade de refino ainda está muito aquém do volume extraído e a tendência é de que este déficit seja ampliado, mesmo com os investimentos previstos. As 12 refinarias da Petrobras, operando com 92% de sua capacidade – um dos índices mais altos do mundo –, processaram 1,8 milhão de barris/dia, no ano passado.

Entre os derivados de petróleo, a gasolina apresentou o maior índice de crescimento de consumo interno. O volume médio de consumo do combustível saltou de nove mil/barris por dia, em 2010, para 43 mil barris em 2011, registrando um aumento de 378%. A tendência, sem dúvida, é de crescimento da demanda. Especialistas já falam em 55 mil barris/dia para este ano de 2012.

Em seu Plano de Negócios para o período 2011-2015, estão previstos investimentos da ordem de US\$70 bilhões no segmento de Refino, Transporte e Comercialização. Especificamente no refino, são US\$35,4 bilhões, aproximadamente R\$64 bilhões.

Além da reforma e ampliação de refinarias já existentes, já está em andamento a construção de cinco novas refinarias, nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

A previsão é de que a capacidade de refino seja ampliada em 1,5 milhão de barris por dia em 2013 e 2017. Ora, se somarmos a extração atual à previsão para a bacia de Santos, além do crescimento da demanda nos índices atuais, não é difícil deduzir que ainda enfrentaremos deficiências na relação extração-refino, e muito grande. É muito fácil chegarmos a essa conclusão.

Já tive oportunidade de expor essa situação outras vezes: a Região Sul do País, que conta com forte atividade econômica, seja na agricultura, indústria ou comércio, continuará sendo abastecida por duas refinarias: uma delas no Estado do Paraná – a Repar, em Araucária; e outra no Rio Grande do Sul – a Refap, em Canoas.

Vale lembrar que ambas, construídas nos anos de 1960 e 1970, foram feitas numa época em que o Brasil importava petróleo, ou seja, com especificações diferentes do petróleo brasileiro. Mesmo assim, já operam em seu limite de capacidade produtiva. Já estão no limite as duas: a de Canoas e a de Araucária.

O Estado de Santa Catarina, com apenas 1,1% do território e 3% da população, ostenta o sexto PIB nacional. Contamos com uma boa infraestrutura logística, levando em conta a localização de nossos portos e dos campos do Pré-Sal.

Além disso, contamos com mão de obra extremamente qualificada. No ano passado, a Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc lançou o curso

de Engenharia de Petróleo, que vai capacitar seus egressos a trabalhar em todos os ramos relacionados à indústria petrolífera. Ela começou no ano passado, com a primeira turma, já passou para a segunda e vai aumentando cada vez mais.

Por essas razões, tenho lutado para que a Petrobras analise a possibilidade de construção de uma refinaria em meu Estado. Aliás, o pleito, que conta com o apoio irrestrito da bancada catarinense no Congresso Nacional, dos nossos colegas Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer, inclusive do fórum catarinense como um todo, já foi apresentado aos Ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Neste momento em que apresento meus sinceros votos de sucesso à nova Presidente da Petrobras, Graça Foster, peço que inclua Santa Catarina nos planos da companhia. Posso garantir que os benefícios serão não apenas dos catarinenses, mas de todos os brasileiros.

Trago, nobre Presidente, essas considerações, porque, prevendo, pelos estudos que temos na mão, a demanda, que o Brasil cada vez mais...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... tende a aumentar em relação a isso – já concluo, nobre Presidente –, não há como aguardarmos. Precisamos pensar mais longe, porque a produção que começa com as novas refinarias em 2013 e que se estenderá até 2017 vai equilibrar o que precisamos importar, praticamente.

Hoje o Brasil importa derivados de petróleo. Ele caminha para a autossuficiência na produção do petróleo bruto, mas, quanto aos derivados, não temos capacidade para isso, ainda mais se somarmos a produção do pré-sal. Se a tendência é a demanda subir, já que o Brasil não pode estagnar seu consumo, não vamos ter os caminhos previstos. Precisamos olhar um pouco além do horizonte. Temos de levantar a cabeça e mirar lá adiante, para nos precavermos em relação a isso.

É por isso que Santa Catarina coloca-se à disposição da Ministra Graça Foster em relação a isso. É o empenho que fazemos e é também uma decisão do Fórum Catarinense, para participarmos desse processo.

Muito obrigado, nobre Presidente e caros colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo.

Aproveito, aqui, também, para parabenizar, por parte da Mesa do Senado, a Presidenta pela posse ontem, o que nos deixou a todos extremamente emocionados, principalmente por causa do discurso que fez a Presidenta Dilma, referindo-se à primeira mulher

Presidenta e à primeira mulher Presidenta da maior empresa de petróleo do mundo, Graça Foster.

Foi muito bonito, muito emocionante, muito forte, e todos estamos, como V. Ex^a também, muito empolgados com o que virá e com o trabalho da nova Presidenta Graça Foster.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo. Peço desculpas, novamente, pela confusão da inversão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Casildo Maldaner, é sempre um momento muito feliz ouvir V. Ex^a. E não foi por coincidência, minha querida Presidenta Senadora Marta Suplicy, mas por obra do destino: o Senador Casildo trouxe um assunto que me interessa muito na condição de relator do projeto dos **royalties**, que certamente voltará da Câmara para uma nova deliberação desta Casa, já que ele é originário do Senado. V. Ex^a trouxe números que mostram de forma inequívoca o quanto V. Ex^a, eu e mais de setenta Srs. Senadores estávamos certos quando votamos aquele substitutivo. Os números que eu trouxe, Senadora Marta, e que foram contestados à época, já são menores do que os que a realidade apresenta em termos de prospecção de petróleo e gás. Por isso, é muito bem-vinda essa pessoa séria, correta, uma mulher decente como a Presidenta Graça Foster.

São esses os fatos que nos alegram neste novo Brasil que estamos vivendo.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Vital do Rêgo, quero apenas cumprimentá-lo pelo fato de ter V. Ex^a relatado os **royalties** e por ter feito um grande estudo sobre o potencial disso no Brasil, até para que possa o Brasil participar, seus Estados e Municípios. E é essa também a razão dessa nossa análise, a colocação de Santa Catarina para participar desse processo. Quero até aproveitar, com a permissão de V. Ex^a, para ressaltar que a capital do oeste catarinense, Chapecó, se faz presente neste instante: estão aqui nos honrando, nas galerias do plenário, o Prefeito da cidade, Caramori, e o Vice-Prefeito.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Seja bem-vindo, Prefeito. Com certeza, Chapecó e outros 5,6 mil Municípios do Brasil vão ter um reforço de caixa considerável com a aprovação do substitutivo. Minha atenção e um abraço ao povo de Chapecó.

Sra Presidenta, V. Ex^a soube do ocorrido e já fez, em nome do Senado, as honras da Casa. Todos nós estamos enlutados com a morte de uma criança, um adolescente de treze anos, o menino Marcelo Dino, filho do Presidente da Embratur Flávio Dino, ex-Deputado Federal comigo, companheiro de Comissão de Constituição e Justiça. É imensurável essa dor. Eu espero que Deus me dê a ventura de não passar em

vida por esse sentimento de perda. Eu prefiro milhões de vezes, tendo o direito de decidir – esse direito não é dado a mim, porque nós somos obra e graça de Deus, e Deus faz um programa na nossa vida. Não sei o que vai acontecer no próximo segundo. Mas, se eu pudesse decidir o destino, jamais queria passar a dor que Flávio Dino está passando neste momento.

Meu sentimento profundo.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje vou falar de agricultura e da fome.

Com prodigalidade, a história mostra que, em sua admirável jornada pelo Planeta, a humanidade teve a desventura de enfrentar, em inúmeras ocasiões, a desesperadora situação da fome.

Adversidades que atingem não apenas algumas poucas pessoas, o que já é por si mesmo devastador, senão vastos contingentes de humanos, por longos períodos de tempo.

Ainda hoje, em pleno século XXI, quando nos jactamos dos notáveis avanços científicos e tecnológicos e da consolidação da sociedade de consumo, milhões enfrentam a cada dia a insuficiência de alimentos.

Não será inapropriado sublinhar a perversa realidade que nos permite cotejar sociedades abastadas, nas quais muitos têm a saúde afetada pelo excesso de alimentos e o contraponto da fome, a afligir inúmeras populações por ausência de alimentos, como o caso da Somália e do Sudão do Sul.

A questão reveste-se de tanta importância que monopoliza instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, vários governos, organizações humanitárias e filantropos pensam nesta questão, espalhados pelo Planeta.

Contudo, a despeito esforços de uma enorme rede de referência e amparo, ainda não conseguimos garantir um mínimo de três refeições diárias para 850 milhões de pessoas.

Em termos relativos, o percentual vem sendo gradualmente reduzido, mas segue elevadíssimo, na frieza dos números, diante de uma população mundial que ultrapassou a marca de 7 bilhões de habitantes.

O Brasil vem-se debatendo desde sempre com esse grave problema.

Como se sabe, o governo do Presidente Lula instituiu o Fome Zero, admirável e impostergável iniciativa que se mantém com forte presença e atuação ainda hoje, no Governo de sua sucessora, a Presidenta Dilma Rousseff.

Apesar dos esforços governamentais, conjugados com o singular desempenho da economia nacional, que provocou uma das mais radicais recomposições de nossa pirâmide social, segundo a FAO, o Brasil ain-

da abriga 11,7 milhões de pessoas subnutridas, que representam 6% da população.

Tiramos, nos últimos anos, 26 milhões de brasileiros da miséria e, certamente, haveremos de resgatar aqueles que remanescem nesta triste condição.

Daí a importância, como já tive a oportunidade de destacar e elogiar, sem medo, do plano “Brasil sem Miséria”.

E não se tratou de um mero exercício retórico.

Na Comissão Mista de Orçamento, tive a satisfação de verificar o cumprimento das metas do plano em 2011, dando sinal verde para elevar o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que conduz o “Brasil sem Miséria”, de R\$ 44 bilhões, no ano passado, para R\$ 54 bilhões neste exercício.

Ouvimos várias vozes que acompanham e estudam com afinco e seriedade a questão da fome em todo o mundo.

O moçambicano Hélder Muteia, representante da FAO no Brasil, alerta para a enormidade do desafio de alimentar uma população mundial que chegará, em meados de quatro décadas a 9 bilhões de habitantes, num mundo cada vez mais sensível ao aquecimento global.

Lembra Muteia, a produção mundial de cereais decresceu 1,1% entre 2010 e 2011, e eventualmente pode se transformar em uma sinistra tendência.

O jornalista australiano Julian Cribb, vulgarizador da ciência, lançou em 2010 o livro com o seguinte título: **“A fome que chega: a crise alimentar global e o que podemos fazer para evitá-la”**.

Na obra, não usa meias palavras para caracterizar a questão da fome na atualidade como uma das mais urgentes e relevantes da história da humanidade.

Como observamos, o tema está a exigir atenção e ação ainda maiores e mais intensas.

Ambas, de novo, começam com governos e organizações multilaterais para logo alcançarem as próprias sociedades.

Não é de hoje que reivindico para a Paraíba a instalação de escritório da FAO.

Por suas peculiaridades socioeconômicas e sua posição geopolítica, a Paraíba é um destino natural para um escritório regional de tão importante organismo.

No final do ano passado, o próprio diretor-geral da FAO, o eminentíssimo brasileiro José Graziano, defendeu a abertura de três escritórios no País, um no Paraná, outro na Amazônia e um no Nordeste.

Nada mais razoável que a Paraíba seja contemplada com este importante birô voltado para a agricultura e a alimentação.

Espero que Graziano, Muteia e o ilustre Ministro e companheiro Mendes Ribeiro Filho percebam a importância desta iniciativa para o toda a Região Nordeste.

Enfim, Srª Presidente, permita-me encerrar com um provérbio espanhol recuperado por Cribb, que diz: o que separa a civilização da barbárie são apenas sete refeições.

Não bastasse a incontornável obrigação moral que todos temos diante dos semelhantes menos afortunados, parece um grande e imperdoável equívoco colocar em risco todo o aparato cultural e civilizacional que construímos ao longo de milênios.

Para concluir, Srª Presidente, V. Exª que gosta de poesia, trago um texto musicado pela turma dos Paralamas do Sucesso, chamado A Novidade, composição de Torquato Neto e do nosso ex-Ministro Gilberto Gil, tão própria para o dia de hoje, véspera de carnaval.

A Novidade, cantada pelos Paralamas, e eu não vou cantar, eu não me atrevo a fazer o que o Suplicy faz aqui, porque ele tem todo o jeito, mas o texto diz:

Ô mundo tão desigual
Tudo é tão desigual
De um lado este carnaval
De outro a fome total.

Esse é o texto da música dos Paralamas, composto por Torquato e Gilberto Gil. Bem próprio, falando da fome, na véspera deste evento maravilhoso que mostra o Brasil para o mundo, o nosso carnaval.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Vital do Rêgo. E viva o Paralamas!

Agora, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não se encontrando presente, o Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Não se encontrando, tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, antes de iniciar minha fala, eu queria apresentar aqui, como outros já apresentaram, um voto de pesar à família do Presidente da Embratur Flávio Dino, pelo falecimento do seu filho Marcelo, em condições extremamente trágicas e que nos leva não somente a refletir sobre o sistema suplementar de saúde, mas também a cobrar uma apuração rigorosa sobre os fatos.

Eu quero aqui me associar à família, solidarizar-me com sua dor e esperar que seja possível superar essa situação tão difícil.

Mas, no dia de hoje, quero registrar a importância dos investimentos feitos na área de segurança pública no Município de Caruaru, no agreste pernambucano – vou falar também sobre saúde –, Município este situado a 130 quilômetros do Recife. A capital do forró, como é conhecida, está em franco desenvolvimento e, portanto, necessita de investimentos em áreas fundamentais.

Eu gostaria de parabenizar o Prefeito José Queiroz, que doou um terreno de quase sete mil metros quadrados para a construção da nova sede da Delegacia Regional da Polícia Federal no Município.

Sou autor de uma emenda, no valor de R\$ 300 mil, que permitirá o início da construção da delegacia e me comprometo, na medida do possível, a encaminhar outras emendas para melhorar as estruturas físicas de atendimento à população. Vale lembrar que a Delegacia Regional da Polícia Federal de Caruaru, em Caruaru, é responsável por uma extensa área de circunscrição envolvendo 69 outros Municípios.

Aproveito para lembrar que, consciente da importância estratégica do Município de Caruaru, também indiquei emenda já aprovada, no valor de R\$ 29 milhões, para a construção do Hospital Mestre Vitalino, situado às margens da BR-104. Trata-se de hospital geral de médio porte para atendimento de média e alta complexidade, que beneficiará mais de 1,2 milhão de habitantes de Caruaru e de todos os 32 Municípios do entorno.

Aproveito também essa oportunidade, Srª Presidenta, para registrar, com muita satisfação, alguns números divulgados esta semana, pelo Governo Federal, que merecem nossa atenção. Eles confirmam o sucesso do programa de distribuição de medicamentos Saúde Não Tem Preço e os progressos do Sistema Nacional de Transplantes.

Esses dados refletem a importância de o Governo continuar apostando nessas ações e do nosso apoio, caros colegas Senadores e Senadoras.

Em um ano do programa Saúde Não Tem Preço, o número de diabéticos e hipertensos que recebem medicamentos de graça na rede de farmácias populares do País triplicou. Ao fazer um balanço do Programa, a Presidenta Dilma Rousseff informou que 7,8 milhões de brasileiros e brasileiras que sofrem dessas doenças receberam medicação gratuita.

Apenas em janeiro, foram 3,2 milhões de pessoas beneficiadas.

O Saúde não tem Preço é uma inovação do programa Farmácia Popular, que tive a alegria de implantar quando Ministro da Saúde, no governo do Presidente Lula. A ideia foi viabilizar e facilitar o acesso a medicamentos com descontos para a população brasileira. A Presidenta Dilma e o Ministro Alexandre Padilha

aperfeiçoaram essa política, com o lançamento da gratuidade de remédios para hipertensão e diabetes dentro da rede de farmácias populares, cujas unidades também continuam em expansão.

Hoje, são 20.300 farmácias em 3.200 Municípios que distribuem de graça os remédios para diabetes e hipertensão. Além deles, esses estabelecimentos oferecem descontos de até 90% para os medicamentos para asma, colesterol, colesterol alto, osteoporose, rinite, bem como anticoncepcionais e fraldas geriátricas.

Essas ações garantem a continuidade no tratamento dos doentes, pois o custo dos medicamentos compromete a renda das famílias mais carentes. Essas políticas demonstram ainda como o Estado pode ser proativo e fazer diferença na vida de cada cidadão e cidadã.

Já o Sistema Nacional de Transplantes, caros colegas, caras colegas, atingiu novo recorde em número de cirurgias em 2011. Em uma década, o Brasil mais que dobrou o número de transplantes. Hoje, o País tem o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo. Vejam, senhores e senhoras, este é um retrato do Sistema Único de Saúde que muitas vezes é ignorado: 95% dos transplantes do País são realizados no SUS e de forma totalmente gratuita para a população. E não falo apenas da cirurgia em si, mas de toda a assistência que o paciente transplantado recebe, incluindo exames periódicos e os medicamentos pós-transplante.

Enfim, precisamos não somente modernizar e corrigir as falhas do SUS, mas valorizar, acreditar e apoiar as ações que dão certo, para que sirvam de exemplo e inspiração para outras políticas e para que encontrem o apoio necessário de todos nós.

Aqui, no Senado Federal, teremos um importante trabalho a desenvolver neste ano. Vamos discutir o financiamento da saúde pública. Um decisivo passo foi dado no final do ano passado, quando aprovamos a regulamentação da Emenda nº 29, garantindo o cumprimento dos recursos mínimos à saúde por parte dos Estados, Municípios e da União.

Tive a felicidade de relatar a emenda e sugerir, naquela época, a criação de uma comissão especial para debater de onde buscar mais recursos para a saúde. O Presidente Sarney já aprovou a criação da comissão. Vamos ter a oportunidade de nos debruçar melhor sobre este tema. Como também podemos propor aperfeiçoamentos na gestão da saúde pública. Tenho um projeto de lei tramitando na casa, o PLS 174/2011, que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária. Peço o apoio de todos os Senadores e Senadoras no debate e aprovação dessa matéria. Ela cria mecanismos assegurando a transparência na execução e fiscalização

das políticas públicas de saúde, define procedimentos de ajuste de conduta em situações de não cumprimento das responsabilidades e estabelece punições administrativas e criminais para casos de gestão fraudulenta.

Srs. Senadores e Sr^as Senadoras, o SUS é uma conquista de todos nós, brasileiros. Foi um sistema universal democrático e bem estruturado. Apresenta problemas, sim, mas cabe a nós – junto com o Governo Federal, os profissionais de saúde, os usuários, a sociedade de um modo geral – aperfeiçoá-lo e podemos fazer isso com toda certeza.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Muito obrigado, Sr^as e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Com a palavra, Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Não se encontrando, Senador Jorge Viana. (Pausa.)

Senador Paulo Bauer. (Pausa.)

Senador Ferraço. (Pausa.)

Senador Sérgio. É o último inscrito do dia.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, caros telespectadores das TV Senado, caros ouvintes da Rádio Senado, estamos ainda em ritmo lento com os trabalhos do plenário nesta Casa. Mal iniciamos o ano legislativo e já temos uma medida provisória trancando a pauta do Senado Federal. Temos notícias de que mais de uma dezena de medidas provisórias estão para chegar a esta Casa nas próximas semanas. Essa é uma preocupação de todos os Srs. e Sr^as Senadores: resta-nos pouco tempo para debater e aprofundar as nossas meditações no que diz respeito aos estudos dos assuntos que são de interesse, importância e relevância nacional. Chegam à Casa de maneira atropelada e temos notícia de que algumas medidas provisórias devem chegar na semana que vem e que o prazo de votação já será na semana seguinte.

Fico, de certa forma, indignado com a postura que vem adotando a Câmara dos Deputados em relação ao Senado Federal e às medidas provisórias. Se a Câmara dos Deputados é a Casa onde se aprofundam os estudos, no que diz respeito às matérias legislativas, e nós somos a Casa revisora, temos também o direito, pelo menos, de ter, no mínimo, uns 15 dias para estudar e debater, dentro das lideranças, dos partidos políticos, das comissões, se possível, essas matérias. A maioria chega e vai direto ao plenário e muitas são incluídas na pauta de forma precipitada, para que dê tempo de votá-las, e não são dados os prazos necessários aos debates.

Então, Sr^a Presidente, gostaria, primeiramente, de manifestar a minha preocupação com relação a esse

tema. Sabemos da luta que o Senado enfrentou o ano passado no encaminhamento da PEC de iniciativa do Presidente Sarney para que redefiníssemos os prazos para a questão da medida provisória.

Sr^a Presidente, está sobre a mesa um requerimento de minha autoria que já tramitou pela Comissão de Relações de Exteriores. Chega como um requerimento da Comissão de Relações Exteriores para que possamos formar uma comissão externa temporária de Senadores para irmos ao Congresso paraguaio discutir a situação dos brasileiros e dos paraguaios, descendentes de brasileiros, que vivem naquele país.

Hoje, durante a reunião semanal da Frente Parlamentar da Agricultura, tive o privilégio, Senadora Ana Amélia, de ser escolhido como coordenador político da Frente Parlamentar da Agricultura na vaga deixada por nosso amigo querido, Deputado Moacir Micheletto, que receberá uma justa homenagem da Câmara dos Deputados nos próximos dias. Estão preparando uma homenagem que vai marcar e vai deixar o nome do Micheletto para todo o sempre no cotidiano da legislação brasileira.

Naquele momento, vários Deputados e Parlamentares que ali se encontravam discutindo diversos assuntos da agricultura brasileira levantaram também a questão dos brasiguaios e essa preocupação. Também os Deputados da Frente Parlamentar vão promover, perante a Câmara dos Deputados, uma gestão, uma ação muito parecida com aquela que fizemos aqui, juntamente com a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, o Senador Mozarildo Cavalcanti e tantos outros Senadores, como, por exemplo, o Senador Maldaner, de fazer lá também uma comissão externa de Deputados. Sugerimos, então, que, na sequência, conversássemos, as duas Casas, Câmara e Senado, para que fizéssemos uma única missão de Parlamentares, Deputados e Senadores.

Então, Sr^a Presidente, eu trago a notícia de ter sido escolhido como coordenador político da Frente Parlamentar da Agricultura, trago-a aos ouvintes da TV Senado, aos Srs. Senadores e às Sr^as Senadoras. Assumi essa incumbência com muita honra e terei o compromisso e a dedicação, mesmo que empenhando o meu tempo ainda mais em favor da sociedade brasileira, mas me dedicarei diuturnamente às questões de interesse do agronegócio, da agricultura familiar e da agricultura como um todo do meu País, começando pelas questões do Código Florestal, ainda pendente de votação na Câmara dos Deputados. Foi aventada a possibilidade de votação agora, nos dias 6 e 7 de março, ou seja, daqui a poucos mais de quinze dias, provavelmente teremos a votação do Código Florestal lá, na Câmara dos Deputados.

Neste momento, acontece uma reunião no Ministério do Meio Ambiente, em que está presente, representando o Senado, o Relator, o Senador Moka e outros parlamentares. Eles estão discutindo com a Ministra Izabella o relatório final perante a Câmara dos Deputados, e amanhã, às 14h30min, estaremos juntos numa reunião com o Ministro da Agricultura, o Ministro Mendes Ribeiro, tratando desse assunto.

Sr^a Presidente, venho à tribuna da Casa trazer a notícia do cargo que passarei a ocupar junto à Frente Parlamentar da Agricultura. Também venho manifestar a minha preocupação, mais uma vez, com relação à aprovação desse requerimento para que, o mais rapidamente possível, possamos formar a comissão temporária externa de Senadores que vai conversar com o congresso americano, que retoma os seus trabalhos a partir do próximo dia 1º de março. Assim, poderemos conversar com aqueles parlamentares e saber os detalhes e as posições do parlamento paraguaio no que diz respeito às questões dos brasileiros e dos descendentes de brasileiros que vivem naquele país.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador.

Sobre a Mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no artigo 40 do Regimento Interno, autorização para representar o Senado Federal, nos termos do convite formulado pelo Presidente José Sarney, através do Of. nº 27/2012-PRESID., de 9 de fevereiro de 2012 no VI Fórum Mundial da Água: Tempo de Soluções, organizado pelo Governo da França, a realizar-se em Marselha, na República Francesa, no período de 12 a 17 de março de 2012.

Requeiro, adicionalmente, que seja justificada minha ausência aos trabalhos da Casa e nos termos do art. 39, II do mesmo Regimento Interno informo que me ausentarei do País neste período.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2012. – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente Marta Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, eu queria apenas registrar que, hoje, pela manhã, diante

do problema que ocorreu com as próteses mamárias de silicone de marcas importadas da França e também da Holanda, a Comissão de Assuntos Sociais fez uma longa audiência, talvez a mais longa das audiências públicas deste início de Legislatura, para debater a questão com o Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dr. Dirceu Barbano, com autoridades da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) e também com representantes das vítimas desses implantes, além do Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM). Foi uma reunião de grande valia e de muitas informações prestadas.

Essa audiência foi realizada, em conjunto, pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por meio de requerimento do Senador Paulo Paim – na Comissão de Assuntos Sociais, o requerimento foi de minha autoria. A Senadora Vanessa Grazziotin também havia feito um requerimento para tratar da questão dos mutirões de reconstituição de mama que acontecem no mês de março, por iniciativa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Então, eu queria transmitir isso e ressaltar a importância das informações trazidas pelo Dr. Dirceu Barbano sobre todos os procedimentos adotados no âmbito do Governo, da Anvisa, que é a responsável pela avaliação técnica da qualidade da prótese fornecida no mercado brasileiro. Então, foram mostradas as providências tomadas.

Também o representante do Ministério da Saúde apresentou iguais informações sobre os procedimentos determinados pelo Ministro Alexandre Padilha nesse aspecto, e a própria Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica falou sobre como esse problema vem sendo enfrentado. Há uma proposta da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica sobre a confecção de um cadastro de todas as mulheres que se submeteram a tais próteses, para haver um controle melhor e mais adequado do ponto de vista da saúde da mulher ou de quem se submete a tais próteses.

Então, eu queria fazer esse registro, agradecendo a presença ao Presidente da Anvisa e aos demais convidados que compareceram à reunião. Foi extremamente relevante esse debate que aconteceu hoje no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Realmente, um assunto de grande relevância para todos nós, principalmente as vítimas dessa tragédia que foi esse implante e, agora, é muito bom ter tido a presença aqui do Presidente da Anvisa e os encaminhamentos necessários que vão ser tomados também com o Ministério da Saúde.

Parabenizo todos que tornaram possível esse tão rico debate.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Tendo em vista que transcorre hoje o segundo dia em que consta da pauta o **Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012**, e não tendo a Presidência informação das Lideranças no sentido de sua apreciação, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão.

É o seguinte o item:

Item único

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011).*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Próximo inscrito, Senador Paulo Davim.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, há sobre a mesa o requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, Senador.

Está aqui e vou fazer a votação agora mesmo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Srª Presidente. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A sessão foi aberta, não vai ter nenhuma votação, a não ser esta do requerimento de V. Exª.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2012

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 30, de 2012**, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco Senadores, com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os Senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e

conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolve os chamados “carperos” e “brasiguaios”.

Votação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa e solicitar a possibilidade de fazer com que o Plenário possa apreciar dois requerimentos: um que trata de realizar sessão em homenagem aos 100 anos do falecimento do Barão do Rio Branco, que é o Pai da Diplomacia Brasileira, e outro requerimento, que solicita sessão especial para a celebração dos 50 anos de criação do Acre como Estado.

Gostaria de solicitar de V. Exª a possibilidade de colocar em apreciação esses dois requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Davim, vou ler estes dois que têm de ser lidos depois da Ordem do Dia. Nós já o aprovaremos, Senador Jorge Viana.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em sessão anterior foram lidos os **Requerimentos nºs 1.576, de 2011; e 2, de 2012**, do Senador Jorge Viana e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o Barão do Rio Branco no ano de seu centenário de falecimento, a realizar-se no dia 5 de março.

Em votação os Requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que a senhora também submetesse à deliberação do Plenário o Requerimento nº 27, que convoca uma sessão solene para homenagear os 40 anos da Ajufe.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador, já está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em sessão anterior, foram lidos os **Requerimentos n°s 1.575, de 2011; e 1, de 2012**, do Senador Jorge Viana e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a comemorar os 50 anos de criação do Estado do Acre, a realizar-se no dia 18 de junho.

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento n° 27, de 2012**, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, destinada a homenagear os quarenta anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, a realizar-se no dia 9 de abril.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, Senador Paulo Davim, por 20 minutos, como orador inscrito, após a Ordem do Dia.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo brasileiro acaba de dar um passo importante para que o País atinja as metas estabelecidas na Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Ministério do Meio Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social – BNDES, lançaram uma linha de crédito para estimular investimentos privados, municipais e estaduais que desenvolvam projetos e tecnologia visando, principalmente, energia limpa. O Programa Fundo Clima, que terá R\$230 milhões, vai ajudar o Brasil a reduzir a emissão de gás carbônico em 40% até 2020.

O fundo vai ter seis linhas prioritárias de financiamento: 1) transportes eficientes para reduzir a emissão de gases de efeito estufa; 2) energias renováveis, como a eólica, solar e a das ondas e marés; 3) aproveitamento energético dos resíduos urbanos, principalmente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (energia de biomassa); 4) máquinas e equipamentos novos e nacionais com maiores índices de eficiência energética; 5) melhora na eficiência da produção de carvão

vegetal; 6) por fim, e não menos importante, a restauração de biomas e atividades produtivas sustentáveis de madeiras nativas, fibras e frutos da região Nordeste.

O lançamento dessa linha de crédito, Srª Presidente, embora com algum atraso, é importante para que o Brasil seja, de fato, um protagonista mundial no combate à emissão de gases provocada pelo uso indiscriminado de combustível fóssil. Hoje, as principais potências mundiais, mesmo com graus específicos, estão atentas para a questão dos efeitos adversos das mudanças climáticas. E o Brasil tem que estar preparado para enfrentar e, principalmente, competir mundialmente no novo cenário que se vislumbra: o de uma economia baseada no baixo teor de carbono.

A despeito disso, o Senado Federal, por meio da sua Comissão de Meio Ambiente, tem dado a sua contribuição. Hoje mesmo, realizou-se nessa Comissão uma audiência pública preparativa para o VI Fórum Mundial da Água. Nós sabemos que a água está presente em mais de 70% do Planeta, a água está presente em mais de 70% do corpo humano, é de vital importância para a vida, é importante na produção no País.

Entretanto, ainda, no Brasil, esse elemento não tem a prioridade governamental que nós gostaríamos que tivesse. Eu não comprehendo, um país como o Brasil, com seis biomas, com 12% da água doce do Planeta em nosso território, com grandes bacias hidrográficas, entretanto, com uma má distribuição de recursos hídricos. Temos regiões que sofrem com os recursos hídricos escassos. O que torna necessária, por demais, uma política priorizando esse recurso, uma política voltada para a preservação e a distribuição acessível e democrática da água.

Eu não consigo vislumbrar nenhuma política nesse sentido que não passe por um conteúdo pedagógico, educativo, da importância dos recursos hídricos do Brasil, da importância das bacias hidrográficas, do compromisso dos governos federal, estaduais e municipais na implantação dos comitês de bacias, na proteção de nossas bacias, na conscientização massificada de todo o povo brasileiro da importância da preservação dos nossos recursos hídricos.

No VI Fórum Mundial da Água, que se realizará de 12 a 15 de março, em Marselha, na França, será discutida a importância de se estabelecer uma política voltada para essa preservação. Ao mesmo tempo, acho que o Brasil deveria levar, como sua contribuição, o pleito para que a ONU estabelecesse um organismo internacional para cuidar desse recurso tão raro e tão necessário. Da mesma forma que existem instituições como a Organização Mundial da Saúde – ligada à ONU –, a Unesco, a FAO, nós defendemos que seja criado na ONU um departamento voltado para os recursos hídri-

cos do mundo inteiro. E hoje, nessa audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, foi discutido, com a presença de várias autoridades no assunto, esse tema.

A propósito, vários jornais da grande imprensa nacional publicaram hoje uma matéria interessante. **O Globo** traz uma matéria intitulada “Sede implacável”.

Diz a matéria:

Sinal vermelho no campo: a agricultura, como praticada hoje na maior parte do mundo, é insustentável e apodera-se de 92% da água doce do planeta. O alerta, publicado na revista científica (...), é assinado pelos pesquisadores holandeses Arjen Hoekstra, criador do conceito “pegada hídrica”, e Mesfin Mekonnen. A expressão refere-se à quantidade de água usada em toda a cadeia produtiva.

E diz a revista, diz a matéria: “O Brasil é, hoje, o quarto país [do mundo] com maior consumo deste recurso”. A matéria diz que o brasileiro consome 3.780 litros de água por dia. É um número elevado, um número que nos deixa assustados. Mas justifica: “(...) 3.780 litros de água por dia, entre o que vêm de casa (5%) e de produtos industriais e agrícolas (95%)”. E dá o exemplo. “Só uma xícara de café exige 140 litros de água, considerando o líquido necessário para plantio e produção da bebida”.

Portanto, o brasileiro consome, em média, 3.780 litros de água por dia. Precisamos do uso racional da água, precisamos de uma agricultura com prática moderna, uma prática que se preocupe mais com o excessivo consumo de água e que preserve esse bem vital importante para a vida.

Portanto, fica o registro dessa atividade que hoje aconteceu na Comissão de Meio Ambiente e o registro, que foi publicado em todos os jornais do Brasil, a respeito do excessivo consumo de água por dia.

Sr. Presidente, outro tema que gostaria de abordar, pois me chamou a atenção, diz respeito ao interior do meu Estado, uma cidade pequena chamada Goianinha.

Goianinha implantou o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) em 2001. Esse programa absorveu as crianças catadoras de latinhas, flanelinhas, carregadoras em feiras livres, trabalhadoras na agricultura, no matadouro público, trabalhadoras na lavoura, sobretudo na lavoura de cana – a cidade de Goianinha tem usina de cana-de-açúcar –, trouxe essas crianças para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e passou a treiná-las e educá-las musicalmente. As crianças de 7 a 13 anos foram colocadas em um coral. Aprenderam a cantar, aprenderam música. O Município implantou a Escola de Música Municipal

e, no ano passado, esse coral gravou seu primeiro CD. Corangelis é o nome do coral do Peti, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Um belíssimo exemplo dado pela Prefeitura, um belíssimo exemplo dado pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil lá no interior do Rio Grande do Norte.

Atualmente, o Corangelis, o coral dessas crianças, é composto por 43 alunos. Antes, esse coral era formado apenas por crianças do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Hoje, é composto por crianças alunas do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do Programa ProJovem e da rede pública de ensino.

Atualmente, são 43 alunos que estudam na Escola de Música Municipal e participam do Corangelis, o coral municipal. Já fizeram várias apresentações, como, por exemplo, na EcoNatal; no Nordeste Cantat, um festival em Maceió, em 2009; no Gran Finale, em 2004, na Sala São Paulo; na Caravana do Peti, que veio, em 2004, se apresentar para o Presidente Lula; no Festival Internacional de Corais, em Belo Horizonte, em 2010; e no Festival internacional de Corais, em João Pessoa, em 2010. Portanto, um belíssimo exemplo dado pela Prefeitura Municipal de Goianinha, no interior do Rio Grande do Norte.

E aqui eu quero chamar a atenção e parabenizar principalmente dois baluartes desse programa vitorioso que está tirando as crianças do trabalho infantil, da lavoura, do serviço de catadores de latinha e de flanelinhas, do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Quero parabenizar a coordenadora da Secretaria de Cultura, a professora Ana Maria Barreto Teixeira, e o Maestro José Fernandes. São exemplos como esse que nos deixam orgulhosos, pois testemunhamos um trabalho de abnegação, de dedicação, de crença, de esperança e de compromisso social da Prefeitura Municipal de Goianinha e dos professores Ana Maria e José Fernandes.

A coroação desse esforço é um belíssimo CD gravado com essas crianças, com vozes infantis, que permite que várias pessoas ouçam o belo trabalho do Corangelis, o coral de crianças do Peti do Município de Goianinha.

Portanto, Sr. Presidente, eram os dois assuntos de que eu gostaria de falar na tarde de hoje.

Ficam aqui, mais uma vez, minhas congratulações à Prefeitura Municipal de Goianinha e, sobretudo, à Professora Ana Maria e ao Professor José Fernandes pelo belíssimo trabalho que desenvolveram com as crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e pela gravação do seu primeiro CD, o CD do Corangelis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr. Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A Mesa agradece ao nobre Senador Paulo Davim.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Viana, vou submeter à apreciação dos Srs. Senadores requerimento de autoria do Sr. Senador Walter Pinheiro.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012

Requerimento nº 7, de 2012, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para participar dos eventos que menciona; e comunica, nos termos do art. 39, §1º, do Regimento Interno da Casa, sua ausência do País durante o período de realização dos referidos eventos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, nos termos do § 4º, art. 40 do Regimento Interno, encontra-se sobre a mesa parecer favorável oferecido à matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será publicado, na forma regimental.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 67, DE 2012

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 07, de 2012, do Senador Walter Pinheiro, que “requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger – Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo – Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório de B. Braun, em Melsungen – Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do ‘GSMA Mobile World Congress 2012’, que será realizado na cidade de Barcelona – Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012”.

Relatora: Senadora Ana Amélia

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 07, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer, “nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger – Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo – Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório da B. Braun, em Melsungen – Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do ‘GSMA Mobile World Congress 2012’, que será realizado na cidade de Barcelona – Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012”.

II – Análise

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam; “*se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa, ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40*”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “*a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado*”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no período de 14 de fevereiro a 1º de março de 2012. Sua Excelência, o Senador Walter Pinheiro, solicita diárias para os dias 15 de fevereiro a 1º de março de 2012, informando que as passagens aéreas serão sem ônus para ao Senado Federal.

III – Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 7, de 2012.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2012. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senadora **Ana Amélia**, Relatora.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO N° 07, DE 2012

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 09/02/2012, AS SENHORAS SENADÓRAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPILY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGripino (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELIO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	CLÉSIO ANDRADE
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr's Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senado Federal, 14/02/2012.

Em atendimento às lideranças partidárias reunidas nesta data, a Presidência informa que a sessão do Senado do dia 16 de fevereiro, na próxima quinta-feira, será não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Jorge Viana, que terá vinte minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que me dirijo a todos que nos assistem na TV Senado, na Rádio Senado, e também aos colegas Senadores presentes nesta sessão.

Queria agradecer o apoio dos colegas e registrar a satisfação – penso eu – de todo o povo acriano pela aprovação, na tarde de hoje, de dois requerimentos, o de nº 1.575, de 2011, de minha autoria, que traz também a assinatura do Senador Aníbal e outros, que propõe a realização de uma sessão especial em comemoração aos 50 anos da criação do Acre Estado. É um momento especial que vamos viver em 2012 e, obviamente, em entendimento com a direção da Casa, vamos ver a melhor data.

Também foi aprovado nesta tarde requerimento de minha autoria, com assinatura de outros Senadores, inclusive a do Senador Aníbal Diniz, do Senador Sarney, Presidente da Casa, e de outros colegas, para a realização de uma sessão especial em homenagem ao centenário de falecimento do Barão do Rio Branco, que é o patrono da diplomacia brasileira e está diretamente ligado à história do povo acriano e da incorporação do Acre à República Federativa do Brasil.

Cheguei hoje do meu Estado do Acre, onde estive esses dias conversando e procurando ajudar no entendimento da Frente Popular. Conversei com companheiros do PC do B, com o Governador em exercício César Messias, meus colegas de partido e outros representantes de outras forças políticas, na busca de estabelecer um entendimento e nossa unidade para enfrentarmos as eleições municipais, especialmente a eleição em Rio branco.

O PT tem, na candidatura de Marcos Alexandre, uma candidatura que une todo o Partido dos Trabalhadores. Agora estamos finalizando as conversas com

os companheiros do PC do B, para que possamos ter a União da Frente Popular na busca da sequência do trabalho tão bem conduzido pelo Prefeito Raimundo Angelim na Prefeitura na Prefeitura de Rio Branco, que, com o apoio do Governador Tião Viana, segue levando adiante, aprofundando as mudanças começadas quando eu ainda era Governador e, depois, pelo Governador Binho. Agora o Governador Tião Viana inova, além de manter e aperfeiçoar o trabalho iniciado.

Tive a honra, ontem, no final do dia, de participar das comemorações dos 32 anos do PT, no Acre, numa celebração muito bonita com colegas de partido de todos os Municípios e também com os companheiros das outras forças políticas que nos ajudam a mudar e a melhorar a vida do povo acriano.

Mas, colegas Senadores e Senadoras, Sr.. Presidente, venho a esta tribuna porque ontem também tive a honra de participar, antes das comemorações dos 32 anos do PT, de uma celebração e ,dar um abraço em uma pessoa muito especial, que é a Irmã Juliana, que completou 100 anos de vida, colega Capi, cheia de vitalidade, andando de um lado para o outro, trabalhando. Eu fui lá, acompanhado de meu pai, e queria fazer uma breve leitura de parte da história de vida dessa pessoa e parte do que ela conversa, ensinando-nos e nos mostrando a história bonita que ela teve o privilégio de presenciar, já que o Acre tem pouco mais de 100 anos.

Quando nasceu, em Iguatu, no Ceará, no dia 13 de fevereiro de 1912, foi chamada Maria Juliana Ferreira de Souza, a mais nova de uma família de seis filhos de José Ferreira de Souza e Joana Ferreira de Souza, que constituíam uma família bem situada socialmente em sua terra natal. Mesmo assim, Antônio, irmão de José Ferreira, seu pai, que já morava, junto com a mãe, também chamada Maria, em Sena Madureira, no Acre, convidou-os para fazer uma experiência na Amazônia, como aconteceu em muitas famílias. Para surpresa de todos, mesmo sendo uma família bem situada socialmente, eles aceitaram e, já em 1917, quando a pequena Maria Juliana tinha apenas cinco anos de idade, chegaram para morar em Sena Madureira, junto com seus parentes.

Importante destacar que, nessa época, Sena Madureira era a principal cidade acriana. Diferentemente das outras cidades, ela tinha luz elétrica – estou falando de 1917 – e era servida por uma linha de bondes. A única cidade a ter bondes no Acre era Sena Madureira. Ali, foram instaladas diversas repartições públicas federais, tais como Correios, coletoria de impostos federais, tribunal de justiça, o que visava preparar essa cidade para ser a capital do Território Federal do Acre, que, nesse período, ainda estava dividido em quatro

prefeituras departamentais. Entretanto, em 1920, o Governo brasileiro decidiu unificar a administração acriana, instalando a capital em Rio Branco e não em Sena Madureira, como todos esperavam, o que causou grande revolta na população.

Segundo a Irmã Juliana, ela se lembra perfeitamente da ocasião em que vieram buscar o motor de luz que gerava energia para a cidade, para levá-lo para a nova capital do Território, o que fez com que toda sociedade sena-madureirense pegasse em armas para impedir que aquela injustiça acontecesse.

Da mesma forma também se lembra, com muita clareza, do dia em que chegaram a Sena Madureira, vindas da Itália, as irmãs da Ordem Servas de Maria Reparadoras. A pequena Maria Juliana tinha apenas nove anos de idade, mas aquele dia 14 de novembro de 1921 iria marcar e mudar completamente toda a sua vida daí por diante.

Logo a menina Juliana foi estudar com as irmãs Servas de Maria no colégio que foi fundado por elas e que, coincidentemente, se chamava Colégio Santa Juliana. Não demorou muito para tornar-se uma importante colaboradora das irmãs, a ponto de logo começar a dar aulas de artes e de prendas para outras meninas. E, quando as irmãs foram chamadas de volta à Itália pela Ordem, Juliana ficou tomando conta do colégio e continuou dando suas aulas durante cinco anos, até que as irmãs retornassem para o Acre.

A vida de educadora e de pessoa dedicada aos serviços religiosos se consolidou e nem os problemas de saúde que ela teve que enfrentar ainda muito moça impediram que ela logo se tornasse também uma Serva de Maria Reparadora. É ela mesma que costuma dizer: "Depois que vesti a roupa de Serva de Maria Reparadora, jamais tirei".

Já como irmã deu aulas no Colégio Divina Providência, em Xapuri, e, mais tarde, no Colégio São José, em Rio Branco. Mas foi no Colégio Imaculada Conceição, também em Rio Branco, que ela permaneceu mais tempo. Lá, há 47 anos, ela trabalha tanto dando aulas de prendas, como ajudando na pequena cantina do Colégio. Aliás, ainda hoje, aos cem anos de idade, a irmã Juliana faz questão de continuar ajudando na cantina em pequenas atividades e nas outras ações da paróquia.

Diante dessa linda e especial trajetória de vida, não é difícil compreender que o Acre ontem viveu um dia muito especial, pois nesse dia 13 de fevereiro de 2012 a nossa querida irmã Juliana completou cem anos de vida com uma surpreendente vitalidade, lucidez e atenção, que lhe permitem ainda cuidar do cotidiano da nossa comunidade, do Colégio e das outras irmãs da Ordem.

E são essas últimas que nos contam que todos os dias, pela manhã, a Irmã Juliana acorda bem cedo, escuta o noticiário pelo rádio e, mesmo tendo alguma dificuldade para leitura, lê as manchetes dos jornais e, depois, se encarrega de passar aos outros o que está acontecendo no Acre, no Brasil e no mundo, quando fala de todos os assuntos do dia – incluindo a atuação da Presidente Dilma – e do que acontece na política brasileira e neste agitado mundo dos dias de hoje.

Por isso, não podemos estranhar que a cerimônia ocorrida ontem à tarde tenha enchido a Capela Imaculada Conceição e tenha sido muito emocionante. De fato, foi muito bonita. Havia pessoas antigas, jovens, crianças e muitos religiosos. Lamentavelmente, o nosso Bispo Dom Moacyr – que é Arcebispo em Porto Velho e já está com a sua aposentadoria estabelecida pela Igreja –, não pôde celebrar a missa por conta de um problema de saúde, do qual, espero, ele possa se restabelecer em breve. Mesmo assim, era grande o número de padres que estavam lá. Foi uma tarde muito emocionante, uma celebração marcante, comemorando os cem anos de vida da nossa querida Irmã Juliana.

Nessa ocasião, sua sobrinha Telma deu um intenso testemunho da importância da Irmã Juliana nos momentos mais dramáticos da sua vida e de vários outros membros da sua família. Outro sobrinho, que está muito enfermo, fez um esforço muito grande para sair de Sena Madureira e ir até Rio Branco. O nosso querido Agnaldo Chaves é uma das lideranças importantes de Sena Madureira; farmacêutico antigo, há muito tempo está enfermo, é uma personalidade em Sena, também tendo sido Prefeito, fez questão de ir participar dessa importante celebração.

Queria também dizer que tudo o que tem sido feito é sempre no sentido lembrar a importância da nossa querida Irmã Juliana. Queria também ressaltar o carinho que o Governador Tião Viana tem por ela. Ainda em janeiro, em homenagem a personalidades que ajudaram o Estado do Acre a se firmar, cada vez mais, como uma boa e positiva referência diante do Brasil e do mundo, uma das homenageadas com a Ordem da Estrela do Acre, a nossa principal ordem, pelo Governador Tião Viana, foi a nossa querida Irmã Juliana.

Por isso fiz questão de, acompanhado por meu pai, ontem à tarde, participar dessa tão importante celebração, ir ao encontro da Irmã Juliana, dar-lhe um abraço pessoalmente, porque a história de vida dela dignifica, honra, emociona as famílias acrianas.

Testemunha dos bons e maus momentos por que o Estado passou no último século, desde o tempo em que tinha apenas cinco anos de idade, a vida da Irmã Juliana é o mais eloquente exemplo da dedicação e do amor que sentimos pelo Acre e por nosso povo.

Não posso esquecer que, mesmo aos 100 anos de vida, pelo menos uma vez por mês a Irmã Juliana pega uma carona, sai da escola e do lugar em que vive, Imaculada Conceição, e vai até a casa do meu pai e da minha mãe, em Rio Branco, para, junto com minha mãe, que tem uma dificuldade de saúde, rezar e pedir saúde para a minha mãe. Ou seja, ela segue fazendo um trabalho muito bonito com a minha família e com muitas famílias em Rio Branco.

Não poderia, portanto, deixar de registrar nos Anais do Senado Federal a grande alegria que todos nós, acrianos, sentimos por sermos merecedores de uma pessoa tão bondosa, tão generosa como a Irmã Juliana, que, do alto do seu um século de vida, nos dá diariamente novas e continuadas lições de dedicação, amor, fé e esperança na grandeza do espírito humano. Ela é a expressão mais pura, mais linda do espírito humano.

É isso, Sr. Presidente, que eu queria que constasse. Faço um apelo para que conste dos Anais do Senado este simples discurso que, de alguma maneira, homenageando a Irmã Juliana, homenageia todas as matriarcas e as mulheres que nos ajudam a construir a sociedade acriana junto com os homens.

Então, parabéns à Irmã Juliana, parabéns a todas e a todos que têm o privilégio da convivência com ela, aos queridos amigos de Sena Madureira, que adotou a Irmã Juliana como sua filha, e ao povo do Acre por ter uma pessoa tão especial como parte da nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JORGE VIANA

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quando nasceu em Iguatú, no Ceará, no dia 13 de fevereiro de 1912, foi chamada como Maria Juliana Ferreira de Souza. A mais nova de uma família de seis filhos de José Ferreira de Souza e Joana Ferreira de Souza, que constituiam uma família bem situada socialmente em sua terra natal. Mesmo assim Antônio, irmão de José Ferreira, que já morava, junto com a mãe (também chamada Maria) em Sena Madureira, no Acre, convidou-os para fazer uma experiência na Amazônia. E para surpresa de todos, eles aceitaram e, já em 1917, quando a pequena Maria Juliana tinha apenas cinco anos de idade, chegavam para morar em Sena Madureira junto com seus parentes.

Importante destacar que nesta época Sena Madureira era a principal cidade acreana. Diferente das outras cidades, tinha luz elétrica, era servida por uma linha de bondes e ali foram instaladas diversas repar-

tições federais, tais como os Correios, a Coletoria de Impostos Federais e o Tribunal de Justiça, que visavam preparar esta cidade para ser a capital do Território Federal do Acre, que neste período ainda estava dividido em quatro prefeituras Departamentais. Entretanto, em 1920, o governo brasileiro decidiu unificar a administração acreana instalando a capital em Rio Branco e não em Sena Madureira, como todos esperavam, o que causou grande revolta na população. Irmã Juliana diz que lembra perfeitamente da ocasião em que vieram buscar o motor que gerava luz para a cidade para levá-lo para a nova capital do Território, o que fez com que toda a sociedade senamadureirense pegasse em armas para impedir aquela injustiça.

Da mesma forma que também lembra com muita clareza do dia em que chegaram a Sena Madureira, vindas da Itália, as irmãs da Ordem Servas de Maria Reparadoras. A pequena Maria Juliana tinha apenas nove anos de idade, mas aquele dia 14 de novembro de 1921, iria marcar e mudar completamente toda sua vida dai por diante.

Logo a menina Juliana, foi estudar com as irmãs Servas de Maria, no colégio que foi fundada por elas e que, coincidentemente, se chamava Colégio Santa Juliana. Não demorou muito para torná-la uma importante colaboradora das irmãs, a ponto de logo começar a dar aulas de artes e de prendas para outras meninas. E quando as irmãs foram chamadas de volta a Itália pela Ordem, Juliana ficou tomando conta do colégio e continuou dando suas aulas durante cinco anos, até que as irmãs retornassem novamente para o Acre.

A vida de educadora e de pessoa dedicada ao serviço religioso se consolidou e nem os problemas de saúde que ela teve que enfrentar ainda muito moça impediram que ela logo se tornasse também uma Serva de Maria Reparadora. É ela mesma que costuma dizer que: “depois que vesti a roupa como Serva de Maria Reparadora jamais tirei”.

Já como irmã deu aulas no Colégio Divina Providência, em Xapuri. E, mais tarde, no Colégio São José, em Rio Branco. Mas foi no Colégio Imaculada Conceição, também em Rio Branco que ela permaneceu mais tempo. Aqui, há 47 anos, ela trabalha tanto dando aulas de prendas, como atuando na cantina do Colégio. Aliás, ainda hoje, irmã Juliana faz questão de continuar ajudando na cantina (em pequenas atividades) e nas outras ações da Paróquia;

Diante dessa linda e especial trajetória de vida, não é difícil compreender que o Acre ontem viveu um dia muito especial, pois neste dia 13 de fevereiro de 2012, a nossa querida irmã Juliana completou cem anos de idade com uma surpreendente vitalidade, lucidez e atenção, que lhe permitem ainda cuidar do cotidiano

da nossa comunidade, do Colégio e das outras irmãs da Ordem. E são estas ultimas que nos contam que todos os dias pela manhã, Irmã Juliana, escuta todas as noticias pelo rádio e, mesmo sem enxergar bem, passa a vista nas manchetes dos jornais e depois se encarrega de passar para as outras o que está acontecendo no Acre e no Brasil, quando fala de todos os assuntos do dia: da atuação da Presidente Dilma, aos acontecimentos que agitam o mundo em nossos dias.

Por isso, não podemos estranhar que a cerimônia ocorrida ontem a tarde tenha enchedo a Capela de Imaculada Conceição e tenha sido muito emocionante. Nesta ocasião sua sobrinha Telma deu intenso testemunho da importância de Irmã Juliana nos momentos mais dramáticos de sua vida e de vários outros membros de sua família. E seu outro sobrinho, Sr. Agnaldo Chaves, proeminente personalidade de Sena Madureira, onde já foi Prefeito e ocupou diversas outras funções importantes, que está passando por graves problemas de saúde, fez questão ir a cerimônia, revelando claramente a importância desta corajosa e dedicada mulher.

Por isso, fiz questão de, acompanhado de meu pai, ir até lá, ao encontro de Irmã Juliana, dar-lhe um abraço pessoalmente. Porque a história de vida dela dignifica, honra e emociona as famílias acreanas. Testemunha, do bons e maus momentos que o Estado do Acre passou no último século, desde os tempos em que tinha apenas cinco anos de idade, a vida da Irmã Juliana é o mais eloquente exemplo da dedicação e do amor que sentimos pelo Acre e por seu povo. Não posso me esquecer que mesmo aos cem anos de vida, pelo menos uma vez por mês, a Irmã Juliana, faz questão de ir em minha casa visitar minha mãe, para junto com ela rezarem, como faz com muitas famílias acreanas.

Não poderia, portanto, deixar de registrar nos anais do Senado federal, a grande alegria que nós acreanos sentimos por sermos merecedores de uma Irmã Juliana que, do alto de seu um século de vida, nos dá, diariamente, novas e continuadas lições de dedicação, amor, fé e esperança na grandeza do espírito humano.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Benedito de Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Moka...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

Senador Sérgio Petecão logo em seguida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fazer um registro lamentável, mas que temos que fazer.

Faleceu esta manhã o filho do nosso colega ex-Deputado, Presidente da Embratur, Flávio Dino, no Hospital Santa Lúcia. Até agora não há informações precisas das razões do falecimento. Era uma criança muito saudável de 13 anos de idade que teve uma crise de asma, foi para o hospital, foi atendida, estava bem e, após ter tido uma última medicação, já prestes a voltar para casa, veio a falecer.

Nós requeremos um voto de pesar do Senado Federal para o Flávio Dino e toda a sua família pela lamentável perda de uma criança tão saudável e que trazia tanta alegria para seu pai, sua mãe e toda a sua família.

Sr. Presidente, faço esse registro lamentável, mas é muito importante, nesta hora, darmos o nosso abraço no Flávio, na mãe do Marcelo Dino, em toda a sua família, porque é uma hora de muita dor, perder um filho com essa idade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência quer se somar a esse sentimento e a esse espírito de solidariedade de V. Ex^a.

Convivi com o Deputado Federal Flávio Dino. Sabia da notícia quando cheguei a Brasília. Imagino, um filho de 13 anos... Quero só me somar a esse voto.

Peço que V. Ex^a formalize, para que a Mesa possa encaminhar. Tenho certeza de que outros Senadores vão querer ser coautores desse requerimento de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Petecão. Depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Moka, é também no sentido de prestar a minha solidariedade ao nosso amigo Flávio Dino.

Tivemos oportunidade de passar juntos quatro anos na Câmara. Hoje recebemos a notícia por intermédio da Senadora Vanessa Grazziotin, que estava muito abatida e me passou a mensagem. Nesse momento de dor da família de uma pessoa que foi um exemplo para mim como Deputado Federal, quero também prestar a minha solidariedade.

Também quero registrar que temos aqui, no plenário do Senado, a presença do Deputado Eber. Hoje, tivemos oportunidade de conversar com o Presidente da Comissão de Educação a respeito da criação da Universidade Estadual do nosso Estado, o Acre. Trata-se de um jovem parlamentar, está em seu primeiro mandato, mas tem feito um belo trabalho e tem lutado muito.

Hoje, como disse, tivemos oportunidade de ser recebidos pelo Senador Requião, Presidente da Comissão de Educação. Também agora tivemos uma boa conversa aqui com o nosso Senador Cristovam Buarque, uma das maiores autoridades em educação deste País, que é um incentivador. Colocávamos esse projeto para ele, sabendo das dificuldades que o nosso Estado tem, mas que nós precisamos começar. Hoje, a maioria dos nossos jovens está tendo que procurar a Bolívia para cursar uma faculdade de nível superior, e nós entendemos que está na hora de nosso Estado, de nosso País, fazer a nossa parte. Também quero aqui registrar a presença do Amarildo Uchôa, que é presidente do Crea do meu Estado, que está nos visitando e hoje está aqui nas dependências da nossa Casa.

Sr. Presidente, fica aqui esse registro e agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido regimentalmente.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem.) – Quero pedir a V. Ex^a, Senador Moka, que faça minha inscrição pela liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência informa que já chegou o requerimento aqui. V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Também quero me solidarizar com o Deputado Federal Flávio Dino pela perda do seu filho. É lamentável, como disseram aqui os Senadores que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Sra Senadoras, eu compareço à tribuna desta Casa, nesta tarde, para aqui formalizar agradecimentos e também dar ciência a todos os que nos ouvem pela Rádio Senado, TV Senado, pelos meios de comunicação, de que, na semana próxima passada, depois de ter tramitado pela Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 416, que apresentei a esta Casa ainda no primeiro semestre deste ano, finalmente foi aprovado. O projeto de lei tramitou nas comissões competentes, merecendo parecer favorável

dos relatores. O Senador Sérgio Petecão foi o Relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Senador Cyro Miranda foi o Relator *ad hoc* na mesma comissão, bem como o Senador Roberto Requião foi o Senador que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero cumprimentar todos pela excelência do trabalho que fizeram na análise da matéria e, principalmente, pela manifestação favorável que, obviamente, resultou na votação, por unanimidade, favorável de todos os membros daquelas comissões, para que essa matéria pudesse tramitar no Senado da República e, finalmente, como aconteceu na semana passada, ser encaminhada à Câmara dos Deputados.

O projeto de lei, Sr. Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores e Sra Senadoras, propõe que se altere, no Brasil, o critério relativo ao pagamento de salário-família para as mulheres trabalhadoras.

Como todos sabem, o salário-família foi instituído no Brasil no governo de Getúlio Vargas e se constitui num direito trabalhista consagrado, que todos os empregadores pagam aos seus empregados, mensalmente, na folha de pagamento. Depois são resarcidos do valor, através da Previdência Social, na guia de pagamento mensal que fazem da contribuição previdenciária, tanto da parcela descontada na folha de pagamentos, quanto na parcela que corresponde e que é de responsabilidade do empregador. Portanto, ao final, quem paga o salário-família no Brasil é a própria Previdência Social, pagando sempre para a mãe e o pai de crianças e jovens que tenham até 14 anos de idade.

O valor que se paga por cada dependente é de R\$31,22. Esse valor, muitas vezes, auxilia na renda da família, na manutenção das crianças, na garantia de que possam continuar estudando.

Entretanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, a Constituição Federal também prevê que o governo, especificamente os governos municipais, deve oferecer creche gratuita para todas as crianças na idade pré-escolar em todo o Brasil.

Sabemos que os governos das prefeituras municipais não têm condições de atender a toda a demanda. Os Municípios mais bem estruturados financeira, econômica e administrativamente no País não conseguem atender a toda a demanda de oferta de creche para todas as crianças que vivem nos Municípios. Por isso, muitas mães precisam colocar seus filhos em creches particulares, quando não entregam os seus filhos a uma vizinha que, na rua, encarrega-se de criar uma creche ou uma condição de atendimento às crianças, enquanto as mães vão trabalhar. Muitas vezes, também, nós sabemos que as próprias mães entregam seus filhos para a sogra, para a mãe, para uma tia,

que dão atendimento às crianças, que dão segurança às crianças e, por isso mesmo, nós sabemos que elas não estão contempladas por aquilo que a Constituição cidadã de 1988 pretendeu contemplar.

Por isso mesmo e tendo em vista que nós precisamos melhorar a renda da mulher trabalhadora brasileira, precisamos corrigir algumas injustiças, como, por exemplo, o fato de uma mulher mãe solteira receber apenas uma cota do salário-família por cada filho, pois o pai, que neste caso não está presente, habilitado legalmente, não recebe nenhuma parcela; a mãe viúva recebe a cota de salário-família que lhe cabe, mas não recebe a cota que caberia ao pai falecido; a mulher divorciada que fica com a guarda dos filhos continuará a receber o salário-família correspondente aos filhos que estão sob seus cuidados, mas o pai que deixou o casamento não receberá mais aquela parcela de recursos. Por isso o dinheiro faz falta, a educação das crianças fica comprometida, a mãe tem mais encargos. Essa injustiça seria corrigida pela aprovação do projeto que apresentei e que felizmente foi aprovado nesta Casa.

Eu quero aqui registrar os meus agradecimentos às lideranças do Governo, à liderança do Governo nesta Casa por ter permitido que o projeto, depois de aprovado nas comissões, fosse diretamente encaminhado para a Câmara dos Deputados sem ter sido apresentado requerimento para uma votação no Plenário do Senado. Isso é uma demonstração inequívoca de que o Governo também se manifesta favoravelmente a essa iniciativa. Aliás, eu falei com a Ministra dos assuntos da mulher, do Governo da Presidente Dilma, a ex-Ministra Iriny Lopes, e apresentei a proposta a ela, e dela recebi também uma manifestação de simpatia e de aprovação para essa ideia. Com certeza, nós vamos ter, no Brasil, Senador Clésio Andrade, a possibilidade de ver a mulher, a mãe brasileira mais feliz, a criança mais bem assistida. Alguém pode dizer: "Mas são apenas R\$31,00!". Mas para que ganha R\$1.000,00 líquidos e tem três filhos com menos de seis anos de idade, isso é 10% da renda, quase, portanto, ajuda bastante no final de cada mês, Presidente Waldemir Moka.

Nós precisamos fazer leis que efetivamente atendam às necessidades da população. E eu espero agora que os Deputados Federais, com assento na Câmara dos Deputados, analisem essa matéria, se possível, enriqueçam-na, porque é a primeira vez que se altera a lei do salário-família no Congresso Nacional desde a sua instituição no governo Getúlio Vargas. Nunca mais se mexeu nessa lei, por nenhum motivo.

Agora apresento essa proposição. Fico feliz com a sua aprovação e estou certo de que a Câmara dos Deputados haverá de também aprová-la e a Presidente da República, ao final, sancionará uma lei que benefi-

cia o povo brasileiro, beneficia a mulher trabalhadora, beneficia, principalmente, a criança do nosso País.

Fico muito feliz e faço este registro exatamente para que todos aqui recebam não a minha gratidão, mas a gratidão do povo brasileiro, que, por meu intermédio, pode manifestar o desejo de ver corrigida uma injustiça, de ver valorizada a mulher e, principalmente, mais bem atendida a criança brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, inscrito pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, o Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Ausente. O Senador estava ainda há pouco aqui.

Com a palavra o Senador inscrito, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente em exercício nesta sessão, Senador Moka, Sras Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, faço hoje uso da tribuna para renovar o apoio a um debate que vem ganhando cada vez mais corpo e campo nesta Casa, por se tratar de um tema da maior relevância para o nosso País, tema que é da prerrogativa específica do Senado Federal: a revisão do Pacto Federativo, o desenho do nosso federalismo, a necessidade de aprofundarmos os esforços na direção de consolidarmos ainda mais o equilíbrio federativo e a solidariedade entre os Estados brasileiros a partir das suas características, dos seus potenciais, para que brasileiros e brasileiras, não importa a sua origem ou a sua região, possam ter acesso à oportunidade que lhes garanta uma vida próspera e sobretudo uma prosperidade compartilhada, um pacto consagrado desde nossa primeira Constituição republicana em 1891 e que tem sustentado não apenas a unidade assim como a soberania nacional há mais de um século, apesar de tantas e tão profundas diferenças regionais, um pacto capaz de acomodar competição e conflitos, de equilibrar autonomia e interdependência entre os Estados federados, unidos por laços de cooperação e por laços de solidariedade.

Só que o equilíbrio federativo, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vem há muito sendo abalado pela excessiva concentração de poderes e recursos nas mãos da União. Vem sendo abalado também pela falência dos instrumentos de desenvolvimento regional e pelo acirramento de desequilíbrios econômicos e sociais.

Com a polêmica em torno da distribuição dos **royalties** de petróleo, o tema foi definitivamente colocado na berlinda. E merece ser enfrentado de forma direta, de forma cabal, por esta Casa, a Casa da Federação brasileira.

Estamos, ao que me parece, num bom caminho. É o que vejo sinalizar pela criação de uma comissão para que possamos discutir a revitalização do nosso pacto federativo, proposta em requerimento defendido nesta Casa pelo eminentíssimo Senador Pedro Taques e já acolhida pelo nosso Presidente Senador José Sarney.

Até porque a discussão em torno das alíquotas interestaduais de ICMS e dos critérios de rateio do FPE (Fundo de Participação dos Estados) prometem colocar mais lenha nessa fogueira reacendendo antigos, porém permanentes conflitos.

A Constituição de 1988 tem o federalismo como um de seus princípios fundamentais e a solidariedade entre os entes federados como um dos sustentáculos do Estado brasileiro.

Baseada na ideia de solidariedade federativa, as macrorregiões menos desenvolvidas foram aquinhoadas com parcela maior de recursos das transferências obrigatórias e dos fundos de financiamento e desenvolvimento, com o que concordamos integralmente, para que de forma calibrada e equilibrada o conjunto, enfim, dos Estados brasileiros possa ter acesso ao desenvolvimento.

Instituições como o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste e o Fundo de Desenvolvimento para a Amazônia tiveram e ainda têm papel relevante no desenvolvimento regional, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional desta Casa.

Mas o foco nas macrorregiões se revelou inadequado, já que existem ilhas de prosperidade nas regiões mais pobres e ilhas de pobreza nas regiões mais ricas.

Vamos além. Ao estabelecer as competências dos entes federados, a Constituição teve o cuidado de diferenciar atribuições – concorrentes ou complementares – entre União, Estados e Municípios.

Mas ela não garantiu a Estados e Municípios a devida contrapartida tributária para enfrentar as responsabilidades que lhes foram impostas, nas áreas, por exemplo, de saúde, educação e segurança pública, entre tantas outras.

A concentração do poder político e financeiro na área federal é um fato incontestável na Federação brasileira. E é decisiva para o desequilíbrio da sonhada justiça federativa.

A meu juízo, precisamos levar adiante e levar ainda em conta que mudanças nos marcos legais das políticas públicas e a própria dinâmica diferenciada entre Estados e Municípios trataram de reposicioná-los no contexto federal, ao longo da nossa história e da nossa história recente.

Por exemplo, o Distrito Federal e o Mato Grosso mais do que dobraram a sua participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de 88 para cá. Acre, Amapá, Maranhão, Roraima aumentaram suas participações em mais de 60%. Outros grandes Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia cresceram menos do que a média do Brasil.

Esse novo cenário, Sr. Presidente, já exigiria uma revisão completa do nosso pacto federativo, também colocado em xeque com a escalada insustentável das dívidas de Estados e Municípios junto à União, uma dívida que não para de crescer, por mais que se pague.

A discussão acalorada em torno da distribuição dos **royalties** do petróleo acendeu de vez o sinal vermelho em relação à necessidade do equilíbrio federativo. Vivemos um clima de guerra federativa sem precedentes, um clima inaceitável entre Estados que deveriam se pautar pela solidariedade e pelo respeito às vocações e potencialidades naturais de cada região.

Corremos o risco agora de mergulhar no mesmo clima de confronto, no mesmo cenário de conflito federativo, com a discussão em torno da reforma do ICMS e dos novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados, inclusive por determinação do Supremo Tribunal Federal, que julgou as atuais regras inconstitucionais, devendo o Senado da República, o Congresso Nacional, ainda este ano, estabelecer novas regras.

Isso sem falar que ainda persistem problemas concretos oriundos da Lei Kandir.

O nó que precisamos desatar antes de discutir e votar cada uma dessas questões é a justa divisão de direitos e responsabilidades por todos os entes federados. E aí não podemos cair no erro de puxar, cada um de nós, a brasa, como se diz popularmente, para a sua sardinha. Não podemos jogar Estado contra Estado. Não podemos e não devemos submeter o interesse nacional aos interesses particulares – e muitas vezes conflitantes – e até legítimos de cada um.

Insisto: foi em boa hora, em excelente hora, que o Senador Pedro Taques encaminhou ao presidente José Sarney requerimento de criação de um colegiado para revisar o conceito, a doutrina e o reposicionamento do novo pacto federativo que precisa ser desenhado. Porque não adianta apagar incêndios pontuais, não adianta resolver, na queda de braço, um ou outro conflito de interesse entre entes federados. Há que se renovar o pacto federativo de forma ampla, consistente, de forma a não tratar desiguais de forma igual ou a não privilegiar ou a não sobre-carregar um ou outro Estado federado em relação aos demais.

Como contribuição para esse debate, senhoras e senhores, trago a esta Casa um projeto que apresentei

que estabelece novos critérios para a repartição dos recursos do FPE, o principal instrumento de transferência financeira não voluntária do regime federativo brasileiro.

E foi com muita alegria que agora há pouco, participando da reunião de Líderes, presidida pelo Presidente José Sarney, vimos ali as lideranças acertarem e definirem como prioridade o desenvolvimento de um tema tão relevante como esse na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. São muitas as propostas, cinco ou seis propostas que tramitam aqui no Senado e que tratam desse tema. Sou o autor de uma dessas propostas. A decisão do Colegiado de Líderes é de que estaremos apensando todas elas para que possamos iniciar já o debate em relação a esse tema de elevada relevância para os Estados brasileiros.

Constitucionalmente, o FPE tem como propósito promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes da Federação. Mas isso não foi levado em consideração na definição dos coeficientes fixos atribuídos a cada Estado pela Lei Complementar nº 62, de 1989. Foi esse o motivo que levou o Supremo Tribunal Federal a estabelecer um prazo limite para a vigência da lei – 31 de dezembro do corrente ano.

A proposição de minha iniciativa resgata as diretrizes principais do FPE, baseadas no Código Tributário Nacional. Ela considera que o tamanho relativo de cada Estado, tanto territorial, quanto populacional, modifica a escala de demanda por serviços públicos. É justo, portanto, que o tamanho relativo de cada Estado influencie a configuração do FPE, em razão das demandas por políticas públicas.

Como critério socioeconômico, ao invés do PIB, optamos pela renda domiciliar *per capita*. O indicador da renda média apropriada pelas famílias é de fácil atualização e é capaz de captar com clareza mudanças no desenho tributário e na dinâmica de atração de investimentos.

Uma vantagem do projeto é a divisão de parte do FPE igualmente entre os 27 Estados. Isso permite uma melhor equalização da receita corrente líquida de cada Estado e, de forma indireta, evita distorções contábeis ou mesmo estatísticas.

Outra inovação é a criação de um fundo de estabilização do FPE, o que viabiliza uma vertente contracíclica da distribuição e contribui para a necessária disciplina fiscal dos Estados brasileiros.

Com esse fundo de estabilização, vai ser possível poupar recursos em períodos de expansão e compensar recursos em períodos de contração. Vai ser possível

também estabilizar as receitas correntes dos Estados e aumentar a previsibilidade da receita disponível.

Sabemos bem que a discussão em torno do FPE vai esbarrar, mais uma vez, nos interesses divergentes dos Estados brasileiros. Não há como tampar o sol com a peneira e negar que vai haver ganhadores e perdedores.

Para a grande maioria dos Estados, as receitas do FPE constituem parcelas importantes das suas arrecadações; eventuais perdas com a mudança dos critérios de rateio podem acarretar duros e reais desequilíbrios fiscais.

Por essa razão, tratei de tomar a frente de uma segunda iniciativa: o aumento de um ponto percentual dos recursos destinados ao FPE, proposto na forma de emenda constitucional.

Se em vez de 21,5%, a União entregar 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e provenientes de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao FPE, será mais fácil mitigar eventuais perdas e desequilíbrios fiscais.

Será mais fácil, em suma, encontrar um consenso.

Nem é preciso dizer que a União tem uma base tributária substancialmente mais elevada que a dos Estados. Para diluir o ônus de sua perda fiscal, poderá facilmente redimensionar suas despesas.

É só fazer os cálculos. Depois das transferências constitucionais, 57% do total das receitas disponíveis ficam com a União. Isso equivale a 20% do nosso PIB. Os 27 Estados, incluindo o DF, repartem entre si apenas 25% das receitas, algo em torno de 8,7% do Produto Interno Bruto. Os 5.600 Municípios brasileiros se contentam com 18% das receitas, ou 6,4% do PIB.

Outro argumento: desde 1988, a arquitetura tributária brasileira vem somando novos tributos e contribuições sociais, cuja arrecadação fica na esfera federal e não é repartida com Estados e Municípios.

Isso sem falar que, em fases de contração da atividade econômica ou da dinâmica econômica, o Governo Federal costuma lançar mão de necessárias desonerações tributárias que recaem sobre a base do FPE, contraindo ou subtraindo ainda mais receitas dos entes subnacionais.

A perda dos Estados com as recorrentes reduções do IPI sobre automóveis, móveis, eletrodomésticos e insumos da construção civil nem sempre ou quase nunca é compensada.

Vale registrar que, cinco anos atrás, em 2007, a emenda 55 já adicionou um ponto percentual do IPI e do Imposto de Renda para o Fundo de Participação dos Municípios. Agora o sentido é fazer o mesmo com o FPE para os nossos Estados federados.

O equilíbrio federativo, Sr. Presidente, pressupõe a autonomia nos entes no cumprimento do seu papel de gestão pública. Para isso, é preciso preservar a capacidade fiscal, financeira e econômica dos Estados brasileiros.

É esse o desafio que temos pela frente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O que demandamos da União não é a prestação de favores. É a contrapartida justa à nossa capacidade produtiva, à nossa participação na cadeia do desenvolvimento nacional, ou seja, a contribuição dos Estados e dos Municípios brasileiros no desenvolvimento nacional. Até porque o contribuinte, o cidadão, ele mora, ele vive, ele reside, ele trabalha, ele luta para transformar os seus sonhos em realidade nas cidades do nosso imenso Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, no instante em que estamos aqui por iniciar uma agenda de trabalho para 2012, o debate em torno do FPE já se faz presente e se faz presente por sua relevância e por sua urgência, porque, ao longo deste ano, teremos a responsabilidade de fazer um redesenho do PFE. A minha expectativa, a minha confiança é de que possamos e saibamos ser justos com o conjunto e a complexidade dos desafios do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a! Realmente, Senador Ricardo Ferraço, um novo pacto federativo, sem dúvida, é necessário e importante. Tenho certeza de que esta Casa, com os Líderes, haverá de reencontrar esse equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de chamar, pela Liderança do PT, o Senador Walter Pinheiro, a Mesa submete à votação o **Requerimento nº 33, de 2012**, do Senador Roberto Requião, que solicita licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 24 de fevereiro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretora e da Comissão de Assuntos Políticos da Assembleia Eurolatinoamericana, Eurolat, a realizar-se nos dias 21 a 23 de fevereiro de 2012, na cidade do México.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência cumprimenta rapidamente os Deputados Federais João Magalhães e Antonio Andrade, que visitam esta Casa e estão conversando

com o Senador Clésio de Andrade, certamente sobre eleições municipais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há, sobre a mesa, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Bispo D. Ladislau Biernaski. Eu solicitaria a V. Ex^a, se possível, a leitura desse requerimento nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Requeiro, nos termos regimentais, de acordo com as tradições desta Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Bispo Diocesano de São José Dos Pinhais, Paraná, e Presidente da Comissão Pastoral da Terra, D. Ladislau Biernaski, ocorrido ontem, dia 13 de fevereiro.

Solicito a inserção em Ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à Diocese de São José Dos Pinhais, Paraná, e à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições desta Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do bispo diocesano de São José dos Pinhais (Paraná) e Presidente da Comissão Pastoral da Terra Dom Ladislau Biernaski, ocorrido ontem, dia 13 de fevereiro.

Inserção em Ata de Voto de Profundo Pesar;
Apresentação de Condolências à Diocese de São José dos Pinhais (PR);
Apresentação de condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2012. – Senador **Sérgio Souza**

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Senador Sérgio, eu havia chamado o Senador Walter Pinheiro, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Pergunto se V. Ex^a não quer, logo após o pronunciamento,...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pode ser. Sem problemas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, telespectadores da TV Senado, antes de falar sobre a importante reunião que nós tivemos hoje nesta Casa, retomando de forma, eu diria, muito positiva os trabalhos, meu caro Senador Flexa Ribeiro; orientando, ao mesmo tempo, a nossa caminhada, que marca a volta dos trabalhos legislativos em um ano que promete ser difícil, por conta das eleições municipais, embora seja um ano em que o Senado apontará desafios, eu quero, antes disso, fazer um registro muito importante para todos nós.

Todo o Brasil acompanhou – e eu não tive oportunidade, após o desfecho, de falar desta tribuna – a greve dos Policiais Militares da Bahia. Foi um episódio vivenciado, inclusive, meu caro Senador Benedito de Lira, pelo povo de Alagoas, do Maranhão, do Ceará. E, como em uma sequência, essa greve se estabeleceria no Estado do Rio de Janeiro, com assembleia marcada para o dia de hoje no Estado de Pernambuco.

Quero realçar aqui primeiramente a condução do Governador Jaques Wagner, que foi firme, mas não uma condução que pode ser tida como algo que ultrapasse a relação respeitosa. Com firmeza, mas, ao mesmo tempo, fazendo a defesa dos interesses do povo baiano, na busca de garantir bons serviços de segurança, mesmo com as dificuldades.

Foi diligente o Governador, diferentemente do que todo mundo tenta estabelecer, ao ligar para a Presidenta da República, para o Ministro da Justiça e para o Ministro da Defesa, para que tropas federais pudessesem se instalar na Bahia, para garantir a segurança da população.

Foi contundente o Governador, quando reafirmou a sua posição de negociação, uma vez que aquela associação, que conduzia o processo de ocupação da Assembleia Legislativa, havia protocolizado no Governo, no mesmo instante de um disparar de uma greve, reivindicações cujo item central, o ponto principal da abertura de pauta, meu caro Senador Benedito de Lira, era exatamente a questão da anistia. É como se alguém dissesse: vou fazer uma greve, mas já estou discutindo o perdão por aquilo que pretendo fazer.

Na realidade, ao longo de todas as nossas vidas, nós fizemos greves em diversas áreas do serviço. A pauta de negociação de uma anistia ou o pagamento dos dias parados ou o abono das faltas era uma pauta que, geralmente, se estabelecia após o processo de negociação, quando os acordos, inclusive, eram fechados; quando as tratativas, de lado a lado, se encontravam; quando tínhamos a mediação estabelecida. Então, colocava-se sobre a mesa a proposta dessa anistia.

O Governador deu uma contribuição, meu caro Benedito, meu caro Flexa Ribeiro, para o debate nacional, para que tenhamos, inclusive, a oportunidade de fazer esse debate sob a ótica da estrutura de segurança pública e não pontualmente. É claro que reconheceu o Governador Jaques Wagner a necessidade de melhoria dos salários. Tanto é verdade que o Governo do Estado da Bahia está aportando recursos para o reajuste do funcionalismo como um todo – a inflação, 6,5%, e, nesse caso específico, a gratificação conhecida como GAP 4, ou as gratificações conhecidas como GAP 4 e GAP 5 –, reconhecendo a necessidade de majorar, de melhorar os salários. Mas nós não podemos concentrar ou direcionar todas as nossas baterias para uma questão de que só, e somente só, esse problema da segurança é salarial. É estrutural o problema.

O que acontece, meu caro Senador Ferraço, no interior do Espírito Santo, talvez não seja diferente do que acontece no interior da Bahia, no interior de Alagoas, no interior do Pará, no interior do Mato Grosso do Sul: o crime organizado tem-se deslocado para essas áreas exatamente porque sabe que o efetivo da polícia, no interior do Brasil, é sempre diminuto, é precário, faltam condições.

Então, esse é um debate que temos de fazer. Por que alguns bandidos optaram por, em vez de fazerem assaltos a grandes agências bancárias, fazerem hoje a caixas eletrônicas em pequenas cidades do interior? Exatamente pela facilidade, ou melhor, pela menor resistência que vão encontrar. É importante chamar a atenção. Este é um ponto que temos de discutir: como enfrentar as situações do crime organizado, agora capilarizado pelo País afora e utilizando o *crack* como moeda de negociação, atraindo os jovens, acabando vidas e até tirando vidas?

Portanto, é a estruturação desse sistema de segurança. Também temos que dialogar com todo o arsenal de tecnologia que nós temos hoje. Eu insistido aqui, nesta Casa, para a questão de instalação de um centro de monitoração no País. O Brasil é um dos poucos países do mundo que não tem centro de monitoração e centro de emergência. O Rio de Janeiro fez um centro de emergência agora, ainda muito voltado para a capital, não tem a estrutura de polícia, que a estrutura de polícia é estadual.

Nós trabalhamos isso no PPA, meu caro Senador Benedito, e a ideia é que para a Copa, principalmente – uma das exigências é essa –, já tenhamos a oportunidade de instalar alguns centros de monitoração e de emergência com número único e buscando atender à população, em todos os aspectos: à saúde, no trânsito e, principalmente, na segurança.

Como monitorar as ruas? Como fiscalizar? Como atuar? De que forma enxergar? A tecnologia hoje aponta caminhos diversos para que possamos seguir passo a passo a caminhada do crime organizado. Nesse particular, o Governador Jaques Wagner tem buscado fazer investimento. Está discutindo a questão do centro de emergência na Bahia, tem discutido o uso de tecnologia, a ampliação... Obviamente que é importante a construção de presídios, porém mais importante do que isto é você estruturar o sistema de segurança pública para o confronto, para o combate ao crime organizado. É claro que associado a isso, a própria questão de políticas públicas.

Então, eu quero aqui fechar esta parte deste meu pronunciamento, dizendo que foram dias terríveis para todos nós. Tensão... Eu diria, inclusive, até do ponto de vista pessoal – pude ver por várias vezes quando estive com o Governador –, que foi uma semana, Senador Benedito, que eu quase fui e voltei a Salvador todos os dias para buscar, apoiar, estar junto...

Então, é importante que tiremos as lições desse processo de greve, que tiremos as lições desses momentos de tensões, que extraímos desse momento, mais do que um arsenal de caça às bruxas, um arsenal que nos leve a corrigir os problemas, a atender as demandas, mas principalmente estruturar um sistema de segurança pública.

Como disse hoje a Presidenta Dilma, em relação ao serviço público, ela fará todo esforço para que o serviço público seja de qualidade para todo e qualquer cidadão. Então, o Governador deu essa contribuição.

Meu pai sempre dizia: "Quando a barba do vizinho arder, põe a sua de molho". A gente aprendeu no próprio lombo. E isso serviu para que, com esse aprendizado, o Governador Sérgio Cabral e o Governador Eduardo Campos pudessem ter tranquilidade.

Agora não nos convençamos de que essas coisas vão parar aí ou que estacionem nesse lugar. De jeito nenhum! Agora é mais importante que, antecipando-se a essas questões, abramos aqui, de uma vez por todas – e foi este o motivo da reunião hoje, uma das pautas levantadas pelo Presidente José Sarney: que este tema possa ser um tema também discutido nesta Casa, pelos governos estaduais, por esta Casa, pela sociedade, para que a gente vá encontrando caminhos e alternativas para enfrentarmos esse problema da segurança e colocá-lo no mesmo patamar das questões principais de políticas públicas para o nosso País.

Um aparte ao Senador Benedito de Lira.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – V. Ex^a traz, na tarde de hoje, um assunto que realmente é hoje visível no Brasil inteiro. O meu Estado, por exemplo, que é o penúltimo Estado da Federação, é

tido hoje como o mais violento do Brasil, porque, na verdade, o crime organizado no País tem tido oportunidade de faz o que quer e entende. E as nossas polícias, muitas vezes, estão desestruturadas, com um efetivo que não corresponde exatamente ao crescimento dos grandes centros urbanos e dos Estados brasileiros. A segurança publica hoje, na minha visão, não é um assunto restrito à responsabilidade dos Estados. Deve ser uma ação compartilhada entre Estado, Governo Federal e Municípios. Nós temos hoje, como diz bem V. Ex^a, esses centros de monitoramento, cuja instalação é necessária neste País, porque a tecnologia hoje vai ajudar muito nisso. Então é preciso que tenhamos essa compreensão. V. Ex^a se referiu bem à fala do Presidente Sarney: este é um assunto que não deve ficar restrito aos Estados, deve passar por esta Casa. Infelizmente, o direito de greve neste País ainda não está regulamentado. É uma coisa terrível. Além do mais, quando se faz uma greve como a que foi feita no Rio de Janeiro, no ano passado, a revolta, o motim dos bombeiros e soldados do Rio de Janeiro, logo se deu a anistia. Agora, tivemos a oportunidade de ler, através da imprensa, que também os policiais da Bahia estavam requerendo a anistia, o perdão daquilo que estavam praticando, que não era exatamente ação de greve, mas muitas vezes ação de desordem, de terrorismo, de bandidagem. E esta Casa e nem o Congresso Nacional não podem compartilhar com isso. Então é preciso que haja essa compreensão. O tema é realmente complicado, é preciso que esta Casa se debruce em cima dele; o Congresso Nacional não pode se omitir a isso, para que a gente possa, numa parceria entre Estados, Governo Federal e Municípios, encontrar caminhos para minimizar essa dificuldade, melhorar a qualidade do trabalho e, logicamente, do salário do policial. Nós reconhecemos isso. Agora, é preciso que haja uma ação também do Governo Federal e espero que a Presidenta Dilma vá, por intermédio do Ministério da Justiça, exatamente começando a se debruçar sobre esse problema para analisá-lo. E amanhã, no mutirão, possamos encontrar os caminhos para minimizar essa dificuldade. Por isso quero cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar o Governador da Bahia, que teve muita serenidade, muita força, muito equilíbrio para tratar daquele assunto que realmente chamou a atenção do Brasil, e particularmente da Região Nordeste. O meu Estado já estava fervilhando por conta, exatamente, daquilo que estava acontecendo na Bahia. Graças a Deus, já teve o primeiro contato do governador com os comandos das Associações da Polícia Militar de Alagoas. Espero que nós encontremos os caminhos para também evitar uma greve da

Polícia Militar de Alagoas. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Senador Waldemir Moka, até fazendo essa ponte entre o que foi essa questão da greve e o que nós fizemos no dia de hoje nesta Casa, a importante reunião que nós travamos aqui com os Líderes.

Dois pontos importantes foram apontados: o primeiro deles, reafirmando o desejo de diversos Senadores, nosso, inclusive, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para o debate sobre a questão do novo pacto federativo. Importantíssimo esse assunto. É aí entra, meu caro Moka, a distribuição dos recursos lá para ponta, lá para o lugar mais distante; é uma questão que envolve a distribuição dos recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados); o ICMS na importação; o ICMS na origem, no destino; a forma de como vamos tratar o comércio eletrônico. Portanto, discutir essas coisas de maneira a priorizá-las nesta Casa e discutir com as comissões, com a Comissão que V. Ex^a preside, por exemplo, a Comissão do Desenvolvimento Regional; discutir com a Comissão de Constituição e Justiça e discutir com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, o que nós aprovamos hoje foi a junção dessas três Comissões. Aí se abrirá o debate para que a gente tenha oportunidade de fazer uma discussão e construir aqui, a partir de Senadores e Senadoras, o caminho para essa nova pactuação, sem prejudicar ninguém. Fazermos o debate sobre os **royalties**. Eu tenho plena clareza de que o projeto sobre o *royalty* do petróleo deve voltar para o Senado. Se houvesse tanto acordo assim na Câmara, esse projeto teria sido apreciado no ano passado. Não o foi. Então, é bem provável que ele receba emendas. Há, também, o debate sobre os **royalties** do setor mineral, que é importante que os discutamos nesta Casa.

Então, esse foi um ponto para o qual, desde o início desta Legislatura, estávamos chamando a atenção: fazer essa pactuação, colocar aqui a representação dos Estados e Municípios, que nós também representamos, para que tenham oportunidade de fazer a discussão sobre essa distribuição de recursos, levando em consideração o próprio programa que a Presidenta da República apresentou e que hoje, de forma soberba e muito bem, ela teve oportunidade de fazer a ligação entre o que é investimento nessas áreas do chamado crescimento econômico, do investimento local, da geração de renda sem se descuidar das questões sociais.

Portanto, essa discussão de hoje foi muito importante nesta Casa. Nós vamos priorizar esse tema.

Teremos aqui um período para fazer esse debate, o debate sobre a questão do ICMS da importação. Está ali pressionado o Espírito Santo e aparecem outros Estados reclamando. Nada melhor do que mediar entre os Estados, construir uma proposta que enxergue a situação, principalmente no que diz respeito à desindustrialização do Brasil, que a gente aponte para um caminho sem ferir, ainda que momentaneamente... Não dá para fazer de forma abrupta.

Esse debate é importante a gente travá-lo. Aliás, quero chamar a atenção, porque este ponto faltou no debate sobre a questão dos **royalties**: entender como você pode fazer algo um pouco a longo prazo, ir fazendo o processo das transferências. Então, é importante que nós tenhamos essa cautela. Ao mesmo tempo da cautela deve haver o tempo da ação: fazer o debate, chamar prefeitos, governadores, interessados. Vamos ter até 31 de dezembro para aprovar o FPE. Temos de discutir um novo FPM. Temos de discutir o comércio eletrônico, que acontece em cada cidade. Mesmo tendo lojas físicas instaladas em cada cidade, o comércio é eletrônico. Essa é uma forma de burla, isso tira recursos de cada local neste País. Portanto, o Senado marca um teto importante nesta etapa que iniciamos agora.

O Senador Magno Malta e, depois, o Senador Sérgio.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador Pinheiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento bem-vindo. É um pronunciamento que converge interesses, um pronunciamento lúcido que corrige injustiças. Em boa hora, V. Ex^a se torna Líder do partido do Governo. Já tive oportunidade de dizer, quinta-feira, na tribuna, que, em boa hora, V. Ex^a se tornou Líder do Governo. Nós, do Espírito Santo, agradecemos muito a sua lucidez. Nós contamos com a sua lucidez como aliada nossa no processo dos **royalties**, de que V. Ex^a acaba de falar. V. Ex^a tinha proposta mais lúcida. Eu não sei se foi V. Ex^a que usou a expressão – eu acho que foi V. Ex^a, pois V. Ex^a também gosta destas tiradas – de que não é preciso matar a pessoa para querer ficar com a camisa dela. E o que estavam fazendo conosco é o seguinte: vamos tomar a camisa, mas vamos enterrar primeiro. Todo mundo começa a ganhar a partir de 2015; parece que o Governo começa a entender a proposta lúcida de V. Ex^a e se arrepende de não tê-la feito. V. Ex^a fala que precisamos, de fato – e é essa junção das três comissões -, discutir o pacto federativo. Há distorções muito grosseiras. Por exemplo, no Fundo de Participação dos Estados, o Maranhão recebe 17%; o Espírito Santo recebe 5%. Ora, e como nos sangrar nos **royalties**, que é aquilo que nos pertence, para dividir com um Estado que tem 12% a mais do que nós, na distribuição do Fundo de Participação dos Estados?

Eu estou citando um caso só. V. Ex^a sabe que o Fundo de Participação dos Estados da Bahia, o seu Estado, também é ínfimo diante de alguns outros Estados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É um dos maiores.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – É uma coisa absurdíssima! Então, com a sua lucidez, o Brasil agradece. A sua lucidez vai arrumar mais ainda; não vai desarrumar o pacto federativo e vai ajudar a arrumar muito mais. Hão que agradecer os Estados e os Municípios. Espero que a Confederação dos Municípios do Brasil, já neste momento, lhe tenha uma gratidão por convergir, assim como os Estados – aqui eu falo em meu nome e também em nome do Rio, embora não esteja autorizado – na questão dos **royalties**, como V. Ex^a entende. Está aí pipocando vazamento por tudo que é lado nos Estados produtores, e há que se responder por isso. Quem responderá, visto que a responsabilidade é só de quem extraí, porque quem leva parte dos **royalties** não terá responsabilidade em resolver esses problemas que estão acontecendo? Dessa maneira, quero lhe parabenizar e agradecer. Mais uma vez, como cidadão brasileiro e cidadão do Estado do Espírito Santo, onde criamos os nossos filhos e que vivemos, no ano passado, uma apreensão muito grande, porque vimos, de uma forma atabalhoada, atropelar-se um processo em que a riqueza iria desarrumar a Nação ao invés de convergir para uma arrumação melhor, como a de que nós estamos precisando e que V. Ex^a está propondo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Sérgio, após o aparte de V. Ex^a, encerrarei.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter, quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de trazer hoje à tribuna da Casa as discussões no que diz respeito ao pacto federativo. V. Ex^a tem absoluta razão. O Senado Federal, o Congresso Nacional não se furtará de discutir esse tema neste ano, mesmo que seja um ano, Senador Magno Malta, de eleição, o que restringe a atividade e a atuação do parlamentar. Nós temos que debater principalmente o FPE. O FPE tem um marco agora para o final do ano, como V. Ex^a colocou. Preocupado com isso, eu sugeri à Mesa do Congresso Nacional, através de um requerimento, que nós formássemos uma comissão mista de parlamentares, Senadores e Deputados, para analisar um anteprojeto, o mais rápido possível, no que diz respeito ao FPE, porque, se nós não fizermos dessa forma, vão tramitar projetos na Câmara, vão tramitar projetos aqui no Senado Federal, daqui vai lá, de lá vai vir para cá, vai passar o ano, vai chegar dezembro e não teremos ainda uma legislação sobre o FPE que venha a atender todos os Estados da Federação. Obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Sérgio.

Senador Moka, creio que demos o passo que era o correto e o possível: juntar as comissões, escutar, permitir a participação, trazer governadores, prefeitos, gente da sociedade e até, eu diria, técnicos nessa área do Governo, inclusive, para que aqui tenhamos a oportunidade de produzir não só o FPE, o FPM, o ICMS da importação, mas também de construir verdadeiramente essa nossa caminhada de um novo pacto federativo para ir ao encontro daquilo que o nosso Governo tanto tem alardeado, pregado

E eu diria que, até mesmo nas dificuldades da crise internacional, nosso Governo tem conseguido cumprir: ajudar e apoiar que o serviço público chegue a todos os lugares do Brasil e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento local, com inclusão, geração de renda, com geração de trabalho. É dessa forma que vamos enfrentar a crise e continuar botando nosso País para crescer com a inclusão da nossa gente.

Era isso. Muito obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Fui eu quem pedi, Sr. Presidente. Eu pedi pela ordem primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer o registro de que hoje, às 14:30 horas, tivemos uma reunião no meu gabinete, uma reunião da Frente da Família, em tomamos algumas deliberações, uma vez que fomos avisados. Nós, da Frente da Família, que enfrentamos de forma muito convicta e somos de uma forma convicta contra a prática do aborto, contra o assassinato de inocentes, estamos fazendo uma nota de desagrado e descontentamento contra o pronunciamento da nova Ministra e a sua postura face à legalização do aborto no Brasil, ela que está indo à ONU falar sobre o aborto em um país cristão em que 95% das pessoas são contra o aborto, contra a morte de inocentes.

Nós, da Frente da Família, que fazemos esse enfrentamento, nos reunimos hoje para nos posicionar, até porque, do segundo turno das eleições, temos um documento assinado pela Presidente da República, documento que eu acompanhei, assim como o Senador Walter Pinheiro, Gilmar Machado, Everaldo e uma série de outros Parlamentares e de líderes religiosos do Brasil.

No segundo ponto do documento, a Presidente Dilma diz: "Pessoalmente sou contra o aborto e, se Presidente for, no meu governo nada acontecerá daquilo que já tem acontecido." O que já aconteceu foi o aborto da gravidez indesejada, num decreto assinado pelo Serra, quando Ministro da Saúde, no Governo Fernando Henrique Cardoso. E agora vem uma Ministra que vai fazer uma luta – aliás, essa história de fazer luta, de enfrentar a sociedade é uma coisa que está virando moda – para legalizar o aborto.

Eu quero avisar que nós estamos fazendo esse documento, pedindo uma audiência à Presidente da República. Não falaremos com interlocutor, até porque, nessa reunião, nós decidimos também que o Sr. Gilberto Carvalho não é interlocutor. Nós não o reconhecemos. Ontem, ele marcou uma reunião para amanhã, às 10 horas, e está convidando um por um os Parlamentares evangélicos; só não ligou para mim.

Mas só para avisar para ele que ninguém vai. Se quiser falar conosco, ele que venha aqui. Essa história da cadeira alta e do salto, desça, rapazinho, daí. E se quiser falar é aqui, porque nós somos esse povo desavisado, de visão de mundo muito pequeninha, mente pequena, mente atabalhoada. Para falar com um intelectual como ele, ele que venha aqui, não é, Romero? Ele tem que vir aqui, esse rapazinho.

Foi isso que nós decidimos. Amanhã, às 10 horas da manhã, a Frente Parlamentar Evangélica vai se reunir. O Presidente João Campos, que é um Deputado Federal, os Deputados Federais e eu estaremos lá. Espero que o Crivella esteja também, que é Senador, para nós deliberarmos enquanto evangélicos, gente de mente oca, gente que só serve para pagar imposto e ser manobrada em época de eleição, porque em época de eleição nós viramos a moça bonita: eles querem namorar, beijar na boca, ir à nossa casa. Depois que a eleição passa, querem nos encontrar no escuro, têm vergonha de ir ao shopping, só querem nos encontrar no motel.

Me engana que eu gosto, campeão!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

Peço a V. Ex^a que faça o encaminhamento do requerimento para que eu possa colocá-lo em votação, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Era sobre isso mesmo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o requerimento que foi lido há pouco pela Mesa, eu encaminho, no sentido de que seja feito esse voto de

profundo pesar em razão do falecimento do Bispo Diocesano de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e Presidente da Comissão Pastoral da Terra Dom Ladislau Biernaski, ocorrido ontem, dia 13 de fevereiro de 2012.

Dom Ladislau marcou seu ministério episcopal pela dedicação à Pastoral e ao povo. Era conhecido por seu profundo envolvimento com os movimentos sociais e atuação marcada na defesa dos excluídos e marginalizados da sociedade.

Foi ordenado padre em julho de 1963, em Curitiba, e participou ativamente da formação de novos padres. Recebeu a sagrada episcopal em 1979, em Roma, foi Bispo auxiliar na arquidiocese de Curitiba e, em 2006, nomeado Bispo da Diocese de São José dos Pinhais, ficando responsável por 14 Municípios.

Em nome da CNBB, Dom Ladislau acompanhou diversas pastorais sociais no Brasil, entre elas a Pastoral Operária, a Pastoral Carcerária, a Pastoral do Menor e a Comissão Pastoral da Terra, desta última sendo o seu presidente.

À Diocese de São José dos Pinhais, à CNBB e aos familiares de Dom Ladislau encaminho, Sr. Presidente, este voto de pesar, rogando a Deus que dê o conforto necessário nesta hora de profunda dor.

Era o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Requerimento do Senador Sérgio Souza.

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2012, SOLICITANDO HOMENAGENS DE PESAR PELO FALECIMENTO DO BISPO DOM LADISLAU BIERNASKI.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ainda na a mesa...

Em votação o Requerimento nº 34, de 2012, do Senador Jorge Viana que solicita autorização para desempenhar missão oficial no exterior no 6º Fórum Mundial da Água, a convite da Agência Nacional de Águas (ANA), organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, a ser realizado no período de 12 a 17 de março de 2012, em Marselha, na França.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por último... Ainda temos mais um.

Em votação o Requerimento nº 42, de 2012, do Senador Aloysio Nunes que solicita autorização para desempenhar missão oficial no exterior no 6º Fórum Mundial da Água, a convite da Agência Nacional de Águas (ANA), organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, a ser realizado no período de 12 a 17 de março de 2012, em Marselha, na França.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2012

Nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares de MARCELO DINO FONSECA, falecido no dia 14 de fevereiro de 2012.

Justificação

Gostaria de me solidarizar à família do presidente da EMBRATUR, Flávio Dino, que perdeu o filho caçula, Marcelo Dino, nesta sexta-feira, dia 14 de fevereiro. Marcelo faleceu com apenas 13 anos de idade. Ele sofreu uma crise de asma, foi medicado, mas infelizmente teve uma parada cardíaca e não resistiu. Meus pêsames a todos os familiares e amigos de Marcelo, ao Flávio Dino, que nesse momento deve estar sentindo uma dor irreparável, que nenhum pai jamais gostaria de sentir.

Flávio Dino é advogado, ex-magistrado e professor de direito. Em 2006 foi eleito deputado federal pelo Maranhão, exercendo seu mandato até 2011. Atualmente é presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Em 2008, Flávio Dino foi candidato a prefeito de São Luís (MA) pela Coligação Unidade Popular, sendo derrotado no segundo turno pelo ex-governador João Castello, do PSDB. E em 2010 foi candidato ao governo do Maranhão pela coligação Muda Maranhão, quando obteve 859.402 votos, representando 29,49% do eleitorado.

Portanto, neste momento, quero levar minhas condolências ao Flávio Dino e a todos os seus familiares pelo triste acontecimento. Que Deus lhes proporcione o conforto para suportar este momento de dor.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2012. – Senador Humberto Costa.

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2012-SF

Requeiro, nos termos regimentais, apresentação de condolências ao ex-Deputado Federal Flávio Dino, atual Presidente da EMBRATUR, e à professora da Universidade de Brasília, Adriana Fonseca, em virtude do falecimento de seu filho Marcelo Dino Fonseca de Castro e Costa, ocorrido no dia de hoje, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Justificação

O trágico falecimento do jovem Marcelo Dino Fonseca de Castro e Costa, 13 anos, estudante do colégio Marista, que sofreu uma crise de asma, que levou a uma parada cardíaca, figura promissora da juventude brasiliense, chocou a população de Brasília e do Maranhão e abalou profundamente sua família, em que se destaca, pelo importante trabalho realizado em defesa das lutas dos trabalhadores, o Presidente da Embratur Flávio Dino, ex-Juiz e ex-Deputado Federal pelo Maranhão.

Ao apresentar suas condolências à família, o Senado Federal se junta à sincera manifestação de pesar de toda a sociedade brasileira por sua enorme perda.

Sala das Sessões, 2012. – Senador Inácio Ar-ruda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2012

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro **dispensa** do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008**, de minha autoria, que dá nova redação ao inciso II do art. 14 da Lei nº 10.893, de 18 de julho de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante defensivos e fertilizantes e suas matérias-primas, por encontrar-se esgotado o prazo daquela Comissão, conforme disciplina o art. 118 e 126, ambos do RISF, e não há motivo de suspensão de sua tramitação com base nos §§ 3º e 4º do art. 118, combinado com os incisos II, III, V e XII do art. 90 ambos do RISF.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, de minha autoria, foi distribuídos às Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e de Infraestrutura – CI.

Aprovado parecer pela CDR a proposição foi encaminhada para exame a CAE em 7 de julho de 2010 e distribuído ao senador Eduardo Suplicy para relatar em 14 de julho de 2010.

Em 21 de dezembro de 2010 foi a matéria devolvida pela Comissão à Coordenação Legislativa do Senado em cumprimento ao disposto do art. 332 do Regimento Interno.

Foi decidido pela Coordenação Legislativa do Senado nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal, o prosseguimento da tramitação da proposição com retorno ao exame da CAE em 14 de janeiro de 2011.

Novamente a proposição foi distribuída ao senador Eduardo Suplicy em 4 de março de 2011, o qual até a presente data não apresentou relatório sobre a matéria.

Determina o inciso II, do art. 118, o prazo de 15 dias úteis para a Comissão de Assuntos Econômicos, entre outras comissões, examinar as matérias que lhe forem submetidas.

Prevê o § 2, do art. 118 do RISF, a prorrogação por igual período caso o parecer não possa ser proferido no prazo regulamentar, desde que o Presidente da comissão envie à Mesa comunicação escrita com esse intuito. Prorrogações adicionais, entretanto, requerem deliberação do Plenário. Além do mais, o § 4º estipula que o prazo em questão será suspenso durante o período necessário para realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, para convocar Ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições, para solicitar depoimento de autoridade ou cidadão e para realizar diligência.

Cabe destacar, no entanto, que a tramitação do PLS. 237/08, não registra nenhuma situação similar àquelas ora discriminadas, justificando a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, – Senadora Kátia Abreu.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2012

Requeiro, nos termos do Artigo 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, que “altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”, seja encaminhado ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por estar no âmbito da sua competência.

Justificação

A partir do Estatuto do Desarmamento elaborado em 2003, foi instituída a Campanha do Desarmamento, que juntamente com um amplo debate com a sociedade civil organizada trouxe o debate acerca da presença de armas na população o que levou, indiretamente, a uma reflexão sobre a expansão da concessão de porte de armas para outras categorias além das elencadas no art. 144 da Constituição da República.

Segundo dados do Ministério da Justiça, a campanha resultou na entrega de 443.719 armas de fogo, que foram destruídas pelo Comando do Exército, número que constatou o sucesso da campanha, que tinha por meta recolher 80 mil armas, com ampliação desta meta para 200 mil até dezembro de 2004.

Recentemente, com a tragédia ocorrida em Realengo/RJ, o Poder Executivo reforçou o debate sobre o desarmamento com vistas a reduzir os alarmantes índices de homicídios e crimes violentos cometidos com o emprego de arma de fogo.

Assim, o tema do desarmamento e concessão de porte de armas vem, desde 2003, se constituindo uma política pública de amplo contato com organizações de direitos humanos que atuam desde o recolhimento até em pesquisas sobre o tema. Desta forma, quaisquer eventuais ampliações na concessão deve passar por um debate com a sociedade civil, visto se tratar de política de estado.

Como é um tema com amplo reflexo em política pública que foi instituída há oito anos, e se constituiu uma ação de combate à violência, muito importante se faz a análise pela Comissão de Direitos Humanos com vistas a fortalecer a proposta e fazer o necessário cotejo com estudiosos e organizações não governamentais que se especializaram no tema.

Sala das Sessões, de novembro de 2011. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Na sequência, o próximo orador inscrito é o Senador Benedito de Lira.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na tarde de hoje vou tratar de um assunto que reputo da maior relevância para o desenvolvimento deste País. Na verdade, temos pago um preço muito alto, principalmente os que vivem do agronegócio nacional.

Sr. Presidente, somos reconhecidos hoje, pelo mundo, e particularmente pelo Fundo Monetário Inter-

nacional, como a sexta economia do mundo, superando a Grã-Bretanha e atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França. No entanto, devemos reconhecer que existem inúmeras restrições ao desenvolvimento brasileiro. Uma delas é a precariedade da nossa infraestrutura. Energia, comunicações e transportes encontram-se muito abaixo do aceitável.

Em termos de transportes, centro da minha atenção neste pronunciamento, houve, a partir da década de 60, opção preferencial pelas rodovias em detrimento de ferrovias e hidrovias. A despeito de algumas mudanças nesse quadro, é inegável que o transporte brasileiro depende fundamentalmente de rodovias.

Segundo a Confederação Nacional de Transportes, 61,1% das cargas e 96% dos passageiros são transportados por rodovias. Segundo o Relatório Pesquisa CNT de Rodovias 2011, as rodovias são o principal meio transportador das riquezas do País. Pode-se dizer que quase a totalidade dos produtos consumidos no nosso País passa, em algum momento, pelas rodovias brasileiras. Infelizmente, o foco do transporte rodoviário não foi acompanhado pela construção e manutenção adequada das estradas. Se isso poderia ser menos sentido durante a chamada década perdida de 1980, agora que o Brasil voltou a ser percebido como ator relevante no cenário internacional, parece cristalina a necessidade de grandes investimentos em nossas estradas.

Somos referência em termos mundiais, mas se não queremos que isso seja algo efêmero, é preciso investir de modo consistente e continuado em nossas rodovias. Lamentavelmente, estamos ainda muito aquém do mínimo necessário.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial, em relatório recente, de 2011, falta ao Brasil adequada infraestrutura de transportes. Segundo o informe, o País investiu apenas 0,23% do PIB no setor. Os outros países do Bric – Rússia, Índia e China – investem entre 7% a 10% do PIB no mesmo setor, no mesmo sistema rodoviário. Em outras palavras, investimos muito menos do que os outros países emergentes da economia mundial.

Recorrendo novamente ao relatório da CNT, ali podemos ler que:

Ao se comparar a malha brasileira com a de outros países de grandes dimensões, em desenvolvimento ou desenvolvidos, como China, Rússia, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Índia, Argentina e México, percebe-se a sua escassez. A densidade da malha rodoviária do Brasil, medida pelo número de quilômetros de infraestrutura existente dividido pela área do País, foi a segunda menor entre os países

avaliados, 42,2 vezes menor que a da Índia, ganhando apenas da Argentina por uma diferença irrisória.

Em outras palavras, Sr. Presidente, além de ruim, são malcuidadas. A nossa malha é pequena e inferior ao necessário para o País. Segundo avaliação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), a precariedade é assustadora. Segundo Bernardo Figueiredo, diretor da Agência, em declaração ao jornal **O Globo**:

O País está diante da possibilidade de um apagão logístico. Mas a logística não pode ser vista só pela lógica de obra e sim pelo desempenho do transporte. Não se resolve o problema logístico transigindo com a boa forma de fazer. Chegamos ao limite da gambiarra.

O relatório da Confederação Nacional do Transporte, já citado, traz um retrato em que podemos confirmar a gravidade da situação: uma gambiarra que não dá mais conta do recado.

Vejamos alguns números da pesquisa. Em relação ao pavimento, 48% da extensão pesquisada apresentam algum tipo de problema. Em relação à sinalização, 57% da extensão pesquisada apresentam algum de problema, 14% possuem placas total ou parcialmente cobertas pelo mato, 33% das rodovias pesquisadas possuem placas desgastadas ou totalmente ilegíveis, 28% não possuem placas de limite de velocidade e 35% não possuem placas de indicação.

O que significa isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores? Significa, exatamente, a precariedade do transporte rodoviário através da nossa malha viária. Significa, sem dúvida alguma, o grande número de acidentes, com cargas pesadas, com carros pesados, e também o grande número de mortes nas estradas, porque, realmente, nós não temos aquilo que é fundamental para orientar o condutor da carga ou o condutor de pessoas, que é a sinalização na horizontal e muito menos na vertical. Daí, Sr. Presidente, a necessidade de uma reanálise, de uma reengenharia no sistema rodoviário brasileiro, porque, infelizmente, um país com a extensão do nosso, com a ferrovia que nós tínhamos, com a capacidade de navegação nos rios brasileiros, em 1960, para atender as exigências das montadoras que vieram para este País, o Brasil fez a opção pelo sistema rodoviário.

Daí, Sr. Presidente, nossa preocupação no que diz respeito às estradas brasileiras em diversos Estados. Com imparcialidade, as mais precárias, as mais ruins, as intransitáveis, as imprestáveis estão localizadas nas regiões mais pobres do País, ou seja, no Norte e no Nordeste brasileiro.

Em relação à chamada geometria da pista, 42% da extensão pesquisada não possui acostamento. Vejam os Srs. Senadores o perigo: não há acostamento em 42% da extensão pesquisada, milhares e milhares de quilômetros não têm acostamento. Em uma quebra-deira de carro ou um acidente, os acidentes se sucedem naquela mesma via.

E em relação aos acostamentos, aos chamados pontos críticos – ou seja, aqueles que representam risco considerável ou potencial para os usuários das rodovias, comprometendo as condições de segurança no tráfego de veículos, tais como buracos grandes, erosão na pista, pontes caídas e quedas de barreiras –, houve uma piora no quadro, passando de 109 ocorrências, em 2010, para 219, em 2011.

É de se destacar, também, que as estradas concedidas à iniciativa privada estão em melhor estado do que aquelas sob gestão pública. Estradas concessionadas têm um índice de 87% de ótimo/bom, enquanto para as administradas diretamente pelo Poder Público o índice é de apenas 34%.

Também é preciso observar a enorme discrepância das rodovias em termos regionais. Das vinte melhores rodovias, apenas uma não está no Estado de São Paulo. A primeira fora das regiões Sul ou Sudeste a surgir no **ranking** é a Fortaleza-Natal, apenas em 24º. Entre as 50 melhores, apenas oito estão no Nordeste e nenhuma na região Norte.

Sr. Presidente, volto agora para o meu Estado, Alagoas. A situação é crítica. Apenas 40,2% são consideradas ótimas ou boas, enquanto o restante, 59,8%, são regulares ou ruins. Um quarto da superfície do pavimento está desgastada, enquanto a quinta parte tem trincas ou afundamentos. Há, ainda, 27% com a pintura das faixas desgastada ou inexistente. Além disso, 62% da sinalização está em estado regular, ruim ou péssimo.

O resultado é o infame Custo Brasil, isto é, a diminuição da competitividade brasileira, quando comparada ao restante do mundo. É um sobrepreço que os produtos brasileiros pagam em razão da ineficiência das nossas rodovias.

O caso do transporte de soja é emblemático. No Brasil, é 3,7 vezes mais caro do que na Argentina e 4,3 vezes mais caro do que nos Estados Unidos. O mesmo se repete em termos de outras mercadorias. Se observar que boa parte do dinamismo econômico brasileiro hoje vem da agricultura, pecuária e mineração e depende de vias em bom estado, podemos chegar à conclusão de que há um encarecimento do produto brasileiro, com a consequente redução dos lucros destinados aos produtores.

Além disso, sr. Presidente, é importante observar que o padrão de qualidade das estradas é pior nos Estados mais pobres, caso das regiões Norte e Nordeste. Se atentarmos para o fato de que boas estradas são fundamentais para o turismo, podemos concluir que o Nordeste enfrenta sérios problemas por não oferecer uma malha viária confiável às pessoas que visitam a região.

É verdade que os Governos da Presidente Dilma e do Presidente Lula fizeram muito pelo desenvolvimento nacional. No entanto, creio que é preciso um passo a mais, com o foco dirigido para as rodovias, haja vista, Sr. Presidente, que na duplicação da BR-101 – vou falar agora no que diz respeito ao meu Estado –, depois da crise no Ministério dos Transportes, Senador Jucá, V. Exª que está incluso na região em que as estradas são de péssima qualidade, já que a região Norte é a mais sofrida neste particular, pois bem, a duplicação da BR-101, repito, depois da crise no Ministério dos Transportes, praticamente está parado o serviço no meu Estado, os canteiros estão totalmente desabitados e não sabemos quando retornará a ter a mesma efervescência do começo das obras.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos a responsabilidade e o compromisso nesta Casa de também tocar no assunto do desenvolvimento. Como podemos chegar a ser a sexta economia do mundo quando, na verdade, aquilo que é o vetor de transporte, de escoamento da produção brasileira, não tem absolutamente as mínimas condições para que as coisas possam ter competitividade, porque quem perde com isso é aquele que passa, de sol a sol, no campo, produzindo, e, na hora da colheita, perde praticamente 80% do valor agregado, porque terá que pagar um custo muito maior para ter transportada a sua mercadoria.

Sr. Presidente, é lamentável, mas era o modelo brasileiro para a implantação, à época, em 1960, das montadoras de veículos, que fizeram uma exigência no governo do Sr. Juscelino Kubitschek: “Nós vamos para o Brasil, desde que vocês acabem com os trilhos de ferro que estão espalhados pelo Brasil afora”.

Em 1964, o governo da revolução baixou um decreto, numa canetada, em dois minutos, acabando com todo o sistema ferroviário brasileiro. Milhares e milhares de quilômetros de trilhos estão espalhados por este Brasil totalmente abandonados, com ferrugem, mato etc. Digo isso, Sr. Presidente, porque confio no transporte ferroviário, que é mais barato, no transporte de passageiro e de carga. Infelizmente, não temos a oportunidade de reativar toda a malha ferroviária que foi abandonada no meu País. lamentavelmente.

É verdade, Sr. Presidente, que vivemos em grande precariedade, com enormes custos em termos eco-

nômicos e de vidas humanas. Insisto que, se o Brasil deseja continuar a se desenvolver, é preciso atenção redobrada em relação às rodovias. Precisamos de investimentos, públicos ou privados, que dêem ao Brasil as estradas de qualidade que o País merece e de que precisa para continuar crescendo, para continuar se desenvolvendo, para continuar sendo a sexta economia do mundo e, amanhã, chegar a quinta, a quarta, quem sabe, porque o nosso potencial é absolutamente inigualável em relação a qualquer país do mundo. Apenas precisamos fazer mais investimentos para que as coisas possam acontecer.

Por isso, Sr. Presidente, acho que esse é um tema que deve ser levado ao Governo pelas ações do Senado Federal, ou do Congresso Nacional, que é muito responsável pelas ações que deverão ser adotadas para minimizar determinadas dificuldades que temos atravessado no País desenvolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao meu amigo Senador Benedito de Lira, tem a palavra, pela Liderança do PCdoB, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, hoje é um desses dias em que a vida e a morte se deparam com muita força, e para mim especialmente, porque tivemos a infelicidade do falecimento do filho de Flávio Dino, o Marcelo Dino, que já registramos aqui; também nos deixou uma figura extraordinária da primeira turma do curso de Jornalismo da Universidade do Ceará, a jornalista Ivonete Maia.

Ivonete foi a primeira presidente do Sindicato dos Jornalistas, também a primeira mulher... Na verdade, não a primeira presidente, a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Ceará. Depois, e ainda hoje, até falecer, foi a Presidente da Associação Cearense de Imprensa, uma das instituições mais antigas.

Eu lembro, Senador Romero Jucá, que há pouco estávamos com a Presidente da República, eu, V. Ex^a e os demais líderes da base, que foi ali na ACI que Lula, em 79, antes da realização de um encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, discutia para onde ele ia, porque um operário que militava só no movimento operário tinha que escolher um partido. Foi ali que um grupo de intelectuais considerou que seria melhor que se criasse um novo partido. Naquela mesa, com muitos intelectuais, Lula já participava dos debates de igual para igual, e Ivonete Maia era uma das figuras que acompanhava esses momentos da vida política. Ela não foi para o PT, como tantos outros. Ela ficou no PDT, que estava sendo gestado durante o

período da volta do Brizola e de outras lideranças que estavam exiladas no exterior.

Então, Ivonete Maia militou na política a vida inteira. Desde que se retomou o processo democrático, sempre no PDT. É uma figura por quem tínhamos grande admiração, muito respeito.

Peço a V. Ex^a também que acolha requerimento de nossa autoria no sentido de levar à família de Ivonete Maia, que é muito larga. Além dos seus entes queridos e dos seus familiares diretos, uma grande parte do povo cearense também faz parte da família de Ivonete Maia. Por isso, requeiro que lhe seja dirigido um voto de pesar do Senado Federal.

Sr. Presidente, nesta saga humana que assiste ao mesmo tempo aos que vão, mas enxergam as novas possibilidades, e ao novo, que pode surgir a cada hora, eu desejo registrar o fato ocorrido, também, no dia de ontem, segunda-feira. No Rio de Janeiro, tive oportunidade de participar com outros colegas Senadores e também com a Senadora Marta Suplicy da posse, na sede da Petrobras, da primeira mulher a dirigir uma das maiores empresas do mundo, uma empresa de petróleo, gás e energia, a Petróleo Brasileiro S.A., Petrobras, filha das lutas do povo brasileiro. Foi assim que nasceu a Petrobras, primeiro na iniciativa de uma lei que chegou ao Congresso Nacional em 1952 e concluiu-se em 1953, criando-se uma empresa 100% estatal para cuidar da investigação sobre a possibilidade da existência de petróleo com viabilidade econômica e, depois de encontrado petróleo, do refino e da entrega ao povo brasileiro desse produto, que é uma fonte de energia extraordinária no mundo atual.

Sr. Presidente, às vésperas de completar 60 anos, a Petrobras passa a ser dirigida pela Sr^a Graça Foster, que é uma funcionária de carreira da Petrobras, há mais de trinta anos, e assume a Presidência, posto que foi deixado pelo Sr. José Sérgio Gabrielli, que eu digo um dos maiores presidentes de toda a história da Petrobras. Foi exatamente nesse período que a Petrobras mais avançou do ponto de vista da sua contribuição com o projeto de nação. Essa é uma questão muito significativa. Não basta ter a empresa de petróleo, não basta ser uma das maiores do Brasil e do mundo, isso seria insuficiente se não tivéssemos a compreensão, a convicção de que essa empresa é parte de um projeto de desenvolvimento do nosso País inteiro.

Vejamos o que deixou Sérgio Gabrielli para que Graça Foster possa dar continuidade. Assim foram suas palavras: assumi a Presidência para dar continuidade ao trabalho desses grandes brasileiros que dirigiram a Petrobras em toda a sua história, em especial nos últimos anos, quando a empresa ganha essa característica. Ela é uma empresa que está envolvida em

um projeto de nação. Quais são os pontos a que eu gostaria de fazer referência? Primeiro, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a Petrobras, através de deliberação de sua diretoria, discutido com o Conselho de Administração, onde têm voz todos os acionistas, seja o Governo, sejam os acionistas privados ou os acionistas minoritários, a Petrobras explora o petróleo no mar, em terra; a Petrobras explora o gás e a Petrobras passou a ser uma empresa de biocombustíveis, uma das grandes empresas de biocombustíveis do mundo. Então, você já sai puramente do gás e do óleo fóssil e entra exatamente numa área de combustível renovável da biomassa. É o passo mais alargado que dá essa Companhia.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De imediato, V. Ex^a que é de uma área produtora de petróleo, o Estado de Sergipe. É com grande prazer que acolho o aparte do nosso nobre Senador Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Meu querido amigo, Inácio Arruda, em primeiro lugar, eu gostaria de me somar à posição de V. Ex^a, de solidariedade ao nosso ex-juiz e ex-Deputado Federal Flávio Dino, que perdeu um filho ainda muito jovem, com 13 anos de idade, com um futuro grandioso pela frente. Sabemos o sentimento, a dor que a família de Flávio Dino está passando neste momento, e V. Ex^a, como colega, como Parlamentar, como homem público, cumpre esse dever, que não é um dever apenas de amigo, mas dever de um homem que tem a solidariedade humana nas horas difíceis como um dos marcos da sua carreira política. Então eu quero, como eu disse, me somar a V. Ex^a aos sentimentos de solidariedade tão profundamente expressos com sinceridade, nascidos do fundo do coração, das origens familiares de V. Ex^a, do Estado do Ceará, cujo povo nutre esse sentimento que é altamente elogiável; é um sentimento que se espalha nos corações do povo cearense. O povo do Piauí, digo melhor, do Maranhão, deve estar passando também por esse sofrimento com a perda irreparável desse jovem, filho do nosso Flávio Dino. Aproveito o ensejo para também dizer que Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, chegou ao cume de sua carreira profissional. Ela, que fez toda a sua carreira no âmbito da Petrobras, dirigindo essa grande empresa, que é orgulho de todo o Brasil, seguindo a mesma trilha de outros tantos presidentes que por ali passaram, a exemplo dos mais recentes, como José Eduardo Dutra, ex-Senador sergipano, grande homem público, grande administrador, que deu prova da sua eficiência,

do seu brilhantismo e do seu comprometimento com o Brasil, ao dirigir, com muita competência, aquela empresa e mesmo fazendo o Dr. Gabrielli, baiano, que volta lá para seu Estado, para exercer uma Secretaria de Estado. Tenho certeza absoluta de que tanto José Eduardo Dutra como o nosso Dr. Gabrielli prestaram inestimáveis serviços que serão sempre lembrados pelos brasileiros, pelos sergipanos e pelos baianos à frente daquela grande empresa. Meus parabéns a V. Ex^a por esse posicionamento correto!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, em primeiro lugar, à família enlutada de Flávio Dino, que, com certeza, com a nossa ajuda e a contribuição de todos, enfrentará esse momento tão doloroso.

Digo mais sobre a segunda questão que V. Ex^a suscita. Eduardo Dutra, inclusive, acaba de retornar para a Diretoria da Petrobras. É o novo Diretor de uma área muito importante da instituição.

Mas voltando a esse tema tão importante do desenvolvimento do Brasil, do crescimento da nossa economia e do papel estratégico da empresa Petróleo Brasileiro S/A, quero tratar de uma segunda questão relevante. Iniciou-se no Governo Lula, ainda com José Eduardo Dutra e depois com Gabrielli, a construção de navios para servir a Petrobras, o que fez com que retomássemos a indústria naval liquidada nos anos de décadas perdidas. Nas décadas de 80 e 90, que ficaram conhecidas entre nós como décadas perdidas, retoma-se a indústria naval, não só para construir navios, não só para espalhar estaleiros pelo Brasil afora, mas para construir sondas. E, ao mesmo tempo, esses navios que são, primeiro, encomendas da Petrobras, daqui a pouco serão encomendas da Vale do Rio Doce e serão encomendas de tantas outras empresas que no Brasil podem utilizar esse vasto mar brasileiro para transportar as mercadorias que são produzidas de Norte a Sul do nosso País.

Terceiro, o conteúdo nacional, para poder ajudar a inovação tecnológica; para poder ajudar a indústria brasileira. Conteúdo nacional é exatamente isso, é garantir que a nossa indústria possa se desenvolver, que a gente possa inovar. Que o investimento em ciência e tecnologia na área da engenharia naval, na área da engenharia de petróleo, na área da engenharia do gás e do biocombustível, encontrem o respaldo de uma empresa que lhe garante um vasto mercado para produzir.

Essa iniciativa é uma das mais significativas para a história do desenvolvimento industrial do nosso País. Por isso, Sr. Presidente, eu quero ressaltar esses aspectos. Primeiramente encarar a empresa Petrobras como parte significativa de um grande projeto nacional. Segundo, a retomada da produção na área da indústria

naval de todos os equipamentos necessários à exploração do petróleo, inclusive do transporte. Terceiro, o aspecto significativo de conteúdo nacional, que permite a inovação tecnológica, e esses investimentos terão retorno garantido com uma vasta encomenda feita pela própria Petrobras.

E mais do que isso, a Petrobras, empresa agora dirigida por uma mulher, por uma eficiente e competente funcionária dos quadros da Petrobras, é uma empresa ao mesmo tempo técnica e política: ali é uma instância de deliberação política; ali se define o rumo de como a empresa deve se comportar diante do projeto do País. Então, não se trata de um cargo absolutamente técnico. E a carreira desenvolvida por Graça, com certeza, foi de saltos técnicos de aprendizado, de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, de participação em funções eminentemente de caráter político; e a que tem o maior caráter político é exatamente a função de presidir a Petrobras. Porque ali se tomam decisões em que não se apura só a técnica, ali se tomam decisões em que não se apura apenas o retorno imediato, instantâneo do lucro da empresa; pensa-se o Brasil. Ora, imaginemos, teríamos uma refinaria de petróleo que para nós é o mais importante empreendimento da história econômica do Estado do Ceará; teríamos uma refinaria no Maranhão, uma refinaria em Pernambuco; ampliaríamos a Refinaria de Guamaré, no Rio Grande do Norte. Por que fazer esses empreendimentos? Porque esse é um projeto nacional. Esse não é um projeto meramente técnico, não é um projeto que se mede, exclusivamente, com o seu retorno instantâneo. Há que haver sustentabilidade, há que haver retorno, é lógico, mas a decisão não se deu e não poderia se dar exclusivamente por esse caminho, porque, senão, nós não teríamos como espalhar o desenvolvimento pelas mais diversas regiões do nosso País.

Sr. Presidente, foi um breve registro que busquei fazer aqui dessa importante transferência de titularidade no comando da Petrobras; algo feito de forma tranquila, de forma serena, de forma a que não haja comprometimento com o projeto em curso na Petrobras e no Brasil relativo à produção de petróleo, gás e biocombustíveis nas mãos da Petrobras.

Desejo sucesso, Sr. Presidente, à nossa Presidenta da Petrobras, desta empresa com tradição extraordinária de participação, fruto e filha da luta do nosso povo, com toda a tradição de formação de grandes quadros profissionais, de uma grande escola de engenharia do nosso País. A Petrobras é, ao mesmo tempo, também a empresa que dá suporte a um conjunto gigantesco de empreendimentos na área cultural, em todas as áreas da atividade cultural do nosso País.

A Petrobras, com a sua força e a sua marca, empresta o seu nome e os meios materiais aos clubes de esporte, de futebol, às atividades amadorísticas das mais diversas categorias esportivas.

E, por último, Sr. Presidente, a Petrobras é também um dos grandes braços de apoio a iniciativas populares na área de formação e dá atenção ao povo mais carente do nosso País. Essa grande empresa também é a empresa que fornece os meios para formar os filhos das pessoas mais pobres, ela está engajada no programa de combate à pobreza no nosso País, meu caro Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Inácio Arruda, quero aqui solidarizar-me com as congratulações que V. Ex^a formula, primeiro ao Presidente José Sérgio Gabrielli, da Petrobras, que realizou uma brilhante gestão; em segundo lugar, à nova Presidenta Maria das Graças Silva Foster, que conseguiu, pela suas qualidades, inclusive de gestora, a admiração de todos os seus pares, de toda a equipe da Petrobras e do próprio Sérgio Gabrielli que, certamente, foi uma das pessoas que recomendou à Presidenta Dilma Rousseff que ela poderia estar à frente dessa nova etapa da vida da Petrobras. Eu até enviei uma mensagem, porque como ontem faleceu o Deputado Estadual José Cândido, do Partido dos Trabalhadores, pois o funeral e ato ecumênico deram-se no mesmo horário da posse da Presidenta da Petrobras, por essa razão eu não pude estar lá. Mas aproveitei esta oportunidade, porque eu gostaria de estar lá para transmitir o meu abraço a ambos, como também a todos os funcionários da Petrobras, pelo ânimo tão positivo que foi colocado, pelas palavras de otimismo, de esperança e de recomendações positivas, pronunciadas pela nossa querida Presidenta Dilma Rousseff, na cerimônia realizada, ontem, no Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy.

Sr^a Presidenta, vou concluir, desejando toda a sorte do mundo e o nosso apoio do Congresso Nacional à nova gestão da Petrobras.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito de Lira.

Durante o discurso do Sr. Inácio arruda, o Sr. Benedito de Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da jornalista cearense Ivonete Maia, Presidente da Associação Cearense de Imprensa.

Justificação

É com grande pesar que, na data de hoje, registramos o falecimento da jornalista Maria Ivonete Moreira Maia, Presidente da Associação Cearense de Imprensa de 1989 a 1992 e de 2008 até esta data.

Ivonete nasceu em Jaguaruana, a 180km de Fortaleza. Irmã de mais 14 mulheres e homens, filha de seu Carlos e dona Maria Maia, neta de Ana de Carvalho Moreira, “Mulher valente”. A avó materna lhe deu a valentia e o rumo: a capital e os estudos. Formada em Letras pela Faculdade Católica de Filosofia e em Jornalismo – na 1ª turma do curso da Universidade Federal do Ceará, de 1969, Ivonete trabalhou nos jornais “O Nordeste”, “Gazeta de Notícias” e “O Povo” e nas rádios “Assunção” e “Verdes Mares”.

Iniciou seu gosto pela leitura ainda jovem, quando, ao retornar para Jaguaruana, em férias, reunia a comunidade em uma casa de taipa, chão de barro e um banquinho no centro, para ler cordéis e estórias da Enciclopédia Tesouros da Juventude. Foi professora do Curso de Comunicação Social da UFC e ocupou cargos de gestão também na Rádio Universitária e nas Edições UFC. Costumam abreviá-la carinhosamente como “a primeira mulher a presidir um Sindicato de Jornalistas no Brasil (1981-86) e a assumir a presidência da Associação Cearense de Imprensa (1989-92 e 2008-2012)”.

Ivonete estava internada no Hospital das Clínicas, onde se tratava de um câncer no esôfago, diagnosticado no segundo semestre do ano passado.

O legado oferecido por esta cearense para o desenvolvimento da educação no Estado do Ceará e para região Nordeste é incontestável. Autora de mais de mil artigos nos jornais cearenses, locutora, redatora, fez de sua vida simples, um exemplo a ser seguido.

Ao inserir em ata voto de pesar e apresentar suas condolências à família, o Senado Federal se junta à sincera manifestação de pesar de todos os cearenses.

Sala das Sessões, 2012 – Senador **Inácio Arruda**

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para fazer um comunicado.

Estou dando entrada a um requerimento da autoria da Bancada do PSB, assinado por mim, pelo Senador João Capiberibe, pelo Senador Rodrigo Rollemberg e pela Senadora Lídice da Mata.

Neste requerimento está contida uma decisão tomada unanimemente por todos os membros da nossa bancada, consensualmente, da escolha da Senadora Lídice da Mata para liderar a Bancada do PSB no âmbito do Senado Federal.

Eu já venho, há quase três anos, no exercício ininterrupto da liderança. Semana passada, eu reuni todos os nossos Senadores e achei por bem colocar à mesa essa decisão de que deveríamos fazer um rodízio, a fim de proporcionar a todos os membros da nossa bancada o direito de, um dia, a cada ano, dirigir a nossa bancada. Então, o mandato será de um ano. Após Lídice da Mata, nós vamos escolher outro Senador e assim por diante, até chegar um dia em que o Senador Antonio Carlos Valadares seja novamente Líder do PSB.

Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Moka, quero agradecer a todos os Senadores, ao Líder do Governo, Senador Jucá, quero agradecer ao Senador José Sarney, Presidente desta Casa, e a todos os membros da Mesa a atenção que tiveram à liderança do PSB por meu intermédio não só no plenário, nas comissões, mas também nas reuniões com as lideranças.

O Sr. José Sarney (Bloco/PMDB – AP. Intervenção fora do microfone.) – Sou testemunha de que foi um bom Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Presidente Sarney está aqui, agradecendo também a minha participação nos debates no Senado Federal.

Portanto, meu agradecimento a todos.

Que a Senadora Lídice da Mata consiga realizar um bom trabalho, capacidade não lhe falta. Foi uma grande Prefeita de Salvador. Elegeu-se Senadora com milhões de votos, numa demonstração mais do que eloquente da sua capacidade política, do reconhecimento que o povo da Bahia tem pela sua integração

com o desenvolvimento do Estado que ela representa condignamente aqui no Senado.

Agradeço a V. Ex^a e entregarei este comunicado à Mesa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebe o comunicado de V. Ex^a, parabenizando-o pelo excelente trabalho na liderança do seu partido, o PSB, e também quer dar as boas-vindas a esta extraordinária baiana que é a Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra, como inscrito, o Senador Romero Jucá.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Primeiro sou eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a está inscrito pela liderança, e o Senador Romero Jucá é o Senador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros que considero importantes. O primeiro deles que hoje a Presidenta Dilma Rousseff realizou a primeira reunião com os líderes partidários. Aliás, quero fazer um parêntese para registrar e parabenizar o Senador Valadares pelo excelente trabalho que realizou como Líder do PSB. Tenho certeza de que a Senadora Lídice da Mata vai também realizar um grande trabalho, inclusive espelhada em toda ação feita por V. Ex^a aqui como Líder. Firme, defendendo o País, defendendo o partido, mas, sobretudo, defendendo a população brasileira. V. Ex^a aqui relatou matérias importantes, defendeu posições importantes e, sem dúvida nenhuma é um Senador que se destaca nesta Casa. Exerceu pelo PSB essa liderança com muita honra, com muito orgulho para o seu partido. Portanto, quero parabenizá-lo, desejando que V. Ex^a continue a contribuir com esta Casa e com o País da forma como fez, como Líder do PSB.

Mas, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje, na reunião com a Presidenta Dilma Rousseff, foi realizado um balanço do ano de 2011 e as perspectivas para o ano de 2012. Sem dúvida nenhuma, podemos ver e ouvir, na palavra da Presidenta e também do Ministro Guido Mantega, que as perspectivas para o País neste ano de 2012, apesar de toda a crise internacional é uma perspectiva de crescimento econômico com a meta de 4,5%. É uma perspectiva de geração de empregos com uma meta de dois milhões de empregos a serem gerados para a população brasileira e é uma meta, também, de equilíbrio econômico e de responsabilidade fiscal.

A Presidenta Dilma registrou que pretende realizar os investimentos de que o País precisa, realizar

os programas sociais que o País precisa, mas que não abre mão do controle fiscal, da política macroeconômica de responsabilidade e de controle de gastos.

Registrhou também que, na área social, os investimentos vão aumentar, porque efetivamente este é o foco do Governo, o foco de acabar com a pobreza extrema, de melhorar a qualidade de vida da população e de construir, cada vez mais uma classe média forte no nosso País.

Por falar em classe média, a Presidenta Dilma discorreu também sobre o modelo de gestão que quer implantar para a sociedade brasileira, o modelo de gestão da máquina pública que priorize e melhore o atendimento ao serviço público, que está sendo demandado cada vez mais pelo crescimento exatamente dessa classe média. Essa classe média busca mais saúde, mais educação, mais segurança e, sem dúvida nenhuma, o Governo precisa estar aparelhado e estruturado para atuar de forma competente, atendendo aos anseios da população.

A Presidenta demonstrou os mecanismos de controle que estão sendo implantados, Presidente Moka. Um deles é que cada Ministério, até o final do ano, estará ligado **on line** com a Secretaria da Casa Civil, com o Ministério da Casa Civil, para que os programas sejam monitorados em tempo real para avaliação do atendimento à população. Assim como já é feito com a Previdência Social, quer se fazer com a Saúde, monitorando os hospitais, quer se fazer com a Educação, quer se fazer com a Segurança, para que, realmente, a qualidade do serviço público no País possa ser melhorada.

A Presidenta Dilma nos mostrou e reafirmou o compromisso do Governo, que é um compromisso também da nossa base política, de melhorar as condições de vida da população brasileira.

Por fim, o Ministro Guido Mantega discorreu também sobre os estudos que estão sendo feitos pelo Governo, para que dentro de alguns dias seja anunciado o contingenciamento orçamentário deste ano. Todos os anos o Governo faz um contingenciamento orçamentário. Um governo que tem de cumprir um superávit fiscal alto, como é o caso do Governo brasileiro, e que ainda não tem certeza de suas receitas, todos os anos tem que contingenciar uma parte do Orçamento para que à medida que as receitas forem ocorrendo tenha condição de ir liberando esse Orçamento. No caso deste ano, haverá também um contingenciamento, mas a Presidenta fez questão de frisar que esse contingenciamento não ensejará o contingenciamento de investimentos públicos relevantes nem de programas sociais.

Portanto, o investimento em programas sociais, em programas de infraestrutura, no PAC, no Programa

Minha Casa, Minha Vida e em outros programas que têm alto impacto na geração de emprego continuarão sendo priorizados pelo Governo.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Romero Jucá, Líder do governo Dilma Rousseff, quero cumprimentar V. Ex^a pelo anúncio dessas novas diretrizes que confirmam a gestão tão firme da Presidenta Dilma Rousseff no início do segundo ano do seu mandato. Estamos observando que há um apoio crescente à Presidenta Dilma pela firmeza com que tem administrado o Brasil, em que pesem as dificuldades que acabaram por caracterizar parte de seu governo, com a substituição já de oito, nove ministros. Na verdade, ela vem conduzindo com uma firmeza de propósitos e com uma assertividade que é de causar admiração a todos nós brasileiros. Por essa razão, observamos as pesquisas de opinião pública, que dão a ela uma sustentação e um apoio tão significativos e até recordes, para quem está nesses primeiros catorze meses de governo. Também quero saudar o pronunciamento da Presidente Dilma, ontem – embora eu não estivesse presente, pude acompanhar pela imprensa –, quando da posse da nova Presidente da Petrobras, tanto saudando a boa gestão de José Sérgio Gabrielli, quanto dando toda a força à agora nova Presidente Maria das Graças da Silva Foster, que recebeu um estímulo tão carinhoso desta Presidente, que sabe, como é o exemplo que ocorreu ali, motivar a sua equipe. Isto é muito importante para a pessoa que é a Chefe do Poder Executivo: saber motivar todos aqueles que estão sob a sua orientação. Essa é uma das qualidades formidáveis que foram detectadas pelo Presidente Lula quando sugeriu que ela fosse a sua sucessora. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que tem aqui transmitido as diretrizes e as boas-novas que a Presidenta coloca para as reuniões do Conselho Político. Eu gostaria ainda, Senador Romero Jucá, de lembrar que, dentre as proposições que neste semestre poderemos aqui examinar, está aquela referente à modernização da Lei de Licitações. Eu agradeço se V. Ex^a, depois, no momento apropriado, puder levá-la em consideração, já que houve um esforço grande sobre esse tema, por parte dos Senadores, em tempo recente. Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço ao Senador Suplicy o aparte.

Sem dúvida nenhuma, Senador Suplicy, a Presidenta Dilma sabe motivar a equipe, tem o comando da equipe e tem feito um grande governo. Aí estão os índices de pesquisa que demonstram o acerto da sua gestão e o compromisso dela com a sociedade brasileira. Portanto, a Presidenta Dilma só cresceu na avaliação durante o ano, exatamente fruto da respon-

sabilidade e da forma de governar, uma forma que encara as questões sociais, encara os desafios da infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, tem os olhos postados na responsabilidade fiscal e no controle dos gastos públicos.

Foi esse o enfoque que a Presidenta Dilma deu, hoje, na primeira reunião do Conselho. Ela agradeceu ao Congresso Nacional, agradeceu aos Senadores e Deputados pela aprovação de todas as matérias relevantes e importantes no ano de 2011. O Congresso cumpriu a sua parte. Nós fizemos aqui o que tínhamos que fazer, tanto que a pauta do Senado está em dia e não temos matérias atrasadas. A reunião foi extremamente positiva, pontuando a Presidenta que, a partir do mês de março, irá fazer reuniões com as bancadas dos partidos novamente, como fez no ano passado, exatamente para ouvir as bancadas e discutir com elas as propostas do Governo, para interagir efetivamente com a classe política mais de perto e poder fazer a sintonia fina do seu Governo, ou seja, melhorar ainda mais a atuação do Governo da forma como ela pretende. Então, foi uma reunião extremamente positiva, e nós estamos satisfeitos com o resultado dela.

Quero registrar também, assim como fizeram aqui diversos Senadores, a posse, ontem, da Dr^a Maria das Graças Foster na Presidência da Petrobras. Não estive presente, mas, sem dúvida nenhuma, desejo todos os votos e terei logo, logo, um encontro com a Dr^a Graça, como é chamada, exatamente para colocar à disposição o nosso trabalho, a nossa ação. Nós temos um compromisso com o Brasil, e o Brasil tem um compromisso de parte a parte com a Petrobras. A Petrobras é um órgão extremamente importante para o nosso País, é um dos carros-chefes do desenvolvimento e do investimento público. Sem dúvida nenhuma, merece uma gestão profissional.

O Presidente Sérgio Gabrielli fez um grande trabalho por quase seis anos à frente da Presidência da Petrobras. Realizou ações importantes, deu um salto qualitativo e quantitativo muito grande na empresa durante todo esse período e agora vai para outros projetos políticos. A Dr^a Graça assume, de forma a dar continuidade ao trabalho e implementar uma ação ainda mais forte.

Então, fica aqui o nosso aplauso à gestão do Dr. Sérgio Gabrielli e os nossos votos de que a Dr^a Graça, sem dúvida nenhuma, irá realizar um grande trabalho, preparada que é. Com as condições de conhecimento da casa que tem, com a experiência profissional e com o comando que tem, realizará um grande trabalho. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. E nós vamos, efetivamente, fazer a exploração do pré-sal, que irá trazer riquezas e felicidade para a sociedade brasileira.

Por fim, Senador Suplicy, quero registrar que já estamos elencando como prioridade a Lei das Licitações, cujo projeto será relatado por V. Ex^a. Sem dúvida nenhuma, este semestre será o período para nós discutirmos e aprovarmos essa matéria. Vamos fazer uma análise das proposições que ainda existem relativas a algum tipo de modificação, vamos sentar com V. Ex^a, vamos discutir essa questão e vamos preparar essa matéria para votação porque, sem dúvida nenhuma, precisamos modernizar a Lei de Licitações no Brasil, e esse projeto é um avanço. Com certeza, V. Ex^a vai poder relatar e, tenho certeza, vai poder aprovar esse projeto nos próximos meses aqui na Casa.

Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi aprovado hoje voto de pesar pelo falecimento do Dom Ladislau Biernaski, Bispo de São José dos Pinhais e Presidente da Comissão Pastoral da Terra. Se me permite, eu gostaria de também fazer uma breve menção, somando-me ao requerimento que o Senador Sérgio Souza, do Paraná, apresentou hoje.

Dom Ladislau Biernaski, nascido na cidade de Almirante Tamandaré em 24 de outubro de 1937, foi um sacerdote vicentino e bispo católico brasileiro. Foi bispo auxiliar de Curitiba e o primeiro bispo diocesano de São José dos Pinhais no Paraná. Estudou no Seminário Menor de São Vicente de Paulo em Curitiba e posteriormente em Araucária, para onde o seminário foi transferido. Fez o noviciado em Curitiba, junto à paróquia São Vicente de Paulo. Cursou Filosofia no seminário franciscano de Bom Jesus (1958-1959) e a Teologia no Studium Teologicum dos padres claretianos (1960-1963), ambos em Curitiba. Licenciou-se em Filosofia no Institut Catholique de Paris (1963-1965).

Retornando ao Brasil, foi diretor do Curso Clássico no Seminário São Vicente de Paulo em Araucária até 1968. Também foi professor de Filosofia na Conferência dos Religiosos do Brasil do Paraná e Superior do Seminário Menor de Araucária (1968-1975).

De 1975 a 1979 foi Provincial da Congregação da Missão e Presidente da CRB no Paraná (1977-1979). Atuou na pastoral vocacional da Arquidiocese de Curitiba.

Nos grandes momentos de tensão e de conflito envolvendo os movimentos sociais, Dom Ladislau

nunca se furtou em ficar do lado dos trabalhadores e trabalhadoras e a eles manifestar o seu apoio. No Paraná, Dom Ladislau sempre acompanhou as pastorais sociais, particularmente a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Carcerária. Foi Vice-Presidente Nacional da CPT de 1997 a 2003, e desde 2009 ocupava a presidência. Conhecido como o Bispo da Reforma Agrária, Dom Ladislau teve importante contribuição nos documentos sociais da CNBB que abordam o tema.

“A reforma agrária é aquilo que vai atacar na raiz a questão dos conflitos e a falta de paz no campo”. Com essas palavras, defendeu mais uma vez a reforma agrária durante o lançamento do relatório anual da CPT, em 2010, **Conflitos no Campo Brasil 2010**.

Como bem retratou Darci Frigo, coordenador da ONG Terra de Direitos:

Dom Ladislau foi presença marcante nas lutas sociais do Paraná e do Brasil. Homem simples, humilde, solidário, ecuménico e muito sábio, era um incansável defensor das causas dos pobres e marginalizados. Acolhia e era acolhido por eles. Sentia-se em casa no meio deles. Seu engajamento junto às pastorais sociais da Igreja Católica, como a CPT e a Pastoral Operária, e seu compromisso com os movimentos sociais revelam o lugar preferencial que escolheu para desenvolver sua missão de pastor.

Defendia a reforma agrária e a agricultura familiar camponesa como se fossem causas suas – e eram, por ser filho de camponeses e da Teologia da Libertação. Para ele, o latifúndio era a origem de desigualdades e das enormes injustiças no campo. Erguia sua voz para denunciar o trabalho escravo, a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e a criminalização de movimentos sociais. Acreditava e defendia a reforma agrária e a regularização fundiária como caminhos para garantir paz e justiça no campo brasileiro. Propôs e defendeu o que se chamou no Brasil de campanha pelo estabelecimento de um limite para a propriedade da terra no campo.

Descansou em paz por ter dedicado sua vida à luta pela justiça para os pobres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 13 de fevereiro, de Dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como a apresentação de condolências à sua família, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Comissão Pastoral da Terra.

Justificação

Dom Ladislau Biernaski, nascido na cidade de Almirante Tamandaré em 24 de outubro de 1937, foi um sacerdote vicentino e bispo católico brasileiro. Foi bispo auxiliar de Curitiba e o primeiro bispo diocesano de São José dos Pinhais no Paraná. Estudou no seminário menor de São Vicente de Paulo em Curitiba e posteriormente em Araucária, para onde o seminário foi transferido. Fez o noviciado em Curitiba, junto à paróquia São Vicente de Paulo. Cursou filosofia no seminário franciscano de Bom Jesus (1958-1959) e a teologia no **Studium Teologicum** dos padres claretianos (1960-1963), ambos em Curitiba. Licenciou-se em Filosofia no **Institut Catholique** de Paris (1963-1965).

Retornando ao Brasil, foi diretor do Curso Clássico no Seminário São Vicente de Paulo em Araucária até 1968. Também foi professor de filosofia na Conferência dos Religiosos do Brasil do Paraná e Superior do Seminário Menor de Araucária (1968-1975). De 1975 a 1979 foi Provincial da Congregação da Missão e presidente da CRB no Paraná (1977-1979). Atuou na pastoral vocacional da Arquidiocese de Curitiba.

Nos grandes momentos de tensão e de conflito envolvendo os movimentos sociais, Dom Ladislau nunca se furtou em ficar do lado dos trabalhadores e trabalhadoras e a eles manifestar seu apoio. No Paraná, Dom Ladislau sempre acompanhou as pastorais sociais, particularmente a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Carcerária. Foi Vice-Presidente Nacional da CPT de 1997 a 2003 e desde 2009 ocupava a presidência. Conhecido como o bispo da Reforma Agrária, Dom Ladislau teve importante contribuição nos documentos sociais da CNBB que abordam o tema.

“A reforma agrária é aquilo que vai atacar na raiz a questão dos conflitos e a falta de paz no campo”, com essas palavras, Dom Ladislau Biernaski defendeu, mais uma vez, a reforma agrária, durante o lançamento do relatório anual da CPT, no ano passado, **Conflitos no Campo Brasil 2010**.

Como bem retratou Darci Frigo, coordenador da ONG Terra de Direitos, Dom Ladislau foi “presença

marcante nas lutas sociais do Paraná e do Brasil. Homem simples, humilde, solidário, ecumênico e muito sábio. Era um incansável defensor das causas dos pobres e marginalizados. Acolhia e era acolhido por eles. Sentia-se em casa no meio deles. Seu engajamento junto às pastorais sociais da Igreja Católica, como a CPT e a Pastoral Operária e seu compromisso com os movimentos sociais, revelam o lugar preferencial que D. Ladislau escolheu para desenvolver sua missão de pastor.

Defendia a reforma agrária e a agricultura familiar camponesa como se fossem causas suas – e eram, por ser filho de camponeses e da Teologia da Libertação. Para ele, o latifúndio era a origem de desigualdades e as enormes injustiças no campo. Erguia sua voz para denunciar o trabalho escravo, a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e a criminalização de movimentos sociais. Acreditava e defendia a reforma agrária e a regularização fundiária como caminhos para garantir paz e justiça no campo brasileiro. Propôs e defendeu o que se chamou no Brasil de Campanha pelo estabelecimento de um limite para propriedade da terra no campo.

Descansou em paz por ter dedicado sua vida à luta pela justiça para os pobres”.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

Com a palavra, pela Liderança, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores jornalistas, hoje recebi a visita, aqui no Senado Federal, de uma ilustre comitiva do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – a arquitetura não pertence mais.

Os conselheiros estavam reunidos aqui no Confea, vinte e sete, e tiveram a gentileza de me visitarem em meu gabinete, para discutirmos o projeto que apresentei, cujo relator é o Senador Zeze Perrella, criando no Brasil a inspeção de edifícios com mais de 30 anos.

É uma preocupação que carrego pela profissão que exercei durante anos e anos da minha vida construindo edifícios e, depois, como professor de universidade na cadeira de Materiais de Construção.

A estrutura de concreto armado não é uma estrutura que garanta a estabilidade do prédio sem manutenção. O concreto é uma rocha artificial.

Nos primórdios, as pessoas iam a jazidas e traziam blocos enormes e, assim, construíam palácios e pirâmides. Mais tarde, o homem verificou que podia picar essa rocha e colá-la no local da obra, dentro de formas de madeira, para que tivesse a forma adequada para as cargas que iria suportar.

Então, essa rocha artificial, colada no local da obra – antigamente, com óleo de baleia e, no final do século XIX, com cimento, descoberto em Portland, na Inglaterra – é uma rocha artificial. Ora, se a rocha natural sofre desgastes – todo solo que existe na Terra é decomposição de uma rocha que existiu um dia –, o concreto também sofre, ele é uma rocha artificial, colada artificialmente. São milhões de fragmentos de rocha que são colados no local da obra.

É preciso que seja fiscalizado. Antigamente, no Brasil, há 50, 60 anos, nós não dispúnhamos da normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Recentemente, em São Paulo, em São Bernardo do Campo – vocês devem ter acompanhado –, caiu um setor, a laje do último andar. Ela parou no penúltimo andar e rompeu, foi para o outro andar e, a partir do quarto andar, já havia várias lajes, várias fatias, várias placas, e ela não parou mais, desceu direto, causando duas vítimas: uma criança e uma secretária.

A hipótese com que se trabalha para essa queda de um setor da laje – a laje é a placa, é o piso onde as pessoas colocam os móveis, onde as pessoas caminham – é de que um prédio antigo foi feito deixando um espaço para que se deixasse um pau de carga e por ali subisse o material para fazer todos os andares. No final se fecharia, colocando uma laje para cobrir os vãos.

As normas brasileiras dizem que, para fazer uma laje e engastá-la numa que já está pronta, é preciso que as barras de ferro façam o transpasse, proporcional ao diâmetro dessa barra, e que a emenda, também, seja feita conforme as normas, a 45°, para garantir que uma estrutura que já estava seca, que já estava curada, fique presa àquela que foi feita por último. Olhem, caiu a do último andar e caíram todas as emendas. É claro que essa estrutura, no último andar, sofreu mais desgaste do que as outras que estavam protegidas da intempérie. É claro que essa laje selou, e alguém que tivesse ido lá fazer uma inspeção poderia dizer: “Olhem, nós temos que olhar isso, nós precisamos investigar isso. As outras lajes não estão apresentando essa deformação. Então, nós temos que estudar isso”. E há hoje processos, equipamentos que determinam isso com precisão científica, que não deixam dúvida.

De tal maneira que perdemos uma vida, lamentamos, e trazemos uma insegurança enorme para a população porque fica habitando prédios antigos, com uma insegurança psicológica muito grande. Os que sobreviveram ao acidente ficaram traumatizados. Há uma arquiteta que eu conheço, chama-se Maureen, que escapou por pouco. Ela estava, salvo engano, no sexto andar. Perdeu tudo, seus computadores, seus móveis. O esposo também tinha, na mesma coluna, um consultório de pediatria. Ele não estava no gabinete, estava dando aula numa universidade próxima, mas a secretária faleceu. Agora, imagine se aquela laje tivesse rompido no momento do expediente, com o prédio lotado. É uma preocupação que eu tenho porque, na minha vivência de obra, muitas vezes verifiquei que os cálculos foram feitos erradamente.

Nós temos, no Brasil, 5.563 prefeituras. As prefeituras se encarregam, com seus arquitetos, de verificar se a obra tem os afastamentos laterais, frontais, se o prédio está dentro do gabarito, e se pode se construir aquela atividade econômica naquele setor. Mas não há uma prefeitura no Brasil que confira o cálculo estrutural, se aquela sapata está dimensionada para aquele solo, se as colunas, as vigas, as lajes, as escadas, os elevadores foram feitos, realmente, de acordo com as normas. A prefeitura não tem engenheiros calculistas e nem quer fazer isso, para não assumir, amanhã, um dano se aquilo romper. Portanto, todos os cálculos estruturais são feitos por engenheiros, que assumem o risco. Mas não há uma conferência.

Ora, obras antigas, obras de muitos anos atrás podem ter sido feitas com excesso de aço. Era uma coisa que as pessoas, no passado, achavam favorecer a estabilidade da estrutura. Trabalha ao contrário, porque quando ela passa a ser sobre carregada, em vez de romper pelo aço, que tem escoamento, que estica, que dá deformação à peça, ela rompe pelo concreto. É um desabamento iminente, não se nota. Ela cai. O aço não entra em escoamento e a estrutura já entrou em colapso. Essas coisas nos preocupam. São marqueses, edifícios, construções que estão envelhecendo neste País e precisam ser fiscalizadas.

Um engenheiro pode, numa simples manhã, levar ali o seu laudo e conferir se há recalques nas fundações, como, por exemplo, na praia de Santos. A gente fica na areia da praia de Santos, olha para os prédios e vê que estão todos recalados. Os prédios são todos tortos. Há ralos de cozinha, que foram feitos para receber o escoamento da água, que hoje estão na parte mais alta. Mas os prédios foram escorados, reforçados e não há risco de abalos. A mesma coisa precisa ser feita nas demais estruturas que houver no resto do País.

Numa manhã, um engenheiro pode ir e conferir se há recalque nas fundações, se há fissuras, se elas já progrediram para uma trinca ou se elas já estão no nível de uma rachadura, se há nas vigas ou nas lajes deformações excessivas.

E não é só isso. Precisamos conferir as instalações elétricas. Todos nós ainda trazemos na memória as trágicas imagens do prédio Joelma, todos nós trazemos.

Ora, a própria casa de máquinas, os exaustores, essas coisas precisam ser fiscalizadas.

Além do mais, esse projeto – e hoje conversei com o pessoal do Confea – traz outro benefício. Há prédios, nas nossas cidades, cuja arquitetura e o desenho dos seus escritórios, dos elevadores, dos corredores já não são mais aquilo que o mercado está procurando. Um jovem médico, um jovem engenheiro, um dentista querem ir para um prédio moderno, que tenha estacionamento, lanchonete, que tenha restaurante, que tenha ar-condicionado central, que tenha instalações de Internet, que tenha segurança.

Esse prédios antigos, na verdade, ficam alojando negócios muitas vezes inviáveis e as pessoas pagam pouco aluguel, pouco condomínio, a manutenção fica mais precária. E se amanhã um laudo de um engenheiro determinar que é preciso fazer um reforço, os proprietários verão que é muito mais viável encontrar um incorporador, aproveitar o terreno – que é um terreno espetacular no centro da cidade – e jogar aquilo no chão, fazer um prédio novo. Nós vamos renovar o panorama arquitetônico das nossas cidades! Aqueles prédios que caíram no Rio de Janeiro eram prédios cuja arquitetura estava completamente defasada, de sessenta anos atrás, e novas empresas, grandes empresas e jovens profissionais não vão se alojar ali.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Claro Senador Eduardo Suplicy. Com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, porque muitas vezes ouvi V. Ex^a, a sua experiência como missionário, como aquele que levou aos países da África a sua palavra, o seu testemunho e a sua contribuição. Mas, hoje, aqui, V.Ex^a trás a sua experiência e conhecimento na área de engenharia de uma maneira muito apropriada, mencionando os acidentes que ocorridos, de quedas de edifícios na Cinelândia, e também com os problemas havidos em São Bernardo, os que testemunhou em Santos e recordando ainda do incêndio no Joelma. Então, quero cumprimentá-lo por sua sugestão de apresentar um Projeto de Lei que, levando em conta essas tragédias, mais o seu conhecimento de engenheiro, e em diálogo,

inclusive, com os engenheiros do Conselho Federal, – o Confea, que V. Ex^a mencionou – aqui tendo a contribuição e as sugestões deles, certamente trás algo muito relevante em seu mandato como um Senador que representa bem o Estado do Rio de Janeiro. Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado Senador, eu fico muito agradecido com o seu apoio.

Esse projeto eu apresentei no ano passado, foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O Senador-Relator é o Senador Zezé Perrella, do Estado de Minas Gerais, e ele fez o seu relatório e nós estamos esperando o Senador Benedito de Lira pautar e nós podermos deliberar e votar.

Eu gostaria que ele tivesse sido aprovado no ano passado, porque eu acho que nós precisamos, como disse ao senhor, dar instrumentos às prefeituras para que ela digam: olha, você tem mais de 20. Eu queria a partir de 30 anos. O Confea apresentou ao Senador Zeze Perrella uma emenda para que seja a partir dos 20 anos, de cinco em cinco anos, a partir dos 30, de três em três anos, e a partir daí vai diminuir o prazo para fiscalização.

Nós podemos iniciar com 20 anos. Não vejo problema com isso, fiscalizar ou fazer um laudo em prédios a partir dos 20 anos de idade. O importante é que façamos, o importante é que tenhamos segurança nas habitações em que moramos.

De certa forma, veja, Senador Eduardo Suplicy, na Barra da Tijuca. Segundo levantamentos, o Rio de Janeiro hoje tem o imóvel residencial mais caro do mundo; o escritório comercial, no Rio de Janeiro, o metro quadrado mais caro do que em Nova Iorque, em Manhattan.

O senhor lembra, na Barra da Tijuca, quando um prédio inteiro desabou? Aquele prédio desabou por questões de cálculo. A estrutura não foi dimensionada para a carga. No dia em que as caixas d'água estavam cheias e todos os andares habitados, os pilares, na região da portaria, começaram a estourar, começaram a fletir. Como a estrutura foi calculada pelos métodos modernos, ela mandou aviso antes de ruir, as pessoas verificaram e saíram do prédio, foram todos, e o prédio desabou, num lamentável incidente que, inclusive, envolveu um deputado, um deputado com mandato, que na ocasião sofreu todo o tipo de, vamos dizer assim, questionamentos.

Mas é isso. Quer dizer, um cálculo errado. Quem conferiu esse cálculo? Ninguém. E foi errado. Eu vi a perícia, porque os engenheiros normalmente, como os prédios são simétricos, fazem um eixo, um eixo vertical, um eixo horizontal, dividem a estrutura em quatro,

calculam um lado, rebatem, e depois rebatem o outro. Exatamente para que se ganhe tempo com o cálculo estrutural. Esqueceu o engenheiro que o lado que ele havia calculado e rebatido não tinha varanda e não tinha caixa d'água. Uma fatalidade. Uma coisa que veio causar prejuízos enormes à população

À população que comprou um apartamento por um preço altíssimo, numa das regiões mais valorizadas do Rio de Janeiro.

Essas informações que trago à tribuna é para que os meus colegas, e sobretudo o público brasileiro, possam entender que o sonho da casa própria, o sonho do apartamento, não significa que a gente tenha o imóvel para a vida inteira. E para isso ele precisa de manutenção.

Toda estrutura de concreto é uma rocha artificial. Se as rochas naturais sofrem os processos de erosão que deram origem a todos os solos, imaginem o concreto, que é uma rocha artificial. Quem deve cuidar disso são os engenheiros. Eles são formados para isso e deverão agora se encarregar de preencher, no prazo determinado pela lei, esses laudos que poderão trazer tranquilidade para o nosso povo.

O Confea esteve aqui hoje, apresentou ao Relator algumas emendas. Mas, como não houve *quorum* na nossa Comissão, vamos votar isso logo após o Carnaval, mas já com emendas incorporadas pelo Relator, que vão aperfeiçoar o nosso projeto. Como é terminativo na Comissão, espero que, em seguida, na Câmara dos Deputados, tenha relevância.

Infelizmente, Senador Eduardo Suplicy, o projeto foi apresentado no ano passado e só ganhou pressa quando houve a comoção pública, social, devido às tragédias que nós todos amarguramos nesses últimos dias.

Mais do que nunca, precisamos dispor de um instrumento jurídico e legal para evitarmos que novas tragédias ocorram em nosso País, sobretudo com essas estruturas velhas. Quero ressaltar, antes de terminar, que há muitas obras públicas e privadas paradas, há muitos esqueletos que a justiça não sabe o que fazer e ficam aí apodrecendo ao tempo, com riscos de desabamento e de matar inocentes.

Com esse instrumento, a prefeitura vai pedir um laudo de estabilidade ao prédio, o engenheiro vai dizer que ali tem risco e a prefeitura poderá acionar a justiça, dizendo que temos que demolir ou aquilo vai cair na cabeça das pessoas.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o Senador Marcelo Crivella. Sobre a mesa, requerimento do PSB.

Temos a honra de comunicar a V. Ex^a a indicação da Senadora Lídice da Mata, PSB – Bahia, como Líder da Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa. Na oportunidade, renovamos a V. Ex^a nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Esse requerimento vem assinado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, Senador João Capiberibe, Senadora Lídice da Mata e Senador Rodrigo Rollemberg.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 8/2012-GLPS

Brasília, 13 de fevereiro de 2012

Assunto: Comunicação da indicação da Líder do Partido Socialista Brasileiro – PSB

Senhor Presidente,

Temos a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação da Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) como Líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares** – Senador **João Capiberibe** – Senadora **Lídice da Mata** – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Também sobre a mesa, da Senadora Lídice da Mata:

Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a a indicação do Senador Antonio Carlos Valadares, PSB/Sergipe, como Vice-Líder da Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 9/2012 – GLPSB

Brasília, 13 de fevereiro de 2012

Assunto: Comunicação da indicação do Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro – PSB

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) como Vice-Líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Senadora **Lídice Da Mata**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como Senador inscrito, o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, é com alegria que volto a ocupar a tribuna na sessão de hoje, justamente para tratar de assuntos da política, principalmente porque estive no final de semana no Estado do Acre.

Estivemos acompanhando as discussões relacionadas aos temas que estão em pauta lá no Estado, principalmente uma constante queda de energia que tem gerado um desconforto grande para os consumidores, e também a situação criada com a saída da Gol, que deixou de fazer o seu vôo direto de Brasília para Rio Branco e de Rio Branco para Brasília.

Esse assunto já foi trazido aqui pelo Senador Jorge Viana, que apresentou inclusive um requerimento para uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, justamente porque está havendo algo que é considerado uma afronta para o usuário, para o consumidor acreano, que, hoje, se tiver que fazer uma reserva pela Gol para chegar a Rio Branco, tem que fazer um giro ou por Manaus ou por Belém, de tal maneira que se sair de Rio Branco a uma da manhã, vai chegar em Brasília só ao meio dia. E indo de Brasília para Rio Branco, tem que fazer esse trajeto,

Indo de Brasília para Rio Branco, tem que fazer esse trajeto por Belém ou Manaus, de tal maneira que gera um desconforto sem tamanho.

O Senador Jorge Viana, acertadamente, propôs uma audiência pública chamando todas as empresas aéreas, com o seguinte princípio: se aquela linha se tornou inviável para a Gol, é importante que a Gol renuncie essa linha para que outras empresas possam entrar. Ela não pode reter a linha e querer impor ao usuário acreano, ao consumidor acreano, às pessoas que precisam se dirigir ao Acre essa maratona. Ao mesmo tempo, simultaneamente, como se fosse uma ação combinada, a Gol retirou a linha e a TAM elevou o preço das passagens. Uma passagem aérea hoje, de última hora, para ir de Brasília a Rio Branco e de Rio Branco a Brasília, está custando mais de R\$6 mil. Não tem, acho, nenhum trecho, nenhuma distância no Brasil hoje que esteja a passagem custando esse preço, um valor tão elevado.

Nesse sentido, quero me somar aqui ao esforço do Senador Jorge Viana, que fez a apresentação desse requerimento, e me solidarizar com todos os usuários desse serviço, que é um serviço essencial. Não tem outro meio de fazer um percurso tão longo, em tempo hábil, que não seja pela via aérea. Nesse sentido, a proposição do Senador Jorge Viana ganha total relevância.

Venho aqui justamente me somar ao esforço do Senador Jorge Viana. Sei que outros integrantes da Bancada do Acre, a Deputada Perpétua, o Deputado Sibá Machado... Amanhã mesmo vamos ter uma reunião de bancada. Essa reunião de Bancada do Acre, amanhã, vai definir a nova coordenação da bancada, porque meu período de responsabilidade na coordenação termina agora, e a gente vai fazer uma reunião, amanhã, para fazer a transição para o novo coordenador da bancada. Pretendo, juntamente com os demais Parlamentares, também adotar uma posição conjunta da Bancada federal do Acre em relação a esse problema. Já estivemos reunidos com dirigentes da TRIP. Eles têm disposição de trabalhar na entrada também dessa linha. Outras empresas também têm essa disposição, mas parece que tem uma limitação porque há uma, digamos, reserva de mercado dessas linhas. Nesse caso, a gente vai ter que fazer um tipo de pressão forte.

Acredito que essa audiência pública convocada pelo Senador Jorge Viana, que vai acontecer na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle será muito oportuna para a gente pôr a limpo todas essas questões.

Ao mesmo tempo, tenho certeza de que na reunião da Bancada Federal do Acre, amanhã, vai ser tomada também uma atitude de conjunto. Nesse sentido, eu tenho certeza de que a Bancada vai estar unida para defender os interesses dos usuários acreanos.

Em relação à questão da energia elétrica, a que me referi, há uma reclamação muito grande no Estado do Acre em relação à Eletroacre, principalmente porque, depois que se estabeleceu o Linhão, as interrupções têm acontecido com certa freqüência e as respostas não têm sido dadas de maneira convincente.

Hoje mesmo ouvi, de cidadãos lá em Rio Branco, que o Presidente Lula fez o mais difícil, levou o Luz para Todos às localidades mais difíceis, levou a estrutura toda, fez a luz chegar às comunidades mais isoladas. No entanto, na parte do fornecimento, estamos tendo essa falha terrível por parte dos organismos responsáveis por gerar essa energia ao usuário.

Eu gostaria também de fazer menção aqui ao ato que aconteceu ontem à noite em Rio Branco. Foi um ato de comemoração dos 32 anos de existência do Partido dos Trabalhadores. Havíamos participado aqui, com a presença da Presidenta Dilma, da comemoração nacional, que aconteceu em Brasília, na última sexta-feira. Foi um ato muito importante, porque fez um resgate da história política recente, da contribuição que o Partido dos Trabalhadores deu para a democratização do Brasil e todo o combate estabelecido nos últimos 32 anos tanto no sentido de apresentar proposições, de fazer um bom combate, quanto no sentido de gerir

políticas públicas, para mudar para melhor a vida do povo brasileiro e, no nosso caso, do povo acreano, que também tem uma experiência bastante alongada de convivência com o Partido dos Trabalhadores na gestão do Estado.

Então, no ato aqui em Brasília, do qual participamos, teve um momento muito forte, a homenagem póstuma a Apolônio de Carvalho, que teve a honra de ser o primeiro filiado do Partido dos Trabalhadores, teve a primeira ficha de filiação registrada no Tribunal Regional Eleitoral. Ele teve o momento de homenagem póstuma, um quadro bonito, recebido pela sua esposa, a viúva do Sr. Apolônio de Carvalho, Srª Renée de Carvalho, que recebeu exatamente a ficha de filiação, posta num quadro de maneira muito bonita.

Ela fez uma fala uma bonita, realçando o quanto essa homenagem foi justa, porque Apolônio de Carvalho foi um grande combatente no Brasil, na Espanha e também na França; um defensor das liberdades, um defensor dos sonhos e um dos grandes contribuintes para que o Partido dos Trabalhadores tivesse a maturidade que teve e chegasse aonde ele chegou.

Lá no Acre nós fizemos, ontem, um ato muito bonito. E algo que me chamou bastante a atenção foi exatamente a vinda de jovens para se filiarem ao Partido dos Trabalhadores, aderindo a um chamamento nacional, que é o chamamento no sentido de que a sociedade deve se mobilizar, deve participar da vida política do País, porque se as pessoas se mantiverem distantes da política, pensando que dessa forma vão estar imunes a estarem participando da política, não; elas estarão participando, sim, e da pior maneira, porque estarão participando com a sua omissão.

E lá no ato, em comemoração aos 32 anos do Partido dos Trabalhadores, que aconteceu em Rio Branco, teve um momento muito forte que foi exatamente o momento da filiação de jovens, pessoas também de bastante maturidade, entrando para a vida partidária, para a ação política partido-partido. Isso foi algo muito interessante para todos nós, porque nós, que acompanhamos a trajetória do Partido dos Trabalhadores nesses 32 anos, percebemos o quanto a política tem sido desmerecida pelos meios de comunicação e pelos formadores de opinião.

Então, é muito difícil a gente convencer um jovem a aderir a política, porque falar de política é como se fosse algo ruim, e isso distancia o jovem da política. Fizemos inclusive uma fala de parabenização aos novos filiados e um apelo no sentido de que os jovens não se distanciem da política; aproximem-se da política e identifiquem, na medida do possível, os que fazem a boa política e aqueles que são problemáticos para fazerem o devido distanciamento dos maus exemplos.

Mas, os bons exemplos têm de ser seguidos. E estamos vivendo um momento muito oportuno da política nacional com a nossa Presidenta Dilma, que teve a sua avaliação muito positiva, no seu primeiro ano de governo. Também, da mesma forma, os oito anos do Presidente Lula foram anos de muitos avanços, de muitas conquistas, todos como fruto da mobilização nacional que aconteceu em torno do Partido dos Trabalhadores e do arco de alianças que mantêm a governabilidade tanto do Presidente Lula quanto da Presidente Dilma.

De tal forma que fico muito feliz e na responsabilidade de fazer o registro desse momento importante que aconteceu lá em Rio Branco, que contou também com a presença do meu companheiro, Senador Jorge Viana, que esteve conosco e que teve um momento muito importante de uma palestra em que pôde falar sobre os novos sonhos e novas utopias que temos que alimentar. Porque, como disse Apolônio de Carvalho, uma vida sem causa é uma vida sem sentido. E nós temos que convencer os jovens a aderir às novas causas e às novas lutas e a virem para a política, porque é participando da política que vamos construir o Brasil dos nossos sonhos.

Gostaria, para encerrar, Sr. Presidente, de fazer uma referência ao artigo escrito por Eliane Cantanhêde, domingo, na *Folha de S.Paulo*. Ela fez um retrato muito fiel da entrevista concedida pelo jovem Vitor Soares Cunha, que também foi entrevistado no Fantástico. Esse jovem teve a coragem de fazer o confronto a cinco agressores de um morador de rua. Cinco jovens agrediram um mendigo e o jovem Vitor Soares Cunha teve a coragem, a ação humana, a solidariedade de intervir para que não continuasse aquela agressão. Resultado: os agressores se voltaram contra ele, que acabou sofrendo muitos ferimentos, sendo submetido à cirurgia para implantação de placas de platina no rosto; 63 pinos foram implantados em seu rosto para recompor os ossos quebrados e ele está com o movimento do olho esquerdo comprometido. Não se sabe se ele vai recuperar completamente o movimento do olho esquerdo. E a jornalista Eliane Cantanhêde fez um relato emocionado, dizendo que sua filha havia chorado ao ver a entrevista desse jovem.

Eu achei que tinha que fazer menção a esse jovem. Por quê? Porque ele agiu como um verdadeiro cidadão, como um herói, na realidade. Mas, ele não quis aceitar a identificação de herói. Pelo contrário, ele diz que fez o que qualquer pessoa solidária, qualquer pessoa que se sentisse ofendida por uma agressão, por uma injustiça faria. Ele disse, em entrevista, algo que muito me chamou a atenção.

Ele disse que, pelo menos, uma, duas, três pessoas vão pensar alguma coisa, vão ensinar para os

seus filhos, porque não adianta pensar que uma atitude apenas vai mudar o mundo, mas pequenas coisas vão mudando a vida.

A Eliane Cantanhêde termina fazendo uma reflexão muito interessante: não adianta apontar a culpa para o governador, para o prefeito, para o presidente ou para as autoridades. Temos que fazer tudo isso, cobrar das autoridades, mas também temos de fazer uma reflexão profunda sobre qual a educação que estamos dando para os nossos filhos. Precisamos construir uma educação fortemente voltada para a cultura de paz, porque esses atos de violência, esses atos de insanidade que têm acontecido precisam ter um basta.

E o exemplo desse jovem, Vitor Soares Cunha, é algo que temos de fazer chegar ao conhecimento do maior número possível de brasileiros, para dizer que esse é o caminho correto, o caminho da solidariedade, e tentar dar um jeito para fazer com que saia de pauta esse espírito de violência que tem estado presente no meio da juventude.

Infelizmente, são jovens de boa família, jovens de boa estrutura, jovens que estudam em boas escolas, mas que, do nada, surge esse espírito de violência que gera tanta insegurança e causa tantas vítimas. Atitudes absolutamente intolerantes, que não condizem com o espírito do povo brasileiro.

Então, quero aqui cumprimentar a jornalista Eliane Cantanhêde pelo artigo, pela profundidade do artigo, pela reflexão que ela traz e também cumprimentar o jovem Vitor Soares Cunha. Um jovem de 21 anos, estudante de engenharia, que quase perdeu a vida em um gesto de total solidariedade a um morador de rua.

Os meus cumprimentos a esse jovem.

Espero que o seu exemplo sirva não só para aquelas duas ou três pessoas a que você se referiu em sua entrevista, Vitor; mas que sirva para milhões de brasileiros, que possamos fazer ganhar força no Brasil a cultura de paz, e não a cultura de violência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço pela atenção e pelo tempo concedido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Ex^a poderia me inscrever pela Liderança do PSOL?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Moka, Srs. Senadores, estamos reiniciando

nossos trabalhos legislativos e, já na primeira semana – semana passada –, eu disse aqui que aprovei dois projetos, um deles na Comissão de Educação, o PLS 153, de 2010, que teve como relator o nobre Senador Vicentinho Alves, do Tocantins. Esse projeto, o PLS 153, fez uma homenagem reconhecendo o trabalho de um grande homem público do meu Estado, Senador Moka, o Estado do Pará, cujo exemplo, certamente, deve inspirar a todos nós.

Todos os brasileiros conhecem a Usina Hidrelétrica de Tucuruí – a maior usina hidrelétrica genuinamente nacional, porque Itaipu é binacional – e as suas eclusas, que representam uma luta de trinta anos dos paraenses e que foi inaugurada, Senador Randolfe, em 2010. Fiz, no dia da inauguração, aqui da tribuna do Senado Federal, um elogio ao Presidente Lula, que concluiu a obra. Concluiu na verdade em parte, mas esse é um tema a que retorno ao final deste pronunciamento.

Hoje, pouco é dito sobre a luta de alguém que foi incansável em levantar essa bandeira. Falo do Senador, Deputado Federal, fundador e presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) durante 40 anos seguidos, além de presidente do Banco de Crédito da Amazônia, hoje Banco da Amazônia, o saudoso Gabriel Hermes Filho.

Ainda na década de 1980, como representante do Pará no Senado, Gabriel Hermes Filho se insurgiu contra a posição do Governo Federal de fazer a barragem e não construir as eclusas.

Inúmeros projetos de lei, Senador Moka, tramitaram no Congresso Nacional, inclusive um de minha autoria, impedindo que se construam novas barragens nos rios brasileiros que são navegáveis e não se façam, ao mesmo tempo, as eclusas para que se mantenham a naveabilidade desses rios. Mas lamentavelmente esses projetos não têm guardadas aqui no Legislativo e eles não caminham, e continuam se fazendo barragens sem eclusas.

No rio Tocantins, exemplos continuam acontecendo, como Lajeado, no Estado de Tocantins.

Em função de sua luta, o governo da época resolveu deixar no paredão de concreto uma abertura por onde passariam o canal das eclusas, colocando lá um *stop log*. O que é um *stop log*? Uma tampa de aço para conter as águas enquanto não fosse feito o canal. Sem essa abertura as eclusas simplesmente não existiriam.

Infelizmente, o Senador Gabriel Hermes não está mais conosco para presenciar o resultado de sua luta. Ainda em 2010, quando da inauguração pelo Ex-Presidente Lula das eclusas, apresentei um projeto que empresta seu nome à eclusa de Tucuruí, para que

com essa homenagem sua memória seja preservada e sua luta sirva de inspiração a todos os paraenses.

O projeto evidentemente não mexe com o nome da Usina da Hidroelétrica de Tucuruí, que tornou o Município conhecido em todo o mundo. Refere-se apenas às eclusas. O projeto seguirá para a Câmara dos Deputados e agradeço desde já pela sensibilidade dos nobres colegas do Congresso para aprovar a proposta.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar sobre as eclusas e lembrar o fato de que ela não está operando em sua plenitude. Já abordei esse assunto diversas vezes aqui nesta tribuna. Já estive, junto com a bancada do Pará, liderada pelo Governador Simão Jatene, com o Ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos no dia 20 de setembro de 2010. Esse mesmo grupo esteve com a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, no dia 15 de dezembro de 2011. Já se passaram 61 dias desde a última reunião, quando nos foi prometida uma solução para o caso. Porém, hoje é dia 14 de fevereiro e não tivemos nenhum retorno.

Nas reuniões, fomos tratar da urgente necessidade de ser realizada a obra de derrocamento do chamado Pedral do Lourenço. Desde 2010 – e antes mesmo da inauguração das eclusas – estamos alertando para o fato de que a obra não estava completa. Não era só preciso inaugurar as eclusas; era preciso fazer o derrocamento do Pedral do Lourenço. Caso contrário, o rio não fica navegável por todo o ano. A eclusa não será utilizada por 365 dias do ano; ficará meia eclusa.

Aliás, o Pedral do Lourenço é apenas uma das quatro obras que técnicos do próprio Ministério dos Transportes apontam como fundamentais para a efetiva infraestrutura necessária para a implantação do Polo Industrial de Marabá, que vai propiciar a tão sonhada verticalização do potencial mineral do Estado do Pará, e para a navegabilidade do rio Tocantins. Sim, pois sabemos que a Vale está construindo uma siderúrgica, em passos lentos, mas está construindo, naquela região, e temos dezenas de outros investimentos, todos comprometidos se a infraestrutura não for garantida, algo que o Governo do Ex-Presidente Lula prometeu, e a atual Presidenta Dilma Rousseff endossou e se comprometeu com o povo do Pará.

A região necessita, segundo técnicos do Governo Federal, de pelo menos quatro obras: 1) Alteração do traçado da BR-230, a Transamazônica, limítrofe à Área Industrial da ALPA; 2) Porto do Distrito Industrial de Marabá; 3) Derrocamento do Pedral do Lourenço; e 4) Dragagem do rio Tocantins.

Srs e Srs Senadores, somente com essas quatro obras a região poderá receber o chamado complexo industrial de Marabá. São simplesmente indispensáveis para que a região possa abrigar grandes projetos que

irão trazer a transformação de toda essa grande região do sul e sudeste do nosso Estado, do querido Estado do Pará. E utilizar, sem sombra de dúvida, com essas quatro obras, o competitivo transporte fluvial, através do rio Tocantins e das eclusas de Tucuruí.

Com o crescimento de um polo industrial na região, estaremos contribuindo para a geração de empregos qualificados, renda verticalizada nos diversos níveis do investimento, especialmente de prestadores de serviço da própria região e redução da desigualdade regional com forte inclusão do conceito de sustentabilidade.

Apenas para deixar claro, para todos os parâmetros, repasso mais informações sobre essas obras.

Porto de Marabá. A obra é necessária para movimentação das cargas do futuro Distrito Industrial que será implantado limítrofe ao complexo siderúrgico, com previsão de grande movimentação de cargas em containers, principalmente das dezenas de empresas que terão seus trabalhos integrados à ALPA. Além, evidentemente, dos transportes à granel dos minérios, que serão escoados de Carajás. Tem como estimativa de investimentos um total de R\$125 milhões, composta por porto com cais em concreto estaqueado, área de retro-porto alfandegada, pontes metálicas, flutuantes, sistemas de acostagem e transtainers. Verificamos a Lei Orçamentaria Anual de 2011 e de 2012. Verificamos na seguinte área: despesa e execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Setor de Infraestrutura: Ministério dos Transportes. Lá, encontramos o seguinte: Construção de terminal de cargas multimodal em Marabá. Dotação Inicial: R\$12,7 milhões. Empenhado pelo Governo: zero. Na LOA de 2012 ocorre exatamente o mesmo: zero.

Derrocamento do Pedral do Lourenço. Fez parte do acordo entre o Governo Federal e os Investidores da Siderúrgica de Marabá. É uma obra indispensável para a movimentação das cargas através de comboios fluviais de grande porte, do complexo da ALPA, até o Porto de Vila do Conde, local do transbordo de navios, tanto para entrada de carvão mineral, como para saída dos produtos manufaturados. No projeto do Polo Industrial de Marabá, está prevista a utilização da hidrovia do rio Tocantins o ano todo, em qualquer situação de nível d'água, havendo uma previsão inicial de movimentação de 4 milhões de toneladas de carga/ano evoluindo em 3 anos para 6 milhões de toneladas de carga/ano. Com investimentos previstos em R\$350 milhões, de acordo com projeto realizado pela Universidade Federal do Pará, está em fase de licitação pelo Dnit. Porém, segundo o próprio Governo Federal, a licitação está suspensa, a obra foi retirada do PAC 2

e aguardamos desde dezembro uma resposta do Ministério, como disse no início deste pronunciamento.

Dragagem do Rio Tocantins: a obra é necessária para movimentação dos comboios de grande porte, tanto à montante da barragem de Tucuruí próximo à Marabá, incluindo acessos ao porto e área de manobra, como à jussante da barragem principalmente na época de níveis mínimos de água liberada, quando se faz necessário a navegação pelo canal principal do rio Tocantins. Hoje, como sabemos, é estreito e assoreado. Próximo à foz são necessárias obras de derrocamentos localizados.

Os custos previstos para calado de navegação de quatro metros, é de aproximadamente R\$215 milhões, incluindo sistemas eletrônicos de navegação. Também neste valor está incluso financiamento à Marinha do Brasil para execução de novas cartas náuticas abrangendo o rio Tocantins de Marabá até sua foz e as áreas de navegação que beneficiarão o Porto de Vila do Conde e a Barra Sul.

Alteração de Traçado da BR-230, próxima à Área Industrial da ALPA. Esta obra também fez parte do acordo do Governo Federal com os investidores, como contrapartida ao formidável investimento que será realizado. A obra não foi incluída no PAC, sob responsabilidade do Dnit para aprovação de projeto e licitação de obra. Tem uma previsão de aproximadamente R\$70 milhões, incluídos, além do contorno próximo à área da siderúrgica, o benefício aos assentamentos do Incra e o acesso ao novo porto público de Marabá, que irá servir ao Distrito Industrial.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Senador Moka, são quatro obras da maior importância, nada muito fabuloso como o sonho do trem-bala ou algo do gênero. São obras de infraestrutura básica, com custo relativamente baixo, em comparação com os outros investimentos em curso do Governo Federal, mas de alta importância e significação para o Estado do Pará, em especial para o sul e o sudeste do nosso Estado. É um custo que, certamente, trará ganhos para o Brasil, para os brasileiros paraenses. Presidenta Dilma, lembre-se dos brasileiros que estão no Estado do Pará e dos compromissos de campanha que V. Exª assumiu quando lá esteve.

Eu faço um pedido aqui, da tribuna do Senado Federal, à Ministra Miriam Belchior. Ela recebeu, com fidalguia, em seu gabinete, o Governador Simão Jatene e a bancada federal suprapartidária do Estado do Pará, lá atrás, como me referi, ainda em 2011. Ela disse a todos nós que o Governo Federal não tinha desistido das obras a que me referi, em especial do derrocamento do Pedral do Lourenço, que continuava revendo o orçamento, que continuava insistindo que

a Companhia Vale deveria fazer aquele investimento, que até o final de janeiro deveria concluir a revisão do orçamento, que voltaria a convidar o Governador Simão Jatene e a Bancada do Estado do Pará para uma nova reunião e que anunciaria a todos nós e a todos os paraenses que decisão a Presidenta Dilma, por meio da Ministra Miriam Belchior, anunciaria aos paraenses com relação a essas obras tão importantes para o desenvolvimento do nosso Estado.

Então, eu quero pedir à Ministra Miriam Belchior que, tão logo passem estas semanas – esta e a próxima, a do carnaval –, terminados os feriados de carnaval, agende para receber o Governador Simão Jatene e a Bancada do Estado do Pará, a fim de que retomemos aquela conversa que tivemos ainda em 2011. E tão logo termine a fase invernal, que possamos dar a boa notícia ao Estado do Pará, com a liberação do edital de licitação tanto para o derrocamento do Pedral do Lourenço como para a dragagem, a jusante e a montante do rio Tocantins, com relação às eclusas e a outras obras que são importantes, como o desvio da Transamazônica e o porto de Marabá.

Para encerrar, Sr. Presidente, também quero festear aqui a aprovação, ainda na semana passada, de outro projeto de minha autoria, que é muito simples. Trata-se do PLS nº 492, de 2007, que teve como Relator, Senador Randolfe, para honra minha, o Senador Francisco Dornelles, que é o professor de todos nós nessa questão tributária e fiscal. O projeto permite a compensação, sem nenhuma burocracia, tanto pela empresa como pelo contribuinte, pessoa física, de créditos e débitos no âmbito da Secretaria da Super Receita. Se uma empresa ou um contribuinte tem créditos junto ao Imposto de Renda e débitos junto à Previdência, ele pode fazer a compensação automática entre os dois órgãos. Isso será possível em face da unificação das receitas que nós aprovamos em 2006, com a chamada Super Receita. Então, não existe...

(*Interrupção do som.*)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não existe mais qualquer motivo para que seja vedada a compensação de tributos federais com contribuições previdenciárias, já que ambas são de responsabilidade do mesmo órgão: a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Com a nossa proposta, o contribuinte poderá apresentar uma “declaração de compensação” e, através dela, relacionar seus créditos e fazer a devida compensação com o débito previdenciário.

Fico satisfeito porque esse projeto estava parado desde 2007, quando o apresentei.

Na CCJ, o Líder do Governo, Romero Jucá, se posicionou e, mesmo com orientação contrária do Governo, liberou a base do Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... para que votasse favoravelmente, e o projeto vai ter andamento normal.

Espero que ele seja, então, aprovado na Câmara dos Deputados e sancionado pela Presidenta Dilma, porque não há mais nenhuma motivação para que não seja dada ao contribuinte brasileiro a oportunidade de fazer essa compensação, já que a instituição da chamada “Super-Receita” – entre aspas – já está há cinco ou seis anos instalada aqui por lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o último inscrito, pela liderança, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Caríssimo Presidente, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, todos que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pelo TV Senado, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, suscitar aqui um tema que tem sido recorrentemente tocado nesta tribuna pela Bancada de Senadores do Amapá, que é o tema da situação da nossa Companhia de Eletricidade do Amapá.

Mais uma vez, eu trago as preocupações sobre a situação da Companhia de Eletricidade do Amapá e, mais uma vez, reafirmo que esse é um tema que tem mobilizado organizações, segmentos públicos e privados amapaenses que compreendem que o direito constitucional a uma vida digna, ao desenvolvimento e ao pleno exercício das atividades que asseguram atividades produtivas envolve educação, cultura, segurança pública, comunicação, mas envolve também, em especial, o acesso a energia elétrica.

É desnecessário afirmar que na atual sociedade, o funcionamento da maioria das atividades do Governo, da iniciativa privada, das organizações sociais e das atividades domésticas depende do fornecimento de energia elétrica. Por isso é urgente. E chega a causar perplexidade que nós não tenhamos, até agora, conseguido viabilizar um meio termo com o Ministério das Minas e Energia para a resolução da dramática situação da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá.

Essa questão não pode ser tratada, única e exclusivamente, como mera questão jurídica, como já suscitei aqui outras vezes. É, em especial, uma questão

política. E quero apresentar os aspectos pelos quais destaco que essa é, em especial, uma questão política.

A situação de insolvência da empresa foi levada a cabo por quase uma década de gestão temerária à frente da Companhia de Eletricidade e foi assistida de forma impassível pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pelo próprio Ministério das Minas e Energia.

Ora, a intervenção para impedir que a dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá chegasse ao absurdo de um bilhão e seiscentos milhões de reais, essa providência deveria ter sido tomada pelo Ministério das Minas e Energia, pelo menos, cinco anos, sete anos atrás.

O Ministério das Minas e Energia não pode penalizar agora, hoje, o Estado do Amapá por uma dívida em relação à qual o próprio Ministério não tomou providência de sanar nos últimos anos.

Sáudo o Senador João Capiberibe, que tem destacado este assunto aqui na tribuna. E quero me referir, Senador Capiberibe, a um pronunciamento que o senhor fez aqui, na semana passada, em relação a esse tema.

Em discurso, semana passada, o Senador Capiberibe destacou que a não incidência de multas quanto às obrigações entre as pessoas jurídicas de direito público, a impossibilidade disso pode significar redução de, pelo menos, R\$100 milhões nessa dívida que envolve a Companhia de Eletricidade do Amapá.

Como V. Ex^a mesmo já destacou, Senador Capiberibe, ocorre que o Ministério das Minas e Energia busca agora, rapidamente, sanar um mal em relação ao qual ele foi omisso. Ora, a dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá se avolumou no decorrer da última década. No decorrer desse tempo, não houve qualquer providência por parte do Ministério das Minas e Energia. O Ministério poderia ter tomado providência mais efetiva, poderia ter intervindo junto à Companhia de Eletricidade do Amapá, poderia ter afastado a direção da Companhia, mas nada disso ocorreu.

Agora, o Ministério das Minas e Energia coloca para o povo do Amapá o seguinte dilema: “Ou vocês perdem a concessão pública da distribuidora de energia elétrica” – que é a Companhia de Eletricidade do Amapá –, “ou vocês e as gerações futuras vão ter de pagar uma dívida de R\$2 bilhões”, valor total da dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá hoje.

Para o Amapá, é impossível aceitar a proposta apresentada pelo Ministério, de empréstimo do BNDES, porque se trata de uma dívida que prejudica injustamente as gerações futuras; prejudica injustamente o Amapá e os recursos futuros do Erário do Estado.

Portanto, é urgente a solução para essa questão, é urgente encontrar, entre a decretação de caducida-

de e o pagamento da dívida – o que, claramente, está oferecido como dilema para nós amapaenses –, entre essas duas alternativas, um meio-termo.

Quero acreditar, Senador Capiberibe, Senador Moka, que é possível um meio-termo porque quero fazer um paralelo entre essa dívida da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá e a votação de uma matéria aqui no plenário deste Senado, no ano passado, relativa às Notas Reversais de Itaipu.

Ano passado, o Senado apreciou o relatório, apresentado brilhantemente pela Senadora Gleisi Hoffmann, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011, que levou à aprovação do texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmado em 1º de setembro de 2009.

Nessa matéria, não só votei favoravelmente como a defendi, aqui desta tribuna, porque achava, acho e comprehendo que estávamos fazendo justiça a uma nação irmã que destruímos, no decorrer do século XIX, com uma guerra genocida contra o povo paraguaio

E contra a soberania paraguaia. Uma guerra que o Brasil dela participou incentivado pelo imperialismo britânico. Fiz questão de, aqui desta tribuna, defender a aprovação da reversão, da modificação das notas reversais de Itaipu; fiz mais ainda, Senador Capiberibe, fiz questão de votar favoravelmente e sustentar que aquela votação era uma justiça histórica com nossos irmãos, vizinhos, paraguaios.

Mas veja, a revisão daquele tratado, ratificado por esta Casa, representou um gasto adicional para o Orçamento da União de US\$240 milhões por ano, o equivalente a atuais R\$400 milhões. Alguns acusaram aqui de ser crime contra a pátria brasileira, de ser favorecimento ao Paraguai. Nós muito bem, nós aqui sustentamos a necessidade de defender que estaríamos fazendo justiça com aquela votação, e foi por essa razão que essa matéria foi aprovada pelo voto da maioria dos Senadores desta Casa.

É impossível não fazer um paralelo das duas questões. Ora, em quatro anos da vigência da nova remuneração das notas reversais de Itaipu, nós pagaremos ao Paraguai, pela energia transferida, o mesmo montante global da dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá com a Eletronorte. A dívida hoje atualizada é de R\$1,551 bilhão até fevereiro deste ano.

Então, a primeira pergunta a ser feita. Se foi possível fazer essa justiça histórica com um irmão nosso, com um vizinho nosso, reparar essa injustiça cometida historicamente contra os irmãos paraguaios, por que a mesma União vai penalizar um filho seu, um ente da federação brasileira, o Estado do Amapá? Da mesma

forma que foi possível, que foi necessário fazer justiça ao Paraguai, da mesma forma é possível e necessário fazer justiça. Se a União foi justa com um irmão, por que ela não pode ser justa com um filho seu, com o Estado do Amapá, fazendo, repito, Senador Capiberibe, R\$1,551 bilhão. Em quatro anos, o que vamos pagar para o Paraguai – ou seja, será mais de quatro anos, será para a vida toda – corresponde ao total da dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá.

Ouço, com muito prazer, Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, realmente, essa questão da Companhia de Eletricidade do Amapá reflete um comportamento dos gestores públicos deste País. Cometem todo tipo de desatino, enterram as empresas públicas, saqueiam as repartições públicas e fica tudo na impunidade. O caso da CEA é patético. Mostrei aqui os dados na semana passada. Acho que solução há. Tem mais uma informação que gostaria de dar. A Aneel recomendou a caducidade da CEA em 2007. Ora, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, cinco anos depois e não se tomou nenhuma providência. Se decretou a caducidade é porque a empresa já ia muito mal. E a Aneel tem condições de monitorar o desempenho das empresas públicas e privadas de eletricidade do País. A CEA ia muito mal e, infelizmente, as providências não chegaram. Agora – e não é de repente – ainda continua dilatando os prazos. Não se senta para discutir. Não há um debate. Não se cria alternativas para resolver o problema. Tenho aqui um termo de reconhecimento e parcelamento de débitos entre a CEA e a Eletronorte. Isso aqui é de 1999. Já falei que quando fui governador concordei em suspender alguns pagamentos da Eletronorte, para poder capitalizar a empresa, que, de fato, capitalizou. A empresa é viável. Basta ter uma gestão correta, honesta e competente para viabilizar a empresa. Naquela época em que sentamos para discutir esse acordo, a dívida era de R\$37 milhões e acordamos pagar em 96 parcelas, com carência de 24 meses. O valor das parcelas era de quatrocentos e pouco mil reais por mês. Então, iniciariam o pagamento em 2002 e terminariam em 2010. Hoje, evidentemente, que o montante que a Eletronorte apresenta pode ser discutido, porque a CEA e a Eletronorte ainda não se entendem sobre alguns números. Há também juro que me parece proibitivo – 1% ao mês. Nem a taxa Selic, a taxa Selic está abaixo disso, não é? Então, não dá para insistir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Está em dez, seriam doze ao ano.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – 10,5%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Isso! Esse 1% ao mês daria 12% ao ano. A Selic é uma das maiores do mundo.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Exatamente.

Então, tínhamos nos comprometido lá atrás com 0,5% e sem multa. Na época, o Presidente Fernando Henrique foi avalista desse acordo. Mas não sei por que razão o Ministério de Minas e Energia, na época, me fez um comunicado dizendo que não, que a multa era de 10% e que o juro era de 1%. Aí o acordo terminou não acontecendo, se esticou, se esticou, e a conclusão é que está no que está hoje. Eu deixei o governo e daí para frente nunca mais pagaram a Eletronorte. Então, nós temos a possibilidade de estabelecer uma negociação, um parcelamento dessa dívida. Todo mundo parcela dívida. Por que não se parcela a dívida com o aval do Governo do Amapá? O Governo do Amapá pode avalizar o parcelamento dessa dívida, dar um prazo de carência para poder reestruturar a empresa, capitalizar a empresa. Agora que nós estamos gerando energia, daqui a um ano vamos ter mais de 300 megawatts de geração de energia. Nós nunca tivemos isso. Há mais outra hidrelétrica em construção. Agora nós temos geração. A distribuidora está falida, mas é possível chegar-se a um acordo. Na quinta-feira teremos uma audiência com o Ministro. Então, vamos sugerir o parcelamento da dívida. Do mesmo jeito que vamos ter que pagar um financiamento, que é o que o Governo propõe, podemos propor o parcelamento dessa dívida e, com o aval do Governo, a CEA, então, honrar essa dívida. Agora, a gente tem que tomar cuidado nas nossas escolhas políticas, porque sabemos que os autores desta façanha, do endividamento da CEA, foram todos para a cadeia, foram presos, ainda não foram julgados. O ex-governador, várias autoridades, naquele momento, foram presos pela Polícia Federal e há processo correndo. Agora, é preciso investigar esse endividamento da CEA. Vou propor uma ação de investigação. Além, claro, da negociação, é preciso punir aqueles que cometem tantos desatinos. Parabéns pelo seu discurso, pelo seu posicionamento. Acho que a gente tem de exigir, no conjunto dos três Senadores desta Casa, que haja punição severa para quem cometeu esses crimes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Perfeitamente, Senador Capiberibe. Incorporo o aparte de V. Ex^a. Essa é uma pauta em que estamos atuando juntos. Não podemos aceitar as duas alternativas q nós apresentadas: decretação da caducidade ou responsabilização das gerações futuras do Amapá.

É importante destacar que o Governador, na última sexta-feira, anunciou um encontro de contas de

parte dessa dívida no valor de quase R\$500 milhões, o que já reduz, e muito, o valor total da dívida.

Então, Senador Capiberibe, fazendo um paralelo dessa situação com o que nós aprovamos aqui para o Paraguai, até fazendo um paralelo das duas questões, nós estamos pedindo, como filho da União, como ente da União, muito menos do que a União proporcionou para os nossos irmãos paraguaios. Eu acho que nada mais do que justo recebermos da União essa compensação. Inclusive – o senhor deixou bem claro e é bom que se diga claramente – não estamos propondo dar o calote. No caso do Paraguai, a União abriu mão de R\$400 milhões. E acho, repito, foi uma justiça histórica. Mas, vejamos concretamente, nós não estamos propondo não pagar. O Estado do Amapá quer pagar, mas o Estado do Amapá não pode. Não aceitará, de forma alguma, perder a sua Companhia de Eletricidade e assumir uma dívida que não é do povo amapaense, de quase R\$2 bilhões.

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – É só uma informação. A Eletrobrás tem uma dívida de ICMS com o Governo do Amapá de duzentos e poucos milhões. Então, tem créditos também, e na hora em que forem confrontadas, abatidas, essa dívida vai ser reduzida bastante. Eu acho que o caminho seria, realmente, o parcelamento dessa dívida, para que a gente pudesse sair imediatamente, porque oito anos de tarifa congelada inviabilizam a empresa. Daqui a pouco não tem mais jeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeitamente. Tem que haver as providências, são necessárias as providências, e é necessário o bom-senso e a mediação.

O que o Amapá fez para a União para receber um ultimato entre duas alternativas? Qual foi o crime cometido pelo Amapá, pelo seu povo contra a União Federal para ter de ficar entre perder a sua concessão da distribuidora de energia elétrica ou, paralelo a isso, ter de assumir uma dívida de R\$2 bilhões?

O Estado do Amapá já fez uma proposta clara, concreta de federalização e entregou para o Governo Federal, para o Ministério de Minas e Energia. O Estado do Amapá concretamente tem... Costumo dizer que o Amapá é Brasil porque, no século XIX, lutou para ser Brasil. Assinamos, no começo dessa década, um tratado internacional que emprestou quase um terço do nosso território, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, para a União, para que o Brasil possa cumprir suas metas de redução de emissão de carbono. O povo do Amapá não merece ser tratado diferentemente do que a União tem tratado em outras

situações, como tratou no caso no caso das Notas Reversais de Itaipu.

Como o senhor já anunciou, Senador Capiberibe, na próxima quinta-feira, dia 16, teremos uma reunião com o Ministro de Minas e Energia, junto com o governador. A bancada federal toda estará presente a essa reunião, e espero que o povo amapaense, o Governo do Amapá, o povo do Amapá não seja penalizado nessa reunião por um crime que não foi cometido por ele.

Quero acreditar que, da parte do Ministério de Minas e Energia, teremos alternativas à decretação de caducidade e pagamento de uma dívida de R\$2bilhões.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2012

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 10.

.....

§ 5º Cabe às operadoras definidas nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Lei, por meio de sua rede de unidades conveniadas e de acordo com diretrizes e critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, prestar serviço de substituição cirúrgica de próteses, órteses e seus acessórios que apresentem defeitos ou problemas que coloquem em risco a saúde dos seus usuários, inclusive nos casos em que a colocação original dos produtos tenha tido finalidade estética.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As recentes denúncias sobre a ocorrência de graves problemas de saúde em mulheres submetidas a implantes de próteses mamárias de silicone da

empresa francesa *Poly Implant Prothèse (PIP)* e da marca *Rófil*, holandesa, trouxeram à tona questões de grande relevância para a saúde pública, como a responsabilidade dos agentes públicos e privados envolvidos. No caso em questão, houve adulteração das próteses, o que provocou elevado risco de rompimento do produto e de desenvolvimento de doenças graves, como o câncer.

Além de essa situação se caracterizar como crime, o que deve ensejar ações nas esferas civil e penal, ela também configura problema de saúde pública, dados os riscos envolvidos para a saúde das mulheres que usaram esse tipo de prótese. De acordo com dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), há no Brasil entre 300 e 400 mil mulheres com implantes de próteses mamárias de silicone, das quais 12,5 mil usaram produtos da *PIP* e 7,5 mil, da *Rófil*.

No caso das próteses mamárias de silicone em questão, que se apresentam defeituosas e, em consequência, comprometem a saúde das mulheres, há que se garantir as condições necessárias para que elas possam ser retiradas ou substituídas, sem custos para as usuárias desses produtos.

A substituição dessas próteses configura um procedimento de “cirurgia reparadora”, ou seja, de ordem médica, e deve ser realizado tanto no caso de a colocação original ter sido motivada por razão médica quanto por razão estética. Isso se aplica a qualquer prótese ou órtese, e a seus acessórios, e deve ser de responsabilidade tanto do sistema público de saúde quanto do privado.

A presente proposição objetiva explicitar, no ordenamento jurídico vigente, as responsabilidades dos agentes públicos e privados que atuam como provedores da atenção à saúde da população no tocante às situações que envolvem a necessidade de substituição de próteses ou órteses que se apresentem defeituosas ou com problemas e que, em decorrência, podem comprometer a saúde das pessoas.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões, em fevereiro de 2012. – Senador **Humberto Costa**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 10. É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermaria, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - tratamento clínico ou cirúrgico experimental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II – procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

III – inseminação artificial;

IV – tratamento de rejuvenescimento ou de envelhecimento com finalidade estética;

V – fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

VII - fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

VIII – (Revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

IX – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X – casos de cataclismos, guerras e combinações internas, quando declarados pela autoridade competente.

§ 1º As exceções constantes dos incisos deste artigo serão objeto de regulamentação pela ANS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei oferecerão, obrigatoriamente, a partir de 3 de dezembro de 1999, o plano-referência de que trata este artigo a todos os seus atuais e futuros consumidores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 3º Excluem-se da obrigatoriedade a que se refere o § 2º deste artigo as pessoas jurídicas que mantêm sistemas de assistência à saúde pela modalidade de autogestão e as pessoas jurídicas que operem exclusivamente planos odontológicos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2012

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 107 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 3º:

“Art. 107.

§ 1º É vedada, na prática de descontos, a redução de tarifa por critério subjetivo, observado o princípio da justa competição.

§ 2º Os descontos de tarifa praticados pelas concessionárias terão duração mínima de doze meses.

§ 3º Os usuários beneficiados com os descontos de tarifa deverão ser informados sobre seu término com antecedência mínima de trinta dias.” (NR)

Art. 2º O art. 129 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 3º:

“Art. 129.

§ 1º As prestadoras poderão oferecer descontos nos preços ou outras vantagens ao usuário, de forma isonômica, vedada a redução de preços por critério subjetivo e observado o princípio da justa competição.

§ 2º Os descontos de preço praticados pelas prestadoras de serviço terão duração mínima de doze meses.

§ 3º Os usuários beneficiados com os descontos de preço deverão ser informados sobre seu término com antecedência mínima de trinta dias.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Justificação

Nos principais serviços de telecomunicações, como os de telefonia fixa e móvel, de acesso em ban-

da larga e de televisão por assinatura, a prática de descontos de tarifas e preços tem sido cada vez mais utilizada pelas prestadoras como estratégia comercial para a conquista de novos assinantes ou para a fidelização dos seus próprios usuários.

A estratégia, em princípio benéfica para o consumidor, tem trazido, no entanto, um sério inconveniente: a falta da devida informação sobre o término do desconto praticado. Assim, o usuário que, por um determinado período, pagou um valor reduzido nas tarifas ou preços, a título de desconto, passa a receber, inadvertidamente, as faturas com o valor real do serviço, nem sempre tendo condições de arcar com o ônus correspondente.

É verdade que o dever de informar o consumidor já está previsto nos arts. 6º, inciso III, e 31 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), de forma que o usuário encontra algum amparo para formular reclamação aos órgãos especializados em sua defesa e, se necessário, demandar judicialmente o respeito a seus direitos. Contudo, ao ponderar a complexidade processual, a maioria não o faz. A nosso ver, é preciso que a legislação seja mais específica.

Por esse motivo, propomos alterar a própria Lei Geral das Telecomunicações, em particular os dispositivos relativos aos descontos de tarifas e preços, determinando que o benefício, quando praticado pelas operadoras dos serviços, tenha a duração mínima de um ano. Garante-se, assim, a devida previsibilidade ao consumidor. A proposta em tela exige também que as operadoras informem devidamente o usuário, com antecedência mínima de um mês, sobre o fim do desconto praticado.

Por fim, de forma a trazer para o universo legal dispositivo já presente em regulamentação específica, busca-se estabelecer a vedação da prática da redução subjetiva dos valores cobrados, de forma a evitar que uma operadora abuse de seu poder econômico, em prejuízo das regras concorrenceis vigentes.

São essas as razões que nos levam a apresentar este projeto de lei, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador Ciro Nogueira.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LIVRO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. A organização inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

.....
Art. 107. Os descontos de tarifa somente serão admitidos quando extensíveis a todos os usuários que se enquadrem nas condições, precisas e isonômicas, para sua fruição.

.....
Art. 129. O preço dos serviços será livre, ressalvado o disposto no § 2º do art. 136 desta Lei, reprimindo-se toda prática prejudicial à competição, bem como o abuso do poder econômico, nos termos da legislação própria.

.....
Art. 216. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Iris Resende – Antonio Kandir – Sergio Motta – Cláudia Maria Costin.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 17-7-1997

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

CAPÍTULO III

Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o acesso aos órgãos judiciais e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX – (Vetado);

X – a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével. (Incluído pela Lei nº 11.989, de 2009)

Art. 118. Este código entrará em vigor dentro de cento e oitenta dias a contar de sua publicação.

Art. 119. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR – Bernardo Cabral – Zélia M. Cardoso de Mello – Ozires Silva.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 12-9-1990 – Retificado no DOU de 10-1-2007

(*Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 19, DE 2012

Define a contravenção de omissão de cautela na conservação de imóvel fechado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais passa vigorar acrescido do seguinte artigo 42-A:

“Omissão de cautela na conservação de imóvel fechado

Art. 42-A. Omitir alguém providência reclamada para impedir o uso criminoso de imóvel fechado que lhe pertence ou cuja conservação lhe incumbe:

Pena – prisão simples, de 10 (dez) dias a 2 (dois) meses, ou multa.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a presente proposição pretendemos responsabilizar criminalmente o proprietário de imóvel fechado que venha a ser utilizado para a prática de crime em razão de omissão de cautela na sua conservação.

Hoje são muito comuns nos centros urbanos os imóveis abandonados que acabam servindo como depósitos de droga ou material roubado por omissão de seus donos.

Optamos pelo estabelecimento de contravenção referente à paz pública para bem afastar o novo tipo penal das hipóteses de uso do imóvel em coautoria ou participação criminosa, regidas pelo art. 29 do Código Penal, e para que pudéssemos estabelecer uma pena proporcional à prevista para os casos de favo-

recimento pessoal ou real, conforme arts. 348 e 349 do Código Penal.

Esse o contexto, buscamos o apoio de nossos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.688,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

CAPÍTULO IV Das Contravenções Referentes à Paz Pública

Art. 39. Participar de associação de mais de cinco pessoas, que se reúnam periodicamente, sob compromisso de ocultar à autoridade a existência, objetivo, organização ou administração da associação:

Pena – prisão simples, de um a seis meses, ou multa, de trezentos mil réis a três contos de réis.

§ 1º Na mesma pena incorre o proprietário ou ocupante de prédio que o cede, no todo ou em parte, para reunião de associação que saiba ser de caráter secreto.

§ 2º O juiz pode, tendo em vista as circunstâncias, deixar de aplicar a pena, quando lícito o objeto da associação.

Art. 40. Provocar tumulto ou portar-se de modo inconveniente ou desrespeitoso, em solenidade ou ato oficial, em assembleia ou espetáculo público, se o fato não constitui infração penal mais grave;

Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Art. 41. Provocar alarmo, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto:

Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios:

I – com gritaria ou algazarra;

II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;

III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 20, DE 2012

Dispõe sobre os serviços de medicina legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece, nos termos do art. 24, XVI e § 1º, da Constituição, normas gerais sobre os serviços de medicina legal.

Art. 2º Os Estados e o Distrito Federal adotarão as providências legislativas e administrativas necessárias a assegurar que os serviços de medicina legal sejam prestados em tempo hábil em toda a extensão de seus territórios, por meio de postos em número suficiente e em localização adequada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a acolher demanda para que sejam criadas unidades responsáveis pela prestação do serviço de medicina legal em quantidade suficiente para atender adequadamente não apenas a capital dos Estados e respectivas regiões metropolitanas, mas também os habitantes do interior.

Afinal, os institutos de medicina legal desenvolvem atividades essenciais e inadiáveis, como a realização de perícias médico-legais e exames laboratoriais requisitados por autoridades policiais e judiciárias, além de pesquisas científicas.

Estamos cientes de que o referido serviço – que integra as atribuições da polícia civil – insere-se na competência dos Estados, em razão do disposto no art. 144, § 6º, da Constituição Federal de 1988. Tampouco resta dúvida de que compete a cada Estado editar lei que discipline a organização e o funcionamento de seus órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades, conforme determina o § 7º do referido dispositivo constitucional.

Ocorre que, não obstante a relevância das atribuições dos institutos de medicina legal, esse serviço não vem sendo adequadamente fornecido em diversas regiões brasileiras, em especial na Região Nordeste. À exceção da Bahia, os institutos de medicina legal nos demais Estados nordestinos não chegam a cinco. Diversamente, Estados como Rio Grande do Sul tem mais de trinta postos responsáveis pelo referido serviço.

Portanto, é crucial que sejam tomadas pelos governadores medidas efetivas no sentido de se investir na instalação de novos postos e unidades de medicina legal no interior dos Estados e, consequentemente, na ampliação e melhoria de seus serviços.

Por essas razões, e tendo em vista as limitações constitucionais, apresentamos o projeto em tela, que determina, com base na competência constitucional da União para editar normas gerais a que se refere o art. 24, § 1º da Constituição, e materialmente sobre a organização das polícias civis prevista no inciso XVI do mesmo artigo, a obrigatoriedade de instalação de unidades encarregadas da prestação do serviço de medicina legal, distribuídas no território dos Estados de forma a se atender com eficácia toda a população respectiva.

Tendo em vista a inexistência de uma lei nacional geral sobre o tema, oferecemos projeto de lei esparsa, a exemplo da Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, que estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal.

A nosso ver, a medida constitui relevante contribuição da União para que se diminuam as dificuldades encontradas por grande parte da população, especialmente aquelas que vivem no interior dos Estados, inúmeras vezes compelidas a deslocar-se para outros municípios para obter o serviço de medicina legal.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto.

Sala de Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO II Da União

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

TÍTULO V Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal.

Art. 2º No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

Art. 3º Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontram vinculados.

Art. 4º (VETADO)

Art. 5º Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais,

peritos médico-legistas e peritos odontolegistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República. – LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – Paulo Bernardo Silva.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.9.2009

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2012

Altera o § 6º do art. 39 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigação dos órgãos e entidades públicas de divulgar a remuneração de seus servidores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39.

.....
§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos e divulgarão mensalmente e mediante relação nominal os valores pagos, a qualquer título, a seus membros e aos seus servidores, inclusive das empresas públicas e sociedades de economia mista, ressalvados, motivadamente, os casos cujo sigilo da identificação do servidor seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988 avançou enormemente ao exigir, como princípio explícito da Administração Pública, a publicidade.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, passou a exigir que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicassem anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

O caos a que chegou a situação da remuneração dos servidores públicos e membros de Poder, entretanto, não permite que essa providência seja suficiente para assegurar o controle social sobre o pagamento feito pelo Estado aos agentes públicos e evitar os abusos que pipocam em todos os Poderes e níveis de governo.

Impõe-se dar um passo fundamental para existir que toda Administração publique, nominalmente, a relação dos pagamentos feitos aos seus membros e servidores, a qualquer título.

Trata-se de exigência da democracia e do princípio republicano, conforme já decidiu, em 9 de junho de 2011, o pleno do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, em decisão memorável tomada no Segundo Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 3.902, cujo acórdão, da lavra do eminente Ministro Ayres Britto, esgota o tema e merece ser reproduzido:

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃOS QUE IMPEDIAM A DIVULGAÇÃO, EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL, DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS, INCLUSIVE A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO. DEFERIMENTO DA MEDIDA DE SUSPENSÃO PELO PRESIDENTE DO STF. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO APARENTE DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. DIREITO À INFORMAÇÃO DE ATOS ESTATAIS, NELES EMBUTIDA A FOLHA DE PAGAMENTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO RECONHECIMENTO DE VIOLAÇÃO À PRIVACIDADE, INTIMIDADE E SEGURANÇA DE SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVOS DESPROVIDOS.

1. Caso em que a situação específica dos servidores públicos é regida pela 1^a parte do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição. Sua remuneração bruta, cargos e funções por eles titularizados, órgãos de sua formal lotação, tudo é constitutivo de informação de interesse

coletivo ou geral. Expondo-se, portanto, a divulgação oficial. Sem que a intimidade deles, vida privada e segurança pessoal e familiar se encaixem nas exceções de que trata a parte derradeira do mesmo dispositivo constitucional (inciso XXXIII do art. 5º), pois o fato é que não estão em jogo nem a segurança do Estado nem do conjunto da sociedade.

2. Não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo “nessa qualidade” (§ 6º do art. 37). E quanto à segurança física ou corporal dos servidores, seja pessoal, seja familiarmente, claro que ela resultará um tanto ou quanto fragilizada com a divulgação nominalizada dos dados em debate, mas é um tipo de risco pessoal e familiar que se atenua com a proibição de se revelar o endereço residencial, o CPF e a CI de cada servidor. No mais, e o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano.

3. A prevalência do princípio da publicidade administrativa outra coisa não é senão um dos mais altaneiros modos de concretizar a República enquanto forma de governo. Se, por um lado, há um necessário modo republicano de administrar o Estado brasileiro, de outra parte é a cidadania mesma que tem o direito de ver o seu Estado republicamente administrado. O “como” se administra a coisa pública a preponderar sobre o “quem” administra – falaria Norberto Bobbio –, e o fato é que esse modo público de gerir a máquina estatal é elemento conceitual da nossa República. O olho e a pálpebra da nossa fisionomia constitucional republicana.

4. A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à ordem pública.

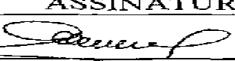
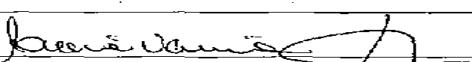
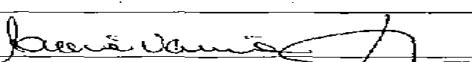
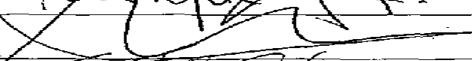
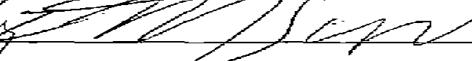
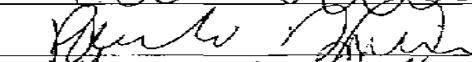
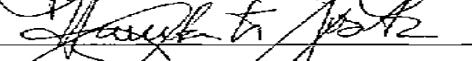
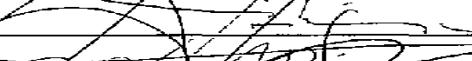
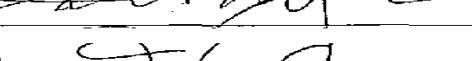
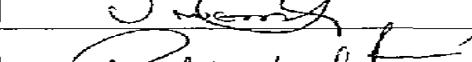
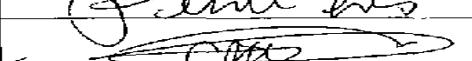
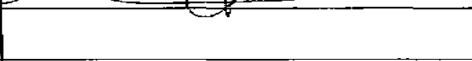
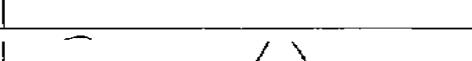
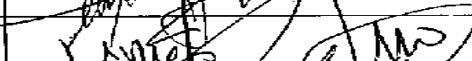
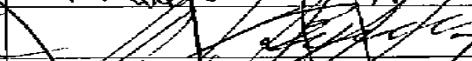
5. Agravos Regimentais desprovidos.

Assim, estamos apresentando a presente proposta de emenda Constituição, para determinar que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário divulguem mensalmente e mediante relação nominal os valores pagos, a qualquer título, a seus membros e servidores, inclusive das empresas públicas e sociedades de

economia mista. Ficarão ressalvados, exclusivamente e mediante motivação, os casos cujo sigilo da identificação do servidor seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Trata-se de dar ao cidadão e à opinião pública instrumento imprescindível à fiscalização do gasto público.

Sala das Sessões. – Senador **Roberto Requião**

SENADOR	ASSINATURA
2- Ane Amorim (PP/RS)	
3-	
4- Denise Viana	
5- TINHEIRO	
6- Angelita Portela	
7- Aloisio Nunes	
8- VITAL DO REIS	
9- JOSE ADIPRADO	
10- GARIBOLDI	
11- EMO GOUV	
12- EDUARDO MENEZES	
13-	
14-	
15- HUMBERTO COSTA	
16- JOAO CABEDEBE	
17- EDUARDO BOAGIA	
18- VANESSA GRAMMATI	
19- PENELOPE WORTH	
20- CARLOS CULDESA	
21- RODRIGO SOARES	
22- LAURO ANTONIO	
23- SEBASTIAO SOARES	
24-	
25- JOAO M. LIMA	
26- YURI ALVES	
27- FRANCISCO ALVES	
28- FRANCISCO ALVES	
29- FELIX RIBEIRO	

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO FEDERAL****TÍTULO III
Da Organização do Estado****CAPÍTULO VII
Da Administração Pública****Seção II
Dos Servidores Públicos**

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 1/12-GLDEM

Brasília, 14 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Clóvis Fecury pelo meu nome para ocupar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Será feita a substituição solicitada. Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. nº 11/2012-PRES/CDR

Brasília, 14 de fevereiro de 2012

Assunto: Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste

Senhor Presidente,

Comunico Vossa Excelência que a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, instalada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em reunião realizada em 9 de fevereiro do corrente, elegeu nos termos dos artigos 59 e 60, combinados com o art. 88, § 4º do Regimento Interno do senado Federal, o Senador Lauro Antônio Vice-Presidente da Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II do RISF.

Respeitosamente – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 68, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, do Senador Flexa Ribeiro, que denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.

RELATOR: Senador VINCENTINHO ALVES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 153, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, propõe que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na cidade de Tucuruí, no Estado do Pará, passe a ser denominada Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho.

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei entre em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Flexa Ribeiro enfatiza a história e a atuação destacada do ex-senador paraense Gabriel Hermes Filho em defesa da construção da barragem e das eclusas em Tucuruí.

A proposição foi distribuída para apreciação exclusiva, e em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No prazo regimental, o Senador Flexa Ribeiro apresentou emenda modificativa, na qual altera a ementa e o art. 1º do projeto de lei, para passar a denominar Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA). Como justificação, o Senador alega que a referida emenda visa a manter a homenagem ao Senador Gabriel Hermes Filho, sem, contudo, alterar a denominação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, já internacionalmente consagrada.

A matéria foi originalmente distribuída à relatoria da Senadora Marisa Serrano, que ofereceu parecer favorável. Contudo, tendo em vista o encerramento da legislatura, o relatório não chegou a ser apreciado. Sendo assim, reproduzimos o parecer da Senadora Marisa Serrano, cujo conteúdo ratificamos na íntegra.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versam sobre homenagens cívicas, como é o caso do PLS nº 153, de 2010.

Em termos de potência (8.370 megawatts), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) é a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. Localizada no município de Tucuruí, a cerca de 400 quilômetros de Belém, no Estado do Pará, a UHT foi projetada originalmente para a geração de energia elétrica. Complementarmente, buscou-se tornar navegável um trecho do rio Tocantins, por meio da construção de eclusas.

O projeto inicial de construção de Tucuruí tinha por objetivo atender o mercado de energia elétrica concentrado em Belém, tendo em vista a implantação de empreendimentos eletrointensivos, particularmente os do complexo alumínio-alumina. Posteriormente, a linha de transmissão entre Presidente Dutra (Maranhão) e Boa Esperança (Piauí) promoveu a interligação com a região Nordeste.

Gabriel Hermes Filho, com o currículo de quem foi deputado federal, senador, fundador e presidente da Federação das Indústrias do Pará durante 40 anos seguidos, além de presidente do Banco de Crédito da Amazônia, hoje Banco da Amazônia, empenhou todo o seu prestígio em defesa da construção das eclusas de Tucuruí, de forma a vencer o desnível imposto pela barragem, e permitir a navegação do rio Tocantins desde Belém até Marabá.

Em seu famoso discurso proferido na tribuna do Senado Federal no dia 2 de maio de 1983, o então Senador Gabriel Hermes afirmou com ênfase que, em defesa das eclusas necessárias para a navegação do rio Tocantins, iria “à frente de grupos de estudantes do meu Estado, das Universidades do Pará. Iríamos, se preciso fosse, a Tucuruí para dentro do lago seco impedir que a água enchesse o grande reservatório antes da passagem das águas”.

Como enfatiza o autor da proposição, Gabriel Hermes Filho foi uma referência de dignidade e probidade. E, considerando a importante influência do ex-senador paraense na construção da barragem e das eclusas, é sem dúvida meritória a homenagem ora sugerida.

No que se refere à alteração proposta pela emenda oferecida pelo autor do projeto, constitui, inegavelmente, um aprimoramento. Pois, além de não alterar a denominação já consagrada da UHT, a emenda passa a denominar Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da referida usina, obra pela qual o eminentíssimo senador paraense tanto lutou. Todavia, para um melhor cumprimento do pretendido e para adequação às normas regimentais, a emenda é acatada nos termos de duas subemendas.

Tendo em vista a apreciação exclusiva pela CE, compete igualmente a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLS nº 153, de 2010.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, com a emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro, nos termos das seguintes subemendas:

SUBEMENDA N° 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

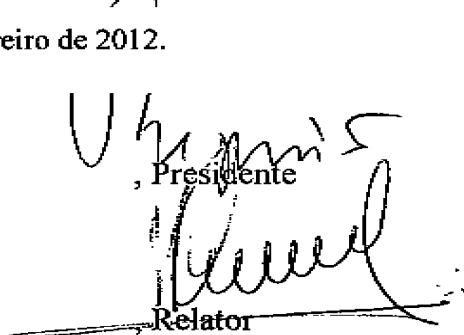
“Denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

SUBEMENDA N° 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam denominadas Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.



Ulysses
, Presidente
Relator

EMENDA N° 1 – CE

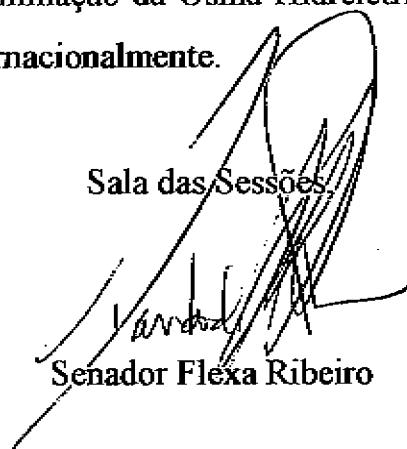
Dê-se à ementa e ao Art. 1º do projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

Denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho, as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.

Art. 1º Passa a ser denominada de Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho, as Eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na cidade de mesmo nome, no Estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa manter a merecida homenagem ao Senador Gabriel Hermes Filho, que tanto defendeu e lutou pelas Eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sem alterar a denominação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, denominação já conhecida nacional e internacionalmente.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 153/10, NA REUNIÃO DE 07/02/2012
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE

R. Requião

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	1-DELCIÓDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPILY
PAULO PAIM	4-VANESSA GRAZZIOTIN
WALTER PINHEIRO	5-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	6-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	7-ZEZÉ PERRELLA
INÁCIO ARRUDA	8-JOÃO CAPIBERIBE

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-ROMERO JUCÁ
LAURO ANTONIO	2-VALDIR RAUPP
(VAGO)	3-LUIZ HENRIQUE
IVONETE DANTAS	4-WALDEMAR MOKA
(VAGO)	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
CÁSSIO CUNHA LIMA	2-ALOYSIOS NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-CLOVIS FECURY
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES (PTB)
ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO) (PR)
MAGNO MALTA	1-CLÉSIO ANDRADE
JOÃO RIBEIRO	2-VICENTINHO ALVES RELATOR (PSOL)
(VAGO)	1-RANDOLFE RODRIGUES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 153 / 10

TITULARES	BLOCO	DE APOIO	AO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	BLOCO	DE APOIO	AO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)		X						DELCIPIO DO AMARAL							
ANGÉLICA PORTELA		X						ANIBAL DINIZ							
WELLINGTON DIAS		X						MARTA SUPlicY							
ANARITA		X						VANESSA GRAZZIOTIN							
PAULO PAIM								PEDRO TAQUES							
WALTER PINHEIRO								ANTONIO CARLOS VALADARES							
CRISTOVAM BUARQUE								ZEZÉ PERRELA							
LÍDICE DA MATA								JOÃO CAPIBERIBE							
INÁCIO ARRUDA															
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUÍAO								ROMERO JUCA							
LAURO ANTONIO		X						VALDIR RAUPP							
VAGO								LUIZ HENRIQUE							
IVONETE DANTAS								WALDEMAR MOKA							
VAGO								VITAL DO RÉGO							
PEDRO SIMON								SÉRGIO PETECÁO							
RICARDO FERRACO								CIRINO NOGUEIRA							
BENEDITO DE LIRA								VAGO							
ANA AMELIA								VAGO							
TITULARES - (PSDB, DEM)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA				X				ALVARO DIAS							
CASSIO CUNHA LIMA				X				ALOYSIO NUNES FERREIRA							
PAULO BAUER				X				FLEXA RIBEIRO							
MARIA DO CARMO ALVES								CLÓVIS FECURY							
JOSÉ AGripino								DEMOSTENES TORRES							
TITULARES - (PTB)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO				X				MOZARLDO CAVALCANTI							
JOÃO VICENTE CLAUDINO								VAGO							
TITULARES - (PR)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PR)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA								CLÉSIO ANDRADE							
JOÃO RIBEIRO								VICENTINHO ALVES							
TITULAR - (PSOL)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)				SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO								RANDOLFE RODRIGUES							

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: O 1 —


SENADOR ROBERTO REQUIÃO

SALA DAS REUNIÕES, EM 07 / 02 / 2012

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

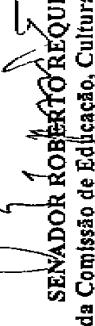
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 153 /0 EMENDA

TITULARES	BLOCO DE GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	APOIO AO SIM	APOIO AO NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	BLOCO DE GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	APOIO AO SIM	APOIO AO NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGÉLA PORTELA	X					DELCIPIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS	X					ANIBAL DINIZ	X				
ANA RITA	X					MARTA SUPLICY	X				
PAULO PAIM						VANESSA GRAZZOTIN					
WALTER PINHEIRO						PEDRO TAQUES					
CRISTOVAM Buarque						ANTONIO CARLOS VALADARES					
LIDICE DA MATA						ZEZE PERRELA					
INACIO ARRUDA						JOAO CAPIBERIBE					
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO						ROMERO JUCA					
LAURO ANTONIO	X					VALDIR RAUPP					
VAGO						LUIZ HENRIQUE					
IVONETE DANTAS	X					WALDEMAR MOKA					
VAGO						VITAL DO RÉGO					
PEDRO SIMON						SÉRGIO PETECÃO					
RICARDO FERRAÇO						CIRIO NOGUEIRA					
BENEDITO DE LIRA						VAGO					
ANA AMELIA						VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRIO MIRANDA	X					ALVARO DIAS					
CASSIÓ CUNHA LIMA	X					ALOYSIO NUDES FERREIRA	X				
PAULO BAUER	X					FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES						CLOVIS FECURY					
JOSÉ AGUIRINO						DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X					MOZARILDO CAVALCANTI					
JOÃO VICENTE CLAUDIO						VAGO					
TITULARES - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA						CLESIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES	X				
TITULAR - (PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO						RANDOLFE RODRIGUES					

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: D 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07 / 02 / 2012



SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PLS 153 / C SUBEMENDAS O 1 & O 2
CÉ

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES	BLOCO DE GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	APOIO AO SIM	APOIO AO NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES GOVERNO (PT, PDT, PSC, PMN, PV)	BLOCO DE GOVERNO (PT, PDT, PSC, PMN, PV)	APOIO AO SIM	APOIO AO NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO
ANGELA PORELA	X				DELCIPIO DO AMARAL	X			
WELLINGTON DIAS	X				ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA	X				MARTA SUPlicY	X			
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
WALTER PINHEIRO					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM Buarque					ANTONIO CARLOS VALADARES				
LIDICE DA MATA					ZEZE PERRELA				
INACIO ARRUDA					JOAO CAPTBERIBE				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO		
ROBERTO REQUIÃO				ROMERO JUCA					
LAURO ANTONIO	X			VALDIR RAUPP					
VAGO				LUIZ HENRIQUE					
IVONETE DANTAS	X				WALDEMAR MOKA				
VAGO					VITAL DO RÉGO				
PEDRO SIMON					SÉRGIO PETECÃO				
RICARDO FERRACO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANA AMELIA					VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO		
CYRO MIRANDA	X			ALVARO DIAS	X				
CASSIO CUNHA LIMA	X			ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				
PAULO BAUER	X			FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES				CLOVIS FECURY					
JOSÉ AGripino				DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO		
ARMANDO MONTEIRO	X			MOZARILDO CAVALCANTI					
JOÃO VICENTE CLAUDIO				VAGO					
TITULARES - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO		
MAGNO MALTA				CLESIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO				VICENTINHO ALVES					
TITULAR - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO		
VAGO				RANDOLFE RODRIGUES					

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: O 1

SALA DAS REUNIÕES, EM O 1 / Q2 / 2012

SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

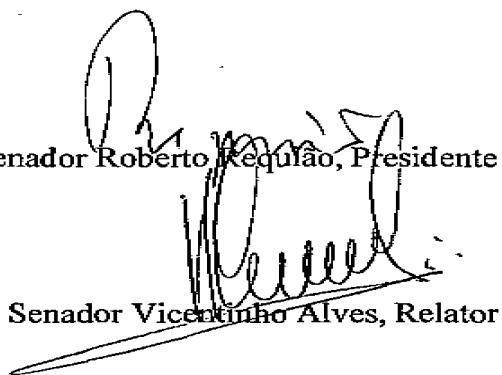
TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 153, DE 2010

Denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho
as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no
Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam denominadas Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.



Senador Roberto Requião, Presidente
Senador Vicentinho Alves, Relator

Of. N° 003/2012/CE

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria
Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que "Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará", com a emenda e subemendas oferecidas.

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora MARISA SERRANO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 153, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, propõe que a Usina Hidrelétrica de Tucurú, localizada na cidade de Tucurú, no Estado do Pará, passe a ser denominada Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho.

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei entre em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Flexa Ribeiro enfatiza a história e a atuação destacada do ex-senador paraense Gabriel Hermes Filho em defesa da construção da barragem e das eclusas em Tucurú.

A proposição foi distribuída para apreciação exclusiva, e em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No prazo regimental, o Senador Flexa Ribeiro apresentou emenda modificativa, na qual altera a ementa e o art. 1º do projeto de lei, para passar a denominar Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucurú (PA). Como justificação, o Senador alega que a referida emenda visa a manter a homenagem ao Senador Gabriel Hermes Filho, sem, contudo, alterar a denominação da Usina Hidrelétrica de Tucurú, já internacionalmente consagrada.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versam sobre homenagens cívicas, como é o caso do PLS nº 153, de 2010.

Em termos de potência (8.370 megawatts), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) é a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. Localizada no município de Tucuruí, a cerca de 400 quilômetros de Belém, no Estado do Pará, a UHT foi projetada originalmente para a geração de energia elétrica. Complementarmente, buscou-se tornar navegável um trecho do rio Tocantins, por meio da construção de eclusas.

O projeto inicial de construção de Tucuruí tinha por objetivo atender o mercado de energia elétrica concentrado em Belém, tendo em vista a implantação de empreendimentos eletrointensivos, particularmente os do complexo alumínio-alumina. Posteriormente, a linha de transmissão entre Presidente Dutra (Maranhão) e Boa Esperança (Piauí) promoveu a interligação com a região Nordeste.

Gabriel Hermes Filho, com o currículo de quem foi deputado federal, senador, fundador e presidente da Federação das Indústrias do Pará durante 40 anos seguidos, além de presidente do Banco de Crédito da Amazônia, hoje Banco da Amazônia, empenhou todo o seu prestígio em defesa da construção das eclusas de Tucuruí, de forma a vencer o desnível imposto pela barragem, e permitir a navegação do rio Tocantins desde Belém até Marabá.

Em seu famoso discurso proferido na tribuna do Senado Federal no dia 2 de maio de 1983, o então Senador Gabriel Hermes afirmou com ênfase que, em defesa das eclusas necessárias para a navegação do rio Tocantins, iria “à frente de grupos de estudantes do meu Estado, das Universidades do Pará. Iriamos, se preciso fosse, a Tucuruí para dentro do lago seco impedir que a água enchesse o grande reservatório antes da passagem das águas”.

Como enfatiza o autor da proposição, Gabriel Hermes Filho foi uma referência de dignidade e probidade. E, considerando a importante influência do ex-senador paraense na construção da barragem e das eclusas, é sem dúvida meritória a homenagem ora sugerida.

No que se refere à alteração proposta pela emenda oferecida pelo autor do projeto, constitui, inegavelmente, um aprimoramento. Pois, além de não alterar a denominação já consagrada da UHT, a emenda passa a denominar Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da referida usina, obra

pela qual o eminente senador paraense tanto lutou. Tendo em vista o cumprimento do pretendido e para adequação às normas regimentais, a emenda é acatada nos termos de duas subemendas.

Tendo em vista a apreciação exclusiva pela CE, compete igualmente a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLS nº 153, de 2010.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, com a emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro, nos termos das seguintes subemendas:

SUBEMENDA N° – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

“Denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

SUBEMENDA N° – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam denominadas Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

Sala da Comissão,

, Presidente

M. Senador, Relatora

PARECER Nº 69, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que específica.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que específica, é de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio.

A proposição tramita em caráter terminativo no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Em síntese, o que se almeja é acrescentar o art. 42-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para estabelecer que, desde que incapacitantes para o trabalho, as doenças causadas por sobrecarga na coluna vertebral, ou doença renal hipertensiva, adquiridas pelos trabalhadores em transporte rodoviário de passageiros ou de cargas, e as lesões causadas por esforço repetitivo e distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho (LER/DORT) excluem-se das exigências previstas no art. 42 da Lei nº 8.213, de 1991.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor, cada vez mais o trabalhador está sujeito a uma variedade maior de doenças em seu ambiente de trabalho, muitas delas incapacitantes, capazes de ensejar a aposentadoria por invalidez. De acordo com a Previdência Social, as chamadas LER/DORT são responsáveis por mais de 65% dos casos reconhecidos de incapacitação. São transtornos que acometem a coluna cervical, vasos, ossos, nervos, tendões e articulações, principalmente os membros superiores. São consequência das más condições de trabalho, cujo processo inflamatório pode ser ocasionado por traumatismos provenientes da ação de agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, elétricos e mecânicos.

Argumenta, ainda, que casos de LER/DORT são encontrados em trabalhadores de bancos, processamento de dados, serviços de comunicação, comércio, metalurgia, mineração, indústria de material elétrico e hospitalares, comunicações, confecções, química, borracha, alimentícia, gráfica, construção civil, entre outras.

E, por fim, cita o caso específico dos motoristas de transporte rodoviário de passageiros e de transporte de cargas, relatando que a atividade exige a ação de grupos musculares por anos, o que desencadeia, ao longo do tempo, uma série de lesões que os incapacitam de continuar exercendo a profissão. Essa situação é agravada pela estressante jornada de trabalho, que requer prolongada e constante permanência ao volante.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais oferecer parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Alterações promovidas na legislação de regência da Previdência Social, mais especificamente no Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 1991), inserem-se no campo da Seguridade Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe, assim, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Do ponto de vista constitucional, o tema da aposentadoria especial dos segurados do regime geral de previdência social (RGPS) está disciplinado no art. 201, § 1º, da nossa Carta, que na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e, posteriormente, pela Emenda nº 47, de 2005, estabelece, *verbis*:

Art. 201.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

Enquanto a lei complementar prevista nesse dispositivo não for editada, continuam vigentes as regras estabelecidas pelos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/91, recepcionadas como lei daquela espécie.

Ou seja, a matéria deveria ser disciplinada em Lei Complementar, o que inviabiliza a discussão desta proposição, nos termos do presente Projeto de Lei do Senado, em face de expressa disposição constitucional.

Trata-se de questão formal prévia, que impede a apreciação dos outros aspectos vinculados ao mérito do PLS nº 287, de 2010.

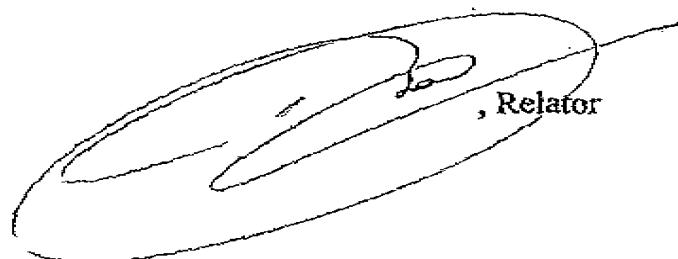
Assim, com o objetivo de sanar esse vício e de permitir que esta Comissão se debruce sobre a matéria, propomos que o PLS nº 287, de 2010, retorne à Mesa do Senado Federal, para ser reautuado como projeto de lei complementar, com as consequentes alterações regimentais nos procedimentos de sua tramitação.

III – VOTO

Em face do exposto votamos pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal, para que seja reautuado como projeto de lei complementar, em face do que determina o art. 201, § 1º, da Constituição.

Sala da Comissão, 8 de fevereiro de 2012.

Senador *Camilo Maldaner*, Presidente em Exercício da CAA



A handwritten signature of Senator Camilo Maldaner, which appears to be "Camilo Maldaner". Below the signature, the word "Relator" is written in smaller print.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

<i>Projeto de Lei do Senado n° 287, de 2010</i> ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / 2012 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)																																																							
PRESIDÊNCIA: Senador <i>Casildo Maldaner</i> RELATORIA: Senador <i>Paulo Bauer</i>																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>TITULARES</th><th>SUPLENTES</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td align="center" colspan="2">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)</td></tr> <tr> <td>PAULO PAIM (PT) <i>Valeci</i></td><td>1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i></td></tr> <tr> <td>ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i></td><td>2- MARTA SUPLICY (PT) <i>Marta Suplicy</i></td></tr> <tr> <td>HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i></td><td>3- VAGO</td></tr> <tr> <td>WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i></td><td>4- ANA RITA (PT)</td></tr> <tr> <td>JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i></td><td>5- LINDBERGH FARIA (PDT)</td></tr> <tr> <td>RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i></td><td>6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)</td></tr> <tr> <td>VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Grazziotin</i></td><td>7- LÍDICE DA MATA (PSB)</td></tr> <tr> <td align="center" colspan="2">BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)</td></tr> <tr> <td>WALDEMAR MOKA (PMDB)</td><td>1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)</td></tr> <tr> <td>PAULO DAVIM (PV) <i>R.R.</i></td><td>2- PEDRO SIMON (PMDB)</td></tr> <tr> <td>ROMERO JUCÁ (PMDB)</td><td>3- LOBÃO FILHO (PMDB)</td></tr> <tr> <td>CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Casildo Maldaner</i></td><td>4- EDUARDO BRAGA (PMDB)</td></tr> <tr> <td>RICARDO FERRAÇO (PMDB)</td><td>5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)</td></tr> <tr> <td>LAURO ANTONIO (PR) <i>Lauro</i></td><td>6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)</td></tr> <tr> <td>ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i></td><td>7- BENEDITO DE LIRA (PP)</td></tr> <tr> <td align="center" colspan="2">BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</td></tr> <tr> <td>CÍCERO LUCENA (PSDB)</td><td>1- AÉCIO NEVES (PSDB)</td></tr> <tr> <td>LÚCIA VÂNIA (PSDB)</td><td>2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)</td></tr> <tr> <td>CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i></td><td>3- PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i></td></tr> <tr> <td>JAYME CAMPOS (DEM)</td><td>4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)</td></tr> <tr> <td align="center" colspan="2">PTB</td></tr> <tr> <td>MOZARILDO CAVALCANTI</td><td>1- ARMANDO MONTEIRO</td></tr> <tr> <td>JOÃO VICENTE CLAUDINO</td><td>2- GIM ARGELLO</td></tr> <tr> <td align="center" colspan="2">PR</td></tr> <tr> <td>VICENTINHO ALVES</td><td>1- CLÉSIO ANDRADE</td></tr> </tbody></table>		TITULARES	SUPLENTES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)		PAULO PAIM (PT) <i>Valeci</i>	1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i>	2- MARTA SUPLICY (PT) <i>Marta Suplicy</i>	HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i>	3- VAGO	WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i>	4- ANA RITA (PT)	JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i>	5- LINDBERGH FARIA (PDT)	RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Grazziotin</i>	7- LÍDICE DA MATA (PSB)	BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)		WALDEMAR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	PAULO DAVIM (PV) <i>R.R.</i>	2- PEDRO SIMON (PMDB)	ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)	CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Casildo Maldaner</i>	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)	RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	LAURO ANTONIO (PR) <i>Lauro</i>	6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)	ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>	7- BENEDITO DE LIRA (PP)	BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)	LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)	CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i>	3- PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	PTB		MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO	JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO	PR		VICENTINHO ALVES	1- CLÉSIO ANDRADE
TITULARES	SUPLENTES																																																						
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)																																																							
PAULO PAIM (PT) <i>Valeci</i>	1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>																																																						
ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i>	2- MARTA SUPLICY (PT) <i>Marta Suplicy</i>																																																						
HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i>	3- VAGO																																																						
WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i>	4- ANA RITA (PT)																																																						
JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i>	5- LINDBERGH FARIA (PDT)																																																						
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)																																																						
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Grazziotin</i>	7- LÍDICE DA MATA (PSB)																																																						
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)																																																							
WALDEMAR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)																																																						
PAULO DAVIM (PV) <i>R.R.</i>	2- PEDRO SIMON (PMDB)																																																						
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)																																																						
CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Casildo Maldaner</i>	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)																																																						
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)																																																						
LAURO ANTONIO (PR) <i>Lauro</i>	6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)																																																						
ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>	7- BENEDITO DE LIRA (PP)																																																						
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)																																																							
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)																																																						
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)																																																						
CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i>	3- PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>																																																						
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)																																																						
PTB																																																							
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO																																																						
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO																																																						
PR																																																							
VICENTINHO ALVES	1- CLÉSIO ANDRADE																																																						

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO N° 12/2012-PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 8 de fevereiro de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em Reunião realizada nesta data, o Parecer do Senador Paulo Bauer, Relator do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, que *dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica*, pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, em face do que determina o art. 201, § 1º da Constituição Federal.

Respeitosamente,


Senador **CASILDO MALDANER**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER NºS 70 E 71, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, do Senador Tasso Jereissati, que altera o *caput* do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

PARECER Nº 70, DE 2012 (Da Comissão de Assuntos Sociais.)

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o PLS nº 193, de 2008, do Senador TASSO JEREISSATI, que tem por objetivo alterar a fórmula de correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, substituindo a taxa referencial de juros (TR) pelo Índice Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que a fórmula adotada – TR mais juros de três por cento ao ano – não tem acompanhado a inflação, constituindo flagrante injustiça ao trabalhador. Propõe, assim, a utilização do IPCA para recompor o equilíbrio entre o interesse dos cotistas do fundo e de seus tomadores de recursos com base em três aspectos:

I - sendo poupança forçada, é importante que não haja risco de rendimento negativo para as contas vinculadas ao FGTS; para tanto, é preciso estabelecer cláusula de correção para manter o valor real dos recursos;

II - a escolha do IPCA deve-se ao fato de ser o índice associado à cesta de consumo do cidadão brasileiro médio;

III - a TR é destituída de qualquer sentido econômico, pois reivindica-se a ela um indicador da correção, entretanto, não acompanha nem mesmo a inflação.

O autor do projeto ainda afirma que a fórmula estabelecida pelo projeto reduz o que chama de “cunha no mercado de trabalho”, pois eleva a

formalização da economia por meio do incentivo ao trabalhador ao possuir uma conta vinculada do FGTS como uma poupança que lhe assegure efetivamente a manutenção do seu valor real.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O PLS nº 193, de 2008, atende os requisitos constitucionais, jurídicos e apresenta adequada técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é inquestionável que o atual modelo de remuneração das contas vinculadas do FGTS tem trazido graves prejuízos aos trabalhadores. No País que ainda pode ser considerado o campeão mundial dos juros reais, é verdadeiramente impiedoso obrigar o trabalhador a aceitar juros reais negativos, ou seja, a aceitar uma perda no valor real de sua poupança compulsória. O trabalhador vinculado ao FGTS está praticamente pagando juros para guardar dinheiro.

O FGTS não tem garantido financiamento habitacional adequado às necessidades da população e, além disso, lhe dá em troca uma rentabilidade negativa para um depósito que não pode usufruir. Assim, é grande a tentação de fazer um conluio com o empregador e cair na informalidade, tendo em vista a falta de incentivos que o FGTS atualmente proporciona.

Nesse sentido, entendo que a proposição atende plenamente ao propósito de resgatar o sentido original do FGTS, conferindo mais chances para que o mercado de trabalho alcance um nível maior de formalidade, aspecto este essencial para a garantia da justiça social aos trabalhadores.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 193, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE OF 10/2008 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: <i>Jen. ROSALBA CIARLINI</i>	<i>Rosalba Ciarlini</i>
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	<i>Eduardo Azeredo</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSE) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
INACIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão) <i>José Nery</i>	7- MAGNO MALTA (PR)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>
(vago)	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
MARCO ANTÔNIO COSTA	3- RAIMUNDO COLOMBO
JEN. ALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA (PTB)
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	5- CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALEO PAES <i>Papaleo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ADA MELLO
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
JOÃO DURVAL <i>João Durval</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 71, DE 2012
(Da Comissão de Assuntos Econômicos.)

RELATORA: Senadora MARTA SUPLICY

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2008, de autoria do ex-Senador TASSO JEREISSATI, que altera a forma de cálculo da remuneração dos depósitos nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição substitui a Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O autor argumenta que a fórmula hoje em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos trabalhadores cotistas do fundo, cujo rendimento não tem sequer acompanhado a inflação.

O autor do projeto também entende que a adoção da fórmula proposta elevará o incentivo à formalização, reduzindo o que chama de “cunha” no mercado de trabalho, que seria a diferença entre os gastos do empregador vinculados ao contrato de trabalho e o que efetivamente é apropriado pelo trabalhador.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Na CAS, foi aprovado parecer favorável do ex-Senador Eduardo Azeredo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive

quanto à iniciativa parlamentar. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros pertinentes à matéria.

O debate sobre a remuneração do FGTS é legítimo. A remuneração dada ao detentor de conta vinculada junto ao fundo, qual seja, de TR mais 3% ao ano é a metade do que recebe a caderneta de poupança e bem menor que a de outros fundos financeiros de mercado. Aliás, vale dizer que, devido a essa baixa rentabilidade, no passado já foram oferecidos aos cotistas outras alternativas de aplicação de seus recursos como as aplicações em ações por meio do FMP Petrobrás I e II e Vale I. Portanto, a primeira vista, a proposição seria meritória, pois estaria corrigindo uma injustiça com o trabalhador detentor da conta vinculada junto ao FGTS.

Todavia, não podemos ignorar a lógica de funcionamento do Fundo, sob pena de acabarmos prejudicando ao mesmo trabalhador que se pretende beneficiar.

Destaco que qualquer reavaliação do FGTS sempre deve ser feita tendo em vista o difícil equilíbrio que o Fundo deve atingir entre os interesses dos depositantes e dos beneficiários dos programas que são executados com seus recursos. E mais: devemos lembrar que, na maioria das vezes, o depositante e o beneficiário são a mesma pessoa.

O fato é que 85% das contas vinculadas do FGTS têm saldo médio inferior a R\$ 1.000,00. Isso se deve ao fato dos recursos já terem sido sacados para serem utilizados principalmente na contratação de crédito para aquisição da casa própria. Com efeito, entre 2010 e 2011 foi realizado 1,7 milhão de saques dessas contas, com um total de quase R\$ 12 bilhões de recursos do FGTS utilizados pelos mutuários para habitação.

A alteração ora proposta teria um grave efeito oneroso sobre os contratos de financiamento imobiliário, pois implicariam na revisão desses contratos a fim de garantir o equilíbrio financeiro do Fundo.

Calcula-se que a substituição da TR pelo IPCA como índice de correção das contas vinculadas, como é proposto, implicará na elevação da taxa média dos contratos de financiamento imobiliário de 6% para até 11% ao ano, impossibilitando, inclusive, financiamentos especiais do FGTS com índices de até 5% ao ano que não poderiam mais subsistir.

Considerando que, do crédito habitacional originado entre janeiro e julho de 2011, 83,5% do valor total (R\$ 6,3 Bilhões) fora destinado as famílias com renda até 5 (cinco) salários mínimos e 87,2% dos contratos firmados foram celebrados por mutuários que percebem renda familiar até R\$ 2.725,00, podemos constatar também que seria a população de menor renda a maior prejudicada.

Ou seja, a despeito da boa intenção original manifesta no projeto em tela, estaríamos, na verdade, promovendo um amplo inadimplemento dessas famílias, com o risco real de perda da casa própria e retrocesso nas conquistas da política habitacional nos últimos anos.

Importante lembrar também que não são só os titulares de contas junto ao FGTS que têm acesso ao crédito para aquisição da casa própria. Num país em que o emprego informal, sem carteira assinada, é uma realidade, podemos prever que além do cotista, uma parcela expressiva da população seria prejudicada, inclusive porque o recurso é utilizado também para as políticas de saneamento e de infra-estrutura. Vale dizer que nos últimos 8 anos R\$ 120,2 Bilhões em recursos foram destinados a essas finalidades, gerando 6 milhões de empregos e beneficiando 147 milhões de pessoas.

Cabe acrescentar ainda que, com o objetivo de oferecer uma solução para a baixa remuneração das contas vinculadas, apresentei nesta casa o PLS 580 de 2011 que, quando transformado em lei, garantirá a participação do trabalhador no resultado financeiro do fundo. Com base no lucro apurado nos últimos anos, isso representaria a distribuição anual para as contas vinculadas entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 3 bilhões, quase que dobrando a remuneração recebida por essas contas. Além de finalmente dar ao trabalhador sua real e merecida condição de cotista do FGTS, com o direito de participar de seu lucro, meu projeto aumenta a remuneração das contas, sem desequilibrar financeiramente o fundo, nem onerar o crédito à casa própria e outros financiamentos de interesse social concedidos.

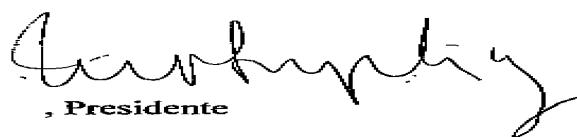
Por fim, o FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública. Se por um lado estes recursos são

patrimônio do trabalhador, por um lado, cumprem importante função econômica e social, em especial, beneficiando a milhões de trabalhadores com um acesso mais favorável ao crédito para aquisição da tão sonhada casa própria. E nesse sentido, entendo que a proposição em discussão coloca em risco esse importante propósito.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.



, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193 de 2008

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER NA 1ª REUNIÃO, DE 07/02/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

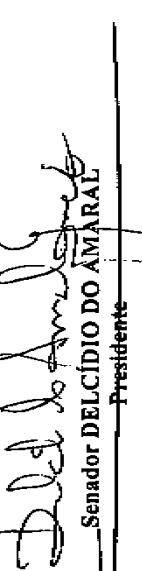
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Vadimir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Lobão Filho (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ricardo Ferraço (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 193 de 2008.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIPIO DO AMARAL (PT)	X				1-ZEZE PERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPlicY (PT)					2-ANGELA MORTELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3-MARTA SUPlicY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)	X				6-CRISTOVAM Buarque (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)					7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X				8-INACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUAPP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIAO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				6-VAGO				
LOBAO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRACO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2-AÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FÉCURI (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDIO TITULARES - PR	X				2-GIM ARÇELLO				
CLESIO ANDRADE	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOAO RIBEIRO					1-BLAIRÔ MAGGI				
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	2-ALFREDO NASCIMENTO				
VAGO					SUPLENTE - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 12 SIM 3 NAO 12 ABS - AUTOR - PRESIDENTE A.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132 § 8º, RISF)

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização juros de (três) por cento ao ano.

Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido da TR, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 2º A incidência da TR de que trata o caput deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 2º-A. A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem: (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação; (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação. (Incluído pela Lei nº 9.964, de 2000)

§ 3º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 008/2012/CAE

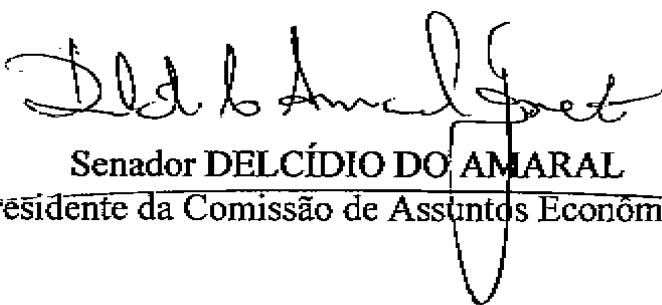
Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, que “altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências”.

Atenciosamente,


Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2008, de autoria do Senador TASSO JEREISSATI, que altera a forma de cálculo da remuneração dos depósitos nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição substitui a Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O autor argumenta que a fórmula hoje em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos trabalhadores cotistas do fundo, cujo rendimento não tem sequer acompanhado a inflação. A adoção do IPCA mais juros de três por cento ao ano é assim justificada:

- a) a cláusula de indexação evita o risco de rendimento negativo para as contas vinculadas ao FGTS, importante na medida em que se trata de poupança forçada;
- b) trata-se de índice associado à cesta de consumo do brasileiro médio;
- c) a TR não tem sentido econômico, seja como indicador de correção monetária ou taxa de rentabilidade do mercado financeiro.

O autor do projeto também entende que a adoção da fórmula proposta elevará o incentivo à formalização, reduzindo o que chama de “cunha” no mercado de trabalho, que seria a diferença entre os gastos do empregador vinculados ao contrato de trabalho e o que efetivamente é apropriado pelo trabalhador.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Na CAS, foi aprovado parecer favorável do Senador Eduardo Azeredo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive quanto à iniciativa parlamentar. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que se trata de adequadamente sopesar os interesses dos detentores das contas vinculadas ao FGTS, que são obrigados a aderir a essa modalidade de poupança, e aqueles que se beneficiam dos recursos do fundo, emprestados a taxas de juros moderadas.

Nesse sentido, em que pese a nobre finalidade de prover financiamento barato para projetos habitacionais, de saneamento básico e de infra-estrutura, de modo geral, parece clara a necessidade de garantir uma proteção mínima ao valor do patrimônio do trabalhador cotista, o que claramente não ocorre hoje. Vale lembrar que essa poupança, além de compulsória, só pode ser sacada em situações muito especiais, todas de grande implicação na vida dessas pessoas, como no caso da aquisição da casa própria. Desse ponto de vista, o projeto em comento vai ao encontro de uma justa aspiração dos trabalhadores titulares de contas do FGTS.

No entanto, em uma perspectiva de longo prazo, é importante considerar que a remuneração proposta, um ganho real de 3,75% ao ano, é alta, admitindo-se que o nível de juros do Brasil tende a se aproximar, em algum momento, daquele de economias mais maduras. Além disso, importa reconhecer que tal patamar seria demasiado oneroso para um fundo que se propõe a conceder empréstimos subsidiados para fins sociais, inviabilizando parcela substancial desses projetos.

Desse modo, propomos algumas alternativas para viabilizar uma maior rentabilidade do saldo das contas do FGTS, sem prejuízo das finalidades adjacentes do mencionado fundo.

Primeiramente, seria mais interessante adotar-se como índice de atualização monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Tal índice foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores. É calculado a partir da agregação dos índices locais de preços efetivamente pagos ao consumidor, apurados em regiões metropolitanas, para uma cesta de produtos e serviços direcionados para famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e oito salários mínimos. Além disso, o INPC, desde 2003, é o índice utilizado para aferir o poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas e, portanto, o índice de reajuste anual dos benefícios do INSS.

Com relação à capitalização, é importante ajustá-la à evolução do quadro inflacionário e às condições oferecidas ao mercado para financiar o governo e o setor privado. Para atender a essas duas perspectivas, seria importante que a capitalização estivesse em um valor que variasse entre a taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) e a própria inflação, dada pelo INPC. Assim, o ganho real estaria garantido, sem permitir variações desproporcionais e respeitando o patrimônio do trabalhador.

Detalhe relevante que se deve adotar é que tal capitalização somente deve ocorrer se o parâmetro do mercado, a Selic, superar a variação do INPC. Se o INPC superar a Selic, não haveria necessidade de capitalização, uma vez que a atualização monetária, em si mesma, já indicaria ganhos acima do mercado.

Não obstante, entendo que essa diferença deva ser parametrizada e complementada, com base no mercado de trabalho. Nesse sentido, dois aspectos me chamam atenção. O primeiro é a questão da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, um problema que sempre foi sério e um dos fatores que inibe o aumento da produtividade do trabalho em nosso País. Nossa taxa de rotatividade do trabalho gira em torno de

13,2%, enquanto nos Estados Unidos, na União Europeia e no Brasil, inicio de 2009, estavam, respectivamente, na ordem de 6,5%, 5,9% e 4,1%.

O outro fator, decorrente do primeiro, está relacionado aos crescentes gastos do governo com seguro-desemprego. Em 2009, estes gastos totalizaram R\$ 19,6 bilhões, cerca de 33% superior aos do ano anterior, que foram da ordem de R\$ 14,7 bilhões. Também o número de beneficiados foi o maior já registrado: 7,7 milhões de trabalhadores ante 7,1 milhões que receberam no ano anterior.

Tais números acedem o alerta vermelho, especialmente quando verificamos que, no biênio 2007-2008, a situação já era alarmante. As despesas com seguro-desemprego em 2008 totalizaram R\$ 14,7 bilhões contra R\$ 12,7 bilhões em 2007, representando um aumento de 15,6%. O número de segurados em 2008 ficou em 6,5 milhões contra 6,2 milhões em 2007.

Para atacar esses dois problemas, proponho que o cálculo da capitalização obedeça a uma progressão, variando conforme o período de permanência do trabalhador na mesma empresa. Assim, a capitalização corresponderia a um percentual da diferença entre a Selic e o INPC, da seguinte forma:

I – 15% (quinze por cento) da diferença entre a taxa de juros equivalente à Selic e o INPC, limitado a 3% (três por cento) ao ano, durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na empresa;

II – 20% (vinte por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 4% (quatro por cento) ao ano, do terceiro ao quinto ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

III – 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, do sexto ao décimo ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

IV – 40% (quarenta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 6% (seis por cento) ao ano, a partir do décimo primeiro ano de permanência do trabalhador na mesma empresa.

Por fim, entendo necessário incluir dispositivo que permita a repactuação dos contratos de financiamento imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que foram firmados em data anterior à aprovação do projeto de lei. Isso permitirá uma maior segurança jurídica para as instituições financeiras, desde que não incorra em prejuízo aos mutuários.

Esperamos, dessa maneira, aprimorar a proposta^{28489.78633} de propiciar uma remuneração mais justa para as contas vinculadas ao FGTS, melhorando, ao mesmo tempo, as relações do trabalho. Isso, sem comprometer os objetivos sociais do Fundo.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 193, DE 2008 (Substitutivo)

Altera o art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos mensalmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha substitui-lo, e serão objeto de capitalização de juros de:

I – 15% (quinze por cento) da diferença entre a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) e o INPC, limitado a 3% (três por cento) ao ano, durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na empresa;

II – 20% (vinte por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 4% (quatro por cento) ao ano, do terceiro ao quinto ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

III – 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, do sexto ao décimo ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

IV – 40% (quarenta por cento) da diferença entre o INPC, limitado a 6% (seis por cento) ao ano, a partir do décimo primeiro ano de permanência do trabalhador na mesma empresa.

.....
§ 5º Não incidirá a capitalização de juros de que trata o *caput* se a diferença entre a taxa Selic e o INPC, ou o índice que venha substituí-lo, for negativa” (NR)

“Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da INPC sobre a importância correspondente.

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido do INPC, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou fração, e multa, sujeitando-se também às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

§ 2º A incidência do INPC será cobrada por mês de atraso, tomado-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS.

§ 3º A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

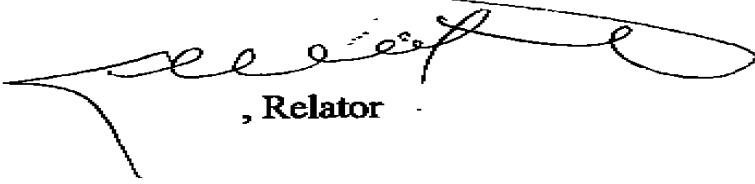
§ 4º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido do INPC até a data da respectiva operação.” (NR)

Art. 2º Os contratos de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), celebrados antes da entrada em vigor desta lei, poderão ser repactuados pelas instituições financeiras, sem prejuízo aos mutuários, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente


, Relator

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora MARTA SUPLICY

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2008, de autoria do ex-Senador TASSO JEREISSATI, que altera a forma de cálculo da remuneração dos depósitos nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição substitui a Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O autor argumenta que a fórmula hoje em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos trabalhadores cotistas do fundo, cujo rendimento não tem sequer acompanhado a inflação.

O autor do projeto também entende que a adoção da fórmula proposta elevará o incentivo à formalização, reduzindo o que chama de “cunha” no mercado de trabalho, que seria a diferença entre os gastos do empregador vinculados ao contrato de trabalho e o que efetivamente é apropriado pelo trabalhador.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Na CAS, foi aprovado parecer favorável do ex-Senador Eduardo Azeredo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive quanto à

Considerando que, do crédito habitacional originado entre janeiro e julho de 2011, 83,5% do valor total (R\$ 6,3 Bilhões) fora destinado as famílias com renda até 5 (cinco) salários mínimos e 87,2% dos contratos firmados foram celebrados por mutuários que percebem renda familiar até R\$ 2.725,00, podemos constatar também que seria a população de menor renda a maior prejudicada.

Ou seja, a despeito da boa intenção original manifesta no projeto em tela, estaríamos, na verdade, promovendo um amplo inadimplemento dessas famílias, com o risco real de perda da casa própria e retrocesso nas conquistas da política habitacional nos últimos anos.

Importante lembrar também que não são só os titulares de contas junto ao FGTS que têm acesso ao crédito para aquisição da casa própria. Num país em que o emprego informal, sem carteira assinada, é uma realidade, podemos prever que além do cotista, uma parcela expressiva da população seria prejudicada, inclusive porque o recurso é utilizado também para as políticas de saneamento e de infra-estrutura. Vale dizer que nos últimos 8 anos R\$ 120,2 Bilhões em recursos foram destinados a essas finalidades, gerando 6 milhões de empregos e beneficiando 147 milhões de pessoas.

Por fim, o FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública. Se por um lado estes recursos são patrimônio do trabalhador, por um lado, cumprem importante função econômica e social, em especial, beneficiando a milhões de trabalhadores com um acesso mais favorável ao crédito para aquisição da tão sonhada casa própria. E nesse sentido, entendo que a proposição em discussão coloca em risco esse importante propósito.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente


, Relatora

VOTO EM SEPARADO APRESENTADO PELO SENADOR CYRO MIRANDA PERANTE A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2008, de autoria do Senador TASSO JEREISSATI, altera a forma de cálculo da remuneração dos depósitos nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), propondo a substituição da Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É de amplo conhecimento que a fórmula hoje em vigor beneficia desproporcionalmente os tomadores de recursos do FGTS, em detrimento dos trabalhadores cotistas do Fundo, cujo rendimento não tem sequer acompanhado a inflação. A adoção do IPCA mais juros de três por cento ao ano é assim justificada:

- a) a cláusula de indexação evita o risco de rendimento negativo para as contas vinculadas ao FGTS, importante na medida em que se trata de poupança forçada;
- b) trata-se de índice associado à cesta de consumo do brasileiro médio;
- c) a TR não tem sentido econômico, seja como indicador de correção monetária ou taxa de rentabilidade do mercado financeiro; e
- d) haveria maior incentivo à formalização.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Na CAS, foi aprovado parecer favorável do Senador Eduardo Azeredo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com os cálculos do Instituto FGTS Fácil, no período de Janeiro de 2003 a Dezembro de 2011, deixou de ser creditada nas contas ativas e

inativas dos trabalhadores no FGTS a importância de R\$ 92,7 bilhões, com base na diferença da TR (Taxa Referencial) do Banco Central e o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, que mede a inflação oficial no Brasil. Esta perda gerou ainda uma economia de R\$ 23,3 bilhões para as empresas no pagamento da Multa de 40% (quarenta por cento), quando demite o trabalhador sem justa causa, totalizando perda total de R\$ 116 bilhões. Esta perda se deve à política de redutores aplicada mensalmente pelo Banco Central no cálculo da TR.

Entendemos que se trata de adequadamente contrabalançar os interesses dos detentores das contas vinculadas ao FGTS, que são obrigados a aderir a essa modalidade de poupança, e aqueles que se beneficiam dos recursos do fundo, emprestados a taxas de juros moderadas.

Há que se perguntar: **É justo que somente os trabalhadores das empresas privadas no regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) paguem esta conta social com o confisco e desvalorização do seu dinheiro no FGTS? – Acreditamos que não.**

Nesse sentido, em que pese a nobre finalidade de prover financiamento barato para projetos habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura, de modo geral, parece clara a necessidade de garantir uma proteção mínima ao valor do patrimônio do trabalhador cotista, o que claramente não ocorre hoje. Vale lembrar que essa poupança, além de compulsória, só pode ser sacada em situações muito especiais, todas de grande implicação na vida dessas pessoas, como no caso da aquisição da casa própria. Desse ponto de vista, o projeto em commento vai ao encontro de uma justa aspiração dos trabalhadores titulares de contas do FGTS.

No entanto, podemos avançar ainda mais, como já exposto no parecer do Senador Garibaldi Alves Filho nesta CAE, especialmente no que tange à escolha de um índice mais apropriado e aproveitando a oportunidade para estabelecer uma forma de capitalização justa e que combine incentivos para que o trabalhador conserve seus recursos mais tempo no Fundo, de modo que as aplicações de seus recursos em habitação e saneamento não sejam prejudicados.

Primeiramente, seria mais interessante adotar-se como índice de atualização monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Tal índice foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores. É calculado a partir da agregação dos índices locais de preços efetivamente pagos ao consumidor, apurados em regiões metropolitanas, para uma cesta de produtos e serviços direcionados para famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e oito salários mínimos. Além disso, o INPC, desde 2003, é o índice utilizado para aferir o poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas e, portanto, o índice de reajuste anual dos benefícios do INSS.

Com relação à capitalização, é importante ajustá-la à evolução do quadro inflacionário e às condições oferecidas ao mercado para financiar o governo e o setor privado. Para atender a essas duas perspectivas, seria importante que a capitalização estivesse em um valor que variasse entre a taxa referencial do Sistema de Líquidação e Custódia (Selic) e a própria inflação, dada pelo INPC. Assim, o ganho real estaria garantido, sem permitir variações desproporcionais e respeitando o patrimônio do trabalhador.

Detalhe relevante que se deve adotar é que tal capitalização somente deve ocorrer se o parâmetro do mercado, a Selic, superar a variação do INPC. Se o INPC superar a Selic, não haveria necessidade de capitalização, uma vez que a atualização monetária, em si mesma, já indicaria ganhos acima da taxa básica de juros.

Não obstante, entendo que essa diferença deva ser parametrizada e complementada, com base no mercado de trabalho. Nesse sentido, dois aspectos me chamam atenção: a alta rotatividade no mercado de trabalho brasileiro e as cada vez mais elevadas quantias pagas à título de seguro-desemprego. Para atacar esses dois problemas, proponho que o cálculo da capitalização obedea a uma progressão, variando conforme o período de permanência do trabalhador na mesma empresa. Assim, a capitalização corresponderia a um percentual da diferença entre a Selic e o INPC, da seguinte forma:

I – 15% (quinze por cento) da diferença entre a taxa de juros equivalente à Selic e o INPC, limitado a 3% (três por cento) ao ano, durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na empresa;

II – 20% (vinte por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 4% (quatro por cento) ao ano, do terceiro ao quinto ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

III – 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, do sexto ao décimo ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

II – 40% (quarenta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 6% (seis por cento) ao ano, a partir do décimo primeiro ano de permanência do trabalhador na mesma empresa.

É importante destacar ainda, que a fórmula proposta desindexa os Juros Anuais do FGTS de 3% (três por cento), mesma fórmula para atualização do saldo da Caderneta de Poupança, acabando com o último investimento indexado no Brasil, que rende Juros de 0,5% ao mês, equivalente a 6,17% ao ano, que tem sido fator de impedimento para que a taxa Selic possa descer a um nível compatível com uma inflação baixa, deixando o Brasil de ser o país com a maior Taxa de Juros reais do Mundo.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, votamos contrariamente ao entendimento do relator, pela aprovação do Projeto de Lei nº 193, de 2008, por esta Comissão, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 193, DE 2008 (Substitutivo)

Altera o art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos mensalmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha substituí-lo, e serão objeto de capitalização de juros de:

I – 15% (quinze por cento) da diferença entre a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) e o INPC, limitado a 3% (três por cento) ao ano, durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na empresa;

II – 20% (vinte por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 4% (quatro por cento) ao ano, do terceiro ao quinto ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

III – 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, do sexto ao décimo ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

IV – 40% (quarenta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 6% (seis por cento) ao ano, a partir do décimo primeiro ano de permanência do trabalhador na mesma empresa.

§ 5º Não incidirá a capitalização de juros de que trata o *caput* se a diferença entre a taxa Selic e o INPC, ou o índice que venha substituí-lo, for negativa” (NR)

“Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da INPC sobre a importância correspondente.

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido do INPC, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou fração, e multa, sujeitando-se também às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

§ 2º A incidência do INPC será cobrada por mês de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS.

§ 3º A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§ 4º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido do INPC até a data da respectiva operação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2012.



Senador CYRO MIRANDA

SENADO FEDERAL

PARECERES N°S 72 E 73 , DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, do Senador Marconi Perillo, que *institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.*

PARECER N° 72 , DE 2012, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

RELATOR: Senador Efraim Moraes

RELATOR ~~AD HOC~~: Senador Inácio Arruda
ad loc

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, de autoria do Senador MARCONI PERILLO, institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), em cumprimento à previsão inscrita no art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O projeto estabelece como função institucional do Conselho a promoção da “harmonização e coordenação das práticas relativas à gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O art. 2º da proposição firma a composição do CGF, que será integrado por representantes dos órgãos de controle externo dos entes federativos, assim como, na condição de observadores, por representantes dos órgãos centrais de contabilidade e orçamento da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e dos Conselhos Federais de Contabilidade, de Economia e de Administração.

As competências do CGF são arroladas em onze incisos do art. 3º do projeto, que incluem as atribuições do Conselho determinadas

pelo art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000. O art. 4º da proposição determina que os recursos necessários ao funcionamento do Conselho correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Contas da União.

O art. 5º do projeto institui duas unidades de apoio ao CGF: a Comissão Técnica Permanente e a Secretaria Executiva. As atribuições e composição dessas unidades de apoio são disciplinadas nos dois artigos seguintes da proposição.

O projeto determina, ainda, em seu art. 8º, que as normas gerais para consolidação das contas públicas firmadas pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do art. 50º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecerão em vigor até revogação expressa pelo CGF.

A instalação do CGF, de acordo com o art. 9º do projeto, deverá ser efetuada no exercício seguinte ao da aprovação da lei. O art. 10 da proposição acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para inscrever entre as atribuições do Tribunal de Contas da União o fornecimento de recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao funcionamento do CGF. O art. 11 do projeto estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Na distribuição inicial, a proposição recebeu relatório favorável da lavra da Senadora Kátia Abreu. Em 2008, a matéria foi redistribuída ao Senador João Tenório, que a devolveu em razão de deixar de compor a comissão. Nesta sessão legislativa, a matéria foi novamente redistribuída, primeiramente, ao Senador José Agripino e, depois, a este Relator.

O Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, após avaliação deste Colegiado, deverá ser apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto:

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, nos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Com respeito à constitucionalidade do projeto, faz-se necessária, de início, avaliação sobre a legitimidade de sua autoria por parlamentar. O art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, reserva ao Presidente da República a prerrogativa de dar início ao processo legislativo para elaboração de leis destinadas a criar ou extinguir Ministérios e órgãos da administração pública. A instituição do Conselho de Gestão Fiscal, em projeto de autoria de Senador, incorre em violação dessa reserva de iniciativa, o que implica a inconstitucionalidade da proposição.

Ainda que se entenda que o Conselho de Gestão Fiscal já tenha sido formalmente criado pela disposição do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o projeto em análise permanece violando a referida reserva de iniciativa, uma vez que ele, efetivamente, promove a estruturação do órgão e dispõe sobre suas atribuições.

Com relação à juridicidade, a proposição, em linhas gerais, mostra-se adequada. Firmamos ressalva unicamente com relação à composição que se pretende dar ao conselho, em que apenas os representantes dos órgãos de controle externo recebem a condição de integrantes plenos, enquanto os representantes dos demais órgãos da administração pública e das entidades técnicas representativas da sociedade são acolhidos apenas como observadores. Essa disposição contraria o *caput* do art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não estabelece distinção alguma entre os integrantes do conselho.

A proposição é evidentemente meritória, uma vez que busca efetivar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a incrementar o acompanhamento e a avaliação da política de gestão fiscal, em benefício de todos os entes federativos. O vício de inconstitucionalidade formal apontado, no entanto, impede o

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição**, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

Sala da Comissão,

02 de julho de 2009

Presidente

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLS **Nº** 651 **DE** 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>

RELATOR: <u>ID HOC</u> Senador Inácio Arruda
--

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)

MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHHESSARENKO

MAIORIA (PMDB, PP)

PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)

KÁTIA ABREU	1. Efraim MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO

PTB

ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
------------	----------------

PDT

OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA
------------	--------------------

PARECER N° 73 , DE 2012, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

RELATORA: Senadora Marta Suplicy

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 651, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que chega a esta Comissão em decisão terminativa, visa instituir o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), de acordo com o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A finalidade do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do projeto, é promover a harmonização e coordenação das práticas de gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O projeto dispõe, ainda, sobre as competências, composição e estrutura organizacional do Conselho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que avaliou a proposta antes de seu encaminhamento a esta Comissão, considerou o projeto inconstitucional, por invadir competência reservada privativamente ao Presidente da República.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, determina a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, para efetuar o acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal. A despeito da relevância da matéria para a consolidação das normas de responsabilidade fiscal no País, o Conselho de Gestão Fiscal até hoje não foi instituído.

A disciplina proposta pelo PLS nº 651, de 2007, para a implantação do Conselho, mostra-se, em exame preliminar, adequada à criação de um arcabouço normativo que sustente instalação do órgão, proporcionando-lhe condições adequadas para o desempenho de seu papel institucional. No entanto, a constitucionalidade do projeto, já apontada pela CCJ, exclui qualquer possibilidade de aprovação da proposta.

A criação ou extinção de Ministérios ou quaisquer órgãos da administração pública é matéria de lei de iniciativa reservada privativamente ao Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal. O projeto em lume, por ser de autoria parlamentar, incorre em vício de constitucionalidade formal, pela violação do referido dispositivo da Lei Maior. Trata-se de mácula irremediável, que implica a invalidade das normas propostas.

A instituição do Conselho de Gestão Fiscal só pode ocorrer como resultado da aprovação de projeto de lei apresentado pelo Presidente da República. Nesse sentido, devemos registrar que o Poder Executivo já apresentou proposição legislativa com esse propósito: o Projeto de Lei nº 3.744, de 2000, que tramita na Câmara dos Deputados, em regime de tramitação conclusiva na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **rejeição**, por constitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

Sala da Comissão, em 7 de fevereiro de 2012.

, Presidente

Bethângela
, Relatora

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 1ª REUNIÃO, DE 07/02/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Delcídio do Amaral

RELATOR: Eduardo Suplicy

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Lobão Filho (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Domellos (PP)	8. Ricardo Ferraço (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

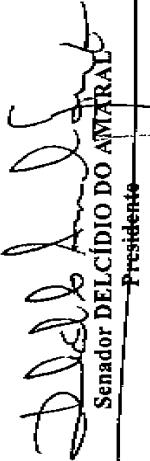
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – FLS n° 651 de 2007.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSD, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIÉDO DO AMARAL (PT)	X				1-ZEZÉ PERRELA (PDT)				
EDUARDO SUPlicY (PT)					2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X				3-MARTA SUPlicY (PT)	X			
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
ACIR GURGACZ (PDT)					6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)	X				7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
YANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X				8-JINACIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SERGIO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
KOBERTO REQUIÃO (PMDB)					4-ANA AMÉLIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIRO MOKA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				6-YAGO				
LOBÃO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRACO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYROMIRANDA (PSDB)					2-AÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGripIno (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMOSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDIO	X				2-QIM ARGELLO				
TITULARES - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PR	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLEÓSIO ANDRADE					1-BLAIR MAGGI				
JOÃO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 15 ABS - AUTOR - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 7 / 2 / 12.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:

I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;

II - proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e das demais entidades referidas no inciso anterior;

III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, nos termos do art. 36 desta Lei;

IV - acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União e das entidades referidas no inciso I deste artigo, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno;

V - apreciar, para fins de registro, na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

VI - efetuar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos;

VII - emitir, nos termos do § 2º do art. 33 da Constituição Federal, parecer prévio sobre as contas do Governo de Território Federal, no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no Regimento Interno;

VIII - representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades, inclusive as de Ministro de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente;

IX - aplicar aos responsáveis as sanções previstas nos arts. 57 a 61 desta Lei;

X - elaborar e alterar seu Regimento Interno;

XI - eleger seu Presidente e seu Vice-Presidente, e dar-lhes posse;

XII - conceder licença, férias e outros afastamentos aos ministros, auditores e membros do Ministério Pùblico junto ao Tribunal, dependendo de inspeção por junta médica a licença para tratamento de saúde por prazo superior a seis meses;

XIII - propor ao Congresso Nacional a fixação de vencimentos dos ministros, auditores e membros do Ministério Pùblico junto ao Tribunal;

XIV - organizar sua Secretaria, na forma estabelecida no Regimento Interno, e prover-lhe os cargos e empregos, observada a legislação pertinente;

XV - propor ao Congresso Nacional a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de quadro de pessoal de sua secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração;

XVI - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma prevista nos arts. 53 a 55 desta Lei;

XVII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

§ 1º No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, de legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

§ 2º A resposta à consulta a que se refere o inciso XVII deste artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

§ 3º Será parte essencial das decisões do Tribunal ou de suas Câmaras:

I - o relatório do Ministro-Relator, de que constarão as conclusões da instrução (do relatório da equipe de auditoria ou do técnico responsável pela análise do processo, bem como do parecer das chefias imediatas, da unidade técnica), e do Ministério Público junto ao Tribunal;

II - fundamentação com que o Ministro-Relator analisará as questões de fato e de direito;

III - dispositivo com que o Ministro-Relator decidirá sobre o mérito do processo.

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparéncia da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o caput instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 07/2012/CAE

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 651 de 2007, que “institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000”.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa,
nos termos do art. 250,
parágrafo único, do Regimento Interno

Relatório

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

Nos termos do Regimento Interno, veio ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, de autoria do eminentíssimo Senador Marconi Perillo, que institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento.

Essa iniciativa tem como fundamento de validade o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), do teor seguinte:

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I – harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II – disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparéncia da gestão fiscal;

III – adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV – divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o *caput* instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

O Projeto de Lei de que se trata está assim estruturado, em linhas gerais.

O art. 1º institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF) como órgão de deliberação coletiva, integrante da administração pública federal, vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU). O Conselho tem por finalidade promover a **harmonização e coordenação** das práticas relativas à gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Pelo art. 2º, dispõe-se que o Conselho será integrado por representantes dos Tribunais de Contas existentes no País. Os órgãos de contabilidade e de orçamento, os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público e os Conselhos Federais de Contabilidade, de Economia e de Administração participarão do Conselho na condição de observadores, sendo-lhes assegurado o direito de participar dos debates.

A competência do Órgão está prevista no art. 3º, na forma seguinte:

I – elaborar o seu regimento interno;

II – editar normas gerais relativas à aplicação de dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, à consolidação das contas públicas e à padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal;

III – fixar normas e padrões mais simples para pequenos Municípios no que diz respeito à aplicação de dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, à consolidação das contas públicas e à padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal;

IV – atualizar os modelos dos relatórios e demonstrativos exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000;

V – estipular novos relatórios, demonstrativos e mecanismos de transparéncia da gestão fiscal;

VI – responder a consultas formuladas por órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

VII – estabelecer cooperação técnica com entidades e órgãos públicos e privados, promovendo o intercâmbio de dados e informações;

VIII – requerer dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal dados e informações relativas à gestão fiscal;

IX – produzir e divulgar análises, estudos e diagnósticos relativos à gestão fiscal;

X – disseminar práticas de eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de tributos, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

XI – realizar audiências públicas no âmbito de suas competências.

.....
§ 4º Os requerimentos aprovados na forma do inciso VIII serão encaminhados por meio dos órgãos de controle externo da jurisdição correspondente, observados os prazos, as sanções e outros requisitos previstos nas leis e normas próprias.

Pelo art. 4º, os recursos necessários ao funcionamento do Conselho correrão à conta de dotações orçamentárias do TCU.

O Conselho contará com uma Comissão Técnica Permanente composta, em regime de dedicação exclusiva, por 15 Analistas de Controle Externo do TCU. Contará também com uma Secretaria Executiva, que lhe prestará apoio administrativo.

O art. 8º estabelece que as normas gerais editadas pelo órgão central de contabilidade pública da União no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, permanecerão válidas até a sua expressa substituição pelas normas editadas pelo Conselho.

Segundo o art. 9º, o Conselho será instalado no exercício seguinte ao da aprovação desta Lei.

Finalmente, o art. 10 acrescenta o inciso XVIII ao art. 1º da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 1992), dispondo que compete ao Tribunal de Contas da União prover o Conselho de Gestão Fiscal dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

II – ANÁLISE

O texto do presente projeto bem revela o conhecimento e a experiência do nobre Autor em assuntos de administração pública. Realmente, não só do ponto de vista formal, mas também no que tange à sua essência, a proposição corporifica, de modo claro e objetivo, a criação de um órgão cuja composição e funcionamento compreende o espectro global da administração pública brasileira. Não se vislumbrava assim tão simples a criação de um organismo com múltiplas atribuições que, em grande medida, diz com todas as esferas de governo.

Parece-nos até engenhosa a dicção do § 4º do art. 3º ao prever que as requisições de dados e informações relativas à gestão fiscal aos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal serão encaminhadas por meio dos órgãos de controle externo da jurisdição correspondente. Com tal cuidado, preserva-se a autonomia de cada ente federado, mesmo sabendo-se que a finalidade precípua do Conselho é a harmonização e coordenação das práticas relativas à gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; mesmo sabendo-se que o presente projeto tem como sua base legal a LRF, que, por sua vez, tem como fundamento de validade o Capítulo II do Título VI da Constituição Federal; mesmo sabendo-se que a LRF se aplica a todas as unidades federadas.

Em suas próprias palavras, o digno Autor acentua:

Pretende-se com essa medida diminuir a quantidade de interpretações conflitantes sobre os conceitos e as práticas adotadas pelos vários entes da Federação. Observa-se, por exemplo, que não há consenso sobre se são cabíveis os seguintes procedimentos:

- I – exclusão da remuneração do pessoal inativo da despesa de pessoal;
- II – exclusão do imposto de renda pago pelos servidores públicos estaduais e municipais do cálculo da Receita Líquida Real (RLR) do ente correspondente;
- III – cancelamento de empenhos no final dos mandatos dos governadores ou prefeitos;
- IV – uso de benefícios fiscais a entidades privadas como contrapartida pela realização de obras e serviços de interesse público;

V – abatimento de créditos da dívida ativa (a qual apresenta baixa liquidez e, com freqüência, é irrecuperável) do montante da dívida pública (a qual é líquida e certa).

Também existem discrepâncias acerca dos métodos de aferição das despesas com saúde e das despesas com pessoal terceirizado. Todas essas divergências conspiram contra a eficácia da LRF como da Lei de Crimes Fiscais (Lei nº 10.028, de 2000), pois torna pouco transparentes os demonstrativos contábeis, dificultando as análises comparativas e, por extensão, o controle social, bem como priva o Poder Judiciário e o Ministério Público de um arcabouço conceitual sólido o bastante para dar eficácia ao controle judiciário.

Também se nos afigura apropriada a localização do Conselho de Gestão Fiscal no TCU, pois esta instituição tem competência para julgar as contas de todos os administradores dos órgãos e entidades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, vale dizer, de toda a administração pública federal. Acreditamos, assim, que haverá perfeita sintonia entre as atividades da Corte de Contas e as do Conselho.

Por outro lado, cabe ressaltar que o projeto não infringe os ditames dos arts. 61.e 169 da Constituição Federal, tampouco as regras dos arts. 16 e 17 da LRF, pois não cria cargos públicos, nem cria órgão no âmbito do Poder Executivo. Na opinião de Carlos Pinto Coelho Motta *et alli*, no livro *Responsabilidade Fiscal*, (Ed. DelRey, 2000, p. 476) “trata-se de um colegiado técnico central, de nível nacional, encarregado de assistir aos entes políticos na aplicação e operacionalização da LRF”.

Devemos ainda esclarecer, para que não pare a menor dúvida, que a palavra “Conselhos”, contida no § 1º do art. 2º do projeto, está corretamente assentada, a despeito de, no momento, não existir nenhum Conselho de Contas Municipais no País. É que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se pronunciou sobre a criação de tais instituições, ao proferir decisão na ADIN nº 154, onde ficou definido o seguinte:

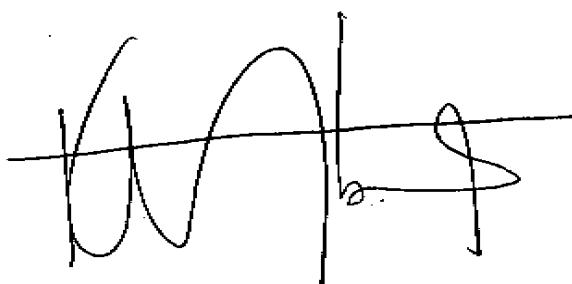
EMENTA: – A vedação contida no § 4º do art. 31 da Constituição Federal só impede a criação de órgão, Tribunal ou Conselho de Contas, pelos Municípios, inserido na estrutura destes.

Não proíbe a instituição de órgão, Tribunal ou Conselho, pelos Estados, com jurisdição sobre as contas municipais.

III – VOTO

Assim exposto, e considerando que a iniciativa obedece aos preceitos constitucionais e legais que regem a matéria e que foi produzida em boa técnica legislativa, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relatora

Relator

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para análise em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que tem por objetivo instituir o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O projeto determina que o Conselho terá a finalidade de promover a harmonização e coordenação das práticas de gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A proposição, além de fixar as competências do Conselho de Gestão Fiscal, dispõe minuciosamente sobre a sua composição e estrutura organizacional.

A avaliação do projeto efetuada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu pela sua constitucionalidade, por violação de iniciativa privativa do Presidente da República.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A instituição do Conselho de Gestão Fiscal, prevista no art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, é de extrema relevância para a consolidação das normas de responsabilidade fiscal no País, em vista do papel que esse órgão deve ter no acompanhamento e na avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal.

Acreditamos que as disposições do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007, orientam-se, de uma forma geral, para a constituição de um Conselho plenamente capaz de atender sua missão institucional, em conformidade com os mais elevados interesses da sociedade. Todavia, não podemos deixar de levar em consideração a decisão da CCJ pela inconstitucionalidade do projeto.

O projeto esbarra, de fato, em vício de inconstitucionalidade formal, decorrente de sua apresentação por parlamentar, o que viola a disposição do art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, que reserva ao Presidente da República competência para apresentar proposições legislativas que disponham sobre a criação ou extinção de Ministérios ou órgãos da administração pública.

A alternativa de emendar o projeto para dar-lhe caráter apenas autorizativo não serviria para solucionar a questão e permitir o seguimento de sua tramitação. De fato, ainda que o projeto apresentasse mera autorização para que o Executivo efetuasse a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, o seu vício de inconstitucionalidade não seria elidido, visto que, ainda assim, ele permaneceria invadindo a competência do Presidente da República, ao dispor sobre a criação de órgão da administração.

Devemos registrar, ainda, que a Câmara dos Deputados tem sistematicamente rechaçado projetos de lei autorizativos, seguindo orientação contida na Súmula de Jurisprudência nº 1, da sua Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de 1º de dezembro de 1994, que estatui ser inconstitucional *projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva*.

Além disso, um projeto autorizativo, mesmo aprovado nas duas Casas do Congresso, somente seria colocado em prática a partir de uma decisão do Poder Executivo, o que reduz ainda mais suas chances de ter efetividade.

Por fim, devemos assinalar que o Poder Executivo já apresentou proposição legislativa com o objetivo de instituir o Conselho de Gestão Fiscal.

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.744, de 2000, que se encontra pendente de apreciação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



Relator

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2012**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Of. n 003/2012/CE

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que “Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará”, com a emenda e subemendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com referência ao **Ofício nº 3, de**

2012, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 69, de 2012**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010**, do Senador Arthur Virgílio, que *dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica*.

Ao apreciar a matéria, a Comissão de Assuntos Sociais concluiu tratar-se de matéria sujeita a lei complementar.

Por essa razão, e em atendimento ao Ofício nº 12, de 2012, a Presidência determina a reautuação da matéria como projeto de lei complementar, a republicação dos avulsos.

A matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 12/2012-Presidência/CAS

Brasília, 8 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em Reunião realizada nesta data, o Parecer do Senador Paulo Bauer, Relator do Projeto de

Lei do Senado nº 287, de 2010, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, em face do que determina o art. § 1º da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Senador **Casildo Maldaner**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 8, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 8/2012/CAE

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, que “altera o **caput** do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com referência ao **Ofício nº 8, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a rejeição, por inconstitucionalidade, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2007**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 7/2012/CAE

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 651 de 2007, que “institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe so-

bre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000”.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto foi despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Tendo em vista que o **Parecer nº 72, de 2012**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluiu unanimemente pela rejeição, por inconstitucionalidade, em observância ao disposto no art. 101, § 1º, do Regimento Interno, a Presidência determina que seja a referida proposição arquivada definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os Srs. Senadores Ciro Nogueira, Romero Jucá e Clésio Andrade enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para agradecer e, ao mesmo tempo, fazer um pedido especial à Presidenta Dilma Rousseff, em nome de todos nós Nordestinos.

Estou falando especificamente da ferrovia Transnordestina, essa obra de vital importância para a economia do Nordeste.

A ferrovia é sem dúvida um dos sistemas de escoamento da produção que tem a melhor relação custo/benefício em todas as economias modernas. A ferrovia Transnordestina, que tem uma estimativa de 1.728 km de extensão, integrará os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, com ligação direta aos Portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

A obra, iniciada em 2006, tem seu custo total estimado, hoje, em torno de R\$ 6,7 bilhões, e uma expectativa de escoamento de 30 milhões de toneladas de grãos por ano.

Como se vê, é uma obra de fundamental importância para a economia Nordestina, e está relacionada no conjunto de obras do PAC, que, no balanço de 2007, estabeleceu a sua conclusão para o final de 2010. Agora, no segundo balanço do PAC2, o prazo passou para 2014.

Sr. Presidente, como bom Nordestino, estou ansioso para ver o término dessa obra, especialmente porque temos uma proposta de criação de uma Zona

de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí. Esses dois Municípios fazem parte de um dos eixos da Transnordestina.

A Ferrovia deverá promover o escoamento da produção de um pólo industrial a ser implantado nessa região. Também permitirá a exportação direta das mercadorias, que terão menores custos, garantindo, assim, maior competitividade dos nossos produtos em relação aos preços do mercado internacional.

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para agradecer a visita da Presidenta Dilma Rousseff às obras da Ferrovia Transnordestina.

A visita da Presidenta nos dá a certeza de que Sua Excelência está preocupada com o andamento das obras. Além disso, estamos confiantes, pois a determinação da Presidenta Dilma é a sua marca registrada, que dá ao seu governo celeridade e dinamismo no cumprimento dos seus compromissos.

A Presidenta Dilma se reuniu por mais de duas horas com os empresários responsáveis pelas obras da Ferrovia Transnordestina. E, para nosso alento, assegurou que não faltarão recursos para os empenhamentos.

O Presidente da Transnordestina, Tufi Daher, após o encontro, reconheceu que alguns problemas atrasaram as obras e prometeu que fará um esforço para terminar o eixo de Eliseu Martins até o Porto de Suape no final de 2013, ou, no máximo, no início de 2014.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nós Nordestinos alimentamos a esperança de que a conclusão das obras da Ferrovia Transnordestina seja realmente realizada dentro deste novo cronograma. O empenho pessoal da Presidenta Dilma Rousseff nos dá essa certeza.

Contudo, quero deixar registrado, especialmente para os meus conterrâneos Piauienses, que iremos acompanhar de perto, e atentamente, os desdobramentos deste projeto e, se for o caso, cobraremos o compromisso Presidencial.

Mas, mesmo assim, deixamos aqui o nosso pedido especial: Presidenta Dilma Rousseff, nós Nordestinos acreditamos em Vossa Excelência, não deixe que as obras da Ferrovia Transnordestina sejam paralisadas e determine todo o empenho, para que a conclusão deste projeto seja uma das metas do seu governo!

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nesta semana, o Presidente José Sarney (PMDB-AM) recebeu requerimento dos Senadores Pe-

dro Taques (PDT-MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC) para criar comissão especial com objetivo de debater um novo pacto federativo.

À semelhança de outras comissões criadas nestes moldes, aqui, no Senado Federal, como as que reformaram os códigos de Processo Penal, de Defesa do Consumidor e de Processo Civil, pretende-se estabelecer colegiado de alto nível, com a colaboração de economistas, juristas e cientistas políticos, com o fito de elaborar proposta para rediscutir a questão.

O abrangente escopo do pacto federativo e a necessidade urgente de reformar aspectos da legislação que afetam sobremaneira as possibilidades de o País tirar melhor proveito do excelente momento que vive, de modo a reduzir o famigerado “custo Brasil”, autorizam a pensar que esta iniciativa legislativa será das mais importantes desta Legislatura.

A nossa Constituição, ao exteriorizar as expectativas de participação política da Nação brasileira, que acordava do longo pesadelo da Ditadura, por meio de ordem institucional fortemente descentralizada, estabeleceu pacto federativo que ampliou o número de atores políticos, impedindo, como temos testemunhado com frequência nesta Casa, que o Governo Federal reúna condições para, sozinho, propor soluções para os grandes problemas nacionais.

Passados mais de 20 anos da aprovação do nosso texto constitucional, parece-nos que este é o momento exato para se redesenhar o pacto federativo. Certamente, muitas questões que subjazem a sua discussão já fazem parte da pauta atual do Congresso Nacional. Pensamos, em particular, na reforma tributária e conexões com as matérias de natureza fiscal tratadas, atualmente, no Parlamento, a saber, o modelo de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a questão dos **royalties** do pré-sal.

No debate sobre a distribuição de recursos e de poder político, o pacto federativo contempla outras questões prementes que envolvem as três esferas da Federação. Neste momento, em que os movimentos grevistas de forças militares de alguns estados têm ameaçado até mesmo o carnaval, trazendo o pânico para a população, observa-se a importância da atuação concertada do Governo Federal, dos estados e dos municípios na área de segurança. Por motivos óbvios, também não poderíamos excluir a educação e a proteção do meio ambiente do pacto federativo.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, não há lugar mais adequado do que o Senado Federal, na condição de casa da Federação, para iniciar este debate. Não há tempo mais oportuno para resolver estes gargalos que embaraçam o pleno desenvolvimento do País. Conclamo a todos os Senadores que envidemos esforços para

apoiar a criação desta importante comissão especial cujas resoluções a Nação brasileira tanto anseia.

Muito obrigado.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero destacar, hoje, a importância da alimentação para uma boa saúde. E para se alimentar bem é fundamental informação.

Pela importância que atribuo à boa alimentação na manutenção da saúde é que solicito que o inteiro teor deste documento conste dos anais da Casa e da divulgação dos trabalhos.

É preciso quebrar certos tabus, como o de que alimentação saudável é cara ou não tem sabor.

É preciso conscientizar as pessoas de que uma boa alimentação previne câncer, infarto, derrame, gastrite, úlceras e outras doenças.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Alimentação Saudável

Apresentação

Uma boa saúde é, em grande parte, resultado de uma boa alimentação. Portanto, quem está buscando um corpo mais saudável deve começar a se preocupar com a qualidade de sua alimentação.

A relação entre os alimentos e o bem-estar geral das pessoas é tão intenso e importante que quem procura seriamente uma condição mais saudável para si e não tem bons hábitos alimentares deve obrigatoriamente mudar os costumes e o cardápio das refeições.

A pessoa que goza de uma boa saúde certamente é alguém que se alimenta corretamente.

Aquele que tomou a correta decisão de viver com mais saúde não deve desanimar por ter que mudar velhos hábitos alimentares. Não deve acreditar nos boatos de que comida saudável não tem sabor e é cara demais. Pense apenas que uma boa alimentação previne câncer, infarto, derrame, gastrite, úlceras e outras doenças. Afinal, todo mundo sabe que saúde vem em primeiro lugar.

1. Será que minha alimentação é saudável?

Hoje em dia, parece que todo mundo tem alguma dica a dar sobre boa alimentação. O assunto passou a fazer parte de qualquer roda de conversa. Tudo indica que os brasileiros estão, finalmente, dando a devida atenção ao que vai para as mesas de suas famílias.

Mas, se é assim, por que continuamos nos alimentando tão mal? Por que os programas de saúde continuam alertando sobre obesidade, colesterol e outros problemas causados, basicamente, pela má alimentação?

Talvez, no final das contas, ainda haja uma grande distância entre o que sabemos e o que realmente fazemos quando o assunto é o nosso prato. Será que isso vale também para você? Que tal responder com verdadeiro ou falso às afirmativas abaixo e depois conferir suas respostas lendo esta cartilha?

Alimentar-se de forma saudável é muito caro.

Verdadeiro

Falso

Comida saudável não tem gosto.

Verdadeiro

Falso

Quanto mais variada a quantidade de alimentos, mais saudável é a alimentação.

Verdadeiro

Falso

Quanto mais colorido o prato, mais saudável ele será.

Verdadeiro

Falso

Comer muito é sinal de boa alimentação.

Verdadeiro

Falso

As perguntas do teste que você acabou de fazer começam a ser respondidas agora!

Alimentação saudável, uma soma de qualidades!

Sua alimentação precisa ser acessível, saborosa, variada, colorida e harmônica para ser considerada saudável.

A palavra é...

Nutrientes: são as substâncias presentes nos alimentos que ingerimos no nosso dia a dia e que possuem funções variadas no nosso corpo. Também são conhecidos como proteínas, gorduras, carboidratos, vitaminas e sais minerais.

Mas, o que isso significa na prática? Significa que qualquer refeição que você faça precisa ser...

Acessível: uma alimentação saudável não é cara! Alimentos saudáveis são aqueles em sua forma mais natural possível, ou seja, aqueles que sofreram um processamento mínimo da industrialização e que também costumam ser mais baratos, por exemplo, as frutas, os legumes e as verduras.

Saborosa: a alimentação saudável é e precisa ser saborosa.

Variada: todos os tipos de alimentos fornecem diferentes nutrientes e atende a todas as necessidades do corpo. Por isso é necessário comer diversificados alimentos.

Colorida: quanto mais colorido for o seu prato, mais nutrientes ele terá. Além disso, a refeição colorida é mais atrativa e estimulante, pois o visual nos chama atenção para o prato.

Harmônica: comer muito não é sinal de ser uma pessoa com uma alimentação saudável. É importante que haja harmonia entre qualidade e quantidade!

Atenção ao consumo de fibras! Elas são essenciais para
Manter o bom funcionamento do intestino;
Prevenir o câncer intestinal, o infarto, o derrame, a gastrite e a úlcera;

Eliminar toxinas;

Auxiliar na sensação de satisfação com a quantidade que já comeu;

Diminuir o açúcar do sangue;

Reducir o colesterol.

Já sei como meu prato deve ser para ser saudável. Agora, quais os alimentos que preciso consumir no meu dia a dia e em quais quantidades?

2. Com vocês.... a Pirâmide dos alimentos!

A pirâmide dos alimentos representa os grupos de alimentos que garantem uma alimentação diária saudável e equilibrada.

Na base estão os alimentos que fornecem energia ao corpo e que devem ser consumidos em seis porções divididas durante as refeições realizadas ao longo do dia. São os pães, arroz, macarrão, batata, mandioca e cará.

Na parte central da pirâmide encontram-se os alimentos reguladores: frutas, legumes e verduras, que devem ser consumidos com frequência.

Na parte superior estão os alimentos construtores, ricos em proteínas: carnes, leites, queijo e ovos. Eles são importantes, atenção: alimentos construtores em excesso também engordam!

No topo da pirâmide estão os alimentos que fornecem muita caloria extra ao organismo, como gorduras, doces e sal. Eles devem ser consumidos de forma controlada, pois o consumo em excesso pode trazer sérios danos à saúde.

O prato ideal!

Açúcar, gorduras e sal podem ser encontrados em vários grupos de alimentos.

sal de cozinha e o açúcar de mesa devem ser controlados, pois o excesso pode causar vários problemas de saúde. O mesmo vale para as gorduras, principalmente a gordura animal, encontrada na carne, na banha e nos derivados de leite. Ela é muito rica em colesterol.

Equilibrar as refeições com os alimentos da pirâmide é o segredo para comer bem todos os dias!

3. Dicas importantes para uma alimentação saudável

Faça pelo menos três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). Não pule as refeições;

Coma pelo menos três porções de legumes e verduras e três porções de frutas todos os dias;

Retire a gordura aparente das carnes e a pele das aves antes de cozinhar-las;

Prefira alimentos assados e cozidos, evite alimentos fritos;

Evite refrigerantes, sucos em pó e alimentos, como biscoitos, salgadinhos, salsichas e enlatados;

Diminua a quantidade de sal nas refeições. Evite os alimentos com alto teor de sódio, como charque, hambúrguer, salsicha, linguiça, temperos e molhos prontos etc;

Coma feijão pelo menos uma vez por dia;

Aprecie a refeição. Coma devagar e mastigue bem, pois assim facilitará a digestão e a absorção dos nutrientes;

Reduza o consumo de álcool e beba de seis a oito copos de água por dia;

Evite "dietas da moda e milagrosas", pois elas não cumprem com o prometido. O melhor é fazer reeducação alimentar;

Procure consumir alimentos produzidos na sua região. Além de mais saudáveis, também são mais baratos.

E se a rotina não permite comer em casa?

Se você costuma fazer suas refeições fora de casa, fique atento a estas dicas:

4. Cuidando da alimentação fora de casa

Nos restaurantes em que o prato já vem servido, prefira os mais leves, como carnes grelhadas, cozidas ou assadas. Evite frituras e pratos gordurosos;

Para sobremesa, dê preferência às frutas ou doces de frutas;

Evite consumir líquidos durante as refeições, pois pode prejudicar a digestão dos alimentos.

Tenha sempre em mente esta tabela!

Pode abusar	Consuma em pequenas quantidades	Evite consumir
Alface, agrião, repolho, abobrinha, couve, pimentão, tomate, cenoura, chuchu, beterraba, alho, cebola, hortaliças e frutas em geral.	Arroz, macarrão, farinhas, batatas, cará, inhame, mandioca, pão, cuscuz, pipoca, biscoitos, canjica, feijão, frango, miúdos, ovos, carne bovina, leite, alimentos industrializados, óleos.	Açúcar, rapadura, mel/melado, doce, bolo, refrigerante, biscoito recheado, carne de porco e seus derivados (banha, toucinho, linguiça), salsicha, presunto e alimentos enlatados.

Para finalizar ...

Maus hábitos de alimentação... Falta de horários regulares para comer... Consumo de alimentos gordurosos e salgados... Falta de exercícios físicos... Tudo isso pode provocar várias e perigosas doenças. Uma delas tornou-se um problema de saúde pública mundial: a obesidade.

A obesidade é uma doença crônica que causa graves prejuízos à saúde das pessoas. O obeso é sempre mais vulnerável a desenvolver problemas do coração, pressão alta e diabetes.

Sou obeso?

Existem diversas maneiras de classificar e diagnosticar a obesidade. Uma das mais utilizadas é feita de acordo com o grau de excesso de peso, o que se faz por meio do cálculo do IMC (Índice de Massa Corporal), utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{IMC} = \frac{\text{Peso atual (kg)}}{\text{altura (m)}^2}$$

Exemplo: O IMC de uma pessoa que pesa 65 kg e mede 1,62 é de:

$$\frac{65}{1,62 \times 1,62} = \frac{65}{2,62} = 24,8 \quad (\text{Esta pessoa está com o peso normal})$$

O uso do IMC é prático e simples. Faça seu cálculo e confira a classificação a seguir:

IMC (kg/m ²)	ESTADO NUTRICIONAL
Menor que 18,5	Você está com baixo peso
18,5 a 24,99	O seu peso está adequado
25 a 29,99	Alerta: sobrepeso
Maior que 30	Alerta: obesidade

Quanto maior for o IMC de uma pessoa, maior a chance de desenvolver precocemente doenças como: diabetes, hipertensão e doenças do coração. Mas isso não significa que quanto mais magro melhor, pois o índice de mortalidade também aumenta em indivíduos com IMC muito baixo, especialmente por causa de doenças infecciosas e dos pulmões. O ideal é manter-se entre as faixas de 20 a 24,9 kg/m².

Uma alimentação saudável começa na primeira refeição. E, até o fim do dia, só depende de você!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai encerrar a presente sessão, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 546, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia: 9-2-2012)

Relator Revisor: Senador Clésio Andrade
(Sobrestando a pauta a partir de: 14-11-2011)

Prazo final prorrogado: 08.03.2012

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 31 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

14-2-2012
terça-feira

12h Deputado Federal Angelo Vanhoni

Sala de Audiências

15h Reunião de Líderes

Sala de Audiências

16h Ordem do Dia

Plenário

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA nº 556, adotada em 23 de dezembro de 2011, e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências", com a presença do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares e do Deputado Domingos Sávio, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
 Diretor

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quinze horas, na sala número sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA nº 557, adotada em 27 de dezembro de 2011, e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que “Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999”, com a presença dos Senhores Parlamentares Senador Antonio Carlos Valadares, Deputada Carmen Zanotto e Deputada Rosane Ferreira.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, na sala número sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA nº 558, adotada em 5 de janeiro de 2012, publicada no dia 6 e republicada em 9 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências", com a presença do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.



SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: VAGO ⁽¹⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,14)	1.
PTB	
VAGO (2,11)	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPLI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
VAGO (24)	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Arguello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditorio Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplementares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

VAGO (35)

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldis Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,26)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁵⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
 23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
 27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
 29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
 30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,6,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO (7)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ⁽¹²⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) (2,13,28,29,32)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,30)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO (8)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (5)	1. Garibaldi Alves (PMDB) (6)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽⁶⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) (29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) (26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PR ⁽²¹⁾	
Clésio Andrade (24)	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,17)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁶⁾	
Alfredo Nascimento (4,18)	1. João Ribeiro (18)
PSOL	
VAGO (6)	1. VAGO (20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Atualização: 08/11/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽⁸⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

VAGO ^(4,11)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,15)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)

PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 06/12/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

VAGO ^(16,18)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)

PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽³⁾**Atualização:** 28/12/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nº's 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emílio José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO) ¹	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2, 4}
PSB	
Sandra Rosado (PSB/RN)	1 Keiko Ota (PSB/SP)
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Arnaldo Jordy (PPS/PA)
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente:

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2. 3. 4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL¹	
Marinor Brito (PSOL/PA)	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

Edição de hoje: 266 páginas
(OS: 10318/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

